

Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Doutorado em Sociologia

Cooperativismo e dinâmicas territoriais:
Um estudo sobre as cooperativas de crédito
da microrregião do Pajeú-Pernambuco.

Emanuel Sampaio Silva

Recife-PE
2008

Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Doutorado em Sociologia

Cooperativismo e dinâmicas territoriais:
Um estudo sobre as cooperativas de crédito
da microrregião do Pajeú-Pernambuco.

Tese apresentada por Emanuel Sampaio Silva ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, como requisito parcial para obtenção do título de doutorado em Sociologia sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti e co-orientação da Prof^a. Dr^a. Maria Luíza Lins e Silva Pires.

Recife, 2008

Silva, Emanuel Sampaio

Cooperativismo e dinâmicas territoriais: um estudo sobre as cooperativas de crédito na microrregião do Pajeú-Pernambuco. – Recife: O Autor, 2008.

269 folhas: il., gráf., mapas, quadros

Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Sociologia. Recife, 2008.

Inclui: bibliografia e apêndices.

1. Cooperativismo. 2. Cooperativas de crédito. 3. Desenvolvimento local. 4. Microrregião do Pajeú – Pernambuco. I. Título.

316

CDU (2. ed.)

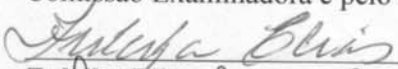
UFPE

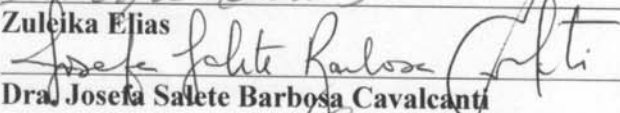
301

CDD (22. ed.) BCFCH2008/08

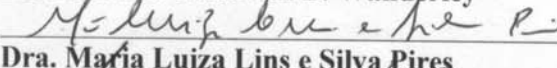
Ata da Sessão de Arguição de Tese de EMANUEL SAMPAIO DA SILVA Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco.

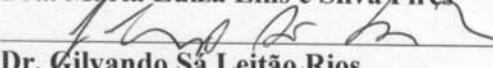
Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e oito, reuniram-se na Sala de Seminários do 12º andar do prédio do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, os membros da Comissão designada para o **Exame de Tese de Doutorado de EMANUEL SAMPAIO DA SILVA**, intitulada: ***“COOPERATIVISMO E DINÂMICAS TERRITORIAIS: UM ESTUDO SOBRE AS COOPERATIVAS DE CRÉDITO DA MICRORREGIÃO DO PAJEÚ-PERNAMBUCO”***. A Comissão foi composta pelos Professores: **Dra. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti – Presidente/orientadora; Dra. Maria de Nazareth Baudel Wanderley- Titular Interna – PPGS; Dra. Maria Luiza Lins e Silva Pires – Titular Interna – PPGS; Dr. Gilvando Sá Leitão Rios - Titular Externo – UFRPE; Dr. Jimmy Peixe Mc Intyre – Titular Externo – UFRPE.** Dando início aos trabalhos a **Dra. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti** explicou aos presentes o objetivo da reunião, dando-lhes ciência da regulamentação pertinente. Em seguida passou a palavra ao autor da Tese, para que apresentasse o seu trabalho. Após essa apresentação, cada membro da Comissão fez sua arguição, seguindo-se a defesa do candidato. Ao final da defesa, a Comissão Examinadora retirou-se, para em secreto deliberar sobre o trabalho apresentado. Ao retornar a **Dra. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti** - presidente da mesa e orientador do candidato solicitou que fosse feita a leitura da presente Ata, com a decisão da Comissão **aprovando a Tese por unanimidade**. E, nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, que vai assinada por mim, secretária do Programa, pelos membros da Comissão Examinadora e pelo candidato. Recife, 22 de fevereiro de 2008.

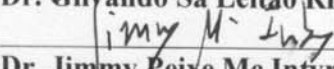

Zuleika Elias

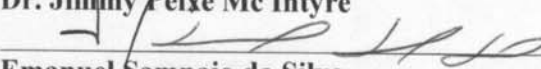

Dra. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti


Dr. Maria de Nazareth B. Wanderley


Dra. Maria Luiza Lins e Silva Pires


Dr. Gilvando Sá Leitão Rios


Dr. Jimmy Peixe Mc Intyre


Emanuel Sampaio da Silva

AGRADECIMENTOS

Manifestar gratidão e apreço compreende, antes de qualquer coisa, bendizer a Deus pela essência da própria existência, pela VIDA daqueles que auxiliaram e compartilharam momentos na trajetória do doutorado. Vidas preciosas, valorosas, repletas do saber científico e humano às quais, repetidamente, explico meu muito obrigado.

À Salete Cavalcanti, cuja profundidade e objetividade de suas análises, associadas ao seu desvelo e vivacidade incansável de educadora e orientadora, esclareceram dúvidas, soergueram-me em muitos momentos e apontaram caminhos, ensinando a ser pesquisador.

À Maria Luiza Pires, pelos comentários e contribuições realizadas desde a fase embrionária desse projeto, através do seu denso conhecimento acerca das especificidades do cooperativismo.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da UFPE, especialmente Nazaré Wanderley, Sérgio Leite, Aécio Matos, Parry Scott, Chyntia Hamlin, Heraldo Souto Maior, Jônatas Ferreira e Lília Junqueira.

Aos colegas de classe das turmas de 2003 e 2004 do PPGS e aos momentos compartilhados nas atividades letivas, nas discussões, nos corredores e nas esperas, nos quais a amizade e solidariedade foram elementos que contribuíram para a jornada.

Aos membros da ADS em Pernambuco, FETAPE, diretores e associados da ECOSOL-Pajeú pela disposição e acolhida.

Aos integrantes da OCEPE/SESCOPE, diretores e associados da COPASA e CREDIPAJEÚ pelo apoio e disponibilidade.

Aos professores Jimmy McIntyre, Salett Tauk, Ângelo Brás, Guilherme Soares, que integram o Programa de Associativismo e Cooperativismo para Ensino, Pesquisa e Extensão – PAPE/UFRE, Paulo de Jesus, do Departamento de Educação/UFRPE, Ronice Franco de Sá, do Núcleo de Saúde Pública/UFPE, que muito contribuíram para ampliar a visão do cooperativismo através da participação na Rede de Universidade das Américas para Estudos Cooperativos e Associativos – UNIRCOOP.

A Tadeu Gogoy, Sérgio Pinto, Almir Menelau, Wagner Soares, Wagner Dowsley, Lúcia Moreira, Júlio e Marcondes pelo apoio nos trabalhos da pesquisa.

Aos funcionários do PPGS, por todo trabalho de bastidores, tão relevante.

Ao meu pai, João, que partiu no decorrer deste trabalho, deixando muita saudade, assim como lições de amor e dedicação, principalmente por valorizar a educação como a maior herança a deixar para seus filhos.

À minha mãe, Inês, pela força, palavras de conforto e esperança permanente em um hoje melhor.

À Zezé, pelo grande apoio, incentivo e carinho com que me acolheu e acompanhou em mais uma jornada.

À Luciana, por seu incansável suporte e imensa disponibilidade, Eduarda e Cecília, sempre presentes.

Aos meus filhos, José Miguel e Maria Clara, cujas palavras balbuciadas de alegria e carinho convidando para brincar representaram refrigério do cotidiano.

À Lucilene, minha querida esposa, por todo seu amor desmedido, transbordado diuturnamente através de palavras, gestos, olhares... E, sobretudo pela sua presença, na minha vida, mansa, serena e afetuosa.

SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS	X
LISTA DE MAPAS	XI
RESUMO.....	XVI
ABSTRACT	XVII
RESUME.....	XVIII
INTRODUÇÃO	19
1. PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS.....	28
1.1. OS REFERENCIAIS PARA O TRABALHO	30
1.1.1. <i>Cooperativa</i>	30
1.1.2. <i>Crédito</i>	32
1.1.3. <i>Território</i>	34
1.1.4. <i>Finanças rurais, finanças agrícolas e microfinanças</i>	35
1.2. A TRAJETÓRIA DA PESQUISA	37
1.3. OS EIXOS DE ANÁLISE	38
1.4. OS INSTRUMENTOS DE PESQUISA	39
1.5. OS CASOS SELECIONADOS: AS COOPERATIVAS DE CRÉDITO RURAL DA MICRORREGIÃO DO PAJEÚ	41
1.6. TRABALHO DE CAMPO.....	46
2. COOPERATIVISMO: HISTÓRICO E ATUALIDADE.....	49
2.1. O PENSAMENTO COOPERATIVO	50
2.1.1. <i>Os vínculos sociais e o cooperativismo</i>	54
2.1.2. <i>A ação econômica da cooperativa</i>	57
2.1.3. <i>Confiança e finanças</i>	60
2.1.4. <i>O projeto cooperativo</i>	62
2.2. COOPERATIVISMO DE CRÉDITO: PROXIMIDADE E CONTORNOS	67
2.2.1. <i>A gênese do cooperativismo de crédito</i>	69
2.2.1.1. <i>O cooperativismo de crédito europeu em sua gênese</i>	70
2.2.1.2. <i>O modelo do cooperativismo de crédito americano</i>	73
2.2.2. <i>As transformações nas primeiras experiências européias e americanas</i>	75
2.2.3. <i>As possibilidades, transformações e novos formatos</i>	78
2.2.4. <i>As alternativas de atuação: os laços e a confiança</i>	83
2.3. AS CONTRIBUIÇÕES AO DESENVOLVIMENTO DOS TERRITÓRIOS	88

2.4. OS LIMITES DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO	92
3. ARRANJOS DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO NO BRASIL.....	95
3.1. A ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO COOPERATIVO BRASILEIRO.....	99
3.2. O SICREDI E O SICOOB	102
3.2.1. O SICREDI	104
3.2.2. O SICOOB	109
3.3. O SISTEMA ANCOSOL	114
3.3.1. CRESOL: O pioneirismo do sistema alternativo	118
3.3.2. ECOSOL: um sistema nacional	121
3.3.3. ASCOOB: Um sistema baiano	123
3.3.4. Os pequenos sistemas estaduais	125
4. A CREDIPAJEÚ: O PIONEIRISMO DA INICIATIVA.....	134
4.1. OS ASSOCIADOS: A PLURALIDADE	140
4.2. A INFRA-ESTRUTURA E O ATENDIMENTO: APROXIMAÇÃO COM O ASSOCIADO	144
4.3. A BUSCA DE DIFERENCIAÇÃO.....	147
4.4. OS INSTRUMENTOS DE CONTROLE	153
4.5. A PARTICIPAÇÃO E AS DELIBERAÇÕES	157
4.6. ESTRATÉGIAS DE FIDELIZAÇÃO.....	161
4.7. O TRABALHO NA COOPERATIVA	163
4.8. CONTRIBUIÇÕES AO DESENVOLVIMENTO LOCAL	164
4.9. OS DESAFIOS COOPERATIVOS.....	167
5. A ECOSOL PAJEÚ: UMA NOVA PROPOSTA	169
5.1. O FOCO NA AGRICULTURA FAMILIAR	176
5.2. UMA CASA PARA O AGRICULTOR: A PROPOSTA DE INFRA-ESTRUTURA E ATENDIMENTO	180
5.3. OS NÚCLEOS: A BASE DA COOPERATIVA	184
5.4. OS RECURSOS E OS PRODUTOS	187
5.5. OS INSTRUMENTOS DE CONTROLE	193
5.6. A PARTICIPAÇÃO E A DECISÃO	197
5.7. UMA FORMA DE DIFERENCIAÇÃO	199
5.8. O TRABALHO NA COOPERATIVA	200
5.9. CONTRIBUIÇÕES AO DESENVOLVIMENTO LOCAL	202
5.10. OS DESAFIOS COOPERATIVOS.....	205
6. COOPERATIVISMO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: DA PROXIMIDADE À	

SUSTENTABILIDADE	208
6.1. A PROPOSTA DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA: PROXIMIDADE, ADEQUABILIDADE E SUSTENTABILIDADE.	209
6.2. AS RELAÇÕES DE PROXIMIDADE E CONFIANÇA	211
6.3. DINÂMICAS TERRITORIAIS: PROCESSOS DE FILIAÇÃO E RISCOS.....	213
6.4. PRÁTICAS DE GESTÃO E DILEMAS DO CRESCIMENTO.....	216
6.5. REDE FINANCEIRA E TECNOLÓGICA	218
6.6. O CRÉDITO E A CONCORRÊNCIA.....	221
6.7. A QUALIDADE NOS SERVIÇOS.....	225
6.8. TRABALHADORES E DIRIGENTES: A ESPECIALIZAÇÃO E A POLIVALÊNCIA.....	227
6.9. A DEMOCRACIA COOPERATIVA E A PARTICIPAÇÃO.....	229
6.10. AS CONTRIBUIÇÕES DA COOPERATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO	232
7. CONCLUSÃO	236
REFERÊNCIAS	240
APÊNDICE.....	257
APÊNDICE A - GUIA DE ENTREVISTAS.....	258
APÊNDICE B – DISTRIBUIÇÃO DO EFETIVO DO REBANHO DE AVES E ABATEDOUROS EM PERNAMBUCO, SEGUNDO MUNICÍPIOS E MICRORREGIÃO.....	262
APÊNDICE C – QUADROS	263
APÊNDICE D – ILUSTRAÇÃO DOS ARRANJOS DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO NO BRASIL	269

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Evolução do cooperativismo de crédito brasileiro entre 1940 e 2006.	97
Gráfico 2– Distribuição das cooperativas de crédito brasileiras, segundo tipo, em 2006	97
Gráfico 3– Distribuição das cooperativas de crédito brasileiras, segundo região em 2006	98
Gráfico 4 – Distribuição das cooperativas de crédito brasileiras, segundo estados da Região Nordeste, em 2006.....	98
Gráfico 5– Evolução do quadro de associados da CREDIPAJEÚ entre 1999 e 2007	143
Gráfico 6 – Distribuição de associados segundo municípios na CREDIPAJEÚ em 2007	147
Gráfico 7 – Evolução no montante de capital social na CREDIPAJEÚ entre 2000 e 2006	150
Gráfico 8 – Evolução no montante de empréstimos na CREDIPAJEÚ entre 2001 e 2006	150
Gráfico 9 – Evolução no montante de depósitos na CREDIPAJEÚ entre 2001 e 2006	151
Gráfico 10 – Evolução dos resultados financeiros (sobras/prejuízos) na CREDIPAJEÚ entre 2001 e 2006.....	167
Gráfico 11– Evolução do quadro de associados da ECOSOL-Pajeú entre 2002 e 2007	179
Gráfico 12 – Distribuição de associados segundo municípios na ECOSOL-Pajeú em 2007	179
Gráfico 13– Distribuição dos núcelos de associados segundo municípios na ECOSOL	187
Gráfico 14 – Evolução no montante de capital social na ECOSOL entre 2003 e 2006	189
Gráfico 15 – Evolução no montante de empréstimos na ECOSOL entre 2003 e 2006	192
Gráfico 16 – Evolução no montante de depósitos na ECOSOL entre 2003 e 2006	193

LISTA DE MAPAS

Mapa 1– Área de abrangência da CREDIPAJEÚ.....	44
Mapa 2 – Área de abrangência da ECOSOL-Pajeú.....	45
Mapa 3 - Área de abrangência estadual da rede de cooperativas SICREDI em 2007	107
Mapa 4 – Área de abrangência estadual da rede de cooperativas SICOOB em 2007	112
Mapa 5 - Área de abrangência estadual da rede de cooperativas filiadas da ANCOSOL em 2007.....	116
Mapa 6 - Área de abrangência, por sistemas, das cooperativas ANCOSOL em 2007	117

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACI	- Aliança Cooperativa Internacional
ADS	- Agência de Desenvolvimento Solidário
ANCOOP	- Associação Nacional das Cooperativas de Crédito
ANCOSOL	- Associação Nacional das Cooperativas de Crédito de Economia Familiar e Solidária
APAEB	Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia
APAI	- Associação dos Apicultores de Afogados da Ingazeira
ASCOOB	- Associação das Cooperativas de Apoio à Economia Familiar
ASSESOAR	- Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural
ASSOCENE	- Associação de Orientação às Cooperativas do Nordeste
ATER	- Assistência Técnica e Extensão Rural
BANCOOB	- Banco Cooperativo do Brasil
BANSICREDI	- Banco de Crédito Cooperativo do Sistema Sicredi
BCC	- Banco de Crédito Cooperativo
BNDES	- Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
CD	- Certificado de Depósito
CDI	- Certificado de Depósito Interbancário
CDL	- Câmara dos Dirigentes Lojistas
CEB	- Comunidade Eclesial de Base
CECOR	- Centro de Educação Comunitária Rural do Pólo Sertão Central
CEPAL	- Comissão Econômica para América Latina e o Caribe
CETRA	- Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador
CGAP	- Grupo Consultivo de Assistência aos Pobres
CIP	- Câmara Interbancária de Pagamentos
CIRIEC	- Centre International de Recherche et d'Information sur l'Économie Publique, Social et Coopérative
CNBB	- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNTBio	- Comissão Técnica Nacional de Biossegurança
COCECRER-RS	- Cooperativa Central de Crédito do Rio Grande do Sul
COLAC	- Confederação Latino-Americana das Cooperativas de Economia e Crédito
COMPE	- Centralizadora da Compensação de Cheques e Outros Papéis
CONAB	- Companhia Brasileira de Abastecimento

CONFEBRAS	- Confederação das Cooperativas de Crédito do Brasil
CONTAG	- Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura
COOPERE	- Cooperativa Valentense de Crédito Rural
COOPAGEL	- Cooperativa dos Profissionais em Atividades Gerais
COPASA	- Cooperativa dos Avicultores e Suinocultores do Alto Pajeú
CPF	- Cadastro de Pessoa Física
CPT	- Comissão Pastoral da Terra
CREDIPAJEÚ	- Cooperativa de Crédito do Alto Pajeú
CREDITAG	- Cooperativa de Crédito Rural da Agricultura Familiar
CREDSOL	- Cooperativas de Crédito Rural de Desenvolvimento Solidário do Espírito Santo
CREHNOR	- Cooperativa de Crédito Rural dos Pequenos Agricultores e da Reforma Agrária
CRESCER	- Cooperativa de Crédito Rural da Agricultura Familiar com Interação Solidária
CRESOL	- Cooperativa de Crédito com Interação Solidária
C.U.N.A	- Associação Nacional das Cooperativas de Crédito
CUT	- Central Única dos Trabalhadores
DAP	- Declaração de Aptidão ao PRONAF
DOC	- Documento de Crédito
DGRV	- Confederação Alemã das Cooperativas
DIEESE	- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-econômicos
DNCR	Departamento Nacional de Registro Comercial
DPC	- Depósito a Prazo Cooperativo
ECOSOL	- Sistema Nacional das Cooperativas de Economia e Crédito Solidário
EECAS	- Escolas de Educação Comunitária
EFA	- Escolas de Famílias Agrícolas
EMATER	- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FATES	- Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social
FCR	- Fundo de Crédito Rotativo
FETAG	- Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás
FETAES	- Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Espírito Santo
FETAPE	- Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de

	Pernambuco
FIDA	- Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura
FINAME	- Financiamento de Máquinas e Equipamentos
FIRJAN	- Federação das Indústrias do Rio de Janeiro
FNE	- Fundo de Desenvolvimento Constitucional para o Nordeste
FRS	- Fundo Rotativo Solidário
FUNTEPE	- Fundo de Terras do Estado de Pernambuco
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e de Estadística
ICBA	- Associação Internacional dos Bancos Cooperativos
IICA	- Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
IMFC	- Instituto Mobilizador de Fundos Cooperativos
INCRA	- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS	- Instituto Nacional do Seguro Social
INTEGRAR	- Sistema Integrado das Cooperativas de Crédito de Economia Solidária
IOF	- Imposto sobre Operações Financeiras
IPEA	- Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
ISS	- Imposto Sobre Serviço
LBTR	- Liquidação Bruta em Tempo Real
LDL	- Liquidação Diferida com Compensação de Obrigações
LTN	- Letras do Tesouro Nacional
MASTES	- Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Sudoeste do Paraná
MEC	- Ministério da Educação
MISEREOR	- Organização da Cooperação Internacional Alemã
MOC	- Movimento de Organização Comunitária da Bahia
MDA	- Ministério do Desenvolvimento Agrário
MPA	- Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTE	- Ministério do Trabalho e Emprego
OCB	- Organização das Cooperativas Brasileiras
OCEPE	- Organização das Cooperativas do Estado de Pernambuco
OIT	- Organização Internacional do Trabalho
ONG	- Organização Não Governamental
PAC	- Posto de Atendimento ao Cooperado
PEA	- População Economicamente Ativa
PLE	- Patrimônio Líquido Exigido

PNMPO	- Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado
PNUD	- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PR	- Patrimônio de Referência
PROLEITE	- Programa de Incentivo à Mecanização, ao Resfriamento e o Transporte Graneleiro da Produção de Leite
PRONAF	- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROPASTO	- Programa Nacional de Recuperação de Pastagens Degradadas
PROSOLO	- Programa de Incentivo ao Uso de Corretivos de Solos
PT	- Partido dos Trabalhadores
RSFN	- Rede do Sistema Financeiro Nacional
SBP	- Sistema Brasileiro de Pagamentos
SEBRAE	- Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa
SELIC	- Sistema Especial de Liquidação e Custódia
SERASA	- Centralização de Serviços de Banco S/A
SERTA	- Serviço de Tecnologia Alternativa
SESCOPE	- Sindicato das Organizações de Cooperativas do Estado de Pernambuco
SICOOB	Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil
SICREDI	- Sistema de Crédito Cooperativo
SILOC	- Sistema de Liquidação Diferida das Transferências Interbancárias de Ordens de Crédito
SITRAF	- Sistema de Transferência de Fundos
SPC	- Serviço de Proteção ao Crédito
STR	- Sistema de Transferência de Reservas
SUDENE	- Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TJLP	- Taxa de Juros de Longo Prazo
UFRPE	- Universidade Federal Rural de Pernambuco
UNICAFES	- União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária
UNICRED	- Sistema Unicred Brasil
UNIMED	- União das Cooperativas Médicas do Brasil
UNIRCOOP	- Rede Universitária em Estudos Cooperativos e Associativismo
UNITRABALHO	- Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas Sobre o Trabalho
WOCCU	- Conselho Mundial das Cooperativas de Crédito

RESUMO

Este estudo focaliza o cooperativismo de crédito, num momento de gradual flexibilização de normas do Banco Central, ocorrido a partir da metade da década de 1990, o qual veio ampliar as possibilidades de abertura e consolidação de cooperativas de crédito, inclusive em pequenas localidades. Historicamente, esse segmento cooperativo está associado à ampliação de acesso ao crédito daqueles em situação de vulnerabilidade. Essa característica se confirma na atualidade, fazendo com que o cooperativismo de crédito ganhe grande visibilidade no quadro dos projetos de desenvolvimento local. No Brasil, várias experiências inovadoras, com os mais diferentes formatos, vêm sendo constituídas em diversos pequenos municípios, trazendo esperanças de ampliação e de acesso a serviços financeiros em áreas que, historicamente, apresentam fragilidades de infra-estrutura e de acesso a serviços bancários. Tais cooperativas são portadoras de um projeto para a construção de um sistema financeiro local, visando à promoção do desenvolvimento, com base em mecanismos de solidariedade, proximidade, confiança, pertença, atrelados a uma estrutura de funcionamento e de responsabilidade descentralizada. O que essas instituições estão fazendo para ocupar o espaço financeiro em suas respectivas áreas de abrangência e para se aproximar dos seus associados ou potenciais membros e demais atores sociais? Como as cooperativas de crédito estão trabalhando para conciliar o seu papel econômico e social? E, por fim, de que forma as cooperativas de crédito contribuem para a construção de uma nova dinâmica local? Com base nessas inquietações, interessa-nos analisar as dinâmicas geradas segundo os casos, as redes tecidas a partir de processos de aproximação e relacionamento entre os associados e as instituições, os mecanismos empregados na viabilização e sustentabilidade do projeto cooperativo, atentando para questionamentos do caráter emancipatório dessas iniciativas. Foram selecionadas, como estudo de caso, duas cooperativas situadas na microrregião do Pajeú, Estado de Pernambuco, Nordeste do Brasil: a Cooperativa de Crédito do Alto Pajeú – CREDIPAJEÚ, criada em 2000 e filiada ao Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – SICOOB, e a Economia Solidária do Alto Pajeú – ECOSOL Pajeú, surgida em 2002. Com o mote de ampliação do crédito e de serviços financeiros locais, ambas têm conseguido resultados que as colocam em um patamar diferenciado no contexto local e regional. A relevância deste estudo está na contribuição que oferece para ampliar e aprofundar as bases de discussão da relação entre cooperativismo e desenvolvimento local. A investigação põe em relevo os limites do atual modelo brasileiro de intermediários financeiros, apontado como opção à implementação de um sistema financeiro de proximidade para o semi-árido nordestino e base de um processo de desenvolvimento da população em situação de vulnerabilidade.

Palavras-chave: Cooperativismo de crédito, finanças de proximidade, desenvolvimento local e território.

ABSTRACT

Cooperatives and territorial dynamics: A study of credit cooperatives in the microregion of the Pajeú-Pernambuco.

This study focuses on credit cooperative at a time when the regulations of the Central Bank were gradually being made more flexible, which occurred after the mid 1990s, and which increased the possibility of opening and consolidating credit cooperatives, even in small towns. Historically, this cooperative segment has been associated with an increase in access to credit by those whose situation is vulnerable. This characteristic has been confirmed so that nowadays credit cooperative has become prominent on the schedule of projects for local development. In Brazil, various innovative experiments, with greatly varying formats, are being constituted in many small towns, which offer hopes of an increase in, and access to, financial services in an area which was historically fragile in terms of infrastructure and access to banking services. These cooperatives are vehicles for projects to build up a local financial system, aiming at fostering development based on the mechanisms of solidarity, proximity, confidence; accessories linked to a working structure and decentralized responsibility. What are these institutions doing to occupy the financial space in their respective areas and to approach their associates or potential members and other social participants? How are the credit cooperatives working to conciliate their economic and social roles? And finally, how do credit cooperatives contribute to the construction of new local dynamics? Based on these doubts, we are interested in analyzing the dynamics arising from the cases, the networks woven from the processes to make the associates join and relate to the institutions, the mechanisms used to make the cooperative project feasible and sustainable, taking into consideration questions of the liberating nature of these initiatives. As a case study, two cooperatives located in the microregion of the Pajeú, State of Pernambuco, in Northeastern Brazil, were chosen - the Cooperativa de Crédito do Alto Pajeú CREDIPAJEÚ, created in 2000 and affiliated to the Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – SICOOB, and the Cooperativa de Crédito e Economia Solidária do Alto Pajeú – ECOSOL Pajeú, created in 2002. With the purpose of increasing local credit and financial services, both have obtained results which place them on a higher level in the local and regional context. The relevance of this study is its contribution to increasing and deepening the bases for a discussion of the relationship between cooperatives and local development. The investigation raises the limits of the present Brazilian model of financial intermediaries, which is indicated as an option to the implementation of a financial system of proximity for the northeastern semi-arid region and a base for a process of development of the population in a vulnerable situation.

Key words: Credit cooperative, proximity finances, local development and territory

RESUME

Coopératisme et territoires dynamiques: Une étude sur les coopératives de crédit de la micro-region de Pajeú-Pernambuco.

Cette étude focalise le coopératisme de crédit, au moment de la flexibilisation graduelle

des normes de la Banque centrale, survenu à partir de la moitié de la décade 1990, qui est venu amplifier les possibilités d'ouverture et consolidation des coopératives de crédit, y compris dans les localités. Historiquement, ce segment coopératif est associé à l'amplification de l'accès au crédit à ceux qui sont en situation de vulnérabilité. Cette caractéristique se confirme dans l'actualité, qui fait que le coopératisme gagne une grande visibilité dans le cadre des projets de développement local. Au Brésil, plusieurs expériences innovantes, avec des formats différents, se sont constituées dans divers petites municipalités, apportant les espérances d'amplification et d'accès aux services financiers dans les secteurs qui, historiquement, présentent des fragilités d'infrastructures et d'accès aux services bancaires. Telles les coopératives porteuses d'un projet pour la construction d'un système financier local, visant la promotion de développement, ayant comme base des mécanismes de solidarité, de proximité, de confiance, d'appartenance, attachées à une structure de fonctionnement et de responsabilité décentralisée. Qu'est-ce que ces institutions font pour occuper l'espace financier dans leurs secteurs respectifs et pour s'approcher de leurs associés ou des membres potentiels et autres acteurs sociaux ? Comment les coopératives de crédit travaillent pour concilier leur rôle économique et social ? Et, enfin, de quelle forme les coopératives de crédit contribuent à la construction d'une nouvelle dynamique locale ? Comme base de ces inquiétudes, il nous intéresse d'analyser les dynamiques gérées selon les cas, les réseaux tissés à partir des procédures d'approximations et la relation entre les associés et les institutions, les mécanismes employés dans la viabilité et la sustentabilité du projet coopératif, en focalisant par des questions de caractère émancipatoire de ces initiatives. Comme étude de base, deux coopératives ont été sélectionnées et situées dans la micro région de Pajeú, État de Pernambuco, Nordeste du Brésil : la Coopérative de Crédit de Pajeú- CREDIPAJEÚ, créée en 2000 et filiale du Système de Coopératives de Crédit du Brésil- SICOOB, et à l'Économie Solidaire de Alto Pajeú- ECOSOL Pajeú apparue en 2002. Avec l'amplification du crédit et des services financiers locaux, les deux ont de bons résultats qui les mettent à un palier différencié du contexte local et régional. L'importance de cette étude est dans la contribution qu'offre pour amplifier et approfondir les bases de discussions de la relation entre le coopératisme et le développement local. L'investigation met en relief les limites du modèle actuel brésilien d'intermédiaires financiers, montré comme option l'implantation d'un système financier de proximité pour la région semi-aride nordestin et la base d'un processus de développement de la population en situation de vulnérabilité.

Mots clés : Coopératisme de crédit, finances de proximité, développement local et du territoire

INTRODUÇÃO

As cooperativas de crédito desempenham um reconhecido papel na realização de investimentos produtivos, reorganização da produção e incentivo à poupança, de modo que as suas contribuições no corolário das políticas de crescimento econômico e de redução de pobreza tornaram-se presentes, com bastante força, em diversos países. O fato de proporcionarem acesso ao crédito e aos serviços financeiros adequados àqueles à margem das instituições financeiras bancárias, conforme destacam Hollis e Sweetman (1998), consistiu na principal razão para o surgimento do movimento do cooperativismo de crédito, já desde o século XIX, na Europa. Na verdade, esta continua sendo uma forte razão para a constituição das experiências do cooperativismo de crédito, conferindo-lhe uma existência sempre atual.

Com efeito, as cooperativas de crédito estão presentes entre soluções preconizadas pelas instituições de fomento nos países em desenvolvimento, como descritas em Wenner (2001) e Carter et al. (2004), sempre visando à redução de desigualdades e pobreza. Todavia, incluídas no contexto do “*comércio invisível*” – denominação empregada por Giddens (1998, p. 75) para os serviços e as finanças – as cooperativas de crédito são moldadas também pelos fenômenos contemporâneos como a globalização, integração econômica, desregulação, avanços da tecnologia da informação.

Assim, compreender a importância do cooperativismo de crédito na contemporaneidade, sob o ponto de vista sociológico, significa, essencialmente, desvelar as dinâmicas que essas cooperativas são capazes de instituir em um dado território, a partir das particularidades manifestadas nas experiências locais e nas redes de relações que lhes dão sustentação.

No Brasil, em particular, essas experiências têm surgido com bastante intensidade ao longo das duas últimas décadas. O crescimento do número de cooperativas de crédito, a partir de 1990, superou as autorizações concedidas pelo Banco Central às demais instituições financeiras, sinalizando que as cooperativas estão ocupando os espaços deixados pela falta de interesse das instituições bancárias

tradicionais¹. Contudo, o crescimento do segmento de crédito não é um fenômeno exclusivamente brasileiro. Como destaca Martínez (2002), há também um reavivamento do movimento cooperativo em toda a América Latina, a partir da década de 1990. O novo ambiente institucional advindo das transformações políticas e econômicas proporcionou condições favoráveis ao crescimento das cooperativas de crédito, ao mesmo tempo em que trouxe desafios para a adaptação a esse contexto. Consoante Arzbach e Durán (2002), a consolidação de mecanismos de pressão e do marco regulatório, inclusive com adoção de critérios rígidos de solvência para as cooperativas de crédito, está sendo gradativamente incorporada às práticas, permitindo o conseqüente aumento da participação das mesmas nos sistemas financeiros latino-americanos.

Mesmo assim, é possível observar que o Brasil lidera o número de cooperativas de crédito. Dados do Relatório Anual do Conselho Mundial das Cooperativas de Crédito – WOCCU – revelam que em 2005 das 1.983 cooperativas de crédito existentes e filiadas a essa entidade na América Latina, 47% estão concentradas no Brasil (WORLD COUNCIL OF CREDIT UNION, 2007).

Segundo a WOCCU, o cooperativismo de crédito do Brasil é o que apresenta o maior volume de captação da poupança: 34% do total de depósitos das cooperativas latino-americanas, o que representa uma monta de US\$ 3,89 bilhões; é também o Brasil que se destaca pelo maior volume de operações de crédito, disponibilizando 33,7% do total de empréstimos realizados pelo conjunto das cooperativas dos países da América Latina, o que equivale a uma movimentação de US\$ 3,92 bilhões (Idem). Esses números são possivelmente maiores, uma vez que estão computadas no Relatório da WOCCU apenas as cooperativas ligadas ao sistema representativo da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, ficando, portanto, excluídas aquelas que não integram essa instituição de representação.

Apesar do movimento do cooperativismo de crédito brasileiro destacar-se no cenário latino-americano, existem diferenças internas significativas entre as regiões Norte-Nordeste e Sul-Sudeste do Brasil, o que reflete, por exemplo, as próprias diferenças socioeconômicas do país. Das 1.452 cooperativas de crédito registradas no

¹ Em 2004, a participação das cooperativas no total de operações de crédito no sistema financeiro brasileiro passou de 0,44%, em 1995, para 2,3%, em 2004 (PINHEIRO 2006).

Banco Central, em 2006, a região Sudeste concentra 49,6% desse total; enquanto, no Sul, estão localizadas 26,2%; no Nordeste, 10,5%; no Centro-Oeste, 8,4% e no Norte, 5,3% (BANCO CENTRAL, 2007).

Quando se avalia a taxa de penetração do cooperativismo de crédito junto à População Economicamente Ativa – PEA, observa-se que o Nordeste apresenta o menor índice: apenas 0,63%, contra 2,2% no Sul e no Centro-Oeste; 2,1% no Sudeste e 1,2% no Norte (ALVES E SOARES, 2004, p. 19). É possível, inclusive, observar um considerável número de cooperativas de pequeno porte e diminuto patrimônio (Idem). A desigualdade também se manifesta no interior da própria região Nordeste. Nesse sentido, de acordo com o Banco Central (2007), das 152 cooperativas de crédito existentes em 2006, verifica-se que a maior concentração está nos Estados da Bahia (41,4%) e de Pernambuco (13,8%), sendo que os menores números são registrados no Maranhão(2,6%) e em Sergipe(0,6%).

Tais desigualdades regionais têm motivado as autoridades monetárias, lideradas pelo Banco Central, a ampliar o debate sobre esse fenômeno em fóruns diversos, a exemplo dos Seminários de Microfinanças, realizados a partir de 2002, em várias cidades da região Norte e Nordeste (SOARES E SOBRINHO, 2007, p. 49).

Na verdade, as diferenças regionais e as nuances do movimento cooperativo nacional não são um dado novo, nem exclusivo do cooperativismo de crédito. As discussões que Rios (1973; 1976) traz a esse respeito, por exemplo, apontam para distorções no processo de constituição e de finalidades das cooperativas agropecuárias no Nordeste. Um outro trabalho realizado (SCHNEIDER, 1981) também aborda a temática do cooperativismo agrícola em face do desequilíbrio regional, embora não caiba no escopo desta tese um escrutínio aprofundado das condições que levaram ao quadro atual de desigualdade do cooperativismo de crédito nacional.

Este estudo focaliza o cooperativismo de crédito, num momento de gradual flexibilização de normas do Banco Central, que se deu a partir da metade da década de 1990, o qual veio ampliar as possibilidades de abertura e consolidação de cooperativas de crédito, inclusive em pequenas localidades. As mudanças implicaram num novo formato de supervisão das cooperativas de crédito, permitindo a

descentralização, sob a incumbência de entidades do próprio movimento (Resolução 1.914, de 27/05/1999); além do mais, deve-se destacar também outras mudanças, como: a redução de exigência de capital inicial para a abertura de novas cooperativas, que passou de R\$ 45 mil para R\$ 3 mil (Resolução 2.771, de 30/08/2000); a permissão para a constituição de bancos múltiplos (Resolução 2.788, de 30/11/2000), e, ainda, para a constituição de cooperativas de crédito de livre admissão de associados em localidades com menos de 100 mil habitantes, ou a transformação das cooperativas pré-existentes nessa categoria, desde que a área de abrangência não supere 750 mil habitantes (Resolução 3.106, de 25/06/2003) (PINHEIRO, 2006, p. 59-61).

Por conta dessas mudanças, novas cooperativas vêm sendo constituídas em diversas localidades do país. Com efeito, várias cooperativas de crédito têm-se formado em pequenos municípios, trazendo esperanças de ampliação e de acesso a serviços financeiros em áreas que, historicamente, apresentam fragilidades de infraestrutura e de acesso a serviços bancários. Em Pernambuco, entre 2005 e 2006, por exemplo, 06 novas cooperativas foram fundadas (BÚRIGO ET AL., 2006, p. 14-15). Vale destacar que esse estado figura em segundo lugar quanto ao número de cooperativas de crédito da região Nordeste. A microrregião² do Pajeú, lócus do interesse desta tese, destaca-se por abrigar experiências inovadoras de cooperativas de crédito; nessa microrregião, até 1999, havia agência bancária em apenas 7 dos 17 municípios (FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL..., 2006).

Com o mote de ampliação do crédito e de serviços financeiros locais, em 2000, entrou em funcionamento a Cooperativa de Crédito do Alto Pajeú – CREDIPAJEÚ, filiada ao Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – SICOOB. Em seguida, em 2002, foi constituída a Cooperativa de Crédito de Economia Solidária do Alto Pajeú – ECOSOL - Pajeú.

No entanto, enquanto as cooperativas de crédito iam se constituindo no Pajeú, novos desafios se apresentavam para as mesmas, como, por exemplo, o fato de ter

² O Estado de Pernambuco está dividido em 05 mesorregiões geográficas: Região Metropolitana do Recife, Zona da Mata, Agreste, Sertão do São Francisco Pernambucano e Sertão Pernambucano. A microrregião do Sertão Pernambucano subdivide-se em 04 outras microrregiões: Araripina, Salgueiro, Sertão do Moxotó e o Pajeú (IBGE, 2007).

que lidar com os “correspondentes bancários”³. Esses agentes de prestação de serviços bancários passaram a estar presente na área de atuação das cooperativas, juntamente com a proposta de ampliação de acesso ao crédito.

Todavia, como bem ressalta o denso estudo sobre acesso a serviços financeiros no Brasil, realizado por Kumar (2004, p. 5-10), a simples presença de uma agência bancária ou mesmo um ponto de atendimento correspondente não implica, necessariamente, em disponibilizar serviços àqueles de mais baixa renda. O que significa que há, possivelmente, uma inadequação desses serviços à realidade e necessidades de tais atores sociais. Ademais, como destaca a autora, as cooperativas de crédito apresentam uma potencialidade em relação às instituições que trabalham com microfinanças, a exemplo das Organizações Não-Governamentais – ONGs e Fundos Públicos, devido à sua capacidade de aceitar depósitos e repasses de fundos dos programas agrícolas financiados pelo governo.

Dessa forma, buscando canalizar a poupança e disponibilizar serviços bancários, os mais diversos, as cooperativas de crédito do Pajeú vão, paulatinamente, ampliando o seu quadro social e, por conseguinte, suas operações financeiras, apesar dos permanentes embates das cooperativas com os bancos oficiais, em virtude de estes centralizarem as operações das linhas de crédito rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF nessa área. De outro lado, as demandas de crédito para investimentos, que exigem empréstimos com prazos mais longos, e as restrições de depósitos na cooperativa, em decorrência de uma cultura de poupança não-monetária, representam dilemas que as cooperativas de crédito necessitam administrar (SCHRÖDER, 2004, p. 107-114).

As duas cooperativas selecionadas como unidades de análise, mesmo diante dos desafios expostos, têm conseguido resultados que as colocam em um patamar diferenciado no contexto local e regional.

³ Com a reformulação da política de democratização do acesso aos serviços financeiros e de expansão do crédito no Brasil, os bancos desenvolveram e implementaram, a partir de 2001, uma estratégia para a ocupação do espaço financeiro em pequenos municípios. Para isso, aliaram largo emprego da tecnologia da informação e terceirização – através de “correspondentes bancários”. Dessa forma, reduziram custos de transação, ao mesmo tempo em que cooptaram agentes locais que apresentavam papel de destaque na dinâmica local, como farmácias, padarias e supermercados (SILVA E PIRES, 2004, p. 148-150).

A Caixa Econômica Federal - CEF, por exemplo, conseguiu, em 2004, alcançar a totalidade dos municípios brasileiros através de uma rede de 4.108 correspondentes bancários e 8.155 casas lotéricas (BARROS, 2003).

A cooperativa CREDIPAJEÚ está vinculada ao sistema SICOOB, um dos três maiores sistemas de cooperativas de crédito do país, em que ganha força a política de gestão empresarial e de integração em rede, de forma a alcançar maior competitividade e vantagens para os associados. Os resultados obtidos pela CREDIPAJEÚ, por exemplo, ao longo de sua trajetória, colocaram-na em uma posição de destaque no conjunto das 155 cooperativas ativas no Estado de Pernambuco, registradas na Organização das Cooperativas Brasileiras – Pernambuco, ocupando o 14º lugar em relação ao número de associados e o 18º lugar em relação ao patrimônio líquido (SINDICATO E ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS..., 2007, p. 4-8). Essas cooperativas, lançando mão de executivos, gestores e funcionários, muitos dos quais oriundos do sistema financeiro, trazem a bandeira da cultura cooperativa como principal forma de estabelecer uma ponte com a comunidade e seus associados. O papel fundamental da cooperativa de crédito, então, seria o de promover “*a reciclagem dos recursos nas comunidades*” para o fomento do desenvolvimento local (FAVILLA ET AL., 2006, p. 16). Ao admitir a heterogeneidade do quadro social, como forma de canalização de diversas fontes de recursos locais, essas cooperativas abrem o leque para a diversidade de interesses e situações.

A ECOSOL-Pajeú destaca-se tanto pelo pioneirismo, sendo a primeira cooperativa do sistema ECOSOL a funcionar no Nordeste, como por possuir o 2º maior volume de capital social integralizado (BÚRIGO, 2006, p. 231). As cooperativas do sistema ECOSOL são de economia solidária. Alguns autores, a exemplo de Singer (2002, p. 82), argumentam que essas cooperativas derivam de uma proposta que nega a “*separação entre trabalho e posse dos meios de produção, que é reconhecidamente a base do capitalismo*”.

No entanto, como bem ressalta Bittencourt (2001, p. 37), mesmo entre as cooperativas de crédito solidário, é indispensável desenvolver uma filosofia empresarial em virtude da “*necessidade de adotar instrumentos de gestão e de gerenciar sua rentabilidade*”, sem que orbitem “*em função de si mesmas*”. Essas cooperativas trazem a idéia de um projeto para a construção de um sistema financeiro local, visando à promoção do desenvolvimento, com base em mecanismos de solidariedade, proximidade, confiança, pertença, atrelados a uma estrutura de

funcionamento e de responsabilidade descentralizada; também promovem a proposta de finanças solidárias, descrita por Guérin e Vallat (1999, p. 9), a qual, através de uma diversidade de mecanismos – microcrédito, aval solidário e finanças de proximidade – propõe-se à ampliação de oportunidades de trabalho junto a pessoas em situação de vulnerabilidade.

A idéia de proximidade representa a base do contrato social para a construção da confiança, bem como de mecanismos de financiamento adequados, de poupança e de crédito, porém, não sem tensão, como destaca Búrigo (2006, p.184), uma vez que há “*distintas visões sobre o cooperativismo de crédito*” no seio dos movimentos sociais, principais articuladores de tais propostas, do tipo solidário.

As cooperativas, aqui consideradas, encontram-se numa área cujos problemas socioeconômicos têm suscitado a intervenção de programas governamentais de desenvolvimento: O que essas instituições estão fazendo para ocupar o espaço financeiro em suas respectivas áreas de abrangência e para se aproximar dos seus associados ou potenciais membros e demais atores sociais? Como as cooperativas de crédito estão trabalhando para conciliar o seu papel econômico e social? E, por fim, de que forma as cooperativas de crédito contribuem para a construção de uma nova dinâmica local?

Com base nessas inquietações, **interessa-nos analisar, segundo os casos, as redes tecidas a partir de processos de aproximação e relacionamento entre os associados e as instituições, os mecanismos empregados na viabilização e sustentabilidade do projeto cooperativo, assim como, as dinâmicas territoriais geradas, atentando para questionamentos do caráter emancipatório dessas iniciativas.**

Os pressupostos formulados para balizar o trabalho foram os seguintes:

- Admite-se que, em decorrência da proximidade, os vínculos de sociabilidade representam um fator de relevância na constituição das cooperativas de crédito e de aproximação entre associados, bem como um importante elemento de pressão social no sentido de garantir o retorno das operações de crédito realizadas pelas cooperativas.
- A necessidade de adaptação e harmonização do projeto das cooperativas de crédito às exigências impostas pelas normas do sistema financeiro, representa

um desafio à aplicação, no cotidiano, dos princípios cooperativos. Conciliar viabilidade financeira e democracia constitui um desafio permanente no interior da cooperativa.

- As cooperativas de crédito buscam se posicionar enquanto proposta alternativa em relação às instituições de intermediação bancária, evocando a capacidade de estabelecimento de uma relação diferenciada com o local, na qual o papel de associado, enquanto proprietário, assume uma posição de destaque.

Com base nesses pressupostos, constituem-se em objetivos específicos deste trabalho:

- a) analisar as teias de relações e as especificidades dos vínculos sociais engendrados nas cooperativas de crédito no Pajeú;
- b) investigar as estratégias levadas adiante para adequação tanto às normas financeiras como aos princípios cooperativos;
- c) identificar as contribuições das cooperativas de crédito para os associados nos contextos em que estão inseridas, atentando para as transformações das dinâmicas territoriais.

A estrutura do estudo está assim delineada: o primeiro capítulo trata das perspectivas metodológicas utilizadas, recortes analíticos e conceituais, o percurso de aproximação com o objeto de estudo, os recursos técnicos e analíticos utilizados.

O segundo capítulo discute, numa perspectiva mundial, os processos e mecanismos encontrados nas iniciativas pioneiras do cooperativismo de crédito, com destaque para as práticas adotadas na ampliação do acesso dos agricultores aos serviços financeiros, a exemplo das relações de proximidade voltadas à redução de risco. Discute-se, também, os atuais arranjos dessas cooperativas em seus respectivos países, bem como as suas contribuições ao desenvolvimento dos territórios em que se encontram.

O terceiro capítulo apresenta os formatos dos atuais sistemas de cooperativas de crédito no Brasil, delineando as suas principais características, bem como suas formas de integração e acesso aos sistemas bancários, tecendo algumas considerações acerca da viabilidade e sustentabilidade das cooperativas de crédito em contextos locais.

O quarto e quinto capítulos resgatam as experiências das cooperativas CREDIPAJEÚ e ECOSOL - Pajeú, respectivamente, salientando as distintas formas de construção de vínculos sociais, os mecanismos de pressão social, financeiro e de colateralidade desenvolvidos para a viabilidade e sustentabilidade desses arranjos, pontuando, ainda, suas conseqüências na ampliação de serviços financeiros para as comunidades envolvidas.

O sexto capítulo recupera a análise das experiências, tomando por base as premissas e as evidências empíricas das cooperativas de crédito, destacando as formas encontradas pelas cooperativas para a ocupação de espaços financeiros locais, e as suas estratégias, no sentido de alargar o acesso aos serviços financeiros e de ampliar o leque de oportunidades da poupança e do crédito.

Por fim, considerando que o caminho das cooperativas de crédito é apontado como propulsor de uma proposta de desenvolvimento, a relevância deste estudo está na contribuição que oferece à ampliação e aprofundamento das bases para discussão da relação entre cooperativismo e desenvolvimento local. A investigação põe em relevo os limites do atual modelo brasileiro de intermediários financeiros, apontado como opção à implementação de um sistema financeiro de proximidade para o semi-árido nordestino e base de um processo de desenvolvimento da população em situação de vulnerabilidade.

CAPÍTULO 1

1. PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS

As manifestações recentes das cooperativas de crédito, enquanto intermediárias nos sistemas financeiros, abrigam uma diversidade de formas, de procedimentos e técnicas, moldados a partir da incorporação de elementos, que permitem o estabelecimento de relações à distância, assim como um apelo constante de retorno à tradição, resgatando propostas engendradas na gênese desse movimento.

Pires (2004, p. 29) situa o cooperativismo enquanto uma conjugação de prática e de projeto social, eixos analíticos plausíveis para a compreensão do fenômeno cooperativo no contexto atual. Entender as formas como as cooperativas desenvolvem seus mecanismos empresariais diante do ideário promulgado pelo cooperativismo representa uma maneira de deslindar esse fenômeno. Nessa direção, diante da diversidade de espaços nos quais são constituídas as cooperativas de crédito e as formas de organização das finanças em contextos locais, pode-se incorporar os elementos da abordagem territorial como formas de compreensão desse fenômeno. Tal perspectiva, conforme destaca Saquet (2007, p. 177), tenderia a valorizar “*as relações entre os sujeitos, destes com os seus lugares e desses com outros lugares*”. Assim, a dinâmica das cooperativas de crédito, atrelada à construção de redes entre credores e poupadores, em um espaço onde os indivíduos estabelecem relações com múltiplos atores da sociedade local, pode ser melhor compreendida.

Desse modo, o movimento de cooperativas na ocupação de espaços financeiros locais, sob o qual este estudo se debruça, não está dissociado do movimento das instituições financeiras na sociedade capitalista globalizada – como argumenta Bonnano (2007) – que adquire formas mais complexas e heterogêneas, impulsionadas pela tecnologia da informação, pela compressão do tempo de produção e do espaço de consumo global. Está inserido, ainda, dentro de um movimento, de escala global, de respostas à negação do acesso ao crédito e aos serviços financeiros, produzido por meio de iniciativas empreendidas e localmente bem-sucedidas, através de relações com organizações de financiamento internacional, que contribuem para alterações não apenas no circuito financeiro local.

Nesse sentido, diversas ações de integrantes do Grupo Consultivo de Assistência aos Pobres - CGAP, composto pelos 33 maiores doadores internacionais, permitem observar uma diversidade de casos⁴. Tais iniciativas de intermediação financeira, de caráter local, ao tempo em que se propõem a favorecer o aproveitamento de oportunidades, efetuam uma mudança na gestão de finanças pessoais e empresariais, inclusive para áreas rurais⁵, contrapondo-se a condutas padronizadas⁶, como sugerem os casos das Cooperativas de Crédito com Interação Solidária – CRESOL, no Sul do Brasil.

Concomitantemente, essas experiências das cooperativas de crédito brasileiras, conforme destacam Schröder (2005) e Búrigo (2006), aperfeiçoam mecanismos de pressão social nas operações de crédito, garantindo o recebimento das operações e a própria sustentabilidade das iniciativas de organizações financeiras.

Cabe, pois, compreender a constituição e a inserção das cooperativas em espaços locais, bem como as possibilidades de aproveitamento de oportunidades, não apenas de acesso no campo econômico, mas também no campo social e político, ainda que diante de limitações de fatores e recursos materiais e não-materiais.

Este trabalho tem por interesse a análise das experiências desenvolvidas em pequenos municípios do Nordeste do Brasil, os quais tendem a apresentar precária infra-estrutura. Nessa direção, o estudo se volta para o movimento do cooperativismo

⁴ O CGPA é um consórcio de 33 agências de desenvolvimento público e privado, dentre as quais o Banco Mundial e a Organização Mundial do Trabalho – OIT, que trabalham em conjunto com o objetivo de expandir o acesso dos pobres a serviços financeiros, normalmente referidos como microfinanças. Lapenu e Zeller (2001) descrevem uma lista de grandes entidades não-governamentais doadoras de recursos para ações em países em desenvolvimento, sendo que, das 41 listadas, cerca de 65,6% estão sediadas nos Estados Unidos e Canadá, o que denota o potencial que estes fundos têm de estabelecer diretrizes em âmbito global acerca das ações de financiamento e apoio a projetos voltados para os mais pobres

⁵ Segundo a Comissão Econômica para América Latina e o Caribe - CEPAL (2006), um total de 58,8% da população rural pode ser enquadrado como pobre, enquanto que 32,5% podem ser enquadrados como indigentes. Nas áreas urbanas, houve uma maior redução de pobreza que nas áreas rurais, ao longo das duas últimas décadas. No Brasil, segundo a CEPAL, o contingente de pobres na área rural é de 52,2%, enquanto que o contingente de indigentes é de 22,1% da população. O conceito de pobreza está vinculado, no caso, aos rendimentos necessários para obtenção de suprimentos alimentares básicos para a sobrevivência, acrescidos de um valor para necessidades não alimentares. O conceito de indigência está vinculado a um rendimento abaixo do necessário para a obtenção de cesta de alimentos capazes de satisfazer as necessidades nutricionais. Portanto, se considerarmos a pobreza em um nível mínimo ou máximo, tem-se que, aproximadamente 2/3 dos classificados como população rural, são enquadrados nessa categoria.

⁶ E isso fica bem exposto no manual de consulta sobre el ahorro de grupo (RIM E ROUSE, 2003, p. 8-14)

de crédito em uma microrregião do Sertão do Pajeú, estado de Pernambuco, onde reside uma população de 297 mil habitantes, dos quais 44% vivem em áreas rurais (IBGE, 2007).

1.1. OS REFERENCIAIS PARA O TRABALHO

Como instrumental teórico para a análise das cooperativas de crédito foram tomados referenciais que permitiram uma melhor compreensão dos sistemas financeiros e as suas contribuições ao desenvolvimento.

Desse modo, utilizaram-se referenciais que tratam desse processo envolvendo a mobilidade do capital financeiro (BONNANO, 2003; 2007) e as diferenças entre as velocidades do capital produtivo e do trabalho. Simultaneamente, alusões que ressaltam o desenvolvimento e as relações de sistemas financeiros no atendimento às especificidades do rural e do agrícola em países em desenvolvimento, foram tomadas de González-Veiga (2001) e Zeller (2003), por exemplo. Considerou-se ainda as idéias de Isola et al. (2005), concernentes às contribuições das cooperativas de crédito, além dos estudos sobre redes (GRANOVETTER, 1992; CASTELLS, 1999).

O cooperativismo é aqui também considerado como fenômeno que trata de processos de apropriação de recursos materiais e não-materiais, das práticas e dos comportamentos organizacionais e dos processos de regulação da conduta e da gestão dessas organizações (MAX WEBER, 2000). Nessa direção, coube destacar o projeto cooperativo, em Desroche (1977; 2006), e o cooperativismo enquanto prática e projeto social (PIRES, 2003; 2004).

À luz do exposto, destacam-se categorias consideradas importantes para o trabalho, a saber, cooperativa, crédito, território e finanças, das quais depreende-se um recorte conceitual para melhor compreensão do objeto de estudo.

1.1.1. Cooperativa

A etimologia da palavra cooperativa é oriunda do termo latim *cooperare*, que significa colaborar, ajudar, participar. Como forma de organização social, as cooperativas são entendidas como uma *“associação autônoma de pessoas que se unem voluntariamente para atender a suas necessidades e aspirações comuns,*

econômicas, sociais e culturais, por meio de empreendimento de propriedade comum e de gestão democrática” (OIT, 2002, p. 4).

O cooperativismo, por sua vez, consiste em uma doutrina que surge para se contrapor aos efeitos do capitalismo no século XIX, a partir de pensamentos socialistas dos ingleses (Robert Owen, William Thompson, George Munde, William King), franceses, alemães e italianos. Serviu de inspiração aos primeiros pensadores do cooperativismo, no século XIX, estando ainda presente no ideário dos empreendimentos na atualidade (PINHO, 1966; MONZÓN, 2003).

As cooperativas associadas sob a égide de uma doutrina, são alicerçadas em valores e princípios. Os valores balizadores da ação cooperativa são os de: auto-ajuda, autogestão, democracia, equidade e a solidariedade; ao lado dos valores éticos de honestidade, franqueza e responsabilidade social, bem como a democracia, a solidariedade e a igualdade.

Inicialmente promulgados pelos Pioneiros de Rochdale, em Manchester, Inglaterra, em 1844, e posteriormente pelo Congresso da Aliança Cooperativa Internacional - ACI, em 1937, em 1966 e ratificados em 1995, os princípios do cooperativismo são os seguintes: adesão livre e voluntária; o controle democrático pelos membros; participação econômica dos cooperados; autonomia e independência; promoção da educação, formação e informação; intercooperação, através de ações articuladas com outras cooperativas; interesse pela comunidade visando efetivamente o seu desenvolvimento⁷.

Apesar da existência de princípios que estabelecem “regras gerais” comuns às cooperativas, há uma diversidade de tensões e conflitos. A dupla natureza da cooperativa, econômica e social, por exemplo, faz com que, embora sob os mesmos princípios, as práticas apresentem peculiaridades (PIRES, 2004, p. 51-52). Nesse sentido, a força dos princípios na construção da identidade da cooperativa, revela-se um gradiente diverso, subordinado às relações sociais, impedindo que haja, historicamente, uma uniformidade nas cooperativas.

Assim sendo, este trabalho busca destacar a capacidade de articulação das

⁷ Os princípios cooperativos descritos foram aprovados pela ACI, após oito anos de reflexões, no Congresso de Manchester, em 1995, onde se encontram detalhadamente explicados no documento final do evento, denominado: *Cooperative principles for the 21st century* (ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL, 1999).

cooperativas nestes propósitos – econômicos e sociais – em prol do desenvolvimento territorial, os quais, segundo Aparício (2007, p. 208), englobam as contribuições na formação de capital físico, quanto humano e social. Volta-se para a potencialidade que essas organizações apresentam para assegurar melhores condições de vida à população, a partir de uma ação coletiva, estreitamente ligada ao território em que operam, conduzidas a partir de princípios cooperativos.

1.1.2. Crédito

O crédito é oriundo do termo latino *creditu*, que significa acreditar, confiar (FERREIRA, 1999). Daí, o crédito ser uma ação que se pauta em uma regra moral, na qual está implícita uma ação de cessão de algo para alguém, não necessariamente de ordem material. Contudo, o conceito de crédito, como uma ação de alguém que, temporariamente, cede parte do patrimônio a um terceiro, e cujo valor cedido deverá retornar integralmente após o tempo estipulado, mediante uma remuneração – o juro – vincula-se à evolução da moeda e ao surgimento dos bancos na Itália, no século XV (SCHRICKEL, 1997). Assim, o crédito passa a trazer implicitamente o débito, termo de origem latina, *debitu*, que significa ser devedor.⁸

A consolidação do tripé do sistema financeiro capitalista - composto pelos intermediários financeiros bancários, sociedade por ações e bolsas de valores - veio reforçar o conceito de crédito como é entendido na atualidade, em que o capitalismo financeiro, paulatinamente, impôs-se ao capitalismo industrial, transformando economias de bens em uma economia monetária. A radicalização desse processo, com a globalização, introduziu uma nova feição da moeda, dessa vez representada por um conjunto de registros eletrônicos, nos quais as operações de crédito tornam-se mais intensas e complexas. Isso se evidencia à medida que os agentes econômicos, para evitar os saldos monetários ociosos, tendem a converter a moeda rapidamente em ativos remunerados, com operações intra e interpaíses e vice-versa, com destaque para as operações no mercado de capitais (KNORR-CETINA, 2004, p. 104-109).

Nesse sentido, a questão de crédito no sistema financeiro passou a estar

⁸ O crédito aqui se afasta da idéia do conceito da dádiva expresso por Caillé (2002, p. 192), “como qualquer prestação de bens ou serviços efetuada sem garantia de retorno, tendo em vista a criação, manutenção ou regeneração do vínculo social”.

regulada por mecanismos tecnológicos, para facilitar o acesso às informações. Num novo contexto, a informação, como destaca Stiglitz (2004, p.), torna-se fator primordial para definir as relações e movimentos de agentes financeiros, visto que o nível de conhecimento, em relação aos atores envolvidos, determinará riscos e custos de transações.

Destarte, as operações de crédito passaram a depender da obtenção e análise de uma conjunção de elementos que envolvem igualmente os aspectos morais (*moral hazard*), financeiros e de colateralidade. Os aspectos morais abrangem dois elementos: o caráter, entendido como o princípio ético da honestidade, que leva em consideração não apenas o indivíduo ou o montante do crédito, mas toda a integridade ética do conjunto de pessoas com os quais o indivíduo se relaciona; e a capacidade, entendida como a habilidade de saldar os compromissos, envolvendo emprego de conhecimentos tácitos ou formais (SCHRICKEL, 1997).

Os aspectos financeiros compreendem também dois elementos: o capital, entendido como a capacidade de aportar recursos próprios para viabilizar ou saldar os compromissos assumidos e as condições, que representam o ambiente institucional, político, econômico e social em que estão inseridos os agentes desse processo, os quais podem facilitar ou dificultar as transações. E o colateral, que se traduz na disponibilidade de garantias, visando atenuar o risco das transações (Idem).

O crédito passou a estar cada vez mais atrelado aos instrumentos de pressão complexos, sofisticados, operados por especialistas, através de uma perspectiva de racionalização de eficiência, previsibilidade e calculabilidade, sendo assegurado por garantias, de modo a reduzir o risco de operações. Dessa forma, o crédito tende, cada vez mais, a se distanciar daqueles que não dispõem de garantias reais.

Ademais, as operações do sistema financeiro, através dos movimentos de crédito e débito, colocam em campos opostos aqueles que possuem o capital e os que deste necessitam, distinguindo as práticas dos envolvidos nesse processo. Ou seja, enquanto os que possuem capital buscam segurança e máxima rentabilidade para os seus recursos, aqueles que necessitam de crédito procuram oportunidades com menor custo e mais facilidade de obtenção de recursos.

Ainda que não se possa desconsiderar a complexidade existente em torno da

noção de crédito, quer-se destacar, para os propósitos deste trabalho, a idéia de confiança que está na origem do termo. Isso significa a possibilidade de recuperar o liame entre cooperativas de crédito, relações de confiança e proximidade, as quais apresentam variações na medida em que a área de abrangência e o número de associados se ampliam.

1.1.3. Território

O território é considerado um espaço no qual se desenvolvem e se descortinam uma complexidade de relações sociais, seja no campo das sociabilidades, ou no campo da produção. Nesses espaços, há, portanto, uma coexistência de estratégias de apropriação e uso dos recursos naturais e sociais, condicionando tramas sociais que envolvem uma combinação de ação local e ação à distância, e que se inserem em uma economia regional, segundo especificidades e contextos globais (CAVALCANTI, 2004).

A partir das configurações territoriais, tem-se um enfoque pelo qual a questão da atividade produtiva e do trabalho se apresenta como pano de fundo para compreensão das dinâmicas em termos de alocação de recursos e utilização de ativos, ditando o ritmo e a direção da construção desse espaço, em termos de ocupação espacial e de complexidade de relações sociais.

Essa construção territorial, de acordo com Sequet (2007), é estabelecida historicamente, ocorrendo através das variadas formas de coalizão entre os atores sociais, os quais, para alcançarem propósitos específicos, utilizam ativos e recursos.

O território, conforme destaca Saquet (2007, p. 152), é um *“produto e condição social, influenciando na constituição da identidade local em virtude das ações coletivas; tem um conteúdo dinâmico e ativo, com componentes objetivos e subjetivos, nos níveis local e extralocal”*.

No território há *“uma pluralidade de sujeitos, em relação recíproca, contraditória, e de unidade entre si, no e com o lugar e com outros lugares e pessoas”*, cujas bases (redes de circulação e comunicação, relações de poder, contradições e identidade) *“fundem-se umas nas outras numa trama relacional (multitemporal e multiescalar) indissociável”*, tanto física, quanto econômica e sociocultural (Idem, p. 157).

Nesse local, a dinâmica do capital, que é desterritorializadora, associa-se à dinâmica do processo de acumulação e produção, resultando em múltiplas realidades e territorialidades, em várias redes de circulação e comunicação (Ibidem, 2007).

De acordo com Wanderley (2000, p. 30), o rural apresenta uma trama social e espacial específica, tecida em função das relações sociais de parentesco, vizinhança, amizade e relações externas, denotando, no caso dos agricultores familiares, uma identidade singular. O rural, então, representa um espaço específico, diferenciado, como destaca Wanderley (2000a), social e historicamente construído. O rural é resultante de um processo “*da ocupação do território, das formas de dominação social*”, cuja base consiste nos recursos materiais e nas relações campo-cidade, sendo um “*lugar onde se vive (particularidade do modo de vida e referência identitária)*”, bem como um “*lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção na sociedade nacional)*” (Wanderley, 2001, p. 32).

Logo, compreender um território, conforme Steimbregger, Radonich e Bendini (2003, p. 18) é reconhecer a existência de atores institucionais, a presença de atores coletivos e as condições que emergem para que atores individuais adotem estratégias de produção e reprodução.

As tramas social e espacial desse território, definem, por conseguinte, a dinâmica das experiências cooperativas, bem como o processo de desenvolvimento sustentável nesses espaços. As cooperativas de crédito apresentam uma vinculação a um território, sendo esse identificado tanto com uma área geográfica municipal, quanto a uma atividade econômica e uma relação com a terra. Como as cooperativas de crédito territorializam o capital no meio rural, como formam novas redes, novas relações a partir da vizinhança e formam novos arranjos, são questões para se observar a partir da introdução de técnicas financeiras e com a efetivação de relações sociais.

1.1.4. Finanças rurais, finanças agrícolas e microfinanças

As finanças rurais consistem, de acordo com Carter et al. (2004), num conjunto de serviços financeiros disponibilizados a um grupo heterogêneo da população residente em um território rural, que pode tanto englobar as finanças agrícolas e não-agrícolas, quanto as microfinanças, a exemplo do microcrédito.

As finanças agrícolas compreendem, por sua vez, todas as operações realizadas com foco na agricultura, e que envolvem os insumos, a produção, o processamento e a distribuição dos produtos, beneficiados ou não.

As microfinanças englobam ações que têm foco mais específico, voltado para os serviços de população pobre ou de baixa renda, através da oferta de pequenos empréstimos e serviços flexíveis de poupança, e que se apóiam numa diversidade de opções para a garantia das operações. Os beneficiários das microfinanças, por sua vez, caracterizam-se por uma grande heterogeneidade – donas de casa e aposentados, agricultores familiares, microempresários, trabalhadores autônomos e assistidos por programas de assistência social – razão pela qual os serviços financeiros também são os mais diversos, podendo abranger empréstimos de capital de giro, crédito ao consumidor, poupanças, pensões, seguros, e serviços de transferência de dinheiro, crédito consignado ou aval solidário, pagamentos diversos e cartões de crédito (GRUPO CONSULTIVO DE ASSISTÊNCIA AOS POBRES, 2006).

Dentro das microfinanças, há um subgrupo específico, denominado de microcrédito,⁹ voltado para um público específico, os microempreendedores. O foco do microcrédito é a produção e o investimento, disponibilizando, para isso, um conjunto de serviços financeiros ao microempreendedor, excluindo, entretanto, o consumo (ALVES E SOARES, 2006, p. 28-29).

A idéia de microfinanças apóia-se num conjunto de princípios universais, norteadores das práticas das instituições que operam nesse campo, conforme definido pelo CGAP, com base nos seguintes aspectos: justiça social (as microfinanças

⁹ O Grameen Bank, fundado em 1976 em Bangladesh, constituiu uma maneira alternativa de atuação no mercado financeiro voltado para os mais pobres da população. A redescoberta de mecanismos de regulação social, a exemplo do aval solidário, veio reduzir os custos de transação e tornar-se um sustentáculo fundamental para as propostas que se voltaram para grupos marginais ao sistema financeiro. O aperfeiçoamento dessas experiências consolidou um mecanismo alternativo de relação com esses grupos, institucionalizou-se assim, um movimento paralelo aos dos agentes financeiros tradicionais, ao mesmo tempo em que foram ampliados os serviços financeiros disponibilizados (LEDGERWOOD, 1998; MARTIN, HULME E RUTHERFORD, 1999; JOLIS E YUNNUS, 2000). A concessão do Prêmio Nobel da Paz em 2006 para Muhammad Yunnus, fundador do Banco Grammen (em bengalês banco da aldeia), o qual atua prioritariamente com mulheres e em espaços rurais, vem, pois, dar ênfase a essa maneira diferente de intermediação financeira, colocando tais práticas no centro das discussões. Ademais vale situar que o reconhecimento da proposta de microcrédito levada adiante por Yunnus, como potencializadora de oportunidades para aqueles à margem do sistema financeiro tradicional, vem logo a seguir da celebração, em 2005, pela Organização das Nações Unidas – ONU, do Ano Internacional do Microcrédito. Esses fatos ampliam ainda mais a visibilidade do crédito e das práticas dos agentes e instituições que transitam neste campo das finanças, a exemplo das cooperativas de crédito.

identificadas como um instrumento poderoso na luta contra a pobreza, de modo que pobres não necessitem apenas de empréstimos, mas de uma variedade de serviços financeiros); sustentabilidade e equidade (as microfinanças apóiam-se na construção de sistemas financeiros locais auto-suficientes capazes de atingir um grande número de pessoas carentes); autonomia e independência (autogestão para fixação de juros e operacionalização, cabendo aos fundos dos doadores complementar o capital privado, sem que haja, entretanto, competição entre as partes); especialização do trabalho (que aponta para a necessidade de instituições e executivos qualificados) e transparência (as microfinanças funcionam melhor quando têm seu desempenho medido e divulgado) (GRUPO CONSULTIVO DE ASSISTÊNCIA AOS POBRES, 2006).

Tais características pautam-se na lógica de funcionamento de instituições financeiras tradicionais, contudo, distinguem-se, substancialmente, destas quando se considera que o público a que se destinam, está tradicionalmente à margem do sistema financeiro bancário. Interessa a este trabalho desvelar as relações estabelecidas, bem como a dinâmica local resultante dessas relações.

1.2. A TRAJETÓRIA DA PESQUISA

A natureza do objeto de investigação, pautada no processo de relações engendradas pelas cooperativas para ocupar os espaços nos sistemas financeiros locais, requer, segundo o recorte realizado, uma análise eminentemente qualitativa, ainda que não prescinda, em alguns momentos, de uma análise quantitativa.

Eis a razão pela qual a técnica de estudo de caso se revelou como a mais apropriada, uma vez que não depende exclusivamente de dados etnográficos ou de uma observação participante, mas permite uma combinação de métodos de coleta e análise de dados (YIN, 2003, p. 32-33).

Os estudos de casos interpretativos representam, para Lincoln e Guba (2006), um tipo de narração característico de um paradigma pós-moderno, o construtivista, no qual a questão da ontologia está centrada em um relativismo local e em realidades especialmente construídas, de natureza epistemológica transacional/subjetivista, e cuja metodologia está centrada na hermenêutica/investigação da ação.

A partir dessa perspectiva passou-se à construção dos instrumentos de

pesquisa e do trabalho de campo, o qual foi realizado no período compreendido entre junho de 2006 e maio de 2007.

Os critérios de seleção das cooperativas de crédito apoiavam-se nos seguintes pontos: estarem localizadas em pequenos municípios do Nordeste brasileiro, onde a dinâmica agrícola se destacasse pela grande contribuição ao desenvolvimento local; estarem integradas formalmente à uma entidade de representação de cooperativas; terem sido constituídas a partir da segunda metade da década de 1990, em função da flexibilização organizacional e estrutural observada a partir desse período definido como parâmetro deste estudo.

Com base nesses princípios, duas experiências no estado de Pernambuco se destacaram para os nossos propósitos: a Cooperativa de Crédito do Alto Pajeú – CREDIPAJEÚ e a Cooperativa de Crédito Rural de Economia Solidária do Pajeú – ECOSOL Pajeú. A primeira está ligada à Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB e ao Sistema das Cooperativas de Crédito do Brasil – SICOOB, enquanto a segunda faz parte da Associação Nacional das Cooperativas de Crédito de Economia Familiar e Solidária – ANCOSOL e do Sistema Nacional das Cooperativas de Economia e Crédito Solidário – ECOSOL.

A etapa seguinte foi situá-las, enquanto instâncias de intermediação financeira e formas de inserção particular num território, em torno do qual se definem dinâmicas sociais específicas.

1.3. OS EIXOS DE ANÁLISE

Na verdade, tivemos a preocupação de considerar as cooperativas de crédito a partir de uma dupla perspectiva:

- a) como intermediárias financeiras e, portanto, reguladoras de um fluxo monetário, atuando na organização da relação entre poupadores e credores, a partir de regras financeiras e de um conjunto doutrinário próprio do cooperativismo;
- b) e como espaço de deliberação e decisão coletiva, potencializando oportunidades de produção e de trabalho para a comunidade local.

Nesse contexto, as cooperativas de crédito tendem a ser posicionadas e viabilizadas conforme um duplo movimento: horizontal e vertical.

O campo da horizontalidade é compreendido como o movimento interno de

aproximação dos sócios ou potenciais associados da cooperativa. Nessa direção, a cooperativa pode empreender ações para composição do quadro social que pode apresentar uma constituição mais homogênea ou mais heterogênea, por exemplo. O movimento horizontal inclui diferentes formas e processos de participação dos associados, sendo destacados os laços de proximidade entre associados e cooperativas, além dos mecanismos de pressão social.

O campo da verticalidade consiste no movimento das cooperativas para integração ao sistema financeiro, desenvolvendo estruturas mais simples ou mais complexas para a definição de relações com os demais agentes do mercado. Nesse sentido, se destacam os processos de integração com as congêneres e o desenvolvimento de estratégias de intercooperação para atuação local e nacional, bem como o nível de autonomia em relação aos atores bancários tradicionais.

A conjunção desses dois movimentos representa, pois, uma questão fundamental a partir da qual se analisam as práticas e o projeto cooperativo.

1.4. OS INSTRUMENTOS DE PESQUISA

Para situar e compreender o duplo movimento experimentado pelas cooperativas estudadas, bem como os processos, estratégias e suas conseqüências, foram realizadas entrevistas em profundidade com membros do conselho de administração, conselho fiscal, gerente, funcionários e associados.

Destaca-se, como particularmente importante, o discurso daqueles que detinham o poder de decisão formal no cotidiano, para estabelecer contratos e negociações que fossem conhecedores de informações operacionais e estratégias das cooperativas. Tanto os dirigentes eleitos como gestores e funcionários foram considerados nesse contexto.

Além desses, interessávamo-nos também pelos membros de entidades sindicais e associativas, consultores, além de técnicos e membros de entidades governamentais e não-governamentais que apresentavam relações com a trajetória da cooperativa.

Como as cooperativas de crédito apresentam 07 membros no conselho de administração, dos quais 03 são escolhidos para ocupar a diretoria executiva, considerou-se 02 membros da diretoria e outro do conselho de administração nas

entrevistas. Em relação ao total de 06 membros do conselho fiscal, foram entrevistados 02 de seus integrantes. Quanto ao conselho fiscal, como há uma renovação anual, foram considerados os ocupantes de cargos entre 2005 e 2006. Uma vez que nas cooperativas há pessoas contratadas, considerou para efeito de entrevista 01 gerente, além de 02 funcionários. Também foram entrevistados 05 cooperados que não ocupavam cargos de direção, inclusive conselho fiscal, sendo todos selecionados a partir de informações obtidas junto aos dirigentes e funcionários das cooperativas.

Desse modo, houve um total de 26 entrevistas nas duas cooperativas, sendo ainda realizadas mais 06 entrevistas, envolvendo representantes sindicais, assessores das cooperativas e representantes de entidades parceiras das cooperativas.

Com a preocupação de abarcar os objetivos propostos, as entrevistas foram agrupadas em quatro blocos (Apêndice A).

O primeiro envolveu a questão do processo das relações de proximidade e vinculação do associado com a cooperativa, como, por exemplo: processo de filiação; espaços de deliberação e decisão; as práticas de participação; e as formas de comunicação.

O segundo bloco foi centrado nas questões relativas à intermediação financeira envolvendo a gestão, tais como: processo de operação e atendimento; produtos de crédito, de poupança e definição do valor das taxas; formas de capitalização e obtenção de recursos; mecanismos de pressão de riscos, garantias e inadimplência; estratégias mercadológicas, concorrência e resultados; atividades de planejamento.

O terceiro bloco centrou-se na questão do trabalho e do conhecimento no âmbito interno da cooperativa, através dos seguintes pontos: divisão e especialização das tarefas; processo de formação de gestores, funcionários e técnicos; condições diferenciais de trabalho.

O quarto ressaltou os aspectos da intercooperação e articulação, voltando-se para processos e mecanismos de inserção em redes locais e nacionais; canalização de recursos para projetos produtivos; respostas a demandas da sociedade local; contribuições das ações para o contexto local.

As respostas das entrevistas foram transcritas e agrupadas, de forma a

realizar uma análise dos casos¹⁰, favorecendo a compreensão dos processos sociais que, cotidianamente, moldam e recriam, cotidianamente, as cooperativas, bem como as implicações de sua dinâmica no contexto do território em que se encontram inseridas.

1.5. OS CASOS SELECIONADOS: AS COOPERATIVAS DE CRÉDITO RURAL DA MICRORREGIÃO DO PAJEÚ

Como descrito anteriormente, foram tomadas duas experiências de cooperativas de crédito: a Cooperativa de Crédito do Alto Pajeú – CREDIPAJEÚ e a Cooperativa de Crédito Rural de Economia Solidária do Pajeú – ECOSOL-Pajeú, ambas localizadas na microrregião do Pajeú, no semi-árido do estado de Pernambuco, Nordeste do Brasil.

O perfil dessa região é marcado pela existência de pequenos municípios, nos quais as atividades agropecuárias representam a principal atividade econômica.

Os 17 municípios da região possuíam uma população total, em 2007, de 309.503 habitantes, dentre os quais 41,2% deles com menos de 10 mil habitantes e 29,4% com uma população entre 10 mil e 20 mil habitantes. Os maiores municípios são Serra Talhada (76.198), Afogados da Ingazeira (34.047), São José do Egito (30.469), Tabira (25.836) e Flores (21.962), enquanto os menores municípios são Ingazeira (4.444), Solidão (5.837), Quixaba (6.875), Brejinho (7.158) e Calumbi (7.577) (IBGE, 2007a).

A agropecuária representa a atividade predominante em todos os municípios, com destaque para o setor avícola (Apêndice B) e a bovinocultura. O percentual de pessoas acima de 10 cuja ocupação principal é a agropecuária, em 2000, era de 36,4% em Afogados da Ingazeira, 50% em São José do Egito e 51,8% em Tabira segundo os dados do Censo Demográfico (IBGE, 2007). Com relação à distribuição de imóveis, há um predomínio de minifúndios e pequenas propriedades (INCRA,

¹⁰ De acordo com Yin (2005, p. 140-143) as estratégias analíticas nos estudos de caso podem ocorrer a partir de três grandes perspectivas. Uma primeira se baseia em proposições teóricas, nos quais os objetivos e o projeto de estudo estão fundamentados em proposições que refletem o conjunto de questões pertinentes à pesquisa. Uma segunda estratégia trata de definir e testar explicações concorrentes. Uma terceira que desenvolve uma estrutura descritiva a fim de organizar o estudo de caso. No caso do presente estudo, busca-se efetuar uma descrição, concomitantemente a definição e teste das explicações concorrentes.

2007).

Vale salientar que o percentual da renda desses municípios tem apreendido uma ampliação em decorrência das transferências governamentais, segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD (2003). Isso se deve à inserção de pessoas na previdência social ou em outros programas de assistência social do Governo Federal.

Uma outra característica dessa microrregião é a quantidade de micro e pequenos empreendimentos nos aglomerados urbanos, os quais apresentam um nível de contratação de mão-de-obra limitado, além de remunerarem os empregados numa faixa de 38% abaixo da média de remuneração observada no estado (IBGE, 2007).

Nesse ambiente, o primeiro caso selecionado foi a Cooperativa de Crédito do Alto Pajeú – CREDIPAJEÚ, filiada ao SICOOB Central Nordeste. Esta cooperativa foi constituída no final de 1999, e tendo suas operações iniciadas no ano 2000. A CREDIPAJEÚ apresenta uma estreita ligação, desde a sua fundação, com outra cooperativa, a Cooperativa dos Avicultores e Suinocultores do Alto Pajeú – COPASA, cujos associados desenvolvem como atividade principal a criação de frango de corte, e, em sua maioria, tornaram-se associados da CREDIPAJEÚ.

A CREDIPAJEÚ tem sua sede no município de São José do Egito, tendo por área de abrangência mais 27 municípios, a maioria com menos de 20 mil habitantes e com a maior parcela da população estando classificada como rural (Mapa 1 e Apêndice C - Quadro 1).

A CREDIPAJEÚ possui 1.611 associados, 18 funcionários e 04 Postos de Atendimento ao Cooperado-PACs em quatro municípios de sua área de atuação: dois PACs estão localizados em municípios de Pernambuco - Afogados da Ingazeira e Tuparetama – e os demais em municípios do estado da Paraíba - Ouro Velho e Prata.

No que diz respeito ao sistema de representação, a CREDIPAJEÚ está filiada a uma cooperativa de segundo grau, a Central das Cooperativas de Crédito do Nordeste - SICOOB CENTRAL NE¹¹ - cuja área de atuação cobre todos os estados

¹¹ O SICOOB Central Nordeste abrange um número de 21 cooperativas, sendo que 04 delas são de crédito rural. Três dessas cooperativas apresentam mais de 15 anos de fundação, sendo a CREDIPAJEÚ, portanto, uma das mais recentes. Além da CREDIPAJEÚ, somente uma outra cooperativa de crédito, no Rio Grande do Norte, possuía posto de atendimento em vários municípios.

do Nordeste, com exceção da Bahia.¹² A CREDIPAJEÚ assume uma posição de destaque entre as cooperativas associadas ao SICOOB Nordeste, em virtude de, não obstante a sua breve existência, ter implementado vários postos de atendimento.

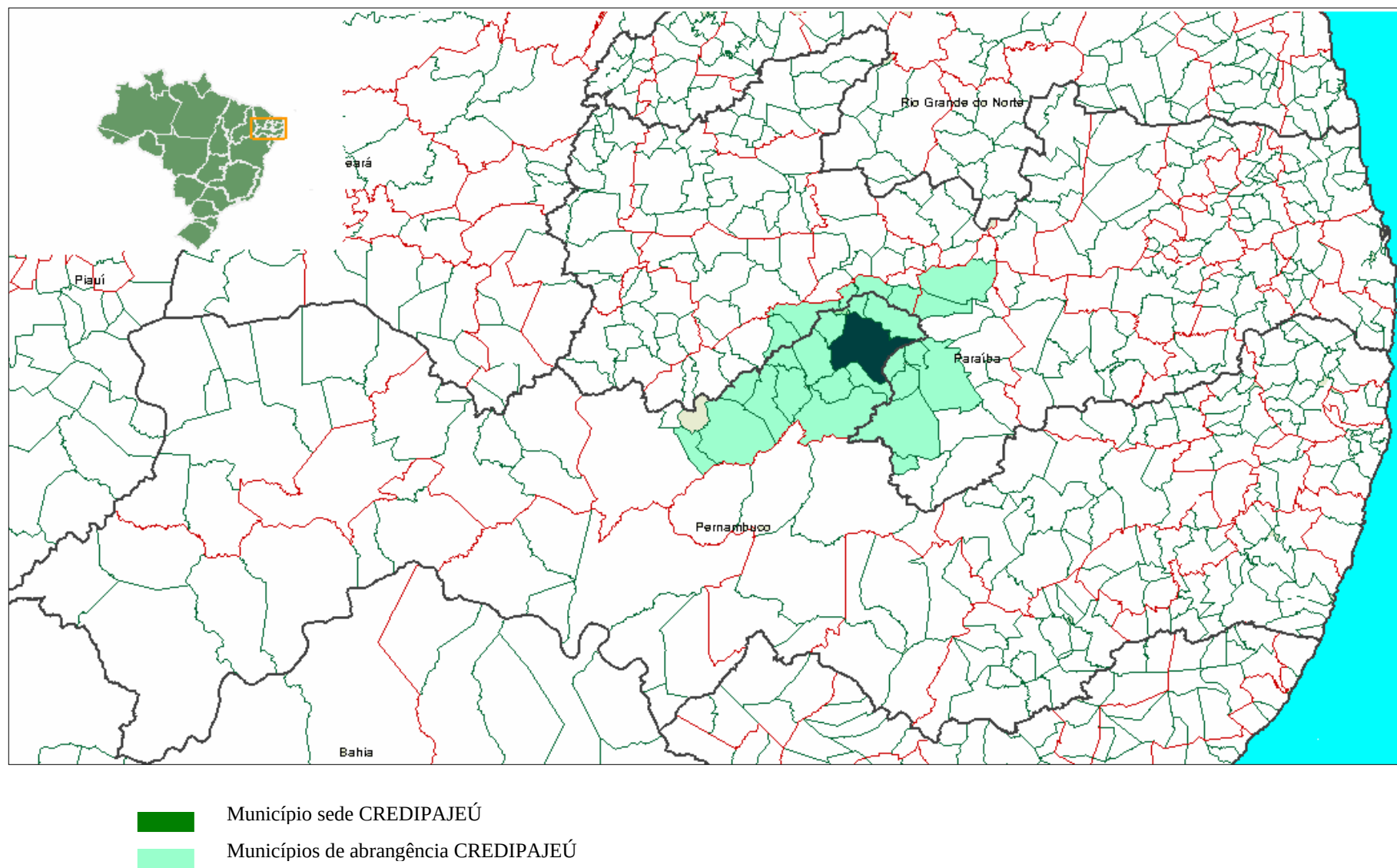
O segundo caso selecionado foi a Cooperativa de Crédito Rural de Economia Solidária do Pajeú, conhecida como ECOSOL Pajeú, cujas operações tiveram início em 2002, a partir de estreita relação com o movimento sindical rural e com programas governamentais de desenvolvimento. A ECOSOL está sediada no município de Tabira, estado de Pernambuco, tendo por área de abrangência outros três municípios circunvizinhos: Afogados da Ingazeira, São José do Egito e Solidão (Mapa 2 e Apêndice C - Quadro 1).

Com 650 associados, sendo 3 funcionários, a ECOSOL-Pajeú integra o Sistema Nacional de Cooperativas de Crédito Mútuo e Economia Solidária – ECOSOL, sistema este que atua em todo território nacional. A experiência da ECOSOL-Pajeú assume importância significativa na medida em que tem subsidiado a implementação e o funcionamento de outras iniciativas de cooperativas de crédito da vertente solidária na região.

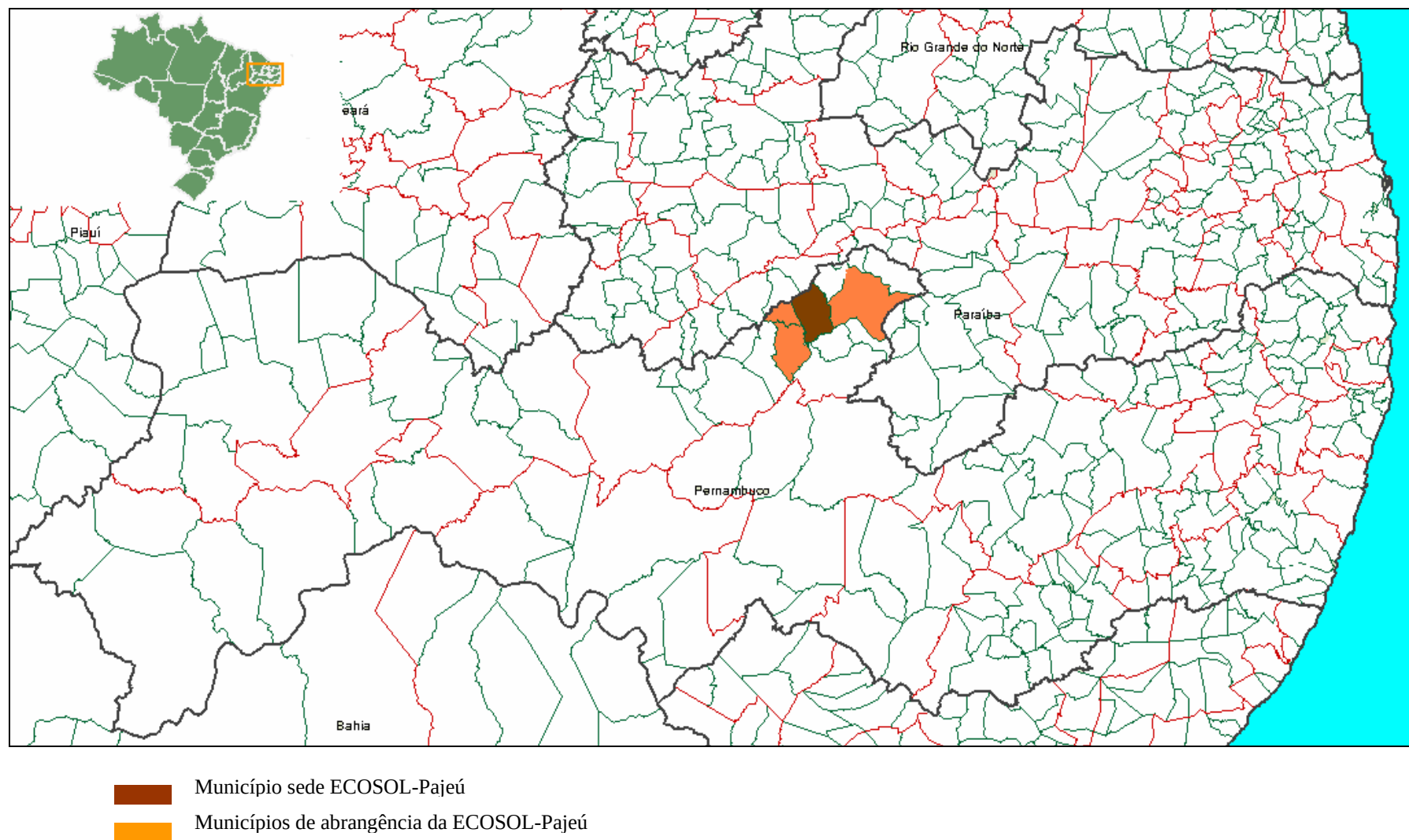
Os municípios atendidos pelas cooperativas da ECOSOL-Pajeú e da CREDIPAJEÚ apresentam uma forte dependência das atividades agrícolas, especialmente da pecuária. Aliás, vale ressaltar que as atividades como a bovinocultura, caprino-ovinocultura e a avicultura representam importantes atividades locais, mesmo considerando, no caso das duas primeiras atividades, as grandes oscilações no efetivo do rebanho, motivadas pelas variações edafoclimáticas regionais. No que concerne às atividades agrícolas, o milho e feijão apresentam, historicamente, a maior área plantada (ocupando 96% da área cultivada), assim como uma grande variação em função das estiagens que acometem a região (IBGE, 2007). As duas experiências demonstram, ainda, municípios com duplicidade de cobertura de atuação, uma vez que todos os municípios da ECOSOL-Pajeú encontram-se também na área de cobertura da CREDIPAJEÚ.

¹² No caso da Bahia, as cooperativas integrantes do sistema ASCOOB fazem parte de uma cooperativa de segundo grau, o SICOOB Bahia, que não possui filiadas em outros estados do Nordeste.

Mapa 1– Área de abrangência da CREDIPAJEÚ



Mapa 2 – Área de abrangência da ECOSOL-Pajeú



1.6. TRABALHO DE CAMPO

A etapa preliminar da pesquisa ocorreu através de um levantamento de informações em diversas bases de dados, acerca da área de abrangência das cooperativas, de modo a proporcionar elementos que subsidiassem uma melhor compreensão da realidade. A utilização do acervo eletrônico de periódicos e as publicações de grupos de pesquisas nacionais e internacionais, como a Rede Universitária das Américas em Cooperativos e Associativismo – UNIRCOOP, além do Centre International de Recherche et d'Information sur l'Économie Publique, Social et Coopérative-CIRIEC, dentre outros, constituíram aportes de grande valia.

Os dados sociodemográficos, bem como os de produção agrícola e de pecuária municipal foram levantados a partir do banco de dados do IBGE. Para se ter uma visão acerca da movimentação financeira local, efetuou-se um levantamento sobre as agências bancárias existentes, bem como as operações de crédito, poupança e depósitos nos municípios na base de dados (IBGE). A intenção era obter informações para efetuar um posicionamento da participação da cooperativa no processo de intermediação financeira local. Isso significava a possibilidade de visualizar, em termos quantitativos, os recursos movimentados pelas cooperativas em relação ao total de recursos depositados nas instituições financeiras locais. Levantou-se o movimento do crédito rural, tomando por base o ano de constituição da cooperativa de crédito com mais tempo de atuação, no caso, o ano de 1999.

Posteriormente, foram estabelecidos contatos com os representantes do Sindicato das Organizações de Cooperativas do Estado de Pernambuco-SESCOPE/OCEPE, para obtenção de dados acerca das cooperativas de crédito estaduais, efetuando-se o primeiro contato com um dirigente da CREDIPAJEÚ. Em seguida, deu-se início às conversações com um dirigente da cooperativa através de e-mail e telefone, definindo uma agenda de visitas para observação sistemática e realização de entrevistas.

Simultaneamente às visitas à CREDIPAJEÚ, foram coletadas informações e dados referentes ao movimento das cooperativas de crédito ECOSOL junto à Agência de Desenvolvimento Solidário – ADS, da Central Única dos Trabalhadores – CUT. A necessidade de contatar a ADS /CUT foi motivada por esta ter sido a

entidade responsável por um conjunto de ações realizadas no decorrer de 2001 a fim de mobilizar e apoiar a constituição de cooperativas de crédito junto aos diversos sindicatos de trabalhadores rurais do estado. Eis a razão pela qual os sindicatos também foram considerados locais privilegiados para a obtenção de informações sobre cooperativas de crédito. Com esse propósito, foram realizadas visitas à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco – FETAPE, em Recife, ocasião em que o seu presidente e um assessor sindical foram entrevistados.

A efetivação do trabalho de campo iniciou-se a partir de junho de 2006, com visitas às sedes das cooperativas supracitadas, sendo estabelecidas conversações iniciais com dirigentes, funcionários e associados, como também acesso aos relatórios gerenciais e administrativos das últimas assembléias.

Nos meses subseqüentes, foram realizadas novas idas às cooperativas e, até maio de 2007, todos os informantes haviam sido entrevistados. As entrevistas com os associados foram também realizadas nas suas propriedades.

Nesse ínterim, também foram efetuadas visitas à Cooperativa dos Avicultores e Suinocultores do Alto Pajeú – COPASA, no município de São José do Egito. A importância de se contatar essa cooperativa devia-se ao fato de que a maioria dos associados também são membros da CREDIPAJEÚ. Na COPASA, foram entrevistados o presidente e um participante do conselho de administração, ambos membros da CREDIPAJEÚ.

Com o intuito de uma melhor compreensão da dinâmica acerca da estruturação da CREDIPAJEÚ, foi realizada uma visita à agroindústria local de abate de aves - Serrote Redondo Ltda.. Através desta agroindústria, localizada no município de Afogados da Ingazeira, pudemos obter informações sobre a cadeia agroalimentar do frango e suas implicações regionais. Esse diagnóstico nos auxiliou na compreensão da dinâmica produtiva local, do perfil do produtor associado à CREDIPAJEÚ, bem como das suas principais dificuldades.

Nos deslocamentos até o Pajeú, efetuaram-se visitas aos sindicatos dos trabalhadores rurais nos municípios de Tabira e Afogados da Ingazeira. Nesses sindicatos, partes dos associados e dirigentes são filiadas a ECOSOL-Pajeú.

Ainda com o intuito de compreender melhor a dinâmica de funcionamento da

ECOSOL-Pajeú foram realizadas visitas à entidade não-governamental DIACONIA, em Afogados da Ingazeira. Através dessa ONG, foram obtidas informações a respeito de projetos agroecológicos apoiados em várias comunidades, contribuindo na compreensão do perfil do produtor associado à ECOSOL, bem como seus principais desafios.

A estrutura fundiária da região foi melhor compreendida por meio de fotografias aéreas e mapas cartográficos fornecidos pelo escritório do Fundo de Terras do Estado de Pernambuco – FUNTEPE¹³, de Afogados da Ingazeira. Com o apoio dos técnicos desse órgão, tornou-se possível também o deslocamento até algumas propriedades.

A ampliação das informações sobre os sistemas do cooperativismo de crédito no Brasil, com ênfase para os sistemas SICOOB, Sistema de Crédito e Economia Familiar e Solidária - SICREDI, e da Associação Nacional das Cooperativas de Crédito e Economia Solidária – ANCOSOL, tornou-se possível através de um levantamento bibliográfico, com o propósito de conhecer amiúde esses sistemas que integram as cooperativas analisadas.

As evidências consideradas nas entrevistas e documentos diversos, bem como nas observações foram utilizadas. O processamento dos dados empíricos, à luz do debate acadêmico, consistiu em um procedimento analítico dos dados, no qual a convergência de evidências favoreceu a descrição e compreensão da problemática apresentada, como veremos nos próximos capítulos.

¹³ O FUNTEPE é o órgão do Governo do Estado de Pernambuco encarregado de efetuar o cadastro georreferenciado de imóveis rurais nos municípios, operacionalizando, inclusive, o Programa Nacional de Crédito Fundiário em parceria com a Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário e a CONTAG.

CAPÍTULO 2

2. COOPERATIVISMO: HISTÓRICO E ATUALIDADE

O cooperativismo como movimento que se circunscreve numa forma de relação social e econômica diferenciada, insere-se no rol das questões que permeiam a ação dos movimentos sociais contemporâneos ante as desigualdades crescentes que marcam a sociedade global.

Com sua origem vinculada aos movimentos socialistas e operários, que surgem na Europa a partir do final do século XIX, o cooperativismo continua acenando com uma perspectiva de ampliação de oportunidades e liberdades.

O ideário que serviu de inspiração aos seus primeiros pensadores, decorrido mais de um século e meio da experiência de Rochdale, em 1844, na Inglaterra, traduz-se em uma estratégia de organização social, cujos aspectos de solidariedade, de produção e de transformação constituem os pilares para a análise desse movimento.

Na nova ordem global, a releitura do tema pelas ciências sociais é imperativa, em virtude de que o cooperativismo, especialmente o cooperativismo de crédito, tende a ser apregoado como uma alternativa para responder às necessidades daqueles em situação de vulnerabilidade, principalmente, daqueles que estão excluídos do sistema bancário tradicional.

Em uma perspectiva histórica, as cooperativas buscavam se contrapor ao capitalismo, estando o movimento impregnado das concepções filosóficas do socialismo (PINHO, 1966; MONZÓN, 2003; PIRES, 2004). Desse modo, vínculos e relações para desenvolvimento de interesses comuns nessas organizações envolvem aspectos tanto econômicos como sociais (PIRES, 2004).

O cooperativismo, portanto, está associado à questão dos vínculos sociais, de uma proposta de trabalho, desenvolvida a partir de uma perspectiva diferenciada, em uma sociedade global, capitalista.

2.1. O PENSAMENTO COOPERATIVO

A gênese do cooperativismo está associada a contestações dos trabalhadores dos centros industriais da Europa no século XIX. Embora seja o socialismo a fonte, o tronco comum, no qual se apóiam as bases do movimento cooperativo, o embate travado na construção do movimento cooperativista não apresenta uma perspectiva unívoca, englobando diferentes visões das formas de enfrentamento do capitalismo. Tal fato se refletiu na construção de funções desempenhadas pelas cooperativas no processo de transformação da vida social, inclusive no setor agrícola, sendo muito mais forte na Europa Continental que na própria Inglaterra, berço do movimento (HOBBSAWN, 2000).

A literatura aponta que no delineamento do pensamento cooperativo, antes da experiência dos trabalhadores de Rochdale, um conjunto de filósofos e economistas, a partir de conceitos de governo, propriedade privada, trabalho, família e educação, desenvolveu reflexões acerca dos processos de organização social existentes, contraponto-se ao liberalismo, ao capitalismo e ao individualismo.

Nessa direção, o pensamento e a prática cooperativa de Robert Owen e Charles Fourier, por exemplo, apresentam contribuições de relevo para o movimento, diante do pioneirismo das propostas e da organização dos empreendimentos alternativos à forma capitalista (LAMBERT, 1961; DRIMER E DRIMER, 1981; PIRES, 2004).

Decerto que há uma imensa lista de pensadores cuja linha de trabalho esteve centrada no cooperativismo e nas formas de organização, que poderia apoiar estudos desta doutrina em relação a outras doutrinas de caráter econômico-social, como o sindicalismo, anarquismo e cristianismo social. Porém, centramos nossa atenção em torno de dois influentes pensadores, Robert Owen (1771-1851) e Charles Fourier (1772-873). A importância de ambos está essencialmente na inspiração de projetos utópicos, de projetos coletivos, calcados em fortes laços sociais.

As preocupações sociais de Robert Owen, um filho de artesãos que vem a se tornar um industrial têxtil na Inglaterra, e de Charles Fourier, francês, deram origem a um quadro de referência para as propostas de organizações comunitárias autônomas, de produção e consumo.

Considerado como um dos principais expoentes das obras sociais de

inspiração patronal, dos sistemas de proteção social e da legislação do trabalho, Owen tem um papel importante na construção da doutrina socialista, na construção de uma estrutura sindical inglesa e na formação de um projeto de cooperação, denominado de “aldeias cooperativas”, como forma de solução para os problemas sociais do seu tempo.

Inicialmente, Owen via no assistencialismo a forma de resolução dos problemas sociais para os trabalhadores desempregados, buscando inclusive convencer os demais industriais ingleses acerca dessa proposta. Posteriormente, a cooperação é exaltada como a solução para os problemas da miséria e de desemprego, vivenciada em espaços alternativos de vida e trabalho, através de colônias cooperativas. Há que destacar ainda os seus esforços de estreitar os laços de colaboração entre sindicalismo e cooperativismo.

Robert Owen creditava às questões morais um elemento de coesão social das aldeias cooperativas. Para ele, a resolução de questões sociais exigia uma solução integral, que envolvesse não apenas questões de distribuição e consumo, como as preconizadas pela escola econômica clássica, mas também as questões relacionadas à educação e à vida social. As colônias cooperativas apresentavam normas como produção e consumo em comum, propriedade coletiva dos bens, ausência do lucro, remuneração segundo as necessidades, além de igualdade entre seus componentes.

Fourier, por sua vez, também busca estruturar formas de trabalho através de associação de pessoas em colônias autônomas, agrícolas-industriais, através dos agrupamentos denominados de “falanges”, os quais estariam em uma estrutura maior, denominada de “falanstérios”.

Para Fourier, a questão da ordem moral e social representava também um aspecto importante para se criar vínculos de simpatia e interesse recíproco nas unidades organizacionais. O trabalho deveria ser desenvolvido não como uma obrigação, mas como um elemento de prazer cotidiano. A divisão do trabalho deveria ocorrer de forma voluntária nos grupos, segundo as afinidades individuais, onde cada um poderia eleger comodamente suas tarefas preferidas, podendo alternar as diferentes tarefas. A escolha dos dirigentes deveria ser efetuada de forma democrática e o associado seria, ao mesmo tempo, proprietário de capital e trabalhador associado da empresa, evitando o conflito entre capitalista, trabalhador e

o consumidor.

Enquanto a proposta de Owen foi concebida para que os mais pobres pudessem adquirir uma propriedade comum para realização de seus trabalhos – agrícolas ou industriais –, e buscava a eliminação de diferenças, na proposta de Fourier, o eixo central do trabalho se direcionava para o trabalho com a terra, sem propor abolição de diferenças entre ricos e pobres, muito embora buscasse assegurar uma situação de pleno emprego para os trabalhadores, inclusive camponeses. Nas comunidades de Fourier, as caixas ou agências comunitárias, organizações de caráter semi-público, tinham a função de receber a colheita, pagar antecipadamente uma parte dos produtos depositados e fornecer artigos ao menor preço possível (LAMBERT, 1961, p. 36-38).

As propostas de Owen e Fourier sugeriam um modelo através do qual a sociedade poderia alcançar uma situação ideal. Essa visão, de evolução e progresso, através das colônias cooperativas de owenistas ou fourienistas, representaria o caminho à sociedade perfeita, sem mazelas, o que, entretanto não veio a se concretizar em diversas experiências realizadas, inclusive em países não industrializados.

As aldeias ou colônias cooperativas de Owen contribuíram para melhoria nas condições de trabalho, avanços nas organizações dos trabalhadores para efetuar compra em comum e para um projeto educacional voltado para os mais jovens, mas não conseguiram permanecer em atividade por muito tempo. O fracasso na colônia ‘New Harmony’ é atribuído a uma conjunção de fatores que incluem a heterogeneidade do grupo e a falta de organização que disciplinasse a produção pela divisão de tarefas (PIRES, 2004, p. 81).

As colônias fourieristas na América do Norte e na França, também tiveram curta duração, com exceção da experiência de André Godin, em Guisa, no nordeste da França, que perdurou entre 1846 até 1968. Deste modo, as contribuições de Owen e Fourier revestem-se de particular importância por terem influenciado a instalação de organizações semelhantes em outros países. As suas contribuições são destacadas como importantes por trazerem, com maior ou menor intensidade, uma proposta de associação voluntária; de uma empresa funcionando com base em decisões democráticas; e de cujo foco estava centrado no serviço e não ao lucro (LAMBERT,

1961, p. 43-44).

Uma outra contribuição das idéias de Owen e Fourier é que a partir delas se estruturam as principais experiências cooperativas na Europa. Os participantes das colônias de Owen, por exemplo, integraram o corpo de fundadores da cooperativa de Rochdale, em 1844, a qual estruturou o conjunto de normas e regras que se constituíram na base do cooperativismo atual.

Owen e Fourier colocam as aldeias ou os falanstérios como expressões passíveis de serem aplicadas na sociedade, onde desempregados ou pessoas sem trabalho alcançariam, através de um capital em comum, um novo estágio, diferente daquele vivenciado na sociedade da revolução industrial. E aqui, não por acaso, pode se inserir a importância de alguns autores precursores do cooperativismo como Friedrich Engels (1820-1895), o qual apresentava simpatia pelas idéias de Robert Owen, mantendo durante um determinado período um estreito contato com o mesmo, até idos de 1845, antes, portanto da redação do Manifesto Comunista em 1847, que marcou o seu distanciamento da proposta do cooperativismo (LAMBERT, 1961; DRIMER E DRIMER, 1981).

Este movimento obteve um espaço no pensamento marxista, de modo que Karl Marx (1818-1883), considerava-o como uma alternativa para se alcançar o socialismo, como pode ser observado na sua exposição no *Manifiesto inaugural y estatutos provisionales*” da Assembléia Internacional de Trabalhadores-ATI, em Genebra em 1864, e posteriormente, em 1866 (MONZÓN, 2003, p. 23). Muito embora, explicitasse que o Estado seria aquele incumbido de centralizar todos os meios de produção, das propriedades aos meios de transporte, passando pelas fábricas (MARX E ENGELS, 1987, p. 42-43).

As experiências empíricas das primeiras iniciativas cooperativas, levadas adiante em uma sociedade em profunda transformação, deram suporte para a construção de uma forma alternativa de organização social dos trabalhadores.

Essas experiências associativistas, levadas adiante a partir de um conjunto de regras e princípios, trazem consigo uma proposta econômico-produtiva e de mudança social. De tal modo que, a partir do ideário utópico esculpido nessa época, a proposta cooperativa se consolida e se molda a diversos contextos.

Assim, julgamos procedente que a compreensão das propostas cooperativas

requer uma perspectiva que contemple aspectos múltiplos como: os processos de solidariedade e vinculação existentes entre as pessoas, a organização econômica dessas experiências, o caráter alternativo desses projetos cooperativos.

2.1.1. Os vínculos sociais e o cooperativismo

Como um conjunto de indivíduos que apresentam características comuns, e que comungam de interesses similares para desenvolver uma atividade econômica, as formas de sociabilidade, de solidariedade, os vínculos estabelecidos entre os indivíduos, representam uma forma de entendimento da trajetória dos grupos cooperativos. Desta forma, o pensamento de Durkheim (1999), que buscou compreender a ação do homem através de formas de integração pautadas na solidariedade mecânica e na solidariedade orgânica, onde a divisão do trabalho representa o elemento que distingue uma sociedade “moderna” de uma sociedade “atrasada”, constitui-se em uma perspectiva importante para compreender as práticas estabelecidas pelos indivíduos que integram as cooperativas.

Como a divisão do trabalho nas sociedades modernas, mais que um fenômeno econômico é um fenômeno social resultante de causas sociais, os indivíduos, ao mesmo tempo em que possuem maior autonomia, apresentam também maior dependência dos grupos, ressalta Durkheim (1999). A justificativa durkheiminiana está atrelada às influências das idéias de Augusto Comte e Saint-Simon, os quais buscavam através de suas reflexões analíticas responder as questões de uma nova ordem social, sendo este o propósito utópico das cooperativas. Crítico do utilitarismo, por ressaltar que as vontades humanas não estariam contidas no indivíduo, mas eram socialmente criadas, e que a criação de necessidades não produziram as circunstâncias que possibilitaram a sua realização, Durkheim utiliza este argumento para situar o socialismo em um patamar superior ao utilitarismo (GIDDENS, 1998, p. 153).

Ao criticar as doutrinas economicistas, por conta de sua visão de auto-regulação do mercado, e as doutrinas socialistas clássicas, por considerar o Estado como detentor dos meios de produção onde a vida econômica também se auto-organizaria, Durkheim (2002) coloca em discussão a regulamentação da moral para que haja uma ordem social, e as associações profissionais representariam a forma de

moralização das relações.

Como apontam Wolf (1970) e Mendras (1978), nas sociedades camponesas, prevalece o interconhecimento, onde as relações de parentesco e de proximidade permitem a construção de um arranjo de regulação, denotam formas de vínculo internos e destas para com a sociedade que está em volta, de caráter não utilitarista. Assim, de acordo com Queiroz (1978), Godoi (1999) e Wanderley (2000), na agricultura familiar, essas formas de vínculos não utilitaristas, de parentesco e de proximidade, permitindo que todos se conheçam e a partir daí estabelecem uma relação social intensa.

A ressonância que os estudos não utilitaristas vêm ganhando na contemporaneidade é resultante do pressuposto que a sociedade não se reduz à lógica do mercado ou do estado, mas é composto de uma diversidade de lógicas, aglutinadas no conceito de dádiva, onde valores como bondade, doação, confiança e solidariedade exprimiriam o significado de tecido social (PIRES, 2006). Neste sentido, os estudos de Marcel Mauss (2002; 2003) sobre a reciprocidade das prestações, materiais e simbólicas, entre os membros da comunidade revelam um olhar diferenciado para analisar o vínculo entre indivíduos em uma sociedade. Vale salientar que o autor busca compreender a ação dos indivíduos em sociedades “modernas” e “atrasadas”. E aqui encontra-se outro aspecto que se propõe a dar conta da realidade onde estão inseridas as cooperativas na sociedade latino-americana.

A dádiva situa-se, então, como o elemento a serviço do vínculo nas sociedades que “ultrapassaram a fase de ‘prestação total’ (de clã a clã e de família a família), mas que ainda não chegaram ao ‘contrato individual puro’ ” (MAUSS, 2003, p. 264). A dádiva é a responsável pela solidariedade, pela construção de redes, ocorrendo em todas as dimensões da vida comunitária. Como nessas sociedades, “as primitivas”, nem tudo está classificado em termos de compra e venda, sendo que a dádiva, a obrigação e a liberdade estão mescladas, Mauss (2003, p.294) coloca que este tipo de vínculo entre pessoas pode estabelecer formas contratuais diferenciadas, as quais proporcionam a coesão social. O dar, o receber e o retribuir constituem-se em uma forma na qual se estruturam os vínculos sociais entre ambiente, do doméstico ou do comunitário, sendo este um ponto para se compreender a formação

de vínculos entre indivíduos, em uma sociedade de pessoas (GODBULT, 1999).

Há que considerar, entretanto, as transformações resultantes da implementação de um mercado auto-regulável que provocaram uma dissociação de quem comprava, vendia e produzia, abolindo atitudes recíprocas de ajuda mútua, e suscitaram o surgimento de organizações produtivas, alterando por completo a relação do mercado com a produção (POLANYI, 1980). Enquanto nas sociedades “tradicionais” há uma relação pessoal e de comprometimento da personalidade, onde a dívida constitui o conjunto de vínculos sociais, “o vestígio mnêmico deixado pela dívida anterior” (GODBULT, 1999, p. 232), na sociedade “moderna”, há uma tendência a obscurecer a dívida, visto que no processo de desenvolvimento há uma tendência utilitarista, acumulativa e de equivalência onde se apregoa a liberdade, mas uma liberdade que minimiza a importância do vínculo, permitindo que se saia do próprio vínculo.

A reciprocidade e a redistribuição eram princípios encontrados não apenas em pequenas comunidades primárias, mas também em grandes impérios, sendo tais questões suprimidas pela emergência de uma idéia da auto-regulação de mercado, pela criação de mercadorias fictícias, do trabalho, da terra e do dinheiro, numa inversão completa da tendência do desenvolvimento (POLANYI, 1980). O vínculo social através da solidariedade, da dívida e da reciprocidade certamente ecoa com muita intensidade quando confrontado com características do meio rural, onde a afetividade, a tradição e a reciprocidade de serviços e obrigações prevalecem nas formas de estruturação da dinâmica da vida e de trabalho nos indivíduos deste espaço (WOLF, 1970; MENDRAS, 1978).

As influências do pensamento durkheimiano na compreensão da relação entre o indivíduo e o grupo na organização cooperativa, entretanto, apresentam limitações, destaca Giddens (1998). Mesmo guardando algumas ambigüidades, como a questão da obrigação moral e da coação “factual”, ao não considerar “*o significado teórico da possibilidade de que as obrigações morais em si possam ser elementos ‘factuais’ no horizonte do agir individual*” em virtude de que um indivíduo, ou mesmo um grupo, pode tomar ciência de obrigações, considerá-las, mas não se comprometer com estas (GIDDENS, 1998, p. 165); para o autor há que se considerar que apenas o entendimento do consenso em sociedades, especializadas ou em vias de

especialização, os processos de solidariedade lançados por Durkheim, através da perspectiva trazida pela análise da divisão do trabalho social, podem ser mais promissores do que o de conflito para a coesão social.

Se a moralidade do indivíduo, em Durkheim representava um elemento para governança dos contratos, que se contrapunha ao egoísmo dos utilitaristas (DURKHEIM, 2002; 2002a; GIDDENS, 1998), a dádiva, a retribuição, representam, para Mauss uma forma não utilitarista de vínculos entre os indivíduos (MAUSS, 2003).

Neste sentido, de investigar formas de vínculos entre os indivíduos na construção de um projeto cooperativo de crédito em áreas rurais, as formas de solidariedade, reciprocidade, afetividade e tradição representam pontos relevantes para situar o debate sobre o cooperativismo de crédito em comunidades pobres.

Os elementos morais, retomados pelas experiências recentes para a construção de sistemas financeiros alternativos, tendo como base os mecanismos de sistemas de crédito que não estão submetidos à lógica de mercado, consistem, portanto, em dimensão a partir da qual cooperativas de crédito vêm buscando construir uma proposta alternativa, imbuída do propósito de permitir a ampliação das oportunidades de trabalho.

2.1.2. A ação econômica da cooperativa

As cooperativas de crédito se propõem a desenvolver a intermediação financeira em uma sociedade capitalista, se apresentando, simultaneamente, como uma empresa e uma associação promotora do trabalho.

Para Weber (2000, p. 45), as cooperativas são associações econômicas que têm uma orientação econômica. Logo, para situar o projeto produtivo das cooperativas em uma sociedade capitalista, a racionalidade como tratada por Weber, se constitui em um enfoque, de modo a se observar o comportamento dos envolvidos nestas organizações.

Para Weber, a essência do capitalismo estava na orientação racional para a atividade produtiva; ele não negava que o capitalismo moderno envolvesse a emergência de classe, baseada no capital e no trabalho assalariado, embora este não fosse o eixo estruturador da crescente diferenciação da divisão do trabalho social

(GIDDENS, 1998).

A ação, para Weber, é resultante da relação social, e de acordo com a sua regularidade pode ser um costume, uma relação regular, ou um hábito que se transforma em uma forma espontânea de agir, onde o conceito de ordem legítima é resultante dessa relação regular ou de fatores complementares (GIDDENS, 1998). A ação então, estruturada a partir de elementos motivadores, pode ser de quatro tipos: racionais referentes a fins, racionais referentes a valores, afetivo-emocional ou tradicional (WEBER, 2000, p. 15).

Contudo, não há uma única racionalização, visto que por englobar três fenômenos, relacionados entre si, facultam a origem a várias formas de racionalização, tomadas a partir da combinação de “intelectualização” ou “desencantamento” do mundo, ampliação da racionalidade em relação ao fim prático e melhoria do cálculo do meio mais adequado, ampliação da racionalidade construída a partir de uma ética orientada para objetivos (GIDDENS, 1998, p. 53).

E aqui se situa a dialética da cooperativa: de um lado atuar em uma economia capitalista com uma perspectiva não-capitalista; e de outro estabelecer formas que não privilegiem formas de dominação, de concentração do poder. Contudo, para Weber, as formas de dominação e concentração de poder não têm como ser suprimidas das organizações podendo ocorrer em maior ou menor intensidade nelas. Mesmo em pequenas organizações, onde há um grande contato entre os membros da associação; onde há um conhecimento mútuo profundo, e que se considerem socialmente iguais à dominação, que pode ser mínima (WEBER, 2000, p. 191).

As referências do pensamento de Weber, embora estabeleçam uma nítida divisão entre intenções e motivações dos indivíduos e o efeito de suas ações no plano social e cultural, destacando que a “moral” estava separada do “racional”, sendo que a atribuição da racionalidade tomava os objetos morais ou fins como dados (GIDDENS, 1999), apresentam limitações por se basear na “construção deliberadamente seletiva de tipos ideais positivistas ou idealistas” (MÜNCH, 1999, p. 193).

Assim, outra forma de analisar a complexidade do cooperativismo na contemporaneidade, seria recorrer aos referenciais estabelecidos a partir de Parsons e do cruzamento com outras abordagens, como sugere Münch (1999).

A importância do arcabouço teórico de Parsons se deve à importância da sua teoria da ação a partir de um modelo sistêmico (PARSONS, 1969), o qual apresentava congruência com o pensamento sociológico geral dos clássicos, Weber, Durkheim e Pareto (HOLTON, 1998). Embora ignorando por completo, durante muitos anos, teóricos como Simmel e Marx (ALEXANDER, 1999), apresentando limitações em virtude de o modelo de sociedade americana e soviética ter sido utilizado no seu modelo evolutivo, e de interpretações nem sempre corretas de Durkheim e Weber, a partir da teoria de Parsons, pode-se desenvolver uma teoria abrangente da ação que incorpore duas correntes principais do pensamento ocidental, o positivismo e o idealismo (MÜNCH, 1999, p. 177).

Neste sentido, a ampliação da teoria da ação através da teoria dos sistemas, onde podem ser observados subsistemas por meio de um quadro apropriado, pode abranger dimensões e aspectos da ação, bem como permite que se desenvolva uma análise com base em um paradigma compreensivo, “capaz de integrar diferentes abordagens metateóricas e teórico-objetivas” (MÜNCH, 1999, p. 178).

A partir da atribuição da ação a estruturas e processos particulares, subsistemas de ação que têm relações recíprocas de troca, é possível situar a questão da produção, da atividade produtiva da cooperativa em três níveis, da condição humana, do nível geral da ação e da ação social. Desta forma, no nível de ação social, é possível avaliar o objetivo (de autoridade e do poder político na tomada de decisões), adaptação situacional (alocação econômica dos recursos, preferências e dinheiro), adesão às normas (associação comunitária e obediência às regras) e orientação para um quadro geral de referências (comunicação no discurso) (Idem, p. 209).

Nesta direção os arranjos dos sistemas financeiros, nos quais as cooperativas de crédito se propõem a atuar, apresentam um conjunto de objetivos, adaptações situacionais, adesão às normas e quadro geral de referência. Dessa forma, as cooperativas de crédito necessitam estruturar relações com os associados e as demais instituições, de modo a possibilitar a garantia de retorno das operações, fato que se dá através da utilização de ferramentas de racionalidade de gestão, mas também da construção de laços sociais com os envolvidos no processo.

2.1.3. Confiança e finanças

A confiança representa um elemento central para o estabelecimento do sistema financeiro, bem como do processo de coesão em grupos sociais, a exemplo do cooperativismo.

De acordo com Granovetter (1992, p. 62), a vida econômica está entrelaçada em uma rede de relações sociais estabelecidas entre indivíduos. Para o autor, a verdade e a confiança são resultados dessas relações, que tanto podem ser desenvolvidas ao longo de um determinado período como também podem se restringir a relações pontuais de curta duração. De acordo com Burt (1992), à medida que um grupo estabelece novas relações com outros grupos, são obtidas informações. Essas redes sociais favorecem, portanto, o desenvolvimento de ações de âmbito coletivo, fazendo com que haja não apenas o acesso à informação e conhecimento, mas também aumento da confiança, solidariedade e engajamento, conforme destacado por Granovetter (1992) e Burt (1992). Ao mesmo tempo, essas redes sociais são estruturadas, segundo aspectos prévios de desenvolvimento histórico relativos a questões sociais, políticas, tecnológicas e de mercado (SWEDBERG E GRANOVETTER, 1992).

Nesta perspectiva, Robert Putnam (1996) destaca que o grau de confiança existente entre os diversos grupos da comunidade, o grau de comprometimento cívico e o nível de associativismo possibilitam a construção de um capital social. Esse capital envolve as normas, instituições e organizações que promovem a confiança e solidariedade entre as pessoas, as comunidades e a sociedade como um todo, visando não apenas a reduzir os custos de transação ou produzir bens públicos, mas facilitar o processo de inserção social dos atores sociais. A partir desta premissa, Putnam, desenvolve um instrumental capaz de estabelecer uma correlação entre um índice de desempenho institucional com o nível de organização comunitária. Para isto, utilizou-se de indicadores de desempenho institucional obtidos a partir da análise do processo político, dos pronunciamentos políticos e da implementação política. Desta forma, segundo o seu modelo, Putnam destaca que não basta apenas pertencer a um grupo ou organização comunitária, mas tem que haver realmente participação efetiva para que se possa melhorar o nível de vida local.

Por envolver um tema bastante complexo, a perspectiva de capital social tem

sido objeto de discussões ante a quantidade de variáveis capazes de potencializar um processo de desenvolvimento social e econômico.

Collier (1998), ao analisar o conceito de capital social através de uma perspectiva econômica, visualizou que a interação social possibilita a transmissão de conhecimentos, favorecendo a difusão de informações tecnológicas e mercadológicas, bem como as ações coletivas. Este processo reduz o senso de oportunismo, possibilitando que haja uma maior inserção social dos grupos no mercado, favorecendo o processo de desenvolvimento econômico e social, podendo ser desenvolvido por organizações formais e informais.

Knack (1999) reforça a importância dos mecanismos informais, tais como valores, normas e redes de relação na complementariedade ou substituição de mecanismos formais no processo de formação do capital social. Knack ainda constatou que, uma vez que ocorre crescimento de capital social, há também um aumento subsequente na distribuição de renda, o que denota a importância de incrementar este tipo de capital.

O fator cultural é uma outra variável apontada por Kliksberg (1999) como um fator de coesão social e, portanto, capaz de proporcionar trocas de experiências e de informações além de fortalecer os laços internos da comunidade, aumentando a autoestima e cooperação entre os grupos. Logo, a cultura pode atuar como elemento de transformação social e econômica, um vetor de combate à pobreza, de fortalecimento dos valores comunitários, solidários e participativos, ou seja, de integração social. Através da democratização da cultura, afirma o autor, é possível reverter um dos maiores problemas da América Latina, a exclusão social. A criação de espaços culturais destinados aos setores mais desfavorecidos poderia reforçar, por exemplo, o capital humano das populações mais pobres, ao funcionar como sistemas educacionais paralelos, proporcionando formação informal que complementam e reforçam o ensino formal.

É justamente a diversidade do conjunto de variáveis analisadas que permite obter formas particulares de capital social, tal qual o capital social comunitário. Segundo Durston (1999), a construção deste capital pode favorecer a superação da pobreza e exclusão política de comunidades rurais da América Latina. Assim, a definição de capital social comunitário encara este recurso não como uma forma

individual, mas uma forma de institucionalidade social, onde os participantes da comunidade, de forma explícita ou não, buscam sempre o bem comum como objetivo. Para desencadear a formação ou alicerçar o capital comunitário rural, pode-se desenvolver uma série de ações tais como a busca de normas e práticas que incrementem os níveis de confiança, reciprocidade e cooperação.

Também, através deste processo de intercooperação entre os atores sociais (público e privado) é possível, segundo Boyer (1990), verificar o conjunto de procedimentos e de comportamentos, individuais ou coletivos, capazes de reproduzir as relações sociais fundamentais, de sustentação e acumulação do regime em vigor e de garantia de ajustamento de um conjunto de decisões descentralizadas.

2.1.4. O projeto cooperativo

As cooperativas se situam em uma sociedade capitalista buscando desenvolver um projeto que carrega consigo uma proposta alternativa. Decerto que tal debate apresenta uma extensa trajetória.

Para Weber, por exemplo, a capacidade de superação do capitalismo tinha sido eliminada, de forma que o socialismo marxista era considerado uma fantasia, uma vez que o controle do Estado sobre as empresas de caráter econômico seria uma enorme expansão da burocracia. Os efeitos alienantes da ordem social moderna não decorriam do sistema de classes, de Marx, mas eram resultados da burocracia. De acordo com Weber, a especialização continua e a educação profissional substituiu o humanismo, sendo impossível escapar da “jaula de ferro” (GIDDENS, 1998, p. 59). Assim, é colocada em xeque a própria utopia do cooperativismo, como elemento de superação ou caminho para o socialismo, segundo a ótica de Marx. E Weber fornece uma base para entendimento desta assertiva, na qual as provisões para as necessidades humanas são realizadas através de empreendimentos privados que objetivam o lucro, através da “cadeia causal weberina”. Tal cadeia seria composta de componentes de racionalismo no capitalismo (organização empresarial do capital com base na propriedade privada, tecnologia racional para produção em larga-escala – mecanização - trabalho e mercado livre), de condições intermediárias (leis expressas em condições gerais passíveis de serem aplicadas aos contratos em condições previsíveis) e de um Estado burocrático e da existência de uma cidadania

(COLLINS, 1992, p. 92).

Convém situar que vários pontos anteriormente apontados, a exemplo de mercado livre e cidadania, não estão presentes em contextos rurais da América Latina, e do Brasil, em particular, fato que suscita um enfoque analítico respaldado em outras perspectivas, para entender a conjuntura ambiente no qual se situam as cooperativas. Neste sentido, a teoria crítica aponta características negativas do capitalismo, como a produção de desigualdades de recursos e poder, quer seja na tradição marxista, feminista ou teoria crítica de base racial. A separação entre capital e trabalho, na teoria marxista e a apropriação privada dos meios de produção resultam em diferentes níveis de apropriação de rendimentos, refletindo por consequência nas relações sociais.

Assim, uma perspectiva de saída ao projeto cooperativo na sociedade contemporânea é situá-lo ante a lógica de organização da unidade econômica da agricultura familiar, a qual tem demonstrado uma capacidade de adaptar-se às novas exigências justamente devido às tradições camponesas que carrega consigo (WANDERLEY, 1999).

Ao analisar o processo de “modernização” da agricultura brasileira após a segunda metade do século XX, Wanderley (1985) destaca que a introdução de tecnologia para aumento da produção, mecanização e industrialização, não eliminou aspectos não-capitalistas dessa relação no meio rural, para construir um projeto voltado para o capital. Em tal contexto, as cooperativas não conseguiram estabelecer uma alternativa que se contraponha ao capital, contribuindo para o reforço de uma lógica de dominação, na ótica de integrar essa classe ainda mais ao mercado capitalista dos grandes oligopólios. A autora ressalta que as cooperativas serviram de agente para que o capital ampliasse sua acumulação. Isso porque as cooperativas concentravam a produção dos camponeses e realizava a transferência “do sobretrabalho nela realizado para os setores da acumulação capitalista” (Idem, p. 71-72).

O segundo ponto diz respeito a situar o projeto cooperativo ante ao processo de globalização, entendido como fenômeno recente, decorrente das transformações sociais, políticas e tecnológicas que se desenrolaram nas décadas finais do século passado, contribuindo para uma nova fase do capitalismo, distinto das demais

ocorridas nos séculos anteriores. A globalização é um processo decorrente de vários aspectos, a exemplo da redefinição de contornos geopolíticos e pela influência das corporações transnacionais nos diversos níveis de produção e comercialização de produtos agroalimentares, estabelecendo conexões entre regiões locais em redes de produção ou consumo global (CAVALCANTI, 1999; BONANNO, 1999, 2003).

Situar o projeto cooperativo no contexto de globalização consiste em observar de que maneira estas organizações contribuem para o desenvolvimento regional, pautando-se em uma forma diferenciada, onde princípios e valores cooperativos são equilibrados com um projeto econômico-produtivo viável (PIRES, 2004). Implica ainda em observar que tais organizações favorecem a consolidação de um conjunto de instituições democráticas, permitindo inclusive que os efeitos oriundos dessa organização alcancem a esfera política do território onde a mesma esteja localizada, voltadas à construção de uma proposta alternativa (SANTOS E RODRIGUÉZ, 2002).

Nessa direção, Henri Desroche destaca que a proposta de construção de uma proposta cooperativa situa-se em uma perspectiva diferenciada.

“Com bastante convicção, eu acredito que a economia cooperativa está em sintonia, pelo menos originalmente, com uma certa ética da contestação; no entanto, tal contestação se enxerta tanto em uma ou outra forma dos grandes e pequenos cristianismos quanto na pluralidade de formas já assumidas pelos socialismos” (DESROCHE, 2006, p. 143-144).

Para que isso ocorra, Desroche, sugere que o movimento cooperativo manifesta-se tanto no aspecto econômico como social. Todavia, a equacionalização desses dois aspectos depende da reunião de valores, personalistas e comunitários, das práticas democráticas e solidárias. O projeto cooperativo desrocheliano é concebido a partir de uma nova ética, cooperativa, a qual é resultante de várias éticas.

A primeira compreende uma ética da criatividade, sendo a própria concepção do grupo, da organização, da rede, da imbricação entre empresa e associação, e todos os desafios que nele se encontram para a construção de redes técnicas e humanas, sem desconsiderar regras anteriormente existentes nas comunidades de trabalho.

“ É o lado saint-simoniano da cooperação, no sentido que François Perroux formulou como saint-simonismo, identificado ao postulado da “criação coletiva”. É o que significa o self-help ou selbsthilfe: autodeterminação a uma gestão. Tal criatividade torna o empreendedorismo caro ao regime de livre empresa, mas ela

torna complexo seu programa com todas as dificuldades de uma co-parceria. Criar uma empresa já é difícil. Criar uma associação não é fácil. Mas criar uma na outra é multiplicar a primeira dificuldade pela segunda” (DESROCHE, 2006, p. 146).

Desroche argumenta que associando uma tática de empresa a uma estratégia de movimento, o projeto cooperativo pode alcançar um projeto de sociedade global, de modo a pelo menos impor-lhe retificações, embora possa acontecer o contrário. Tal criatividade seria triplamente modulada através de campos de poderes identificados com os campos de criatividade, ou seja, campos de batalha ou manifestações de força inserida no jogo de força com os poderes da sociedade dominante, de modo que se constitui em projeto de minorias, e não da sociedade dominante.

O primeiro denominado de poder de ocupação, que considera o alcance e a penetração econômica e geográfica, estabelecida por aspectos tangíveis e intangíveis que envolvem desde o número de sócios, até a propagação por redes, capilaridade e integração global; O segundo denominado de poder de contrapeso ou de compensação, através do qual o controle de um setor não consiste na sua ocupação total, sendo sim, necessário que se alcance um patamar suficiente, para que se exerça um contrapeso; O terceiro poder entendido como de negociação ou barganha (bargaining power) relativo àquele que “tira seu vigor não pelo de um contrapeso e menos ainda de uma ocupação, mas de uma simples possibilidade, a de uma contramedida para antecipar a força antagonista ou levá-la à resistência” (Idem, p. 147). Desta forma, quer seja influenciando ou sendo influenciado, o campo da criatividade está voltado para a ofensiva e a defensiva, carregando consigo “todas as implicações das alianças ou dos compromissos, dos avanços ou recuos, dos contratempos ou correções” (Idem, p.147).

A ética da solidariedade compreende a segunda dimensão da ética cooperativa, sendo abordada por inúmeras filosofias, sendo destacado por Desroche o fato que a solidariedade se distingue de outras formas de cálculo econômico e de outros encontrados, diferenciando-se dos mesmos. A solidariedade na cooperativa não se enquadra no cálculo da beneficência, cujo ato de doação a obras sociais está relacionado ao ato de receber a salvação social ou eterna a posterior, nem tão pouco no cálculo comunitário, onde se dá segundo as suas capacidades para aqueles de acordo com as suas necessidades. A solidariedade na cooperativa também não se

insere no cálculo de troca, como no mercado do trabalho, das mercadorias ou dos capitais.

“Na prática cooperativa, a solidariedade se manifesta na limitação de seus direitos de capital, na afetação social dos resultados, na devolução desinteressada do ativo líquido: todos dispositivos inassimiláveis por um cálculo puro do homo economicus. São assimilados no cálculo cooperativo e mais ainda no cálculo mutualista, ou mesmo no cálculo sindical, porque estes cálculos associacionistas gravitam em torno de uma ética, e precisamente em torno de uma ética de solidariedade” (Idem Ibidem, p. 149).

A ética da ecumenicidade se insere na perspectiva de neutralidade cooperativa, de acordo com Desroche, no sentido do apartidarismo das ações e reações, a qual adquire as características de um projeto internacional emancipatório. Contudo, o que se percebe é que o projeto cooperativo foi ou é endossado por obediências ideológicas ou confessionais.

“A neutralidade cooperativa, enquanto recusava se limitar a uma obediência particular, tinha como corolário uma ecumenicidade cooperativa, de acordo com a qual cada um era obrigado a aprofundar suas convicções a trocar tais aprofundamentos com os dos parceiros para extrair o mínimo de moral comum, que teria sido a base da regra. A neutralidade negativa – recusa de impor ao todo a ideologia de uma de suas partes - seria combinada com a ecumenicidade positiva, empenhando-se em um conjunto concebido e vivido como coerente com a ideologia ou os ideais de cada um de seus subconjuntos” (Idem Ibidem, p. 151).

A ética da responsabilidade representa um ponto de interpolação entre a ética da convicção e a ética de responsabilidade de Weber, na qual Desroche situa o projeto cooperativo entre uma moral de intenções oposta a uma moral de resultados.

“O projeto cooperativo movimenta-se não dentro do desejável a ser recomendado, mas no possível a ser programado; não em uma realidade sobre a qual se pode fantasiar, mas no realizável a ser cumprido. Daí seu aspecto de fraqueza, assim como sua saúde, seu humor e sua verificação, exatamente, do valor humano, associado ao peso das responsabilidades assumidas para programar o possível e para levar a cabo o programa” (Idem Ibidem, p. 152).

Tem-se então que as práticas nos diversos tipos de cooperativas estão associadas a um projeto, o qual se propõe a favorecer o surgimento de outra situação, pois,

“A cooperação sob as diversas formas - consumo, crédito ou produção – pretende exercer não apenas ação econômica como moral. Na sua obra de emancipação, não apela para a revolução nem para a ação coercitiva das leis, mas para as forças morais – a energia individual e o espírito de solidariedade – que geralmente andam em oposição e que ela reconcilia com sua força educadora” (CHARLES GUIDE, 1941, p. 390, APUD THIOLLENT, 2006, p.168).

Dessa forma, a construção de outra realidade se constitui em um desafio, que pode significar uma fonte permanente de tensão para as cooperativas. No caso de uma forma do cooperativismo como o de crédito, onde as configurações e as características assumidas são várias, mesmo diante da racionalidade das práticas dos sistemas financeiros formais, o movimento cooperativo esforça-se em construir novas relações e novas perspectivas.

2.2. COOPERATIVISMO DE CRÉDITO: PROXIMIDADE E CONTORNOS

As cooperativas de crédito, enquanto agentes financeiros, compartilham uma extensa trajetória, desde as primeiras experiências surgidas no século XIX. De lá para cá, práticas e métodos de pressão social foram sendo paulatinamente transformados mediante um esforço permanente imposto pelas mudanças no sistema financeiro. No contexto atual, assiste-se, dentro do movimento cooperativo de crédito, a um debate onde o aposto “solidário” vem simbolizar a diferença em relação às cooperativas de crédito, denominadas de “tradicionais”.

Ao fazer referência ao movimento cooperativo, Pires (2004, p. 53) ressalta diversas rotulações “das cooperativas e dos movimentos” que refletem as “múltiplas tendências do permanente processo de atualização das cooperativas”, e a capacidade de se atualizarem, permanentemente, diante de novos contextos. A autora destaca, ainda, duas tendências na literatura: de um lado, há os que enaltecem os valores sociais do movimento cooperativo, enfatizando as práticas democráticas e as “formas mais solidárias de convivência”, nas quais o componente utópico permeia as próprias estratégias de atuação; de outra, destaca o fator de competitividade, de capitalização e de governança como um elemento vital para sobrevivência das cooperativas em um ambiente globalizado. O ponto de convergência entre ambas, de acordo com Pires (2004), estaria na idéia de desenvolvimento local.

Guadaño (2006), numa análise do movimento cooperativo, destaca também um processo que acomete as experiências em curso: o isomorfismo, entendido como um processo homogeneizador que é observado nas grandes cooperativas, que tende a torná-las semelhante às empresas privadas. Isso ocorre porque, conforme a sua análise, na medida em que as cooperativas abrem o seu capital para o mercado,

através de fusões e da criação de empreendimentos conjuntos, distanciam-se dos interesses dos associados, adquirindo práticas e feições que entram em contradição com os princípios cooperativos. O autor destaca, inclusive, que há movimentos contrários à tendência de homogeneização que podem ser observados nos microempreendimentos cooperativos. Ademais, por se pautarem em valores como a participação e a democracia, facilitados pela proximidade espacial e do reduzido tamanho do quadro de associados, tendem a responder, com mais propriedade, aos problemas de desemprego e de exclusão social. Com isso, no seu entendimento, representariam uma expressão de renovação e retorno às origens.

Decerto que as discussões em torno das cooperativas de crédito, como alternativas para implementação de serviços financeiros às camadas mais pobres da população, podem estar inseridas no meio desse debate. Enquanto alternativas ao modelo bancário tradicional, as cooperativas de crédito passam a ser então identificadas como uma via de inserção ao crédito a um contingente que, historicamente, sempre esteve alheio a esse benefício. Isto porque as primeiras experiências consolidaram e ajudaram a propagar um sistema de garantia denominado de *responsabilidade solidária*, onde a cessão do crédito é estabelecida com base na confiança entre as partes, sem a necessidade de lastro de ativo¹⁴.

A ênfase nos processos de proximidade como elementos essenciais à construção de mecanismos alternativos para as cooperativas de crédito, ocupa então um espaço significativo nesse debate, resultando em modelo capaz de dar conta da inadequação de serviços financeiros para grupos à margem desse processo, a exemplo dos pequenos agricultores, como destacados por Abramovay (2004), Schröder (2005) e Búrigo (2006). Ao mesmo tempo, os processos de regulação e supervisão, conforme destaca Nagarajan e Meyer (2005), representam pontos destacados como importantes para construção de ambiente favorável a essas iniciativas.

O destaque às práticas colocadas em desuso, diante do racionalismo do sistema financeiro contemporâneo, sinaliza para um debate em torno dos processos

¹⁴ Desroche (1977, p. 57) destaca que outras experiências africanas também desenvolveram esse mecanismo. A diferença é que quando essas tentam se articular com procedimentos introduzidos pelos sistemas financeiros bancários, essas tendem a fracassar. O autor reconhece que as cooperativas de crédito, embora tenha apresentado problemas em alguns países, em outros conseguiram se desenvolver e apresentar maior êxito.

de atualização das cooperativas de crédito, onde laços de proximidade, como já salientado nesse trabalho, representam um ponto importante, fazendo-se presentes desde as primeiras experiências. Desse modo, busca-se descrever essas experiências, colocando em foco as relações sociais e as práticas inerentes à estruturação de um projeto de canalização de recursos locais em prol do financiamento das atividades produtivas das suas comunidades. Essas vão se moldando à nova realidade, se aproximando ou se distanciando das propostas originais, influenciando mais ou menos intensamente, a dinâmica local.

2.2.1. A gênese do cooperativismo de crédito

As práticas das primeiras cooperativas de crédito européias, fomentadas de forma intensa no meio rural, trazem à tona alguns elementos na sua constituição: os círculos de proximidade em que estavam submersas; os processos de integração entre as cooperativas; e os elementos de regulação e supervisão que são paulatinamente moldados por consolidação dessas iniciativas.

Nesse contexto, autores como Hollis e Sweetman (1998), além de Seibel (2005) destacam que as primeiras experiências de cooperativas de crédito européias apresentam um caráter pioneiro e inovador de operacionalização de intermediação financeira de base local, onde os laços sociais destacavam-se como um aspecto essencial para obtenção de simetria de informações e redução de custos. Ao mesmo tempo, essas experiências estariam voltadas para os agricultores à margem de instituições financeiras bancárias, respondendo às suas necessidades mais imediatas.

Desse modo, é de interesse visualizar estas experiências na medida em que se constituem como contraponto quando se analisam as experiências atuais, em meio a um ambiente globalizado. Não obstante, esse processo permite ainda situar, concomitantemente, os processo de regulação e supervisão das cooperativas de crédito e os ajustes desse processo, ao longo da história. Nessa direção, destacamos as experiências clássicas da Alemanha e da Itália, além daquelas desenvolvidas na América do Norte, como aportes para a nossa análise.

2.2.1.1. O cooperativismo de crédito europeu em sua gênese

As experiências de cooperativas de crédito fomentadas por Friedrich W. Raiffeisen (1818-1888) no meio rural alemão¹⁵ consistiam em projetos tecidos a partir de uma trama social e espacial rural, nas quais os laços sociais serviam como importantes meios para controle do risco dessas propostas. Sob inspiração de um mutualismo cristão, essas cooperativas de crédito desenvolveram uma proposta baseada em princípios de auto-ajuda, auto-administração e auto-responsabilidade.

As cooperativas de crédito rural estavam estruturadas em uma área territorial de abrangência geográfica limitada, com reduzido número de associados, com base em forte relação de proximidade entre os associados. Como o aval das operações era realizado por outros associados, o processo de admissão dos membros passava por um controle minucioso, sendo levado em consideração o perfil moral e financeiro de cada interessado (LAMBERT, 1961, p. 100-104; DRIMER E DRIMER, 1981, p. 241-244).

Dessa forma, a proximidade geográfica, atrelada a um estabelecimento de limite mínimo no número de associados, representava a base para construção de laços de confiança, ao mesmo tempo em que possibilitava condições para uma simetria de informações, avaliação de riscos de empréstimos aos associados, além de poder contar com elementos para efetuar pressão social na organização.

As cooperativas de crédito rural Raiffeisen, ao mesmo tempo, reconheciam a capacidade de poupança dos mais pobres e tinham nos juros um elemento de estímulo para a poupança. A ausência de capital, entretanto, não impedia a entrada dos mesmos na organização. Contudo, isso somente era possível em virtude do capital inicial aportado por doadores. Os empréstimos eram repassados através de pequenas quantias, com juros abaixo dos valores de mercado, e estavam direcionados para uma diversidade de propósitos agrícolas (HOLLIS E SWEETMAN, 1998, p. 1882-83).

¹⁵ As primeiras iniciativas embrionárias de cooperativas de crédito rural alemãs foram constituídas a partir de 1849, em um período de grandes transformações. Giddens (1998, p. 76-79), ao analisar esse ambiente, coloca que a estrutura agrária feudal cedia lugar a um capitalismo comercial, dissolvendo uma sociedade de interesses históricos entre proprietários e camponeses, não sem tensão.

Lambert (1961, p. 101) destaca que o direcionamento desses recursos para as atividades produtivas tinha o propósito de apoiar uma atividade econômica e, simultaneamente, assegurar o retorno dos recursos. Como essas cooperativas atendiam a produtores rurais, os empréstimos então estavam regidos segundo o ciclo agrícola. Na visão do fundador desse movimento, Raiffeisen, o papel das cooperativas de crédito não se reduzia à realização de empréstimo, na medida em que elas proporcionavam trabalho, asseguravam o fomento a uma oportunidade de produção, ao mesmo tempo em que edificavam o alicerce de uma nova cultura de poupança monetária local.

Com efeito, a organização social de crédito no meio rural alemão, ao se valer de mecanismos sociais fortemente atrelados à moral para assegurar o retorno das operações, constituiu-se num importante referencial de análise. Entretanto, como registrado na literatura, o êxito das cooperativas de crédito está associado também a uma conjunção de fatores, que extrapola as razões de ordem moral e de proximidade geográfica (Idem, p. 102-103).

Hollis e Sweetman (1998, p. 1883), juntamente com Seibel (2005, p. 2-3), sugerem que o fato de essas cooperativas terem tido a supervisão e regulação, através de auditorias externas, contribuiu para evitar perdas e desvios, por parte dos gestores, repercutindo assim, na sustentabilidade dessas iniciativas. Guinnane (2001, p. 5-15) argumenta que, além das auditorias, o êxito desses empreendimentos estaria relacionado aos mecanismos de controle financeiro e contábil, sob a responsabilidade de gerentes ou tesoureiros - os quais eram remunerados.

A integração vertical do movimento cooperativo, através de entidades federativas, regionais e federais, dotadas de caráter financeiro para gerenciar os recursos das cooperativas locais, é também identificado como um elemento importante para consolidação das cooperativas de crédito. Diante da presença de muitas cooperativas rurais, pequenas, e da necessidade de mecanismos de compensação bancária, a integração representou a possibilidade de estabelecimento de relações de bancos regionais para efetuar tais operações. Através dessa sinergia, as cooperativas poderiam realizar operações de redistribuição de excedentes, se existentes, e de canalização de recursos de outras congêneres, quando da sua escassez ou necessidade local.

Outro modelo clássico do cooperativismo de crédito alemão está vinculado a Schultze-Delitzsch – nome de seu fundador. Predominantemente compostas por profissionais liberais, artesãos e pequenos comerciantes, diferenciava-se das cooperativas Raiffesen por apresentar um raio de ação geográfico mais amplo, chegando a concorrer com as cooperativas rurais. Essas cooperativas adotavam um controle democrático em que todos podiam participar; a responsabilidade dos empréstimos era limitada aos associados; e as operações eram, usualmente, em curto prazo, sendo os dirigentes remunerados. As cooperativas não tinham capital, valendo-se de doações ou empréstimos, sem juros, de pessoas detentoras de capital, estruturando-se com base num fundo compulsório; *a posteriori*, foi estabelecida a obrigatoriedade de subscrição e integralização de capital social (DRIMER E DRIMER, 1981, p. 244-247).

As experiências das cooperativas de crédito Raiffeisen, no meio rural, influenciaram a constituição de outras iniciativas na Europa, como na Itália, onde Luigi Luzzatti (1841-1927) fomentou as *Cassi Rurali* junto aos agricultores.

Nas cooperativas *Cassi Rurali*, os aspectos morais no processo de seleção de associados e a concessão de crédito adquiriram grande importância - estavam restritos a uma área de atuação local, e à admissão de um pequeno número de sócios, entre 20 e 60 participantes, em cada organização. Assim, a forma como estavam estruturadas contribuiu para reforçar maior conhecimento entre os membros do grupo, permitindo maior simetria de informações. Outros aspectos foram contemplados, como a concessão de empréstimos em curto prazo, renovados a cada três meses, com ou sem dispensa de garantias reais e estavam presentes nas associações concebidas por Luzzatti. O forte estímulo ao exercício democrático, com a imposição da presença obrigatória de participação dos associados nas reuniões, representava outra nuance das cooperativas italianas (HOLLIS E SWEETMAN, 1998, p. 1883).

Vale salientar que o associacionismo impulsionado pela Encíclica *Rerum Novarum* da Igreja Católica, após 1891, contribuiu enormemente para a proliferação das instituições de crédito Luzzatti, na Itália, as *Cassi Rurali*, trazendo mudanças significativas para a vida dos pobres (DRIMER E DRIMER, 1981, p. 249).

Finalmente, as iniciativas do cooperativismo de crédito rural na Europa

sugerem uma forma de ampliação de oportunidades aos agricultores e de pequenas aglomerações rurais, que estavam à margem do sistema financeiro bancário tradicional. Ao mesmo tempo, as experiências cooperativas descritas serviam de inspiração, do outro lado do Atlântico, às iniciativas americanas.

2.2.1.2. O modelo do cooperativismo de crédito americano

O processo de constituição do cooperativismo de crédito na América do Norte teve inspiração nas três experiências européias, anteriormente citadas, Raiffeisen, Schulze-Delitzsch e Luzzatti, mas adquiriu características específicas.

O cooperativismo de crédito do Canadá ocorreu através da constituição das *Caisses Populaires*, por Alphonse Desjardins¹⁶, em 1900, em Levis, no Québec.

As cooperativas Desjardins combinaram princípios e valores das cooperativas européias, como a gestão democrática; a equivalência entre o homem e o voto; ênfase na questão da educação para a poupança, transparência e honestidade. Porém, um aspecto peculiar para ampliação do seu raio de ação foi sua vinculação com o clero e as sociedades mutualistas vinculadas aos movimentos da Igreja.

Poulin (1997, p. 43-44) destaca a forte inspiração de Desjardins na mesma encíclica católica que impulsionou o movimento Luzzatti, na Itália. Já Deschenês (1997, p. 49-52) aponta a relação das cooperativas com a Igreja, destacando, como um elemento essencial, a tessitura criada a partir dessas relações. Deschenês (1997) destaca o fato de que é no interior das caixas de ajuda mútua ligadas à igreja que nascem as cooperativas de crédito, mais especificamente, na Sociedade de Socorro Mútuo do Québec, da qual faziam parte Desjardins e os seus fundadores. A união com a Igreja representou a maneira de Desjardins difundir rapidamente seus ideais, embora uma filiação maciça aos *Caisses* só tenha se dado a partir dos anos 20, com o ingresso de um conjunto de associados localizados em áreas urbanas.

Uma particularidade das primeiras *Caisses* era a sua área de atuação geográfica muito pequena, restrita ao território de uma comunidade paroquial, envolvendo a circunscrição tanto da cidade como das áreas rurais (FAIRBAIRN,

¹⁶ Como jornalista e proprietário de um pequeno jornal, interessou-se pelo problema da usura, matéria que estava sempre em evidência na imprensa. Mais tarde, deixou seu jornal para ser Relator na Câmara dos Comuns, onde ficou por 25 anos.

2003, p. 36-44). Isso porque Desjardins associava as cooperativas de crédito às estruturas paroquiais, as quais podiam dar o apoio e suporte necessários às iniciativas. Vale ressaltar, neste sentido, que muitos padres eram associados das *Caisses Populaires*, difundindo as propostas em suas respectivas comunidades (RUDIN, 1990, p. 17-18).

Destarte, os laços existentes nas comunidades paroquiais, nas quais a moral religiosa constitui um importante fator de pressão social, representa uma base de aproximação dos associados, bem como dos potenciais associados com a cooperativa. Além da estrutura paroquial, enquanto território de atuação, um forte aspecto político e ideológico marcava as cooperativas, já que a sociedade canadense estava dividida entre os franceses e os ingleses, detentores dos principais bancos. Dessa forma, a proposta do movimento Desjardins também envolve uma perspectiva de emancipação dos franceses em relação ao domínio dos banqueiros anglo-saxões, na medida em que se volta para os pequenos comerciantes e os agricultores (LEVASSEUR E ROUSSEAL, 2001, p. 552-557).

Fairbairn (2003, p. 36-44) sugere que, na estruturação do modelo Desjardins, os instrumentos de gestão profissional e de supervisão e regulação bancária representaram um importante fator para esse processo.

As operações de empréstimo, pulverizadas em pequenos montantes, representavam uma estratégia de prevenção de riscos idiossincráticos e sistêmicos, visto que tanto operavam com pessoas que trabalhavam na agricultura, como em outras atividades econômicas. A concentração das operações de crédito voltadas para as atividades de produção, de forma a garantir o retorno dos recursos, associadas ao critério de remuneração dos dirigentes, representava herança do modelo alemão (PINHO, 1987, p. 56-57).

O movimento Desjardins influenciou por sua vez a constituição de cooperativas de crédito nos Estados Unidos, as Credit Unions. Estas adotaram normas similares às canadenses: subscrição de ações, mesmo que de pequeno valor, para ingresso na sociedade; aportes regulares de poupança, de modo a fomentar o hábito de poupança; responsabilidade limitada; cobrança de juros e remuneração de poupança de forma limitada. Entretanto, apresentavam uma particularidade pelo fato de que estavam voltadas para trabalhadores assalariados. E isso garantia o retorno

das operações, através de desconto na folha de pagamento dos assalariados membros da organização (DRIMER E DRIMER, 1981; PINHO, 1987).

Essas duas experiências cooperativas americanas consistem em uma adaptação, fruto da imbricação dos modelos da Europa que, posteriormente, passam a influenciar o cooperativismo de crédito em outros espaços da América, a exemplo do Brasil.

2.2.2. As transformações nas primeiras experiências européias e americanas

O processo de expansão do cooperativismo de crédito europeu e americano veio associado a profundas mudanças, tanto de ordem legal como gerencial, ao longo do século XX, em relação às propostas originais.

Na Alemanha, por exemplo, a partir da década de 1970, as cooperativas deixam de ter tratamento financeiro diferenciado, passando a ser regidas pelas mesmas regras dos bancos, de modo que a sua orientação é o lucro. Ficaram submetidas aos mesmos mecanismos de controle e supervisão dos bancos, tendendo a refletir os mesmos padrões bancários. As normas de contabilidade, auditoria interna e externa, mecanismos de avaliação de risco e de solvência, passaram a ter maior destaque. Os sócios assumiram o papel de clientes preferenciais, com direito a receber dividendos pelas operações realizadas. O reflexo desse novo comportamento empresarial ainda pode ser observado na busca de maior competitividade e rentabilidade, que desencadeia uma estratégia para a redução de custos de transação, através de um intenso processo de fusão ao longo da década de 90. Contudo, para construir uma imagem diferenciada dos bancos, foram utilizadas estratégias como a adoção de uma marca comum a todas as cooperativas, representando uma maneira de simbolizar atributos de uma instituição coletiva pautada nos princípios do cooperativismo (AMBRUSTER E ARZBACH, 2004, p. 11-29).

Esse movimento preservou a estrutura e autonomia das cooperativas locais, embora os demais níveis de organização (regional e nacional) tenham fomentado uma série de subsidiárias no mercado financeiro. Como resultado, conta-se atualmente com 1.255 cooperativas de crédito na Alemanha, com uma base de 15,9

milhões de associados¹⁷, e 14.122 sucursais, tendo respondido por cerca de 18% dos depósitos e, aproximadamente, 11% dos empréstimos do sistema bancário alemão, em 2007. A participação das cooperativas de crédito nas operações de crédito agrícola, florestal e pesqueiro responde por 45,9% do total de empréstimos realizados ao setor, o que é equivalente a 14,5 milhões de euros (DELFINER ET AL., 2006, p. 19; CONFEDERAÇÃO ALEMÃ DAS COOPERATIVAS, 2007).

Uma tendência similar ao movimento do cooperativismo de crédito alemão pode ser observada também nos modelos italiano e canadense.

No movimento italiano, por exemplo, ocorreu um forte processo de concentração ao longo da década de 90, na qual as *Casse Rurali* assumem uma nova denominação – “*Banches di Credito Cooperativo*” (BCC). A justificativa para essa mudança estava na redução dos custos e na ampliação da competitividade no setor financeiro. Como consequência, as cooperativas desvincularam-se das categorias a que estavam restritas - inicialmente agricultores e artesãos - e ampliaram sua base de serviços e de concessão de crédito para o público em geral, embora respaldadas no argumento de que estavam voltadas para o atendimento de segmentos da população não atendidos pelos bancos tradicionais. Nessa direção, o BCC busca estabelecer diferença em relação aos bancos tradicionais, evocando a questão da cooperação e o compromisso com as populações dos territórios em que estão inseridas, inclusive adaptando produtos e operações, por meio da oferta de microcrédito (BANCHES DI CREDITO COOPERATIVO, 2007).

Outro aspecto desse formato do cooperativismo italiano consiste na estruturação de um sistema de representação federativo regional e nacional, conjuntamente à criação de uma empresa de investimento, voltada para a participação acionária em empreendimentos diversos - a Holding ICCREA. Esta holding tem por objetivo maior apoiar os BCC, ajudando-os a potencializar seu posicionamento no mercado, de modo que se tornem mais eficientes e competitivos, a maximizar o valor agregado do banco de serviço para o desenvolvimento local (DELFINER ET AL., 2006, p. 30).

Dentro desse ambiente, o BCC está presente em todo o território italiano, contando, em março de 2007, com 442 entidades; 3.872 sucursais, cerca de 835 mil

¹⁷ A população estimada da Alemanha, em 2007, era de 82,5 milhões (ONU, 2007).

sócios e 4,9 milhões de clientes¹⁸. Tem presença direta em quase 2.390 comunidades e 98 províncias, sendo que, em 569 comunidades representa a única opção bancária. O BCC absorve 28.618 empregados (BANCHES DI CREDITO COOPERATIVO, 2007a).

As cooperativas de crédito canadenses, agrupadas em dois grandes blocos - *Caisses Populaires e Credit Union of Canadá* - apresentam, na atualidade, fenômenos similares aos que ocorrem nas cooperativas anteriormente citadas.

Leclerc e Fortín (2003) apontam para um forte processo de racionalização das cooperativas de crédito. O reagrupamento das cooperativas de crédito Desjardins, iniciado em 1998, tinha como propósito efetuar fusão das pequenas *Caisses* cujos ativos fossem inferior a 20 milhões de dólares canadenses. Essa quantidade de recursos é considerada insuficiente para fazer frente à concorrência bancária, em que a proximidade geográfica representa um ponto de aproximação entre as *Caisses* consideradas como não competitivas.

Como resultado desse processo, ocorreu o crescimento dos ativos das cooperativas de crédito, mas também uma redução pequena no número de associados, devido à “deslocalização” geográfica. Outro impacto foi a redução do número de diretores. Concomitantemente, houve um crescimento do número de sócios por cooperativa, decrescendo o quantitativo de cooperativas com um quadro social inferior a 1.000 associadas¹⁹ (LECLERC E FORTÍN, 2003). Neste sentido, Delfiner et al. (2006, p. 16) destacam também que esse processo de fusão tende ao compartilhamento de serviços de tesouraria e operações financeiras, com o intuito de reduzir custos e melhorar a eficiência.

Ao final de 2006, o movimento do cooperativismo de crédito canadense contava com um total de 458 Credit Unions, que possuíam 1.738 pontos de atendimento e um total de 4,9 milhões de associados; e 549 *Caisses Populaires*, que possuíam 1.439 pontos de serviço e um total de 5,7 milhões de associados²⁰

¹⁸ A população estimada, em 2007, da Itália, era de 59,6 milhões de pessoas (ONU, 2007).

¹⁹ Leclerc e Fortín (2003, p.158-59), analisando o impacto desse processo na província de Nouveau-Brunswick, destacam que, antes do processo de fusão, as cooperativas de crédito com menos de 2 mil associados representavam 48% do total, enquanto aquelas com mais de 5 mil associados representavam 7,2%. Em 2001, após esse processo, as cooperativas com menos de 2 mil representavam apenas 11,7% do total e as com mais de 5 mil englobavam 36,2% do total.

²⁰ A população do Canadá apresentava, em 2007, um total de 33,1 milhão de habitantes(ONU, 2007)

(CREDIT UNIONS CENTRAL OF CANADA, 2007; DESJARDINS, 2007). O somatório das cooperativas, em 2006, totalizava 1007 organizações, representando quase a metade das cooperativas das 2.700 que existiam em 1990 (DELFINER ET AL., 2006).

Levasseur e Rousseal (2001, p. 572-74), a partir da análise da Federação das *Caisses Populaire*, ressaltam a proposta de fusão das cooperativas através de um processo gradual no seu esforço de adaptação à realidade do mercado bancário do país, como um processo que veio no âmago das transformações, envolvendo as novas tecnologias e a globalização do sistema financeiro.

A transformação dessas cooperativas tem levado a uma ampliação do quadro social, a uma maior racionalização nos processos de gestão, bem como a uma política de adoção de estratégias muito próxima dos atores financeiros bancários tradicionais, embora não se possa enquadrar todas as cooperativas em uma mesma categoria.

2.2.3. As possibilidades, transformações e novos formatos

O debate que se trava em torno das transformações desencadeadas nas cooperativas de crédito aponta para suas diversas formas de atuação.

Levasseur e Rousseal (2001), bem como Parenteau (1997), ao analisarem o processo de adaptação das cooperativas de crédito Desjardins, destacam que, embora tenha ocorrido mudança, a essência do movimento foi preservada. Os autores realçam o seu papel na captação de poupança e importante fonte de recursos para o desenvolvimento econômico local.

Parenteau (1997), entretanto, alerta para a radicalização desse processo, sugerindo que se deve encontrar um ponto de equilíbrio diante do fetiche da tecnologia bancária, da busca na rentabilidade excessiva no mercado financeiro – de modo particular, nas operações nos títulos internacionais – e do processo de concentração excessivo, em função da maior eficiência e rentabilidade, além da estandardização.

O aviso anterior coincide com os argumentos de Guadaño (2006) em relação às grandes cooperativas, como as de crédito, através de suas sucursais e com

estratégias de integração em rede, que tendem a adotar condutas e estratégias que diferem cada vez menos dos seus concorrentes, espalhando esse comportamento com maior facilidade.

Porém, como destaca Desrochers e Fichers (2005), é justamente essa integração que permite que as cooperativas de crédito alcancem maior competitividade. Os autores, utilizando o conceito econômico de custos de transação, ao avaliar o impacto de integração das cooperativas de crédito, inclusive nos países em desenvolvimento, identificam que, embora haja vários níveis de integração, há indícios de melhor desempenho organizacional por meio dessa estratégia.

Isso decorre da maior pressão exercida sobre os gestores, ampliando a eficiência organizacional e resultados financeiros. Desrochers e Fichers (2005) afirmam, ainda, que a estratégia de integração é mais importante, em termos de resultados financeiros, para cooperativas maiores e situadas em países desenvolvidos. Dessa forma, há uma tendência de que esse processo ocorra de forma crescente dentre as cooperativas de crédito, facilitando a rápida propagação de comportamentos, normas e valores, bem como de instrumentos de pressão.

Tormo (2002) argumenta que o cenário no sistema financeiro tanto traz oportunidades para as cooperativas de crédito – em virtude de proporcionar a ampliação dos serviços de crédito e o crescimento, através de outros negócios – como algumas ameaças – em decorrência da ampliação da concorrência. O importante, de acordo com o autor, é apresentar uma diferenciação em relação à concorrência dos demais atores bancários sem desvencilhar-se dos princípios cooperativos.

Nessa direção, as cooperativas de crédito têm como desafio construir estratégias que não estejam em confronto com os princípios cooperativos sem, entretanto, deixar de observar os elevados níveis de solvência, estabelecidos com bases em padrões internacionais²¹ para todo o sistema financeiro. Ao mesmo tempo,

²¹ O Índice de Basileia, ou Índice de Adequação de Capital, consiste em um instrumento de regulação internacional que visa a diminuir os riscos de crédito e de operações no sistema financeiro. Tal índice foi definido pelo Comitê de Basileia, o qual recomenda a relação mínima de 8% entre o Patrimônio de Referência (PR) – Patrimônio-Base – e os riscos ponderados conforme regulamentação em vigor (Patrimônio Líquido Exigido - PLE). A sua aplicação nas cooperativas de crédito segue a mesma tendência dos bancos, passando a sua adoção a ser exigida pelas autoridades monetárias.

os processos de intercooperação e gestão profissionalizada estão no âmago desse processo.

A equacionalização dessas variáveis representa um outro desafio, pois como ressalta Coderre et al. (2005, p. 111) há uma diversidade de grupos envolvidos (sócios, funcionários, investidores-doadores, clientes não associados e a comunidade) os quais apresentam uma diversidade de interesses (predisposição para se adquirir produto ou serviço, ser membro, ter um trabalho, fornecer apoio) que devem ser observados e analisados na construção das estratégias.

Nguyen et al. (2004) ressaltam que, além dos fatores intrínsecos aos característicos das cooperativas de crédito, a questão da qualidade dos serviços representa outro elemento das estratégias da cooperativa. De acordo com Nguyen et al. (2004), as cooperativas de crédito oferecem um serviço, tendo por foco o seu associado, fato que requer uma profunda atenção nesse processo. Elementos como os atributos do ambiente físico (proximidade do usuário ou adequação à execução da ação), os processos de relacionamento entre associados e as pessoas de contato, além do atendimento na cooperativa, constituem fatores de grande importância na construção da proposta de ação da cooperativa.

Assim, a adequação da cooperativa ao contexto atual representa um processo complexo, uma vez que as cooperativas de crédito têm de levar em consideração esse conjunto de fatores, sendo diversas as opções de atuação.

Tormo (2002 p. 238), buscando delinear alguns contornos das respostas das cooperativas de crédito ao contexto atual, destaca três possibilidades de integração das cooperativas ao contexto local e ao mercado financeiro.

A primeira consiste em uma opção de pequenas cooperativas locais que, para fazer frente às novas tecnologias e às imposições do mercado, integram-se em cooperativas de segundo grau (centrais). Estas, por sua vez, podem adotar tanto uma fórmula jurídica de cooperativa como de sociedade anônima, sendo controladas, em sua totalidade, por cooperativas de primeiro grau. Desse modo, as cooperativas de crédito locais preservam a autonomia enquanto cooperativa e movimento, estando incrustadas nos seus territórios, ao tempo em que asseguram um espaço singular no sistema financeiro. As propostas do cooperativismo de crédito existentes na Alemanha, Holanda e parte da Espanha integram essa categoria.

A segunda consiste em uma opção mista, na qual as cooperativas de crédito podem abrir parte de seu capital para não associados, que adquirem ações com o intuito de obter lucro. Nesse caso, as cooperativas de segundo grau (centrais), controladas em parte pelas cooperativas locais ou regionais, disponibilizam ações ao mercado financeiro. As cooperativas de crédito da Finlândia e da França são citadas como exemplos ilustrativos.

A terceira opção compreende uma radicalização do processo anterior, no qual as cooperativas de segundo grau passam a ter participação majoritária de não associados, que detêm o poder decisório sobre as ações do sistema. As cooperativas da Dinamarca, Suécia e Bélgica são alguns exemplos citados com essas características.

As duas últimas opções são apontadas como tendências que se distanciam das premissas das cooperativas de crédito iniciais, uma vez que se abrem ao mercado financeiro, passando a controlar em maior ou menor grau as cooperativas de crédito. Essa falta de controle sob o capital da cooperativa de crédito sugere uma “descooperativização” (Idem, p. 283-239), termo utilizado para o distanciamento da cooperativa em relação aos seus associados. Isso porque o mercado financeiro e, de forma particular, o de ações, apresenta uma dinâmica própria. Knorr Cetina (2004, p. 119) destaca que, no mercado financeiro, as transações estão aglutinadas em vários centros globais, caracterizando-se pela sua fluidez – facilidade com que as operações são realizadas, quase que ininterruptamente. Nessa arquitetura global, as relações são estabelecidas a partir de um complexo conjunto de informações, as quais necessitam ser constantemente monitoradas para a compreensão da velocidade e da direção em que se devem efetuar as negociações, de compra ou venda de ativos (Ibidem, 2004).

Nesse sentido, Bonanno (2003; 2007) destaca que o setor financeiro, na globalização, adquire uma dinâmica diferenciada do capital produtivo e do trabalho, de modo que se locomove em direção a ocupar novos espaços. Observa esse autor que, no contexto atual, o capital financeiro se desloca com velocidade instantânea, de modo que barreiras geográficas dos países não representam um empecilho ao seu deslocamento. Bonanno (2007, p. 2-7) destaca que esse processo traz consigo uma homogeneização. Isso porque, segundo o autor, a lógica da racionalidade

instrumental decorrente da eficiência, calculabilidade e previsibilidade²² acaba por provocar uma homogeneização do espaço social.

Num contexto globalizado, onde a tecnologia da informação permite a construção de redes de empresas e instituições, a economia está organizada em redes globais de capital, gerenciamento e informação (CASTELLS, 1999, p. 498). Assim, os sistemas financeiros se encontram conectados formando uma estrutura de configuração complexa e, com base na tecnologia da informação, permitem a comunicação entre seus integrantes e realização de transações instantâneas. Essa rede consiste em um “conjunto de nós interconectados”, que podem se expandir de forma ilimitada, de modo que novos nós podem ser integrados à mesma, desde que consigam estabelecer uma comunicação na rede, através do compartilhamento “dos mesmos códigos de comunicação (por exemplo, valores e objetivos de desempenho)” (Idem, p. 498-499). Dessa forma, a transformação nessa rede ocorre tanto nas relações sociais como técnicas de produção, afetando ainda a cultura e o poder de forma profunda (Idem, p. 504).

Assim, as opções e as escolhas das cooperativas de crédito podem se constituir em tentativas de estabelecer uma lógica própria para a ordenação do fluxo financeiro local, sendo possível que atuem, desde uma posição mais clássica, de controle do capital e atuação em uma lógica territorial pequena, até uma posição extrema de abertura do capital ao mercado financeiro. Em ambos os casos, a racionalidade instrumental consiste em um dos aspectos que as cooperativas de crédito têm de enfrentar, sem, contudo, desvencilhar-se de princípios cooperativos.

Decerto, pode-se argumentar que a legislação bancária, em vários países, não efetua mais a diferença entre cooperativas e bancos tradicionais, como destaca Ambruster e Arzbach (2004) para o caso da Alemanha.

O fato é que, no atual contexto, várias transformações vêm ocorrendo, diante da forte tendência à liberalização do mercado, com a redefinição do papel do Estado²³ e do papel dos intermediários financeiros. Ao mesmo tempo, esse novo

²² Para Bonanno (2007, p.5-6), a eficiência é compreendida como a capacidade de produzir mais com o mínimo de esforço. A calculabilidade é entendida como a relação entre o quantitativo que se pode obter e os atributos de qualidade nele contidos.

²³ O período fordista compreende quase todo o século XX, sendo um período de grandes transformações das relações sociais. Bonanno (2003; 2007) destaca que um primeiro período do fordismo consistiu em uma forte industrialização, sendo marcado pelo aumento do consumo e da

ambiente globalizado traz várias contradições, segundo Bonanno (2007, p.21), podendo ser reconvertido em oportunidade pelos grupos rurais, onde, através de proposições e práticas específicas, podem evidenciar formas peculiares diante de inserção no contexto de forte competitividade.

2.2.4. As alternativas de atuação: os laços e a confiança.

A limitação de serviços financeiros disponíveis em espaços rurais, historicamente, apresenta uma área de menor atenção dos agentes financeiros tradicionais. De acordo com González-Vega (1998, p. 4), há uma ausência de cobertura dos serviços, tanto em amplitude, pois muitas vezes não abrangem todos os segmentos da sociedade, como em profundidade, considerando que não alcançam a clientela mais vulnerável, como também em variedade, por não haver tipos de serviços financeiros adequados às necessidades daqueles que carecem deles. Todavia, a ampliação dessa cobertura deve apresentar sustentabilidade, atentando às particularidades do meio em que se encontram essas propostas, produzindo maior impacto nesse contexto.

O alargamento da fronteira dos serviços financeiros depende, portanto, da criação de condições adequadas para o funcionamento de um mercado financeiro, envolvendo um processo de inovação institucional, conforme destaca Zeller (2003, p. 19-20). Observa o autor que esse fato deve ser compreendido não necessariamente como a criação de um novo tipo de instituição, como ocorreu com a criação do movimento cooperativo no século XIX, mas como um processo de adequação às especificidades locais, moldado em um espaço social construído a partir de arranjos entre diversos atores sociais. Isso significa tanto transformações através da criação de entorno normativo favorável, quanto adaptações de produtos, serviços e processos para que as instituições tenham maior alcance, cobertura e impacto.

produção, com a criação da cultura da disciplina de fábrica e do tempo para produzir. Um segundo momento, o alto fordismo, foi marcado pelo capitalismo regulado, entendido como a intervenção sistemática do Estado-Nação na organização do capitalismo e na proteção contra as consequências não desejadas, como o desemprego. No contexto internacional, nesse período, há um processo de Guerra Fria, na qual os Estados Unidos definem o cenário para o desenvolvimento das instituições internacionais fordistas, sendo criado o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, como suportes dessa política.

Zeller (2003, p.19-20), contudo, destaca que as inovações institucionais em novos produtos, serviços e processos, como os que envolvem a construção de alternativas para aqueles em situação de constrangimento financeiro – através das microfinanças, por exemplo –, dificilmente são resultantes do livre mercado. Muito pelo contrário, são resultantes de ações oriundas do investimento público, de ações altruístas de pessoas e das organizações da sociedade civil. Outrossim,

“os mercados financeiros eficazes aumentam a produtividade dos fatores de produção disponíveis e melhoram as relações intertemporais de recursos e manejos de riscos” nas quais “um enfoque comercial baseado no mercado tem maiores possibilidades de alcançar um maior número de pessoas de forma sustentável” (NAGARAJAN E MEYER, 2005, p. 6).

O Estado apresenta um papel de relevância para a criação de um ambiente favorável, infra-estrutura, sistemas de informação e estruturas de supervisão. Contudo, há um consenso para que o Estado não venha a intervir diretamente nesse mercado, limitando a sua ação apenas à construção de sistemas financeiros locais (GONZÁLEZ-VEGA, 1998; NAGARAJAN E MEYER, 2005, p. 6).

A ação do Estado é indispensável tanto para constituição de um marco regulatório e de supervisão, quanto ao apoio às entidades, dando suporte às iniciativas, as quais devem estar sob a responsabilidade de instituições locais para dirigir esse processo. A associação entre o Estado e entidades de apoio é fundamental, porque o processo de adaptação e adequação para o desenvolvimento de novos produtos e serviços exige investimentos para a realização de experimentos que envolvem um processo de adaptação, adoção e aprendizagem, sendo, usualmente, de alto custo e risco, resultados de “longos períodos de gestação” (GONZÁLEZ-VEGA, 2001, p. 45).

Logo, quando Adams (1995, p.11) relata a fragilidade das cooperativas de crédito dos países em desenvolvimento, atribuindo esse fenômeno à insuficiência de capital, e à ausência de fundos para cobrir déficits de liquidez e as dificuldades de captar recursos, há que se atentar para o fato de que esse é um fenômeno no qual estão inseridas diversas variáveis, algumas das quais, inclusive, fora do alcance das cooperativas de crédito, a exemplo do ambiente normativo. Na ausência ou fragilidade desse ambiente, figura dentre as alternativas de adequação a noção de proximidade, como elemento importante para estruturar um sistema de crédito e de

poupança alternativo (BITTENCOURT e ABRAMOVAY, 2003. p. 5-8).

Nagarajan e Meyer (2005, p. 35-36) destacam que essa proximidade é de extrema relevância para captação de poupança representando o pilar de uma proposta de construção de mecanismos de crédito eficiente e sustentável. Isso porque o distanciamento do poupador é identificado como um fator de entrave nesse processo, uma vez que revela um custo de transação para o depositante. Assim, as formas de aproximação da cooperativa com o associado podem ser as mais variadas, compreendendo desde o emprego de mecanismos de que se “movam” até o local do poupador, através de agentes “coletadores de recursos”²⁴, ou agentes de crédito, até a construção de alianças para a ampliação do atendimento pelas instituições, inclusive com a utilização compartilhada de espaços (Idem, p. 35-36).

A proximidade representa ainda a possibilidade de adoção da responsabilidade solidária adotada nas primeiras cooperativas para solução de problemas que se perpetuam, como o acesso ao crédito²⁵. Em um contexto marcado pela incorporação da racionalização bancária, essa proposta ressurgiu, permitindo maior cobertura, amplitude e impacto das ações das instituições. Simtowe e Zeller (2007, p. 1-2) destacam que esse processo, da responsabilidade, permitiu a construção de uma “colateralidade social”, transformando pretensos insolventes, excluídos do sistema financeiro formal, em indivíduos solventes. A proximidade social permite ainda mecanismos de controle de riscos acompanhando e monitorando continuamente as ações dos credores, inclusive no que diz respeito ao real emprego de recursos produtivos. Dessa maneira, como ressaltam Bittencourt e Abramovay (2003), o caráter localizado e o tamanho limitado das cooperativas de crédito representam a condição básica para que esse modelo possa ser empregado, argumentando que, nesses casos, as estruturas sociais locais figuram como o capital das cooperativas. Desse modo, a garantia das operações passa a ser dada pelo

²⁴ Esse é um mecanismo presente em sistemas de poupanças informais, existente em comunidades africanas, onde há um agente coletador local, que tem a confiança de todos, e, através de visitas regulares, arrecada pequenas quantias, devolvendo-as, após um determinado período, com a retenção de pequeno percentual (LELART, 2002; 2002a)

²⁵ De um lado, a inspiração para a superação deste problema, de acordo com Lelart (2002; 2002a), veio a partir do resgate da diversidade de práticas individuais e coletivas de poupança e crédito informais na Ásia, África e América. Todavia, este enfoque, de acordo com Hollis e Sweetman (1998) e Seibel (2005), omite ou não observa as práticas estabelecidas pelas primeiras experiências de cooperativas de crédito na Europa, que representam um marco nas práticas e mecanismos de poupança e crédito nos primórdios do capitalismo para com aqueles situados à margem do sistema financeiro.

conhecimento e pela pressão social que pode advir em caso de não pagamento.

Simtowe e Zeller (2007) destacam que a introdução dessa possibilidade, de “colateralidade social”, deu margem a novos comportamentos, tanto para a contratação de recursos superiores ao suporte da capacidade de pagamento, como para a devolução dos recursos, uma vez que a impossibilidade de continuar acessando os mesmos se apresenta como um fator que induz ao não pagamento.

A partir da análise das diversas etapas que envolvem um contrato de responsabilidade solidária – entendido como um instrumento que pactua um compromisso firmado entre duas partes sem a implicação de bens tangíveis – Simtowe e Zeller (2007, p. 3-4) analisam o monitoramento social como passível de falhas, uma vez que esse é um processo de acompanhamento e monitoramento contínuo. De acordo com os autores, em grupos onde esse processo ocorre é possível identificar formas de monitoramento social e suas implicações.

A primeira consiste na pressão para o ingresso no grupo, uma vez que o acesso a ele representa a possibilidade concreta para o estabelecimento de contrato mútuo, automaticamente firmado. Porém, há o risco de haver falha em decorrência de seleção adversa, uma vez que não se conhecem plenamente os projetos e as perspectivas dos indivíduos. A segunda implica no monitoramento para a realização efetiva dos investimentos, através dos recursos obtidos com o empréstimo, exigindo um acompanhamento do processo, tanto pelos integrantes do grupo como por membro da instituição – opção esta de custo mais elevado. A terceira está relacionada ao acompanhamento para que o compromisso seja saldado no prazo, diante de riscos de natureza idiossincrática variada, exigindo que os membros possam ter conhecimento acerca dos recursos individuais e coletivos que são necessários para fazer frente às obrigações contratuais assumidas. O quarto item se refere ao monitoramento da situação coletiva de modo a efetuar mobilização e pressão social, a fim de que os compromissos das operações assumidas, mas não quitadas, possam ser efetivamente realizadas (Ibidem, 2007, p. 3-7).

Desse modo, Abramovay (2003; 2004), assim como Simtowe e Zeller (2007), ressaltam que o referido processo tem relação estreita com a homogeneidade e proximidade existente no grupo, que representa um aspecto importante para o acompanhamento e pressão social.

Simtowe e Zeller (2007, p. 24) afirmam, entretanto, que a adoção de tal mecanismo pode levar a apresentar altos índices de inadimplência, chegando a comprometer as operações da instituição ou, ainda, os próprios ativos daqueles que assumem os débitos²⁶. Os autores argumentam que a entrada de novos associados no grupo, com a sua conseqüente ampliação, pode vir a representar resultados não satisfatórios, de modo que as instituições devem estabelecer limites para que essa ferramenta não as inviabilize.

Como as cooperativas de crédito possuem uma base geográfica de atuação, a determinação da amplitude pode vir a comprometer a eficiência dos mecanismos de responsabilidade solidária.

Não obstante, o processo de adaptação de monitoramento implica também em estabelecer práticas no sentido de viabilizar e dar sustentabilidade à instituição. González-Vega (2001, p. 47), por exemplo, destaca, para as instituições de crédito que atuam em territórios rurais, que estas devem empreender suas ações, envolvendo tanto atividades agrícolas e não agrícolas, de forma a atender ao conjunto de necessidades e características do meio. Ao mesmo tempo, isso mitiga riscos sistêmicos, decorrentes do efeito dos recursos edafoclimáticos. O autor também destaca a necessidade de construção de mecanismos de análise de riscos e acompanhamento do crédito, até mesmo através de técnicos; igualmente, destaca a formação do quadro de gestores associados e a utilização de sistemas de informação.

Indubitavelmente, as propostas de monitoramento social abrem novas perspectivas, inclusive uma forma de redução de custos de transação, muito embora seja recomendado que as operações de crédito apresentem o mesmo valor de mercado (GRUPO CONSULTIVO DE ASSISTÊNCIA AOS POBRES, 2006).

De outro modo, as cooperativas de crédito, para se consolidarem como instituições financeiras no meio rural, efetuam ajustes e constroem mecanismos de controle financeiro e de pressão social que promovam condições de viabilidade e sustentabilidade. O processo de adaptação de tais mecanismos compreende um desafio às cooperativas, de modo que é construída e posta em prática como resposta à demanda financeira dos territórios em que encontram inseridas.

²⁶ Búrigo (2006, p. 172) descreve que os fundos rotativos solidários, experiências de grupos associativos, a partir da qual surgem as cooperativas de crédito, apresentavam problemas gerenciais e de inadimplência.

2.3. AS CONTRIBUIÇÕES AO DESENVOLVIMENTO DOS TERRITÓRIOS

O posicionamento, enquanto agente e mecanismo propulsor do desenvolvimento dos espaços territoriais, representa um dos principais destaques dados em relação às contribuições das cooperativas de crédito.

Nesse sentido, as possibilidades de ampliação de oportunidades, particularmente através do acesso a recursos financeiros, representam pontos valorados pelas experiências mais diversas, através das quais as cooperativas buscam associar o desenvolvimento como tema relevante da sua pauta de ação.

O movimento Desjardins (2007, p. 1) destaca, dentre os valores organizacionais, o seguinte aspecto: “*O dinheiro a serviço do desenvolvimento humano*”. Nessa mesma linha, a Confederação Alemã das Cooperativas - DGRV (2007, p. 1), além de destacar o seu papel no desenvolvimento alemão, ressalta o fortalecimento das áreas rurais, refletindo o pensamento que perpassa em todas as cooperativas filiadas. O Banches Di Credito Cooperativo -BCC (2007a) também segue em direção idêntica e enfatiza o compromisso com os princípios do cooperativismo, bem como o desenvolvimento²⁷ enquanto propósito institucional. É, inclusive, sob a bandeira do desenvolvimento, que os grandes sistemas de cooperativas, como Desjardins e a DGRV²⁸, lançam-se, através de diversas ações conjuntas internacionais, a propagar e influenciar as ações nas cooperativas de crédito voltadas para o favorecimento e a ampliação de oportunidades nos mais diversos países.

O que se procura enfatizar, na literatura, bem como nos discursos das cooperativas de crédito, é a possibilidade de desenvolvimento que essas experiências trazem. Não somente através do prisma relacionado à capacidade que tais

²⁷ Na “Carta dei Valori del Credito Cooperativo”, o BCC, no 7º item, destaca o envolvimento com as comunidades através do compromisso com o desenvolvimento econômico, social e cultural.

²⁸ O Movimento Desjardins possui uma ação internacional, desde novembro de 1970, destinada a propagar a “receita de seu exitoso modelo” junto à comunidade internacional, desenvolvendo ações de apoio e fomento em diversos países da América Latina, África e Europa Central e do Leste (DESJARDINS INTERNACIONAL, 2007). A DGRV desenvolve um programa para a América Latina e o Caribe, tendo iniciado as atividades em 1992 (CONFEDERAÇÃO ALEMÃ DAS COOPERATIVAS, 2007b). As duas instituições desenvolvem trabalhos no Brasil.

organizações possuem em canalizar recursos para investimentos nas suas respectivas localidades, mas na representação de um ponto comum entre diversos trabalhos.

Desroche (1977), além do aspecto exposto anteriormente, ressalta que as cooperativas de crédito podem assumir o papel de coordenadores de um conjunto de cooperativas, de modo a canalizar os recursos para a produção e o consumo, engendrando relações nesse ambiente.

Em uma direção similar, Monteagudo (1999, p. 2005) destaca que as cooperativas de crédito apresentam um triplice papel no desenvolvimento local: o primeiro está relacionado à intermediação do crédito, através da atuação na captação de recursos em um espaço territorial, a fim de evitar a evasão de recursos para outras áreas, assegurando a inversão em sua própria região; O segundo diz respeito ao caráter da sociedade cooperativa, ao exercício da intercooperação, a qual assume um duplo papel econômico e social, possibilitando tanto a constituição de empreendimentos e iniciativas locais, como também a ampliação e promoção dos mecanismos e meios necessários à formação, informação e à tecnologia - elementos chaves para uma mudança no ambiente em que se encontram; O terceiro diz respeito ao seu papel enquanto agente de desenvolvimento local, relacionando-se aos projetos que são levados por meio do seu apoio, visando ao aproveitamento dos recursos locais e favorecendo a atração de novos investimentos, com reflexos no aumento da competitividade e melhoria das empresas e mercados, conseqüentemente, das regiões em que se encontram inseridas. Esses três eixos são também destacados por Ros (2003), quando analisa as contribuições das cooperativas para o desenvolvimento rural.

Santos e Rodríguez (2002, p. 38) destacam ainda o papel das cooperativas de crédito enquanto coordenadoras de processos de intercooperação para o desenvolvimento de um projeto alternativo, de um complexo de organizações que são apoiadas por aquelas. A partir da análise do Complexo de Cooperativas de Mondragón²⁹, na Espanha, os autores observam que as cooperativas de crédito podem ser responsáveis por uma atividade de monitoramento das demais

²⁹ A Caixa Laboral, o banco cooperativo do complexo de Mondragón, movimentou, em 2006, um total de 12.333 milhões de euros, gerando 83.601 postos de trabalho, sendo que 80% são associados. O Mondragón é composto por 107 cooperativas, além de 1 banco e mais 142 outras empresas e sucursais (MÓNDRAGÓN, 2007).

cooperativas a que estão atreladas, no caso, cooperativas de educação, produção e consumo, de modo a sugerir e disponibilizar recursos para a implementação de estratégias que as tornem mais competitivas.

Desse modo, Santos e Rodríguez (2002, p. 38) sugerem que as cooperativas de crédito se constituem em um fator importante na coordenação de projetos alternativos ao processo de globalização, viabilizando e dando sustentabilidade a propostas locais.

Lechasseur (2004) destaca que o movimento das *Caisses Desjardins* contribui para o desenvolvimento através de três grandes ações políticas: uma de desenvolvimento econômico regional, através do apoio aos empreendimentos locais e regionais; uma política de descentralização, uma vez que apóiam ações longe de grandes centros urbanos, onde se concentram os maiores volumes de recursos; e uma política de engajamento na comunidade local, desenvolvendo produtos e serviços financeiros apropriados, inclusive com orientação e ações de microcrédito e para o meio ambiente.

O fomento ao desenvolvimento, entretanto, implica observar um conjunto de práticas levadas adiante pelas cooperativas, em que os sócios assumem um duplo papel (cliente e proprietário), nas quais estratégias e prioridades nem sempre são decididas à luz de um racionalismo econômico, como destaca Prévost (2003). Esse processo envolve uma complexa relação, tendo a cooperativa de equacionar necessidades individuais e coletivas diante de sua natureza econômica e social. Dessa forma, Prévost (2003) enfatiza que são variadas as possibilidades de se levar adiante esse processo, de modo que algumas cooperativas limitam-se a direcionar suas ações apenas para os seus membros, enquanto outras tecem relações mais profundas com a comunidade. Buchelli (2002; 2006) destaca a relevância das cooperativas de crédito para o desenvolvimento do território rural, envolvendo os atores locais.

Nessa perspectiva, Isola et al. (2005) desenvolvem uma proposta de análise acerca da relevância das cooperativas para o desenvolvimento local, aplicando-as em cooperativas de crédito, localizadas no meio rural, em vários países da América³⁰.

³⁰ Com base em um modelo analítico concebido, no qual se levou em consideração a amplitude de conceitos, como desenvolvimento e rural, para diversos contextos, três vertentes foram consideradas para compreender a dinâmica das cooperativas de crédito nas localidades rurais: função cooperativa, derivada da dupla natureza da cooperativa - econômica (produção de bens e serviços, inovação,

As contribuições econômicas foram associadas a quatro dimensões: disponibilidade de produtos ou serviços; regulação econômica; pressão local e fortalecimento do trabalho; reinvestimento nas ações locais. As contribuições sociais envolveram capital humano e capital social; as contribuições políticas se relacionaram com o aspecto da intercooperação, participação, propagação do modelo cooperativo, influência na legislação; por fim, as contribuições ambientais se relacionaram à preservação e à sensibilização aos problemas ambientais (ISOLA ET AL., 2005, p. 87). Como resultado, destaca-se que as cooperativas ampliaram as oportunidades de desenvolvimento nos meios em que se encontram inseridas e provocaram mudanças diversas. Contribuíram para solucionar problemas de estrangulamento de serviços financeiros existentes no meio rural, para a melhoria de infra-estrutura rural, ampliação da produção agrícola e formação de um arranjo institucional local favorável ao desenvolvimento. Ao mesmo tempo, colaboraram para a formação dos recursos humanos locais, desenvolvimento de suas atividades culturais, além de consolidação de laços sociais e de identificação ao território, dentre outros (Idem, p. 96-101).

Nessa mesma direção, Larocque et al. (2002) desenvolvem um processo de análise do impacto das cooperativas de crédito em áreas rurais, focando a comunidade, as famílias e os indivíduos, destacando resultados positivos em relação ao acesso aos serviços financeiros, em muitos casos, devido a simplesmente não haver agentes de crédito formal em suas comunidades.

Larocque et al. (2002) afirmam que as cooperativas de crédito contribuem para a construção de uma nova dinâmica nas comunidades, sugerindo alguns efeitos no crescimento da renda individual e redução da pobreza. Os autores sinalizam que a poupança contribuiu para maior segurança dos associados frente às adversidades, principalmente, de estabilização das rendas e da mitigação das intercorrências e riscos a que estão susceptíveis, por dependerem da agricultura, serem pobres e residirem em um território onde a precariedade é acentuada. Ressaltam os autores, o

recursos e emprego) e social (respeito aos princípios cooperativos; estratégias de ação com suas contribuições); ação cooperativa, voltada a compreender as estratégias e as possibilidades que resultam no meio em que estão inseridas; contribuições ao meio local, relacionadas aos aspectos econômico, ambiental, social e político (ISOLA ET AL., 2005, p. 86-90).

fato de que o crédito para financiar o consumo pode apresentar dificuldade de retorno.

As evidências explicitadas anteriormente podem ser associadas a outras, mencionadas por Schröder (2005) e Búrigo (2006), quando acentua a relevância das cooperativas de crédito para a ampliação dos recursos de crédito rural, de modo particular para grupos menos favorecidos.

Ao mesmo tempo, Schröder (2005) enfatiza as contribuições das cooperativas para a formação de quadros de gestores, bem como a potencialidade de novos investimentos e oportunidades advindas da ação no contexto rural.

A liberdade de ações e decisões, que pode ser estabelecida nas cooperativas, juntamente com as oportunidades que são disponibilizadas nos seus espaços, representa também um fato que não pode ser negligenciado. Como destaca Sen (2003), o desenvolvimento, enquanto liberdade, implica observar uma grande quantidade de aspectos que transcendem a questão monetária, envolvendo a própria liberdade individual, de modo que:

“O êxito de uma sociedade deve ser avaliado, nessa visão, primordialmente segundo as liberdades substantivas que os membros dessa sociedade desfrutam. Essa posição avaliatória difere do enfoque informacional das abordagens normativas mais tradicionais, que se concentram em outras variáveis, como utilidade, liberdade processual ou renda real” (SEN, 2003, p. 32).

Tais afirmações sugerem que as cooperativas de crédito apresentam um papel de relevância no contexto em que atuam, de modo particular, no mundo rural. Mesmo estando situadas em diversos espaços, as constatações apresentadas anteriormente sinalizam na direção da construção de mais oportunidades.

Neste sentido, embora a questão material possa estar mais visível em um primeiro momento, questões como participação, democracia, confiança e engajamento estão relacionadas a todo esse processo.

2.4. OS LIMITES DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO

Pautadas em princípios de auto-ajuda e participação democrática, as cooperativas de crédito, em seu projeto inicial, propunham-se à redução da pobreza e

à aceleração de crescimento para os pequenos agricultores ou artesãos. Mesmo considerando os seus limites, essas experiências continuam a ter um grande apelo de inclusão social por disponibilizar acesso ao crédito aos mais vulneráveis.

A perpetuação dessas iniciativas, todavia, é posta em xeque à medida que esses atores passaram a adotar posições mais ortodoxas, que tendem ao distanciamento dos princípios e valores do cooperativismo.

À proporção que se expandem, captando maior quantidade de recursos ou ampliando a base de membros para formação dos recursos financeiros que permitam a sua sustentabilidade, ocorre um distanciamento entre a família e o agente, as interações passam a ocorrer de forma pontual e específica, devido à amplitude, levando, inclusive, a gradientes diferenciados de participação e assimetria de informações.

A lógica econômica dos sistemas financeiros, de regulação ou de viabilidade e sustentabilidade, por outro lado, tende a empurrar em direção a uma estrutura e práticas homogêneas. O monitoramento social é colocado em evidência como uma alternativa, mas, devido à própria complexidade do sistema financeiro e do ambiente em que se encontram inseridos, necessitam de mecanismos de pressão adicionais.

Assim, há uma tendência devido ao aumento do número de associados, a verticalização, sendo colocadas em segundo plano formas de concessão de crédito baseadas unicamente em critérios morais. Embora permaneçam atreladas aos princípios e valores do cooperativismo, continuam a ser normas formais as que regem essas organizações. Com efeito, essas cooperativas desenvolvem estratégias ambíguas à medida que buscam se aproximar e oportunizar acesso aos recursos financeiros, enquanto adotam práticas e estratégias similares aos grandes bancos, de modo a apresentar viabilidade.

Ao mesmo tempo, ainda que inseridas num sistema financeiro globalizado e dominado pelo grande capital, a adaptação realizada em resposta pelas cooperativas de crédito resgata algumas questões típicas de seus primórdios, como a responsabilidade solidária, a ação localizada em um território pequeno com número reduzido de membros, a proximidade, entre outros fatores. Porém, essa mesma ação não deve deixar de levar em consideração os aspectos de viabilidade e sustentabilidade dessas propostas.

Inicialmente calcados em experiências de pequeno porte, os círculos de proximidade nas cooperativas de crédito, com alto grau de imbricação entre a família e o agente financeiro, marcados pela colateralidade ou horizontalidade das relações, constituem-se em espaços nos quais são ditadas as operações. Isso se deve ao fato de garantirem uma simetria das informações, proporcionando risco pequeno nas operações, sem instrumentos de regulação formal.

A ampliação do quadro social, a distinção entre cooperativas de crédito das instituições filantrópicas e mutualistas, e a profissionalização da gestão, inclusive, difundindo-se a prática de remuneração de dirigentes, consistem em aspectos impositivos para alcançar a viabilidade e sustentabilidade desses projetos, conquanto carreguem consigo uma série de tensões envolvendo o marco legal e as práticas do cooperativismo. Isso pode ser observado nas diversas cooperativas de crédito aqui analisadas.

Ademais, esse formato permite maior capacidade de concorrência com os atores bancários, que, através de estratégias cada vez mais sofisticadas, tendem a ocupar espaços em todos os estratos da população. A arquitetura deste modelo de regulação e governança tende a ser adotada também pelas cooperativas autodenominadas de solidárias, de modo a ampliar os serviços financeiros prestados e facilitar os processos de captação de recursos externos para as populações mais vulneráveis.

A capacidade das cooperativas de crédito em responder às demandas das famílias em serviços de poupança e crédito nas comunidades, pode apresentar uma dimensão não observada no contexto macro. Isso não se restringe à concessão de recursos financeiros, mas envolve a potencialidade dessas organizações para disponibilizar produtos adequados aos seus associados, sem se desvencilhar de valores e normas cooperativistas.

Além do mais, a heterogeneidade de situações acerca do ambiente normativo, de pressão e supervisão, resulta em diversos processos de adaptação, cujos desdobramentos guardam particularidades tanto na estruturação dos sistemas de cooperativa, como na construção de propostas locais que possibilitem novas oportunidades locais. As discussões até então tecidas neste capítulo são ilustrativas para melhor situar o cooperativismo de crédito no Brasil, objeto do capítulo seguinte.

CAPÍTULO 3

3. ARRANJOS DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO NO BRASIL

O processo de constituição do movimento cooperativo de crédito no Brasil foi marcado pela influência das principais experiências internacionais, sofrendo um contínuo e constante ajuste na sua conformação e configuração.

As primeiras experiências brasileiras estão fortemente atreladas aos imigrantes europeus e às ações da Igreja, inspiradas na Doutrina Social, que se apresentam como importantes difusores das propostas do tipo Raiffeinsein (SCHNEIDER e LAUSCHNER, 1989, p. 107-08)³¹.

No decorrer da segunda metade do século XX, um novo processo de crescimento do cooperativismo de crédito surge no Brasil, sob os auspícios do Clero, do Estado e dos órgãos de fomento internacional. A expansão das cooperativas de crédito no Brasil, durante esse período, bem como em outros países da América Latina, esteve atrelada às políticas de atuação de órgãos internacionais. Tal fenômeno atinge igualmente as cooperativas agrícolas, havendo uma alternância entre períodos de indiferença e de estímulo à formação de cooperativas, segundo o ciclo político, apresentando alto grau de vinculação às políticas públicas levadas adiante pelo Estado (COMISION ECONOMICA PARA AMERICA LATINA Y EL CARIBE, 1989; MARTINEZ, 2002).

Após uma fase de intensa pressão e interferência estatal nas cooperativas, vivenciada entre o final da década de 1960 até 1980, um novo cenário emerge para as cooperativas de crédito no curso da década de 1990. Martínez e Tembley (2002) destacam que, diante desse novo contexto, há uma necessidade urgente de adaptação das cooperativas de crédito ao novo ambiente econômico, de modo a possibilitar um maior controle e maior capitalização do empreendimento.

³¹ Fenômeno similar ocorre em diversos outros países da América Latina como no Uruguai e Paraguai (MARTINEZ, 2002; RIVAROLA, 1989, p. 239; TERRA, 1989, p. 294-96; BERTULLO ET. AL, 2003; BONAPARTE, 1989).

Carella et al. (2003) sugerem, entretanto, ao analisar o cooperativismo de crédito em vários países da América do Sul, que as particularidades e complexidades do sistema financeiro brasileiro trazem desafios ainda maiores às cooperativas do Brasil.

O que se observa é que o cooperativismo de crédito brasileiro cresce, passando de 430 cooperativas de crédito, em 1980, para 806 cooperativas, em 1990. No início do ano 2000, o total de cooperativas brasileiras era de 1.311, e, em 2006, chegou a totalizar 1.452 organizações cooperativas (Gráfico 1). Nesse ínterim, foram constituídos dois bancos cooperativos, além de terem sido fundadas 04 federações, uma confederação e 37 cooperativas centrais. Também se formaram vários tipos de cooperativas de crédito, dentre as quais, as do tipo rural e de livre admissão, situadas em pequenos municípios, totalizando 481 cooperativas (Gráfico 2).

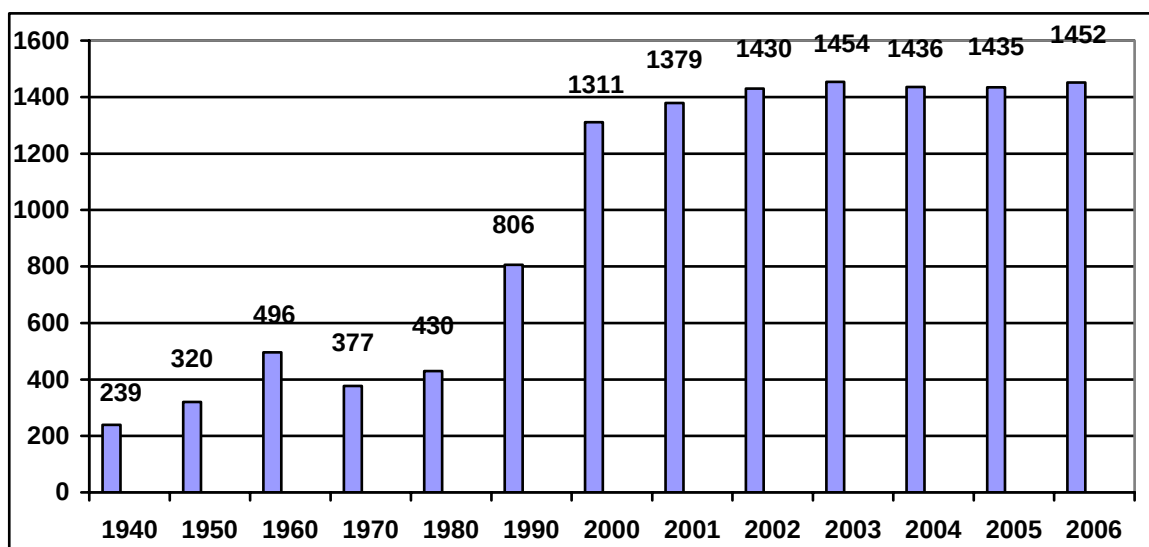
De maneira similar à concentração das demais instituições financeiras, a distribuição das cooperativas no país tende a estar presente em áreas de maior concentração da população e da renda. No Sudeste e no Sul, localizam-se 49,6% e 26,1% do total de cooperativas de crédito, respectivamente. Na região Nordeste, há um total de 152 cooperativas de crédito (10,6% do total); a região Norte concentra 5,3% e a Centro-Oeste 8,4% das cooperativas de crédito (Gráficos 3 e 4).

Registra-se, por outro lado, que a expansão do segmento de crédito do cooperativismo brasileiro apresenta dados relevantes. Em termos quantitativos, por exemplo, as cooperativas de crédito superam em todos os estados, à exceção de São Paulo, os demais tipos de instituições financeiras, como sociedades de crédito mobiliário e bancos comerciais³². Na Paraíba, no Maranhão e no Mato Grosso, as cooperativas são as únicas instituições financeiras estaduais³³. Já em termos qualitativos, as cooperativas de crédito representam iniciativas locais, e, que, portanto, têm o foco de suas ações no desenvolvimento de mecanismos públicos ou espaços locais, ainda que controladas e monitoradas com base nos mesmos padrões bancários internacionais.

³² Considera-se, aqui, o banco ou a instituição financeira enquanto personalidade jurídica, e não a quantidade de agências existentes em cada um dos estados.

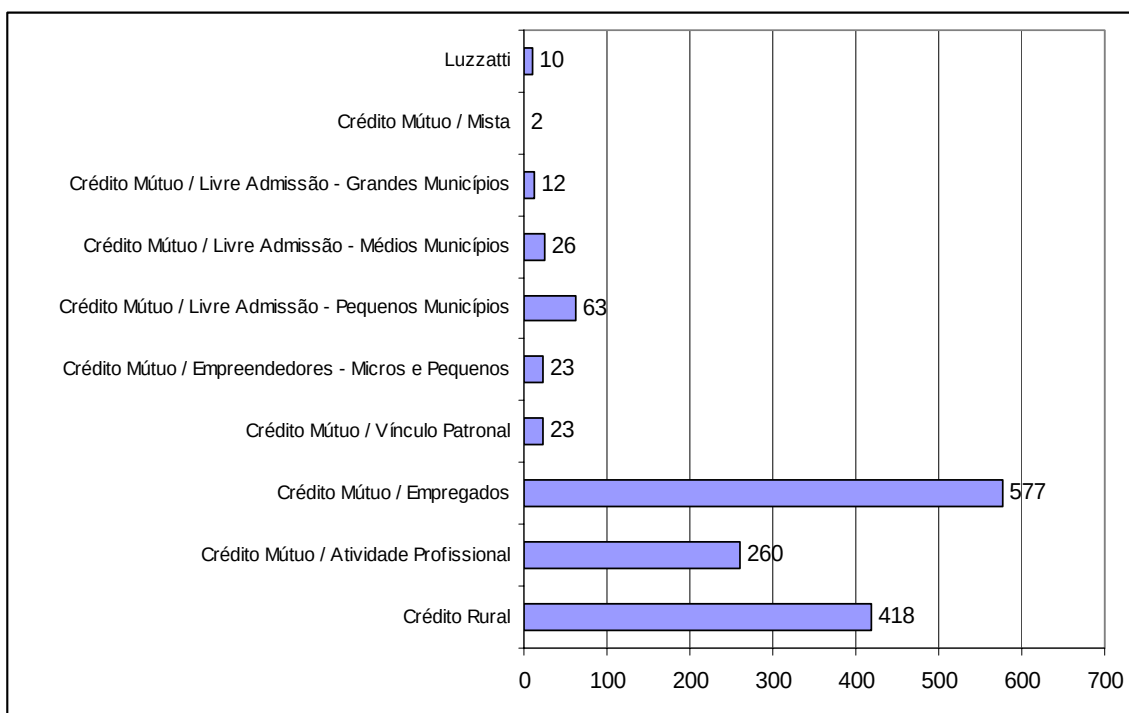
³³ O estado de Pernambuco possui 12 outras instituições financeiras, sendo 04 bancos mercantis, além das 21 cooperativas existentes, totalizando 33 instituições financeiras (BANCO CENTRAL, 2007).

Gráfico 1- Evolução do cooperativismo de crédito brasileiro entre 1940 e 2006.



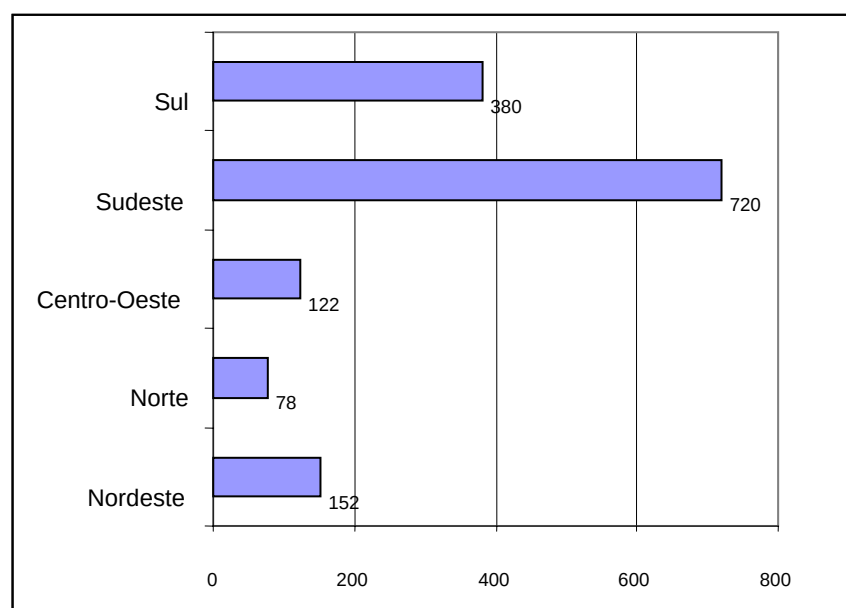
Fonte: Pinheiro, 2007; Banco Central, 2007.

Gráfico 2- Distribuição das cooperativas de crédito brasileiras, segundo tipo, em 2006



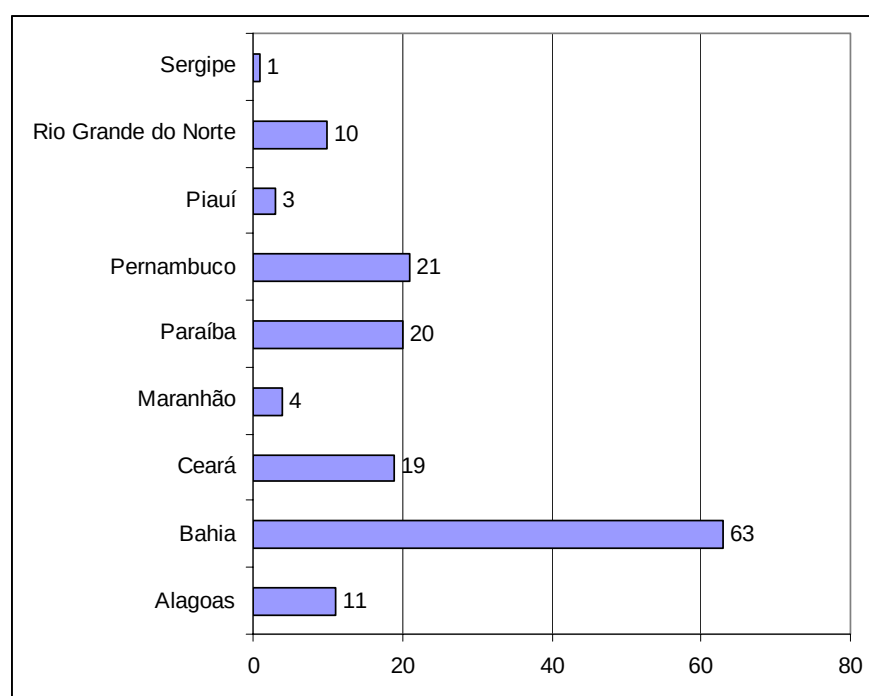
Fonte: Banco Central, 2007.

Gráfico 3– Distribuição das cooperativas de crédito brasileiras, segundo região em 2006



Fonte: Banco Central, 2007.

Gráfico 4 – Distribuição das cooperativas de crédito brasileiras, segundo estados da Região Nordeste, em 2006



Fonte: Banco Central, 2007.

As cooperativas de crédito, no Brasil, assumem uma posição de destaque ante as demais modalidades de cooperativas, constituindo um dos ramos de maior expressão em relação ao número de organizações, de associados e à quantidade de funcionários empregados. Ao se tomar como base apenas as cooperativas de diversos ramos que estão filiadas ao sistema OCB, em 2006, as quais totalizam 7.603 organizações, verifica-se que o ramo crédito possui a terceira maior quantidade de cooperativas do Brasil, 14,5% do total, ficando atrás apenas do ramo trabalho, o qual possui 24,6% do total, e do ramo agropecuário, 20,3% do total³⁴. Porém, é com relação ao número de associados que se observa a força do cooperativismo de crédito. Tal ramo apresenta o maior número de associados, 33,3% do total. Quanto ao número de empregos gerados, o ramo crédito emprega a terceira maior quantidade de funcionários, 13,9% do total, ficando atrás apenas do ramo agropecuário, com 56,7% do total, e do ramo saúde, 15,9% do total (Apêndice C - Quadro 2).

Dessa forma, as tramas de relações que desenvolvem as cooperativas de crédito brasileiras, tanto no que concerne à sua inserção nos territórios de abrangência, como na integração do sistema nacional interbancário, resultam na constituição de várias redes, nacionais e regionais.

3.1. A ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO COOPERATIVO BRASILEIRO

Na concepção de Alves e Soares (2004), também compartilhada por Bittencourt (2001), Schröder (2005), Búrigo (2006) e Pinheiro (2006), a abertura institucional fez com que se estruturassem grandes grupos no cooperativismo de crédito brasileiro.

O primeiro é marcado pela verticalização, em que ocorre a centralização das operações em agentes bancários próprios, com uma economia de escala, como forma de alcançar um maior nível de competitividade. As cooperativas singulares estão filiadas a centrais, que, por sua vez, encontram-se associadas em confederações.

³⁴ Há uma acentuada diferença entre o número de cooperativas registrada no Departamento Nacional de Registro Comercial – DNCR e as registradas no sistema OCB. Tal fato ocorreu com maior intensidade a partir da metade da década de 1990 (Pires et al., 2004, p. 39-41).

O segundo é caracterizado pela horizontalização, em que cooperativas, denominadas solidárias³⁵, estão filiadas a várias centrais, as quais estão vinculadas a entidades representativas: uma criada em 2004, a Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito da Agricultura Familiar – ANCOSOL, e outra em 2005, a UNICAFES – União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar. As cooperativas de crédito que estão inclusas neste grupo apresentam características diferenciais daquelas do primeiro grupo, a exemplo de um menor número de associados no quadro social.

Decerto que outras perspectivas poderiam ser estabelecidas para retratar a diversidade de arranjos do cooperativismo de crédito brasileiro, tomando como base os processos de integração com o mercado financeiro, a composição do quadro social de suas afiliadas, ou, até mesmo, a área de abrangência. Inclusive, a ligação das cooperativas de crédito a entidades representativas e de classe poderiam ser a base para a criação de uma tipologia. Conquanto haja um ponto de convergência no movimento do cooperativismo de crédito nacional: a aglutinação em torno de cooperativas do segundo grau – central cooperativa – que amplia o seu papel dentro do novo contexto institucional, passando a assumir a supervisão das cooperativas singulares. Tal política fora induzida pelo Banco Central, dentro de uma estratégia maior de pressão de riscos do sistema financeiro, implementada a partir de 2000. Calcada em uma forte visão de autonomia do mercado e do papel de regulação do Estado, essa política transferiu a responsabilidade dos riscos de liquidação das operações financeiras para o próprio mercado, embora continuassem fortemente monitorados pelo Banco Central.

Com o suporte da utilização dos meios eletrônicos, a dinâmica da Rede do Sistema Financeiro Nacional - RSFN³⁶, incluindo a Câmara de Compensação³⁷,

³⁵ De acordo com Kumar (2004) e Búrigo (2006) as cooperativas de crédito solidário são compostas por diversas categorias de trabalhadores, inclusive os estratos de mais alta renda.

³⁶ A RSFN consiste em uma estrutura de comunicação de dados, baseada em uma tecnologia de rede, desenvolvida com o intuito de possibilitar a troca de informações, no âmbito do Sistema Brasileiro de Pagamento, “entre as instituições financeiras titulares de conta Reservas Bancárias, as câmaras e os prestadores de serviços de compensação e de liquidação, a Secretaria do Tesouro Nacional - STN e o Banco Central do Brasil”. Através dessa plataforma tecnológica pode-se efetuar o acesso ao Sistema de Transferência de Reservas – STR, operado pelo Banco Central do Brasil, como ao Sistema de Transferência de Fundos - Sitraf, operado pela Câmara Interbancária de Pagamentos – CIP” (BANCO CENTRAL, 2007a)

³⁷ Trata-se de um espaço para efetuar o processamento central das instituições financeiras no qual são

sofreu uma alteração, ao tempo em que permitiu uma maior pressão do Banco Central sobre a liquidez das instituições financeiras, ou seja, a capacidade das instituições para equalizar recursos disponíveis e suas obrigações. Todavia, nem mesmo as cooperativas centrais podem ter acesso ao Sistema de Liquidação de Transferências de Fundos Interbancárias, que consiste no centro de liquidação das operações interbancárias, e, portanto, onde se realizam as operações no mercado monetário, cambial e de capitais no Brasil³⁸. O novo ambiente institucional possibilitou às cooperativas constituírem seus próprios bancos para acesso ao Sistema de Liquidação de Transferências de Fundos Interbancárias³⁹, bem como ao próprio mercado monetário. Um bloco de cooperativas de crédito optou por esse modelo; outro bloco realiza o acesso ao mercado monetário e ao Sistema de Liquidação de Transferências de Fundos Interbancárias através de bancos públicos ou privados.

A associação de uma cooperativa singular a uma central, além de trazer uma série de vantagens de natureza mercadológica, ao ampliar a gama de serviços financeiros aos associados, favorece condições para a autogestão do próprio sistema cooperativo, em consonância com os parâmetros do sistema financeiro. Resulta, ainda, em vantagens econômicas, por possibilitar um ganho de escala nas operações com o mercado financeiro.

efetuadas trocas de instruções de pagamentos e outras obrigações financeiras. No caso do novo Sistema Brasileiro de Pagamentos, as instituições, segundo algumas regras e procedimentos para cada operação, chegam a liquidar os instrumentos trocados no exato momento da transação, instantaneamente, através de um sistema de informação.

³⁸ O Sistema Brasileiro de Pagamentos é composto pelo: Sistema de Transferência Reserva, através do qual se realiza a transferência de fundos com liquidação bruta em tempo real (LBTR), operado pelo Banco Central do Brasil; Sistema de Transferência de Fundos- Sitraf, mecanismo híbrido de transferência de fundos que reúne características dos sistemas de liquidação diferida com compensação de obrigações (LDL) e dos sistemas de liquidação bruta em tempo real (LBTR); Sistema de Liquidação Diferida das Transferências Interbancárias de Ordens de Crédito – Siloc, através do qual se efetua a liquidação de obrigações interbancárias relacionadas com os documentos de crédito (DOC) e com os bloquitos de cobrança de valor inferior a R\$ 5 mil; pela Centralizadora da Compensação de Cheques e Outros Papéis – Compe, através da qual se realizam trocas de documentos físicos, liquidando obrigações interbancárias, inclusive cheques de valor inferior a R\$ 250 mil; e a Câmara TecBan, por onde são processadas as transferências de fundos interbancários relacionadas, dentre outras, a pagamentos realizados com cartões de débito e saques em rede de atendimento automático compartilhada, denominada de Banco24Horas (BANCO CENTRAL, 2004).

³⁹ Os bancos múltiplos ofertam uma maior quantidade de serviços financeiros que os bancos comerciais. Estes efetuam uma ação de captar depósitos à vista e de poupança, sendo tradicionais fornecedores de crédito para as pessoas físicas e jurídicas, de modo que sua especialidade, por exemplo, pode residir em fornecer capital de giro para empresas (BANCO CENTRAL, 2004).

Não obstante, a inserção das cooperativas singulares no mercado local apresenta uma matiz ampla, com maior ou menor segmentação, adotando estratégias que se aproximam ou se afastam de instituições de microfinanças. Com maior ou menor ênfase nos mecanismos alternativos de colateralidade, as cooperativas singulares, inclusive de uma mesma central, apresentam nuances de atuação que diferem umas das outras. Observa-se que a estrutura do cooperativismo de crédito brasileiro apresenta uma diversidade de arranjos, de modo que as experiências locais, tanto podem se aglutinar em torno das estruturas existentes, como podem conceber novos espaços de representação. As cooperativas locais, a partir desses arranjos, vão estabelecer também relações com o sistema bancário (Apêndice D).

Nessa direção, cabe tecer as características dos principais sistemas de cooperativismo de crédito, no Brasil, a partir das centrais, reconhecendo-se que há uma combinação de situações, que vão além da dualidade posta no debate atual, entre cooperativas solidárias e não-solidárias.

3.2. O SICREDI e o SICOOB

Os sistemas SICREDI e SICOOB apresentam uma estrutura integrada entre cooperativas singulares e cooperativas centrais, de modo que, através de um agente financeiro bancário próprio, efetuam serviço de compensação, captação e concessão de recursos no âmbito nacional e internacional.

A base do sistema são as cooperativas singulares, as quais atuam usualmente em extensas áreas territoriais, com grande quantidade de cooperados em cada organização e uma ampla gama de serviços financeiros. Isso só é possível porque tais cooperativas operam por meio de contratos com o banco cooperativo.

As cooperativas singulares estão filiadas às cooperativas centrais, que possuem participação acionária nos bancos cooperativos, sendo uma outra característica do SICOOB e SICREDI: operarem com bancos de sua propriedade. Assim, as cooperativas centrais, além de centralizarem os recursos financeiros das cooperativas singulares, firmam Contratos de Prestação de Serviços com o banco cooperativo; enquanto as cooperativas singulares, para operarem com o banco

cooperativo, efetuam termos de adesão aos contratos estabelecidos entre as cooperativas centrais e o banco.

A atribuição das cooperativas centrais, contudo, não se restringe aos serviços de apoio financeiro, mas abrange também a responsabilidade pela coordenação, regulação e supervisão das cooperativas singulares. A lógica de atuação bancária desses dois sistemas, SICOOB e SICREDI, ocorre no sentido de levar adiante um modelo de economia de escala, por meio de uma integração financeira, na qual está implícita a integração política, societária, operacional, tecnológica, de imagem e de redes compartilhadas (ABREU, 2006).

Com esse modelo, intenta-se obter uma maior autonomia operacional, através dos bancos, fortemente calcada na adoção de tecnologia da informação. Assim, amplia-se a capacidade de respostas às necessidades dos cooperados, ao mesmo tempo em que são assegurados mecanismos de redução dos riscos aos poupadores, credores, e aos demais agentes do sistema financeiro. Ao mesmo tempo, há uma tendência à adoção de práticas que se assemelham aos dos agentes bancários tradicionais, difundidas ao longo da rede de cooperativas.

Através do banco próprio, esses sistemas ensejaram um modelo de inserção no mercado financeiro capaz de favorecer um menor custo de compensação e diversificação de produtos ou serviços. Isso acarretou menos dependência das cooperativas de crédito aos serviços de intermediação financeira de terceiros, com taxas reduzidas e simplificação da interação com o mercado interbancário para o repasse de recursos. Tal estratégia de vinculação aos bancos e de integração possibilitou ainda a instalação de Postos de Atendimento ao Cooperado – PAC, atuando como correspondentes bancários⁴⁰. Tal estratégia fez com que a cooperativa pudesse também atender a não associados em sua área de abrangência.

O mecanismo de atuação por banco próprio objetivou capitalizar tais ganhos para o sistema cooperativo, facilitando a disponibilização de múltiplos canais de atendimento, auto-atendimento e internet, acesso ao Sistema Brasileiro de Pagamentos – SBP –, bem como sistemas de controle gerencial e sistemas de controle interno unificados, dando maior segurança e agilidade às operações. Essa modalidade permite às cooperativas ingressarem em um campo restrito de atuação do

⁴⁰ Resolução 3.156 de 17 de dezembro de 2003 (PINHEIRO, 2006).

mercado financeiro, colocando-as no mesmo espaço de atuação dos agentes bancários públicos e privados, bem como compreende desafios que refletem nas práticas adotadas pelas cooperativas centrais e singulares desse sistema.

Os dois sistemas possuem uma extensa rede de cooperativas distribuídas em vários estados brasileiros, de diversas modalidades, tanto rural como de empregados. Dessa forma, o SICREDI e o SICOOB integram as cooperativas de crédito em estrutura de coordenação, cada qual com suas especificidades.

3.2.1. O SICREDI

O sistema SICREDI teve sua origem na Cooperativa Central de Crédito do Rio Grande do Sul – COCECRER-RS, constituindo-se em 10 de julho de 1995, com o propósito de ter uma maior capacidade de atuação nos serviços financeiros. Dentro dessa estratégia, o SICREDI criou, no mesmo ano de sua fundação, em 16 de outubro, o Banco Cooperativo SICREDI S.A. - BANSICREDI, com sede em Porto Alegre.

Por se tratar de um banco do tipo múltiplo, o BANSICREDI foi concebido para oferecer diversos tipos de serviços, como: cartões de crédito, consórcios, seguros, financiamentos, previdência e câmbio aos associados do Sistema SICREDI. Com isso, pôde expandir rapidamente suas ações em outros estados, uma vez que, no primeiro ano de atividade, em 13 de dezembro de 1996, o BANSICREDI passou também a atender as cooperativas do Paraná. Esse fato constituiu-se numa estratégia de integração das cooperativas de crédito do sul do país, a fim de disponibilizar serviços bancários e administrar em maior escala os recursos financeiros nas comunidades em que estavam estabelecidas as cooperativas singulares. O propósito de atuar em escala para obtenção de maior competitividade nos sistemas financeiros locais resultou na formulação de estratégias pelas cooperativas desse sistema, para ampliação dos serviços direcionados a uma clientela heterogênea.

“O objetivo é oferecer uma alternativa ao sistema bancário e ampliar a prestação de serviços financeiros para municípios em que os bancos não chegam ou não têm interesse comercial em instalar uma agência. Por isso, valendo-se da vinculação aos bancos cooperativos, as cooperativas ampliam a oferta de serviços para um público que, no caso de uma cooperativa de crédito rural, não poderia ter vínculos com a cooperativa por desenvolver atividade no meio urbano. O SICREDI, por

exemplo, defende que essa é uma forma de ampliar, além do atendimento financeiro, a captação de recursos para financiar diferentes atividades desenvolvidas nas comunidades em que atuam” (SCHRÖDER, 2005, p.104- 105).

Com esse enfoque, a partir de 1998, ocorreu uma expansão desse sistema através da filiação ao banco das centrais de crédito de estados da região Centro-Oeste, como Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Após 1999, essas cooperativas, por meio do Banco Cooperativo SICREDI, foram autorizadas a realizar operações de crédito rural com encargos equalizados pelo Tesouro Nacional. Com o crescimento do sistema, em 31 de março de 2000, foi realizada a fundação, da Confederação Interestadual das Cooperativas ligadas ao SICREDI - Confederação SICREDI, que tinha o propósito de prestar serviços às cooperativas do sistema e entidades conveniadas (SICREDI, 2007).

Após a aprovação da resolução do Conselho Monetário Nacional, em 30 de novembro de 2000 (resolução nº. 2788/00), que facultou aos bancos cooperativos a sua transformação em bancos múltiplos, proporcionou uma nova configuração do BANSICREDI, em 2001. Isso permitiu a atuação em diversas áreas. A princípio, contou com uma corretora de seguros, adentrando, posteriormente, no setor de cartões de crédito: o BC CARD - Administradora de Cartões dos Bancos Cooperativos Ltda⁴¹. Em 2005, o SICREDI passou a operar uma administradora de consórcios, sendo esta a primeira de um banco cooperativo. O SICREDI, através do Banco Cooperativo SICREDI S.A., em 2006, adquiriu as quotas de participação do BANCOOB na BC Card Ltda., empresa que, até então, era de propriedade conjunta dos bancos cooperativos.

Essa estratégia proporcionou um crescimento maior do sistema à medida que cooperativas de diversos tipos – crédito rural, de funcionários, públicos e privados; de livre admissão – foram sendo constituídas e se filiando ao SICREDI nos estados de São Paulo (em 2002), Santa Catarina (em 2003), Goiás, Tocantins, Pará e Rondônia (em 2005) e Rio de Janeiro (em 2007).

O crescimento do sistema SICREDI, no decorrer da década de 2000, deu-se através de uma estratégia que compreende abertura de postos de atendimento bancário e de crescimento do quadro de associados nas cooperativas. Em 2000, o

⁴¹ O BC Card foi um cartão de crédito constituído através de uma estratégia que associou os dois bancos cooperativos que participaram desse empreendimento.

sistema SICREDI possuía 4 cooperativas centrais, 107 singulares, 627 postos de atendimento cooperativo e 367.233 associados. Posteriormente, em 2006, o número de cooperativas centrais foi ampliado para 5; o total de cooperativas singulares saltou para 127; o número de postos de atendimento passou a 904 e o número de associados para 1.097.300, equivalendo a 44% do total de associados do ramo crédito do sistema OCB.

Infere-se, portanto, que uma característica das cooperativas do sistema SICREDI é o grande número de associados por cooperativa. Em 2000, havia uma média de 3.432 associados por cooperativa, que, por meio do SICREDI, atingiu, no ano de 2006, a média de 8.640 associados (ABREU, 2005; SICREDI, 2007a; 2007b). Isso, possivelmente, sugere um maior desafio em relação às práticas democráticas, a exemplo da participação em assembléias e reuniões nessas cooperativas.

Na direção de atuação em maior escala, a rede do SICREDI teve o seu raio de atuação ampliado, sendo atualmente composta por 5 cooperativas centrais, localizadas no Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, atendendo a quatro regiões brasileiras: Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Norte. A região Nordeste consiste na única área onde o SICREDI não desenvolve diretamente ações (Mapa 3).

A expansão do sistema SICREDI e a ampliação do quantitativo de associados nas cooperativas proporcionaram um crescimento dos resultados financeiros dos mesmos, e, por conseguinte, dos resultados do BANSICREDI. As operações de poupança – via depósitos e produtos de investimentos – associadas às receitas de empréstimos ocasionaram uma receita acima dos dispêndios com despesas operacionais, fato que facultou uma ampliação dos resultados, e, conseqüentemente, das sobras destinadas ao rateio com os associados, tanto das centrais, como do BANSICREDI. Os depósitos das cooperativas do sistema SICREDI passaram de R\$ 731.352 mil (em 2000), para um total de R\$ 5.383.814 mil (em 2006); em que a relação entre associada e total depositado saltou de R\$ 1.991,00 (em 2000), para R\$ 4.906,00 (em 2006). Os empréstimos subiram de R\$ 748.062 mil (em 2000), para um montante de R\$ 4.019.165 mil (em 2006); sendo que o valor médio emprestado por associado saltou de R\$ 2.037,00 (em 2000), para R\$ 3.362,00 (em 2006) (ABREU, 2005; SICREDI, 2007a; 2007b).

Mapa 3 - Área de abrangência estadual da rede de cooperativas SICREDI em 2007



 SICREDI

Fonte: SICRED, 2007. Elaborado pelo autor

O avanço do sistema implicou no acréscimo do número de funcionários, que aumentou de 2.062, em 2000, para mais 8 mil funcionários, em 2006 (ABREU, 2005; SICREDI, 2007a; 2007b). Assim, à medida que o setor bancário tradicional enxugou postos de trabalho em decorrência de fusões, liquidações e aquisições, as cooperativas de crédito ampliaram a contratação de funcionários.⁴² Nesse sentido, há indícios de que as cooperativas desse sistema vêm conseguindo canalizar a poupança dos associados, ocorrendo uma ampliação da captação ao longo da década. Concomitantemente, há sinais de que esses sócios apresentam renda alta, fato que proporciona uma maior capacidade de poupança.

Os resultados operacionais do BANSICREDI, no mesmo período, entre 2000 e 2006, também apresentaram um grande acréscimo. Em 2000, sequer figurava dentre os 50 maiores bancos do Brasil e, ao final de 2006, ocupava a 40ª posição entre os bancos brasileiros, possuindo 204 funcionários; um total de ativos da ordem de R\$ 5.781.831 mil; depósitos na monta de R\$ 1.613.133 mil; um lucro de R\$ 8.216 mil e um índice de Basileia de 20,15% (BANCO CENTRAL, 2007c).

Em face da área de cobertura abranger espaços de intensa atividade agrícola de grãos, como nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, os recursos de crédito rural, operados pelas cooperativas do sistema SICREDI, representam 68,5% do total dos destinados às cooperativas. No entanto, esse montante não é oriundo dos recursos dos depósitos efetuados na cooperativa, e, sim, dos anualmente destinados pelo governo para o crédito agrícola, captados através do BANSICRED (ABREU, 2005).

É, inclusive, mediante o BANSICRED, que o SICREDI⁴³ estrutura uma integração com outro sistema de cooperativas do Brasil, o UNICREDI, o qual está presente em todos os estados brasileiros. Com foco em uma clientela específica, de alta renda, formada por profissionais da área de saúde, dentre os quais os médicos filiados ao sistema UNIMED⁴⁴ o sistema de cooperativismo de crédito UNICRED,

⁴² O processo de reestruturação no setor bancário, com a utilização de tecnologia, levou a um forte desemprego, como destaca Segnini (1999). O processo de fusão no sistema bancário continuou na década de 2000, com redução do quadro de funcionários, conforme destaca o DIEESE (2006;2007). Vale destacar que os funcionários das cooperativas de crédito também são sócios dessas organizações.

⁴³ No contexto internacional, por estar filiado à Aliança Cooperativa Internacional, por meio da OCB, o sistema SICREDI integra o Conselho Mundial das Cooperativas de Crédito – WOCCU, adentrando em um outro espaço de relações institucionais, composto por sistemas de cooperativas da América, da Ásia e da Europa. Já o BANSICRED integra a Associação Internacional dos Bancos Cooperativos – ICBA.

⁴⁴ O sistema UNICREDI foi fundado em 11 de julho de 1994 e possui 9 centrais no Brasil, nas quais

está integrando ao BANSICRED (UNICRED, 2007).

Desse modo, o BANSICREDI, ao canalizar os recursos de clientela de várias atividades econômicas, as quais apresentam, certamente, necessidades diversificadas, torna-se um ponto de integração entre vários espaços do cooperativismo de crédito brasileiro, implementando uma dinâmica diferenciada.

O sistema SICREDI desenvolveu, então, estratégia que busca a rentabilidade através do atendimento a público heterogêneo e buscou uma aproximação, através do BANSICREDI, com cooperativas cujo quadro apresenta maior renda, a exemplo daquelas vinculadas à área médica. Entretanto, como destacam Schröder (2005) e Búrigo (2006), esse processo de aproximação não se concretizou em relação às pequenas cooperativas autônomas e compostas por pequenos produtores rurais, em territórios do sul do país, a exemplo do Estado do Paraná. Já o sistema SICOOB, entretanto apresentou uma outra posição, apoiando tais iniciativas, embora também acompanhe o sistema SICREDI em relação às estratégias de atuação para ampliação de rentabilidade.

3.2.2. O SICOOB

O sistema SICOOB foi constituído a partir de um processo de mobilização do Conselho Especializado de Crédito da Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB e da ANCOOP – Associação Nacional das Cooperativas de Crédito. Por orientação desse conselho, foram criadas várias centrais de cooperativas de crédito ao longo da década de 1990, inclusive o Banco Cooperativo do Brasil S.A. - BANCOOB. Com o início do funcionamento do BANCOOB, em 1997, várias ações foram efetuadas nos anos subseqüentes ⁴⁵ (BANCOOB, 2007).

estão associadas 135 cooperativas singulares, além de 395 Postos de Atendimento Cooperativo - PACs e em torno de 153 mil sócios. Possui ainda uma confederação, situada em São Paulo.

⁴⁵ Se ressalta aqui a ação das cooperativas para disponibilizar serviços como cartões de crédito, através de acordos com bandeiras internacionais, como, o Visa, bem como o desenvolvimento de uma estratégia de intercooperação, em parceria com o SICREDI, no intuito de construção de um cartão de crédito com bandeira própria cooperativa, o BC Card. Vale registrar a iniciativa de intercooperação do SICOOB com organizações cooperativas de outros países da América do Sul para construção de uma rede de cartões cooperativos internacionais, envolvendo a bandeira cooperativa argentina Cabal. Essa bandeira foi fundada em 1980, dentro das ações do Instituto Mobilizador de Fundos Cooperativos (IMFC), ao qual foram se incorporando uma série de cooperativas municipais e regionais, de modo que, em 1992, como instituição cooperativa autônoma, ampliou suas ações para

Assim, a estrutura e as estratégias de atuação locais e nacionais do sistema SICOOB foi construída de forma muito próxima ao SICREDI, de modo que o foco na heterogeneidade e a racionalidade empregada para obtenção de competitividade nos sistemas financeiros locais são visualizados em ambos os casos.

Embora o sistema SICOOB apresentasse a particularidade de possuir pequenas cooperativas integrantes do sistema que estavam voltadas para uma clientela específica, as mesmas, no decorrer do processo de consolidação do sistema, passaram a ser pressionadas a adotar estratégias de fusão e de abertura a novos grupos de clientes, de modo a tornarem-se mais competitivas.

“O espaço para a constituição e a permanência de cooperativas de pequeno porte no sistema convencional foi estreitado. Cooperativas com estrutura pequena, de base municipal e atendimento voltado para os agricultores de baixa renda passaram a enfrentar dificuldades para preservar seus princípios e suas estratégias diferenciadas de ação se vinculadas aos sistemas cooperativistas convencionais. O SICOOB-SC passou a pressionar para a fusão das pequenas cooperativas de crédito, principalmente as não vinculadas a cooperativas agropecuárias, ou a incorporação das pequenas pelas grandes” (Schröder, 2005, p. 103).

A criação da Confederação Nacional das Cooperativas de Crédito do Sicoob – SICOOB Brasil, em 2001, permitiu que ações articuladas de orientação e coordenação fossem desenvolvidas, acentuando as estratégias de ganho em escala no sistema. A confederação se constituiu em um órgão de supervisão e controle, permitindo acompanhamento econômico e financeiro do sistema, de modo que as estratégias traçadas de crescimento puderam ser melhor coordenadas e implementadas. Após tal advento, foram desenvolvidas ações, por esse sistema, voltadas à política de ampliação do crédito, através da modalidade microcrédito, celebradas com o SEBRAE, em 2003, permitindo que as cooperativas filiadas pudessem oferecer esse serviço. Com o intuito de ampliar as linhas de crédito, desenvolveu-se uma ação para empréstimos consignados, descontados na folha de pagamento dos associados, possibilitando redução de taxas, além da criação de mecanismos para a captação de poupança, cuja aplicação dos recursos era destinada ao meio rural – a Poupança Rural⁴⁶, criada em 2004.

outros países, como Uruguai, Bolívia, Chile, Brasil e Cuba (CABAL, 2006).

⁴⁶ O depósito de poupança rural foi criado pela Resolução 1.188 do Banco Central, em setembro de 1986, com o objetivo de captar recursos destinados ao desenvolvimento da agricultura. Até 2004,

Tais fatos vieram a se constituir em um diferencial dos serviços das cooperativas desse sistema, favorecendo o crescimento dos associados e dos resultados financeiros, embora com uma involução no número de cooperativas e postos de atendimento.

Em 2000, o SICOOB possuía 15 cooperativas centrais, distribuídas em 21 unidades da Federação, em todas as cinco regiões do Brasil – sendo 744 cooperativas singulares, 729 postos de atendimento e um total de 827 mil associados –, com uma média de 1.100 associados. Em 2005, o número de cooperativas centrais permaneceu inalterado, embora tenha ocorrido uma redução do número de cooperativas singulares para 675, e um aumento no número de postos de atendimento cooperativo para 947, com uma ampliação para 1.252.937 associados (ABREU, 2005; 2006). Logo, há um movimento em curso nesse sistema que leva a um processo de fusão das cooperativas pequenas, ao mesmo tempo em que empreende esforços no sentido de abertura de PACs para ampliação do quadro de associados das cooperativas existentes. Como o SICOOB possui atuação em 21 unidades da Federação, e em 06 dos 09 estados do Nordeste (Mapa 4), a referida estratégia é colocada em práticas em todo o território nacional.

As estratégias das cooperativas do SICOOB, de modo similar ao sistema SICREDI, permitiram um acréscimo positivo nos resultados financeiros do sistema e de suas cooperativas, nas modalidades de poupança e crédito, havendo um crescimento dos dispêndios em nível inferior às despesas operacionais, bem como um aumento das sobras destinadas ao rateio entre os associados.

No que concerne aos depósitos, houve uma ampliação de R\$ 1.047.300 mil (em 2000), para um total de R\$ 3.093.685 mil (em 2005), em que a relação entre associado e total depositado saltou de R\$ 1.266 (em 2000), para R\$ 2.496 (em 2005). Os empréstimos passaram de R\$ 1.315.062 mil (em 2000), para um montante de R\$ 4.628.206 mil (em 2005); sendo que a relação entre associado e total emprestado subiu de uma média de R\$ 1.590,00 naquele ano, para R\$ 3.693, 00 neste. O número de funcionários teve uma ampliação de 7.845, em 2000, para, aproximadamente, 9 mil funcionários, em 2006 (ABREU, 2005; 2006).

Mapa 4 – Área de abrangência estadual da rede de cooperativas SICOOB em 2007



Fonte: SICOOB, 2007. Elaborado pelo autor

Há que ressaltar o fato das cooperativas singulares integrantes do SICOOB do tipo crédito rural, ou seja, aquelas cujos associados são produtores rurais, apresentarem grande importância nesse sistema. Essa categoria representa o segundo maior grupo de cooperativas do SICOOB, 29,5% do total, ficando atrás, apenas, das cooperativas de funcionários de empresas privadas. Contudo, quando se tomam outros indicadores, constata-se que as cooperativas de crédito rural possuem maior quantidade de unidades de atendimento e efetuam maior movimentação de poupança e crédito.

As cooperativas de crédito rural possuem 73,9% dos Postos de Atendimento Cooperativo; 68,3% dos depósitos à vista; 53,5% dos depósitos a prazo; 57,2% das operações de crédito; e 57,1% dos ativos totais. Embora tenham essa dimensão, quando se destaca o crédito agrícola, verifica-se que as cooperativas do SICOOB operacionalizam 31,5% do total desses recursos destinados às cooperativas a uma taxa específica. Contudo, a maior parcela destes recursos é da própria cooperativa, ou seja, os depósitos efetuados pela cooperativa representam a principal fonte de recursos para o crédito rural (ABREU, 2006).

Assim como acontece com as cooperativas do sistema SICREDI, a integração no espaço do mercado monetário, de capitais e de câmbio, do sistema SICOOB⁴⁷ ocorre através de um banco próprio. O Banco Cooperativo BANCOOB, do tipo comercial, sediado em Brasília, oferece diversos tipos de serviços às cooperativas conveniadas, como cartões de crédito, consórcios, seguros, financiamentos, previdência e câmbio; apresenta também um crescimento na medida em que ocorre algum aumento nas transações das cooperativas do sistema SICOOB. Enquanto, em 2000, não figurava na lista dos 50 maiores bancos, em 2006, passou a ocupar o 32º lugar no ranking dos bancos nacionais, com um total de ativos da ordem de R\$ 3.586.143 mil; depósitos da ordem de R\$ 1.520.108 mil; um lucro de R\$ 8.605 mil e um índice de Basileia de 12,72% (BANCO CENTRAL, 2007c).

Diante do exposto, a integração via SICOOB e SICREDI sugere novas

⁴⁷ O SICOOB tem um espaço comum de representação nacional da entidade é a CONFEBRAS, que, por estar filiada à Confederação Latino-Americana das Cooperativas de Economia e Crédito - COLAC, também integra a WOCCU e a ACI. O BANCOOB também está associado à Associação Internacional dos Bancos Cooperativos - ICBA.

perspectivas para os produtores rurais, possibilitando a ampliação de recursos para o setor agrícola.

A relação estabelecida entre as cooperativas através desses sistemas, permitiu uma grande articulação nacional facultando aos associados novos serviços e produtos. Todavia, para se tornarem competitivas no sistema financeiro nacional e local, tiveram que incorporar novas estratégias, a exemplo da ampliação do quadro de associados em cada cooperativa. Esse fenômeno ocorreu com maior intensidade no SICREDI, que também apresentou um melhor resultado em captação de recursos por associado. Ao mesmo tempo, isso trouxe novas implicações para a gestão das cooperativas de crédito dessas duas redes, resultando em movimentos que buscavam incorporar atores sociais que não estavam sendo atendidos por essas cooperativas.

3.3. O SISTEMA ANCOSOL

A ANCOSOL tem sua origem vinculada ao Fórum Nacional de Cooperativismo de Crédito de Economia Familiar e Solidária, criado em 2001, a partir de uma rede de organizações de poupança e crédito de economia familiar e solidária que não estavam integradas aos sistemas anteriormente descritos. A proposta é a de apoiar pequenas cooperativas, que apresentem uma pequena área geográfica de atuação e que esteja voltada a segmentos de maior vulnerabilidade.

Em 2004, foi concebida a ANCOSOL, no intuito de, a exemplo de iniciativas anteriores das cooperativas de crédito do SICOOB e SICREDI, promover a articulação, integração e representação das cooperativas de crédito de economia familiar e solidária, porém, não na modalidade de confederação, mas sob a forma jurídica de uma associação (ANCOSOL, 2007).

As cooperativas filiadas à ANCOSOL apresentaram um crescimento expressivo entre 2000 e 2005, aumentando de 43 cooperativas singulares e 1 central, no ano 2000, para 157 cooperativas singulares e 4 centrais, em 2005. Nesse mesmo período, os postos de atendimento passaram de 17 para 69. Vale salientar que o aumento no número de cooperativas e de postos ampliou o quadro de funcionários, de 155 pessoas, em 2000, para 546, em 2005. Já a média de funcionários, aproximadamente 3,5 por cooperativa, ficou estável. O total de associados teve um

crescimento, aumentando de 32.500, em 2000, para 145.988, em 2005. A média de associados por cooperativa também sofreu um acréscimo, passando de 755,8 sócios, em 2000, para 929,8 sócios, em 2005. As cooperativas da ANCOSOL possuíam, neste ano, um total de R\$ 117 milhões em empréstimos e R\$ 118 milhões em depósitos (ANCOSOL, 2007).

Desse modo, observa-se que também as cooperativas desse sistema, embora rejeitem a proposta de aumento de associados levada adiante pelas cooperativas do sistema SICOOB e SICREDI, sinalizam caminhar na mesma direção.

A ANCOSOL tem-se constituído no agente de articulação política junto a bancos governamentais de fomento, como o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Banco do Brasil, sendo os referidos agentes financeiros públicos os principais apoiadores de tais iniciativas. Junto a esses dois agentes bancários, a ANCOSOL negocia recursos para os sistemas filiados nas linhas de PRONAF e de Microcrédito Produtivo Orientado. Em relação ao Banco do Brasil, também articula negociações do Plano Safra, bem como estabelece convênios de compensação e as taxas de intermediação pagas pelo Banco do Brasil aos serviços prestados pelas cooperativas (ANCOSOL, 2007).

As cooperativas da ANCOSOL disponibilizam, na maioria dos casos, recursos e serviços financeiros, na forma de correspondente do Banco do Brasil, apresentando, ainda, uma heterogeneidade de públicos, à medida que atuam em várias áreas e atendem vários tipos de públicos, embora com foco no microcrédito e na agricultura de base familiar. Dentre os sistemas de cooperativas de crédito filiados à ANCOSOL, tomando como parâmetro o número de cooperativas e o nível de associação em central, podem ser observados os seguintes grupos: o primeiro, composto por sistemas mais bem estruturados e com uma maior quantidade de cooperativas, como o ECOSOL, presente em 9 estados e 3 regiões do Brasil, e o CRESOL, presente em 3 estados na região Sul; o segundo, composto por um grupo de cooperativas em um estágio intermediário de organização, e que apresenta uma menor quantidade de cooperativas, como o ASCOOB, presente apenas na Bahia, e o Crehnor, atuando em três estados do Sul do país; e o terceiro, composto por iniciativas embrionárias, que apresentam pequenas quantidades de cooperativas, a exemplo do Crescer, no estado de Goiás, o Credsol, no Espírito Santo e o Integrar,

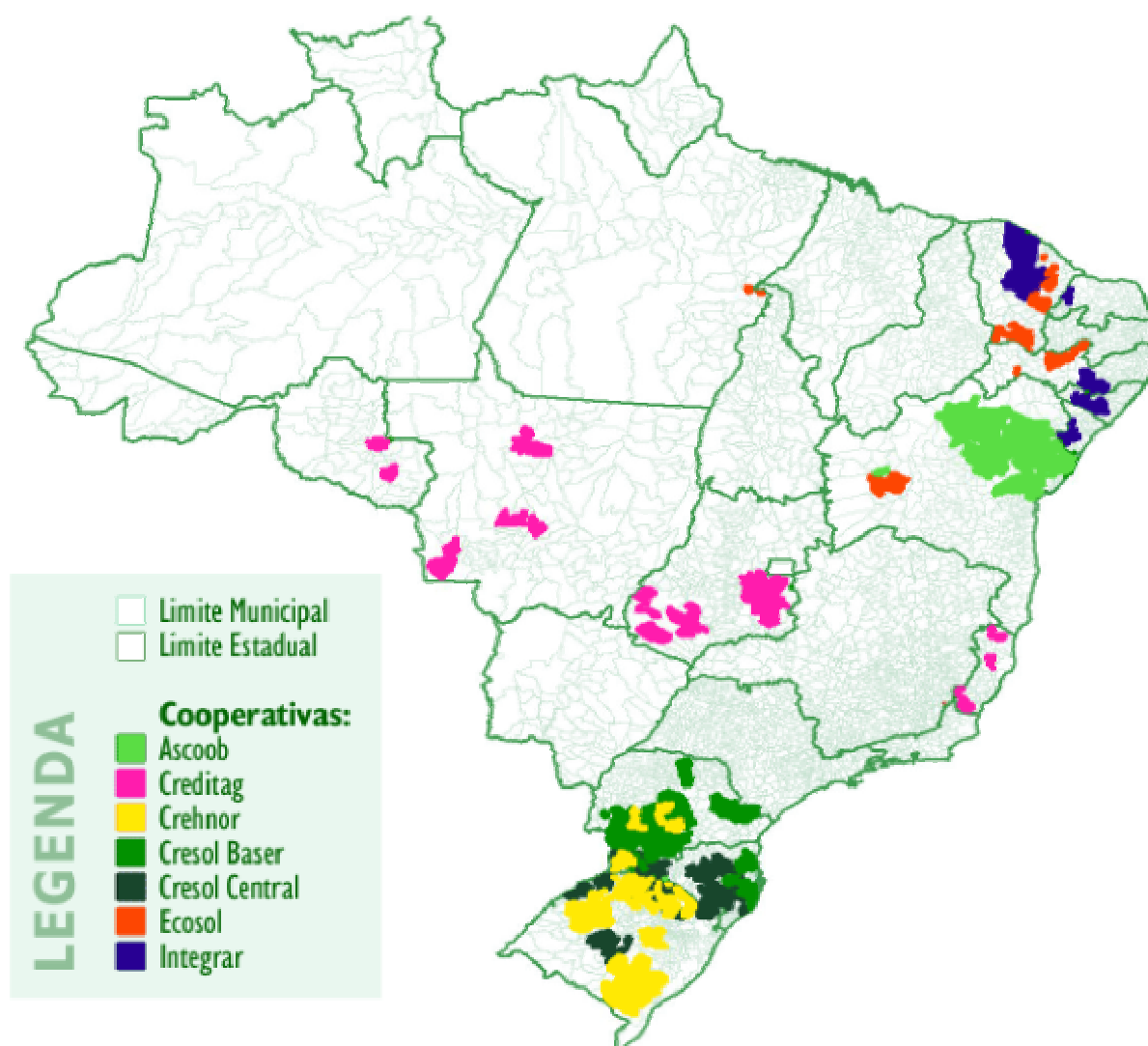
em Alagoas e no Ceará (Mapas 5 e 6).

Mapa 5 - Área de abrangência estadual da rede de cooperativas filiadas da ANCOSOL em 2007



Fonte: ANCOSOL, 2007. Elaborado pelo autor

Mapa 6 - Área de abrangência, por sistemas, das cooperativas ANCOSOL em 2007



Fonte: ANCOSOL, 2007. Elaborado ANCOSOL

3.3.1. CRESOL: O pioneirismo do sistema alternativo

O Sistema CRESOL representa o grupo mais expressivo de cooperativas de crédito da ANCOSOL e tem sua origem relacionada às ações da ASSESOAR⁴⁸, no estado do Paraná, onde, através de uma articulação com os sindicatos dos trabalhadores rurais, visualizou-se o crédito como instrumento de viabilização das políticas voltadas para os agricultores familiares, devidamente coordenadas pelas organizações às quais estavam vinculadas (CENTRAL CRESOL, 2006).

A parceria firmada entre a ASSESOAR e uma entidade alemã voltada para combate à fome e à miséria, a MISEREOR, a partir de 1986, permitiu a construção de possibilidades para acesso ao crédito, o Fundo de Crédito Rotativo-FCR. Isso se deu em virtude de ter sido diagnosticada a dificuldade de agricultores familiares e assentados conseguirem acesso ao crédito e haver uma organização de base com boa estrutura. O processo ficou a cargo de um Conselho de Entidade que envolvia setores da Igreja Católica, como a Comissão Pastoral da Terra-CPT, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB, além da própria ASSESOAR, MST, CUT-Regional Sudoeste do Paraná e das Associações de Pequenos Produtores do Sudoeste do Paraná (ASSESOAR, 2005).

O FCR entrou em funcionamento em 1989, e se propunha a reforçar as possibilidades econômicas dos pequenos produtores e assentados da reforma agrária, vinculados às associações e cooperativas, tendo o crédito como um instrumento de desenvolvimento, articulado a um conjunto de outras ações. Dentre estas, o banco de

⁴⁸ A Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural – ASSESOAR constituída em 08 de fevereiro de 1966, com o apoio da igreja, têm como propósito a formação e organização de base de trabalhadores e agricultores familiares no Paraná. O histórico da entidade está atrelado com as ações de evangelização no interior do Paraná, desenvolvendo, a partir de 1972, as Escolas de Famílias Agrícolas - EFAs e, em 1973, as EECAS – Escolas de Educação Comunitária. No final da década de 70, realizou trabalho de formação de dirigentes do movimento sindical, os quais, ao assumirem a direção dos sindicatos dos trabalhadores rurais, implementaram uma nova posição política voltada para uma ação mais intensiva de organização de trabalhadores rurais e das lutas sociais, contribuindo para a criação do Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Sudoeste do Paraná - MASTES, em 1983, além do PT e da CUT no interior do Paraná. Com a agregação de outras tendências de lutas sindicais, terminou por constituir o Movimento dos Sem-Terra – MST. Desde então, a ASSESOAR vem realizando um trabalho de organização de trabalhadores rurais em associações e cooperativas, especialmente nos assentamentos de reforma agrária (ASSESOAR, 2005; CENTRAL CRESOL, 2006).

sementes, alternativas de recuperação de solos, de integração entre a produção animal e a produção vegetal e aquisição de equipamentos de pequeno porte que valorizassem a diversidade da produção de alimentos (ASSESOAR, 2005).

Além de servir de base para o projeto de cooperativas de crédito não vinculadas ao sistema oficial, o FCR implementou mecanismos financeiros diferenciados, como operações de crédito com base na equivalência-produto, assegurando ao produtor uma estabilidade para quitação do débito. Em virtude de o conselho da entidade acreditar que o crédito de custeio não era um instrumento que viabilizava a agricultura familiar, e, sim, favorecia os interesses da agricultura empresarial; outra ação diferencial do FCR foi direcionar recursos apenas para o investimento.

As limitações do FCR revelaram problemas de sustentabilidade e expansão, mesmo estando inserido em uma comunidade de vizinhança. Isso porque apresentava restrição na captação de recursos e também problemas na devolução do crédito, resultantes da fragilidade de instrumentos de controle sobre operações. Visando ao aperfeiçoamento desse processo, constituíram-se cooperativas de crédito. A intenção era formar uma organização que fosse capaz de captar recursos locais e de operar o crédito em caráter solidário, de forma a investir em ações inovadoras que conjugassem autonomia e sustentabilidade (ASSESOAR, 2005).

A primeira cooperativa, CRESOL, surgiu em junho de 1995, sendo posteriormente fundadas outras cooperativas, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, onde ocorreu um envolvimento forte da ASSESOAR e do Sindicalismo de Trabalhadores Rurais próximos à CUT. O sistema CRESOL, que, em 1996, possuía 920 cooperados, ampliou o seu quadro para 13.500 cooperados, em 2000; sendo 31 cooperativas de crédito rural, operando em 100 municípios dos três estados da região Sul (SCHRÖDER, 2005).

Com o propósito de promover uma maior integração entre as cooperativas CRESOL e permitir avanços em relação a aspectos gerenciais, contábeis, legais, fomentando a interação com outros agentes institucionais – bancos, organizações agrícolas e os governos nacional e regionais –, verificou-se o atendimento à orientação do Banco Central. Constituiu-se, então, a primeira central em 2000,

Cooperativa Central de Crédito Rural com Interação Solidária - CRESOL Baser, situada em Francisco Beltrão, no estado do Paraná.

Em 2004, com a expansão do sistema, e, diante da estratégia de descentralização e horizontalização, criou-se a segunda central, a CRESOL Central, sediada em Chapecó, no estado de Santa Catarina. Búrigo (2006, p.183) destaca que aspectos políticos e pessoais contribuíram para agilizar esse processo que estava planejado para ocorrer apenas em 2007. Atualmente, o sistema CRESOL possui duas cooperativas centrais, 112 cooperativas singulares, aproximadamente 75.500 associados, com uma média de 675 associados por cooperativa, e uma área de abrangência de 380 municípios. O Sistema CRESOL também é o maior agente do PRONAF, na região Sul do país, tendo efetuado a intermediação, entre 2006 e 2007, de um valor aproximado de R\$ 128 milhões no PRONAF Custeio e R\$ 60 milhões no PRONAF Investimentos, com operações usualmente situadas no intervalo de R\$ 800,00 até R\$ 10.000,00. O sistema CRESOL possui um total de depósitos à vista e a prazo de R\$ 117 milhões; uma carteira de empréstimo de recursos próprios de R\$ 80 milhões; e um repasse de microcrédito, no ano de 2006, da ordem de R\$ 34 milhões (TOTTI, 2007; CENTRAL CRESOL, 2007a).

A CENTRAL CRESOL BASER atua nos estados do Paraná e Santa Catarina com uma área de abrangência de 175 municípios, através de 65 cooperativas singulares, com, aproximadamente, 45 mil associados, correspondendo a uma média de 692 associados por cooperativa. Entre os anos de 2006 e 2007, a contratação do PRONAF Custeio 2006/2007 foi de R\$ 75 milhões, e do PRONAF Investimento foi de R\$ 39 milhões. O total de depósitos à vista e a prazo totalizou, em 2006, R\$ 56,1 milhões e a carteira de recursos próprios correspondeu a R\$ 44,7 milhões (CRESOL CENTRAL, 2007a).

A CRESOL CENTRAL, atuando em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, tem 49 cooperativas singulares filiadas, 27 Postos de Atendimento Cooperativo – PAC, aproximadamente 36 mil agricultores familiares associados, e tem raio de atuação em mais de 300 municípios (CENTRAL CRESOL, 2007b). Essas cooperativas oferecem um conjunto de serviços financeiros que englobam conta corrente e talão de cheques, depósito a prazo cooperativo (DPC) ou poupança cooperativa, cartão de crédito com bandeira própria e consórcio. Como não possuem

serviço de compensação bancária, as transações interbancárias efetuadas e outros serviços, como de pagamento de títulos e recebimentos, bem como seguros, são realizados na qualidade de correspondente bancário do Banco do Brasil.

Em relação aos serviços de crédito, além do PRONAF, nas diversas modalidades, inclusive C, D e E, há outras linhas de financiamento com recursos próprios, como crédito para investimento, custeio e pessoal, com linhas específicas de microcrédito para atividades artesanais. O Agente de Desenvolvimento e Crédito, que representa o braço da cooperativa do sistema CRESOL nas comunidades, tem a incumbência de elaboração e encaminhamento de propostas de crédito agrícola, com ênfase no PRONAF (CRESOL CRENTRAL, 2007b, CENTRAL CRESOL, 2007c).

O sistema CRESOL, pelo seu pioneirismo e grande penetração junto à agricultura familiar, constituiu-se em modelo que buscou ser replicado nas iniciativas posteriores de cooperativismo de crédito do tipo solidário. Centradas em cooperativas pequenas, essas cooperativas desenvolveram uma estrutura voltada para o microcrédito e para o crédito rural, mas com grande parte da movimentação dos recursos para empréstimo do setor público (SCHRÖDER, 2005).

Outrossim, dentre os resultados alcançados, pode-se destacar a articulação entre as cooperativas singulares para alcançar viabilidade e sustentabilidade, de modo que se estrutura uma rede de pequenas cooperativas nas quais as relações de proximidade são colocadas em evidência como um fator de sucesso para funcionamento e viabilidade.

3.3.2. ECOSOL: um sistema nacional

O sistema ECOSOL, segundo maior grupo da ANCOSOL, surgiu em 2002, sendo resultante da articulação do movimento sindical vinculado à Central Única dos Trabalhadores – CUT, tomando por referência a experiência adquirida com as cooperativas do sistema CRESOL.

Através da Agência de Desenvolvimento Solidário – ADS⁴⁹, instituição

⁴⁹ A criação da Agência de Desenvolvimento Solidário-ADS está ligada ao movimento sindical da CUT que buscava novos direcionamentos de ação, com base na configuração do mercado de trabalho e da organização produtiva no Brasil, que emergiram na década de 90. No intuito de constituir novos referenciais de geração de trabalho e renda, e alternativas de desenvolvimento, a partir de princípios da economia solidária e do desenvolvimento sustentável, essa iniciativa se propunha a fomentar o

filiada à CUT e, apoiados por parceiros, como o SEBRAE, Ministério do Desenvolvimento Agrário, UNITRABALHO, buscou-se replicar, em diversas regiões do país, uma rede de instituições financeiras locais de caráter coletivo e solidário voltadas para a promoção do desenvolvimento local (AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO, 2006; ECOSOL, 2007).

As cooperativas do sistema ECOSOL foram estimuladas a partir do referencial em que há o entrelaçamento de organizações coletivas de produção, comercialização e crédito, o qual estava implícito no modelo do sistema CRESOL. Esta estrutura, denominada de complexos cooperativos, compreende:

“Concentrações locais de empreendimentos econômicos solidários, com especialização setorial, que atuam em estreita cooperação entre si, segundo princípios da economia solidária e articulados ao desenvolvimento local, que garantem a sua sustentabilidade, autonomia e capacidade de inovação endógena” (AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO, 2006a).

Nesses complexos cooperativos, a produção, os serviços e o crédito estariam integrados, ocorrendo a setorização das atividades em função da cadeia produtiva ou das especializações setoriais de cada território. Desta forma, as cooperativas de crédito seriam o braço financeiro de tais complexos (AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO, 2006).

A mobilização de poupança das populações de baixa renda e a possibilidade do acesso ao crédito pelas populações – através de um modelo de gestão que agrega uma forma democrática, participativa e solidária, com cooperação financeira e social entre os trabalhadores – representam um ponto de destaque no projeto das cooperativas de crédito, as quais se inspiram no complexo cooperativo de Mondragón (ECOSOL, 2007). Contudo, a proposta de captação e mobilização da poupança local, a partir de círculos de proximidade, com base em taxas acima do mercado, e voltadas para os empreendimentos de pequeno porte, constitui um grande desafio para essas cooperativas, por exigir um processo de gestão financeira e econômica bastante eficiente.

crescimento da base de representação sindical ligada à CUT, sendo o cooperativismo uma alternativa para esse processo. A ADS foi constituída para ser ponte entre a economia solidária, o socialismo, as políticas de emprego e projetos de desenvolvimento (AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO, 2006).

O sistema ECOSOL, que, na sua fundação, atuava em cinco estados, em 2006 já possuía cooperativas presentes em nove estados: São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Ceará, Pará, Bahia e Pernambuco, com uma cooperativa central, 23 cooperativas singulares, 4 postos de atendimento ao cooperado e, aproximadamente, 7 mil associados, constituindo uma média de 304 associados por cooperativa. Os resultados, em 2005, apontavam que as cooperativas do sistema ECOSOL possuíam um montante de R\$ 5,9 milhões em empréstimos, R\$ 3,6 milhões em depósitos e R\$ 60 mil de resultados (FAVILLA ET AL., 2006).

A forma de funcionamento e os serviços financeiros das cooperativas do ECOSOL foram também replicados das cooperativas do sistema CRESOL, sendo o Banco do Brasil o agente de compensação utilizado por essas cooperativas. No sistema ECOSOL, inclusive, a Cooperativa de Crédito dos Bancários de São Paulo – Bancredi, representa o principal sócio da cooperativa central, inclusive cedendo espaço e técnicos para o seu funcionamento.

Os problemas enfrentados pelas cooperativas rurais do ECOSOL ao acessar programas de crédito rural, a exemplo do PRONAF constituem obstáculos, à medida que não possuem autonomia para realização de operações de contratação direta dos financiamentos, pois apenas são intermediários entre os agricultores e os bancos oficiais. Um outro fato que distingue essa iniciativa do CRESOL é a amplitude territorial de cobertura do sistema ECOSOL, o qual possui apenas uma central com abrangência nacional. Com isso, o atendimento das cooperativas filiadas torna-se mais complexo, uma vez que requer a supervisão e articulação das cooperativas singulares em distintas regiões do país.

3.3.3. ASCOOB: Um sistema baiano

A terceira maior rede de cooperativas de crédito do sistema ANCOSOL é integrada pelas cooperativas da Associação das Cooperativas de Crédito da Agricultura Familiar – ASCOOB. De forma similar à constituição do CRESOL, as cooperativas de crédito emergiram a partir da ação de entidades não-governamentais ligadas à Igreja e ao movimento sindical rural, nas décadas de 80 e 90, tendo como base a experiência com os Fundos Rotativos Comunitários, com agricultores

familiares da região do semi-árido do estado da Bahia. Esses fundos eram geridos pela Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia - APAEB e apresentaram os mesmos desafios - sustentabilidade, legalidade e expansão - dos fundos rotativos que antecederam o CRESOL (SCHRODER, 2005, p. 73).

A construção de uma proposta alternativa na Bahia, que permitisse a operacionalização desse sistema de crédito através de instrumentos mais adequados de concessão de empréstimo e recebimento de recursos, veio a originar uma mobilização de entidades ligadas à Igreja Católica, como o MOC – Movimento de Organização Comunitária – e a Comissão Pastoral da Terra - CPT, juntamente com os sindicatos dos trabalhadores rurais, além da própria APAEB nos municípios de Feira de Santana, Alagoinhas e Pintadas. O resultado desse movimento foi a constituição da primeira cooperativa de crédito, no município de Valete, em 1994, denominada de Cooperativa Valentense de Crédito Rural – COOPERE. Essa cooperativa, visando a ampliar os serviços financeiros para os seus associados, veio a se filiar ao sistema SICOOB e, atualmente, tem na sua razão social o nome SICOOB COOPERE (BÚRIGO, 2006, p. 238-239).

A articulação com sindicatos de trabalhadores, associações e a APAEB, proporcionou a construção de uma rede que permitiu estruturar outras cooperativas, filiadas ao sistema SICOOB. Essas organizações apresentam uma vinculação híbrida, participando do segmento das cooperativas com banco próprio, embora também pertençam ao grupo das cooperativas de crédito filiadas à ANCOSOL.

O sistema ASCOOB⁵⁰ - Associação das Cooperativas de Apoio à Economia Familiar da Bahia – não representa uma central (permanecendo até o ano de 2007), vinculado ao SICOOB Bahia. O ASCOOB é uma entidade representativa que oferece trabalho de assessoria a 11 cooperativas de crédito do interior baiano, as quais têm por foco a agricultura familiar, com 38 mil associados, e uma média de 3.454 sócios por cooperativa (ASCOOB, 2006). Desde 2005, as cooperativas do ASCOOB vêm empreendendo esforços para a constituição de uma central de cooperativas, adquirindo autonomia em relação à central SICOOB (ASCOOB, 2007).

Por integrar o sistema SICOOB, oferece os mesmos serviços financeiros

⁵⁰ Há uma sobreposição do quantitativo destas cooperativas quando se toma as cooperativas do sistema SICOOB e do ANCOSOL, devido às mesmas terem uma posição intermediária entre os dois sistemas.

daquelas cooperativas, atuando, através do banco BANCOOB, e se sujeitando à central do sistema, a qual também efetua trabalhos de orientação e supervisão. Um fato comum às cooperativas do SICOOB é que além de financiarem a produção agrícola, também trabalham com micro e pequenos comerciantes, efetuando a custódia de cheques de comerciantes locais (SCHRÖDER, 2005, p. 73; BÚRIGO, 2006, p. 272).

Dessa forma, embora a atuação nesses dois espaços possa contribuir para a sustentabilidade da cooperativa, remete a esforços para desenvolver produtos e serviços que contemplem os dois públicos, trabalhadores nos grandes centros urbanos e agricultores de base familiar.

3.3.4. Os pequenos sistemas estaduais

O sistema CREHNOR representa um outro grupo de cooperativas de crédito do sistema ANCOSOL, que surge a partir da tentativa de construção de um sistema de cooperativas solidárias, no Rio Grande do Sul, distinto do CRESOL. Embora inspirado nesse sistema, o CREHNOR caracteriza-se pelo estreito vínculo com os movimentos sociais de luta pela terra, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - MST e do Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA. A proposta inicial era a de que os assentados tivessem maior autonomia para a captação e operacionalização dos recursos de crédito obtidos através de diversos programas governamentais, especialmente o PRONAF.

Em 1996, foi formada a primeira cooperativa de crédito no Assentamento Nova Sarandi (antiga Fazenda Anoni), no município de Sarandi, estado do Rio Grande do Sul, palco de intenso conflito agrário durante os anos 90. A partir do ano 2000, foram fundadas mais 8 cooperativas singulares, totalizando 9 cooperativas, e, ainda, uma central, a Cooperativa Central de Crédito Rural dos Pequenos Agricultores e da Reforma Agrária – CREHNOR CENTRAL. Essas cooperativas têm um raio de abrangência de 41 municípios, nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, com um total de, aproximadamente, 11 mil associados, e uma média próxima a 1.222 associados por cooperativa (CREHNOR, 2007).

O CREHNOR oferece serviços semelhantes aos das cooperativas do sistema CRESOL, apresentando alguns pontos diferenciais na sua carteira agrícola, a

exemplo da compra antecipada da produção, através de parceria com a Companhia Brasileira de Abastecimento-CONAB, desde 2004, e um programa habitacional em conjunto com o Ministério das Cidades e a Caixa Econômica Federal, desde 2002, a fim de obter crédito subsidiado para a construção e melhoria das condições habitacionais (CREHNOR, 2007b).

Dentro do mesmo modelo de rede, com a integração entre produção, comercialização, beneficiamento e crédito, as cooperativas CREHNOR têm, à disposição do associado um Programa de Custeio Agropecuário na sua carteira agrícola. Nesse programa, através de taxas diferenciadas para investimentos em equipamentos e pastagem voltados para a bovinocultura do leite, descontam-se os valores das parcelas por ocasião da entrega do leite às cooperativas às quais são filiados, com o repasse e abatimento do valor devido.

O sistema CRESCER / CREDITAG - Cooperativa de Crédito Rural da Agricultura Familiar também se inspira nas ações desenvolvidas pela CUT em outros estados, a partir do envolvimento da FETAG - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Goiás e Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG. Replicando as mesmas estratégias observadas em outros territórios e movimentos sindicais, a CONTAG tomou como modelo a concepção da CUT acerca de complexos cooperativos, concebendo um projeto das cooperativas de crédito para a atuação em produção, comercialização e crédito no estado de Goiás, a partir de 2004 (NEAD, 2004). Em um espaço temporal de dois anos, houve a constituição de uma rede de 09 cooperativas (uma delas paralisada), sendo 04 no Espírito Santo e 05 em Goiás, voltadas para os agricultores familiares, com uma área de abrangência total de 20 municípios (ANCOSOL, 2007).

O Sistema Integrado das Cooperativas de Crédito de Economia Solidária - INTEGRAR também vem no esteio do conjunto de ações desenvolvidas com foco na agricultura familiar e no crédito, inspirando-se nas soluções de cooperativas implementadas através dos modelos CRESOL e ECOSOL. O projeto das cooperativas do sistema INTEGRAR tem sua origem nas ações propostas pelas instituições que atuam em conjunto com o Projeto Dom Hélder Câmara, o qual consiste em uma ação do Governo Federal, operacionalizada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, e financiada pelo Fundo Internacional para o

Desenvolvimento da Agricultura - FIDA (PROJETO DOM HÉLDER, 2007).

Articularam-se ações para responder aos desafios de gestão de fundos rotativos e ampliar a possibilidade de captação e gestão de recursos financeiros da comunidade. Nesse processo, houve o envolvimento das seguintes organizações: a ASSOCENE - Associação de Orientação às Cooperativas do Nordeste, que trabalha com a captação de recursos e consultoria aos grupos associativos e às cooperativas do Nordeste do Brasil, fundada na década de 70, no estado de Pernambuco; o CETRA - Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador, fundado na década de 80, no Ceará, cuja finalidade é prover suporte à agricultura familiar no semi-árido nordestino; e a Visão Mundial, entidade internacional financiadora de projetos atuantes nesses espaços (BÚRIGO, 2006).

Entre os anos de 2006 e 2007, essas instituições promoveram uma articulação com entidades locais, sindicatos e associações, resultando na fundação de três cooperativas de crédito: duas no Estado do Ceará e outra em Alagoas, funcionando segundo os mesmos princípios das cooperativas de crédito solidárias.

O sistema CREDSOL, por sua vez, é formado pelas Cooperativas de Crédito Rural de Desenvolvimento Solidário do Espírito Santo, proveniente da ação dos movimentos sociais, através de uma articulação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Colatina, a FETAES - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Espírito Santo – e a CONTAG. A primeira cooperativa teve sua fundação em 2003 e a segunda em 2006, abrangendo um total de 07 municípios capixabas.

A união das cooperativas de crédito representa um ponto essencial para a sua viabilização e sustentabilidade. Têm em comum alguns aspectos, como a integração com o mercado financeiro através de bancos, usualmente governamentais, a adoção de estratégias mais direcionadas para públicos locais, e uma forte relação com os movimentos sociais.

A estruturação de pequenos sistemas de cooperativas depende de serviços e produtos compatíveis com os interesses de seus associados, de modo que a participação em redes traz benefícios, embora também resulte em novas questões, especialmente em relação à autonomia das cooperativas participantes da rede.

3.4. ALCANCE E VIABILIDADE DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO NO BRASIL

A expansão do cooperativismo de crédito relaciona-se à constituição de novas formas de integração entre cooperativas, associadas a uma política de capacitação e profissionalização do quadro gestor de todas as organizações. Contudo, os processos de coleta e da manutenção de informações minuciosas, que transcendem as questões financeiras e contábeis, ainda constituem uma lacuna. Mesmo com as centrais cooperativas, há carência de informações aprofundadas, tanto para fins de supervisão e de desenvolvimento de mercado, quanto de dados sobre estruturas e custos administrativos em diferentes contextos geográficos; perfil do cliente por tipo de localização e tipo de empreendimento para composição de riscos (KUMAR, 2004, p.189-190).

Os dados registram que os diferentes sistemas atendem a clientes pequenos, embora esta categoria adquira significados distintos. Quando se analisa, por exemplo, o alcance por faixa de renda, no SICREDI, apenas 3% a 4% dos créditos são de valores altos, enquanto, aproximadamente, 20% estão na faixa média, e o maior percentual constitui-se de pequenos⁵¹. Não obstante, quando se compara a uma análise efetuada pelo sistema CRESOL junto a suas cooperativas rurais filiadas, realizada em 1999, percebe-se que a categoria “pequeno” adquire um outro significado, o qual é estabelecido não em cima do valor contratado, mas do tamanho da propriedade e da renda média anual⁵².

No caso do sistema ASCOOB, há uma variação do valor da movimentação média por associado nas cooperativas. Em uma cooperativa, o valor médio de empréstimo é de, aproximadamente, R\$ 510,00, enquanto em outra o valor médio é de R\$ 2.592,00 (BÚRIGO, 2006, p. 247). Isso demonstra como há especificidades em cada sistema de cooperativa.

⁵¹ A classificação de “pequeno” foi estabelecida em relação aos critérios de qualificação empregados para acessar os empréstimos da categoria D do Pronaf (ou seja, inferiores a R\$ 30 mil) (KUMAR, 2004).

⁵² Em relação ao tamanho da propriedade, verificou-se que 32,4% possuíam até 10 hectares, enquanto 42,3% tinham propriedades entre 10,1 e 20 hectares e 12%, entre 20,1 e 30 hectares. Em relação à faixa de renda, 47,5% dos associados possuíam renda abaixo de R\$ 2.000,00, ao passo que 18,1% apresentavam renda no intervalo entre R\$ 2.001,00 até R\$ 4.000,00 (KUMAR, 2004).

Há nuances comuns entre as formas de cooperativas do sistema SICREDI, SICOOB e CRESOL em relação à captação de recursos e disponibilização de crédito, bem como ao tipo de operações realizadas, sobras oriundas de taxas cobradas e operações para a manutenção das atividades. Afirma-se, assim, que as cooperativas desses sistemas conseguem desenvolver relações com associados, instituições locais e nacionais que as consolidam como intermediários financeiros.

No sistema SICREDI as relações desenvolvidas com os associados fazem com que os mesmos canalizem recursos para depósitos nas cooperativas. E esses recursos, por sua vez, são responsáveis por grande parte dos financiamentos e empréstimos bancários. Porém, como não há uma intensa exigência de liquidez, quase metade dos recursos é mantida como dinheiro ou depósitos bancários, no BANSICRED, não sendo emprestadas; por outro lado, a outra metade está emprestada aos associados, inclusive para o crédito rural, que é responsável por, aproximadamente, 1/3 do crédito disponibilizado.

Com relação aos depósitos de associados, as cooperativas oferecem diferenciais tanto para a remuneração de depósitos à vista, como a prazo fixo, sendo em grande parte repassados para as centrais, as quais, por sua vez, repassam aos bancos, cooperados ou não. Desse modo, a integração em uma cooperativa central representa um fator importante para a captação de recursos dos associados. E, particularmente, quando a central está integrada a um banco cooperativo, a sua capacidade de proporcionar maior vantagem ao associado é maior.

O BANCOOB, por exemplo, remunera os depósitos indexados de membros das cooperativas de crédito a uma taxa que começa em 90% do CDI para períodos abaixo de 30 dias, chegando até o valor de 100% para períodos acima de 120 dias. Ainda há a modalidade de remuneração de depósitos a prazo fixo (certificados de depósito), os quais obedecem a taxas de juros pré e pós-fixadas, que podem ser negociáveis antes dos seus vencimentos⁵³.

⁵³ Todas as modalidades de investimentos estão sujeitas ao mesmo imposto retido na fonte que os bancos não cooperativos, sendo que os saques realizados em um período inferior a 30 dias pagam o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). A liquidez dos bancos das cooperativas é colocada em Letras do Tesouro Nacional – LTN –, remunerada à taxa Selic ou ainda depositada em bancos comerciais, através de Certificados de Depósitos-CDs, remunerados à taxa superior à Selic. Quanto às taxas de juros incidentes sobre recursos oriundos de fundos públicos voltados para o crédito rural, estas se dão abaixo das estabelecidas pelos juros do mercado, sendo no montante de 8,75% para programas específicos, como Prosolo, Proleite e Propasto; 11,95% para investimentos em máquinas

Outro aspecto importante de uma integração das cooperativas com os seus bancos é que estes funcionam como canais de escoamento do crédito rural de bancos comerciais, capturando os recursos através da emissão de Certificados de Depósitos rurais. Já que a taxa para os tomadores de empréstimos está abaixo do custo dos fundos, como nas linhas de crédito do PRONAF, há uma equalização do Tesouro Nacional disponibilizada exclusivamente aos bancos das cooperativas (KUMAR, 2004).⁵⁴

No caso do CRESOL, entretanto, por não dispor de banco próprio, a captação de recursos para financiamento rural está fortemente atrelada aos repasses governamentais. Os fundos próprios são alocados especialmente para as modalidades de maior giro, como empréstimos pessoais, além de algumas modalidades de investimento de prazo pequeno (SCHRODER, 2005). O Banco do Brasil disponibiliza mais da metade dos recursos totais, via PRONAF C e D, por exemplo, enquanto o BNDES financia parte do PRONAF C, Prosolo, Programa de Incentivo à Mecanização, ao Resfriamento e ao Transporte Granelizado da Produção de Leite (Proleite) e outras linhas de crédito. A cooperativa obtém apenas uma parte dos recursos financeiros para operarem o PRONAF. O Banco do Brasil recebe uma taxa de *spread* de 8,5% a.a. sobre as operações dessa modalidade de crédito, acrescidos de uma taxa mensal de R\$ 13,00 por contrato do Tesouro, na mesma modalidade de “compensação de equalização” ofertada aos bancos cooperativos para cuidar dos empréstimos do PRONAF; só repassa 1,5% desse *spread* para o Cresol, de modo que esses valores não cobrem os custos operacionais acrescidos dos riscos oriundos dessa operação (KUMAR, 2004, p. 192).

Nos bancos cooperativos, para evitar problemas de inadimplência, como no passado, e, portanto, de colapso do sistema, além de um aprovisionamento para créditos duvidosos estabelecidos pelo Banco Central, há a exigência de garantias apresentadas pelas cooperativas centrais. Destarte, a conjunção de diversos

agrícolas e 1,4% destinadas a empréstimos das diversas modalidades do PRONAF (KUMAR, 2004).

⁵⁴ Com relação aos empréstimos oriundos das diversas modalidades de linhas do BNDES, os bancos cooperativos ficam com o maior percentual do *spread*, o que garante maior rentabilidade. Através das linhas de crédito BNDES Automático ou Finame, por exemplo, são realizados à taxa TJLP mais 4% ou 5,5% a.a.; sendo que o BNDES cobra dos bancos das cooperativas a taxa TJLP mais 1%, e as cooperativas ficam com um *spread* de 3%, tornando essa operação rentável para as mesmas.

elementos gerenciais – como sistemas de informações, atrelados a programas de incentivos para diretores e administradores das cooperativas – e uma metodologia baseada em variáveis econômicas e morais – como critérios para concessão e recuperação de empréstimos –, constitui-se em uma nova prática para redução dos riscos.

Através das redes de cooperativas do SICREDI e SICOOB, esse processo foi difundido, adotando-se um misto de mecanismos de colateralidade e controle financeiro, assegurando um índice inferior a 5% para a relação entre o total de inadimplência e o total da carteira de empréstimos. O mesmo procedimento encontra-se presente nas cooperativas de crédito solidário, como a CRESOL⁵⁵. Todavia, as cooperativas do sistema CRESOL, inicialmente, apresentaram problemas devido a critérios gerenciais, de pressão e contabilidade deficiente, tais como: pequenas margens estabelecidas nas operações visando ao benefício dos membros; subsídios voltados para a comunicação e estruturação de novas cooperativas de crédito; além de assumir os riscos oriundos dos créditos dos membros com recursos de fundos públicos, como os do PRONAF. Porém, atualmente, nas cooperativas de crédito, a inadimplência situa-se em um patamar abaixo daqueles encontrados no sistema bancário privado (KUMAR, 2004, p. 192-195).

Embora os bancos cooperativos funcionem como articuladores entre os sistemas cooperativos, a sua lucratividade é baixa em relação às demais instituições financeiras no Brasil⁵⁶. Considerando, entretanto, que esses bancos não foram criados para proporcionar lucros, mas sim para auxiliar as cooperativas proprietárias a atuar no mercado financeiro, ampliando suas coberturas, tais resultados pouco

⁵⁵ Em relação ao CRESOL, a média de inadimplência também é baixa, inferior a 5%, sendo os menores valores para o crédito rural - 3,5% - e os maiores para os empréstimos pessoais - de 8% - os quais são reduzidos até para 2,6%, após os esforços de cobrança. No caso do PRONAF, a taxa de inadimplência situa-se no patamar de até 5% para empréstimos, sendo reduzida em até 1%, após negociações.

⁵⁶ O retorno sobre os ativos do BANCOOB ficou abaixo de 0,6% em 2000 e 2001, e, apesar da alta alavancagem, houve uma pequena regressão sobre o patrimônio líquido, entre 7% a 9%, menos do que a taxa de inflação no período. No BANSICREDI os retornos foram ainda mais baixos, obtendo-se uma média de 0,3% e retorno sobre o patrimônio líquido de aproximadamente 6%. No mesmo período, os bancos privados apresentavam uma taxa de retorno de 1,5% sobre os ativos, e de 20% sobre o patrimônio líquido. Mesmo no BANCOOB, que obteve um lucro ligeiramente superior ao do BANSICREDI, a lucratividade de cooperativas do sistema SICREDI esteve acima do SICOOB; diferença esta em virtude da concentração do SICREDI nos estados do Sul e do Centro-Oeste, que têm produtores rurais mais bem estabelecidos que os do Nordeste, região de grande atuação do SICOOB.

expressivos são admitidos, embora se reconheça que as taxas devem proporcionar remuneração suficiente para que as atividades tenham sustentabilidade.

A grande diversidade de sistemas de cooperativas no Brasil, não obstante possibilite a cada setor conceber estratégias que permitam atender especificidades locais, traz algumas implicações que podem fragilizá-las diante dos demais agentes bancários. As taxas de depósitos oferecidas pelas cooperativas, em muitos casos, estão em um patamar similar ou abaixo dos bancos comerciais, fato que restringe a mobilização de depósitos para essas organizações, impedindo a sua expansão e a capacidade de ofertar empréstimos.

Além disso, como as cooperativas dos diversos sistemas atuam no financeiro de forma isolada, não há um “emprestador” central de último recurso, obrigando as cooperativas a se auto-segurar, e, portanto, manter uma alta taxa de liquidez em relação aos depósitos, especialmente no que tange àqueles realizados à vista. Mesmo com a isenção do imposto de renda e do Imposto sobre Operações Financeiras-IOF, as cooperativas não conseguem ampliar a lucratividade nas operações, devido à necessidade de grande liquidez.

Um ciclo tem início, visto que, com empréstimos baixos, há uma pequena capitalização. Quando ocorrem sobras, estas são distribuídas, fazendo com que a cooperativa tenha um pequeno capital, elemento dificultador da expansão ou reserva para eventuais choques. Em razão desse cenário, as cooperativas não dispõem de recursos para o pagamento de profissionais com salários de mercado, fato que gera alta rotatividade ou contratação de gerentes e técnicos com menor qualificação (KUMAR, 2004).

Todavia, observa-se que as estratégias levadas adiante pelas cooperativas de crédito têm favorecido a ampliação de depósitos dos associados e a elevação do patrimônio da cooperativa, bem como o desenvolvimento dos espaços de sua área de abrangência. Simultaneamente, a atuação em rede tem proporcionado o compartilhamento de informações, desenvolvimento de sistemas de gestão adaptados, além da formação de seus próprios quadros, “*incorporando elementos de gestão política, econômico-financeira e social das cooperativas*” (SCHRÖDER, 2005, p. 166).

Decerto que a nova conjuntura vivenciada pelo cooperativismo de crédito,

com a permissão de livre adesão de associados em áreas esparsamente habitadas e acesso limitado de serviços financeiros – como pequenos municípios –, representou um avanço, possibilitando condições de sustentabilidade das cooperativas de crédito nesses espaços, ao torná-las abertas aos diversos membros da comunidade. A atuação em várias modalidades de serviços financeiros, inclusive microcrédito, consistiu numa ampliação em direção aos que se encontram à margem do sistema financeiro formal.

Porém, conforme KUMAR (2004, p. 379), as políticas de expansão do acesso aos serviços financeiros permanecem nas mesmas bases das décadas passadas: concentram-se na alocação do crédito, freqüentemente, a taxas de juros baixos, oriundos do apoio dos grandes bancos públicos. Assim, o risco de assumir o papel de transferidores de fundos de programas agrícolas financiados pelo governo, com margens pequenas, demanda respostas das cooperativas de crédito.

As possibilidades de não restrição de associados às cooperativas, atreladas às políticas de isenções de impostos, também têm favorecido uma maior força às mesmas para a atuação no espaço institucional. De um lado, os bancos argumentam que esta competição deverá provocar uma concorrência “desleal”; enquanto, para as cooperativas, esse argumento torna-se impossível em algumas áreas de estruturação das mesmas, sem uma abertura a todos os membros.

O embate entre bancos e cooperativas, de acordo com Kumar (2004), dar-se-á em uma dimensão na qual as pessoas devem possuir um nível mínimo de renda ou estar em um limite de capacidade de poupança que garanta uma sustentabilidade nas ações. Assim, o enquadramento de um superior contingente de atores, inclusive os de maior vulnerabilidade, nessas propostas, depende de vários fatores relativos à capacidade de articulação, mecanismos e propostas diferenciais de atuação no mercado local, além da integração em redes nacionais de cooperativas.

O movimento de aproximação com o local, desenvolvendo uma proposta de finanças de proximidade, e, por outro lado, de integração com outras cooperativas de crédito e agentes bancários, apresenta variações não apenas em um mesmo sistema de cooperativas, mas também em função dos espaços territoriais em que se encontram inseridas. Os casos examinados nos próximos capítulos buscam aprofundar a discussão com vista a respostas às questões que norteiam este trabalho.

CAPÍTULO 4

4. A CREDIPAJEÚ: O PIONEIRISMO DA INICIATIVA

Fundada em 20 de dezembro de 1999 em um município do sertão pernambucano, São José do Egito, a Cooperativa de Crédito do Alto Pajeú – CREDIPAJEÚ surge em um contexto de transformações de um sistema agroindustrial local, com fortes alterações no ritmo de produção e de vida dessa localidade.

Tais mudanças estão atreladas à conjunção de crises e oportunidades no setor avícola no Estado de Pernambuco, ao longo da década de 1990, influenciando a dinâmica das atividades, bem como a reconfiguração dos espaços de produção. De um lado, a concorrência aberta pelos conglomerados agroindustriais de aves, situados no Sudeste do país – associada à reestruturação do mercado avícola em Pernambuco –, de outro, a nova política de apoio ao desenvolvimento regional, através da instituição do Fundo de Desenvolvimento Constitucional para o Nordeste – FNE⁵⁷, que começou a operar a partir do início da década de 1990, o qual se propunha a dar continuidade a uma política de industrialização agrícola do Nordeste.

A montagem de uma estrutura de integração avícola em São José do Egito consistiu em um marco que veio a resultar na constituição da cooperativa de crédito.

Um grupo empresarial local que atuava como fornecedor de insumos para o setor avícola do entorno da Região Metropolitana do Recife, atento ao novo cenário, levou adiante uma iniciativa de produção de frangos com intuito de ocupar o espaço do mercado avícola nos municípios do semi-árido. Inicialmente, o grupo empresarial

⁵⁷ No decorrer da década de 1980, diante das dificuldades do Governo Federal em manter a política de financiamento para o desenvolvimento econômico de áreas como o Nordeste, foram criados, por ocasião da elaboração da Carta Constitucional de 1988, os Fundos Constitucionais com o intuito de convergir recursos adicionais para auxiliar o desenvolvimento das regiões de menor PIB. Os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Centro-Oeste (FCO) e do Nordeste (FNE), que foram regulamentados pela Lei nº 7.827, de 27 de dezembro de 1989, têm os recursos provenientes de percentual de 1,8 % da arrecadação da União com o imposto de renda (IR) e com o imposto sobre produtos industrializados (IPI). Para o semi-árido nordestino, o FNE priorizou uma linha de investimentos para aumento da produção e fomento às agroindústrias, como forma de expandir o desenvolvimento industrial com condições diferenciadas (SILVA, 2000).

desenvolveu uma unidade de produção avícola de grande porte e passou a comercializar frangos vivos para diversos municípios do Nordeste. Todavia, os grandes deslocamentos implicavam perdas no transporte. Além desse problema, o armazenamento das aves vivas tinha implicações negativas, uma vez que tinha de continuar a alimentá-las, porém sem ganho de peso suficiente para cobrir os custos com o referido processo.

Desse modo, com um discurso de resgate e desenvolvimento para melhoria da região, o grupo empresarial levou adiante uma proposta de construção de um abatedouro industrial de aves⁵⁸. Com isso, novas estratégias de comercialização puderam ser empreendidas, tal qual o fornecimento para grandes redes de supermercados do Nordeste.

Ao mesmo tempo, sob a justificativa de incorporar ao sistema agroindustrial um conjunto de produtores locais, tomou corpo e se consolidou uma nova forma de trabalho e financiamento da produção local. Inspirada em um modelo de integração avícola, tal iniciativa passou a ser incorporada, por parte das lideranças locais, como uma estratégia para o desenvolvimento da região.

De forma a coordenar a relação entre os produtores e a agroindústria, foi estimulada a constituição de uma cooperativa. O movimento para estruturar a cooperativa de produtores, entretanto, carecia de apoio financeiro para investimento inicial, visto que os aviários deviam ser adequados ao contexto de larga escala. A política de financiamento diferenciada para as cooperativas situadas no semi-árido nordestino pelo FNE⁵⁹ permitiu a consolidação da estratégia.

O financiamento concedido para a Cooperativa dos Avicultores e Suinocultores do Alto Pajeú - COPASA permitiu que 100 associados, pequenos e médios produtores, quase todos com propriedade inferior a 50 hectares e localizados principalmente em São José do Egito, pudessem construir galpões padronizados, com 125 metros de largura, telados, de piso cimentado, com ventiladores, umidificadores,

⁵⁸ Trata-se da Agropecuária Serrote Redondo Ltda que, embora tenha sede em São José do Egito, instalou o abatedouro industrial em Afogados da Ingazeira.

⁵⁹ As ações do FNE em relação ao conjunto de propostas de cunho associativista e voltadas ao pequeno produtor – definido pelo Banco do Nordeste como aquele que possui renda anual inferior a R\$ 60 mil - por sua vez, apresentam limites de financiamento e encargos financeiros mais vantajosos em relação a outros tipos de pessoa jurídica nas linhas de crédito para investimento, custeio e comercialização (SILVA, 2000).

bebedouros e comedouros automáticos, cada um dotado de capacidade de produção de aproximadamente 10 mil aves. O sistema de produção intensivo, por sua vez, exigiu um treinamento dos sócios para o emprego de técnicas de manejo⁶⁰.

Através do financiamento do FNE a cooperativa também construiu a sua sede e estruturou a única revenda de produtos agropecuários em São José do Egito.

Como resultado da constituição do abatedouro e da COPASA, ocorreu um vertiginoso crescimento avícola na região. Em São José do Egito, município que concentra o maior efetivo de aves do Pajeú, a produção cresceu de 185 mil cabeças, em 1990, para quase 1,3 milhão, em 1996 (IBGE, 2007c). Os associados da COPASA passaram a ter capacidade de produção de aproximadamente um milhão de aves, firmando-se como os maiores produtores da região, destinando toda a produção para a integradora.

A nova dinâmica de financiamento da produção resultou em constantes tensões entre a integradora (agroindústria) e o integrado (produtor).

A integradora fornecia insumos – pintos de um dia, das diversas modalidades de ração (Inicial 1 e 2, de Crescimento e Final, produzidas pela agroindústria através da mistura de milho, farelo de soja e diferentes ingredientes) – e assistência técnica aos integrados, financiando parte do custo. Também era a integradora que assegurava a compra da produção, bem como determinava a remuneração dos associados, estabelecida através do fator de produção – o Índice de Eficiência Produtiva⁶¹ – cuja formulação passou a embutir pontos de tensão entre financiador e comprador.

⁶⁰ O processo de treinamento foi efetuado pelos técnicos da integradora. Vale ressaltar que inicialmente as atividades de manejo eram executadas pelos membros das próprias famílias, tendo as mulheres uma importante função no monitoramento do plantel. Os primeiros lotes de frango, segundo relatos, exigiram um aprendizado para o domínio de técnicas de manejo de controle de temperatura e umidade dos aviários, por exemplo. Posteriormente, em face da grande disponibilidade de mão-de-obra local, especialmente no período seco, os avicultores associados da COPASA foram contratando trabalhadores para executarem as atividades antes desempenhadas pelos membros da família.

⁶¹ O Índice de Eficiência Produtiva leva em consideração fatores de peso, conversão alimentar, mortalidade e idade de abate dos frangos. A Conversão Alimentar avalia quanto o frango consome para produzir 1 kg de carne, ou seja, quanto menos ração consumir, maior será a eficiência, pois menor será o custo e mais elevada a remuneração do produtor. Os custos de produção envolvem todos os aspectos decorrentes do recebimento dos pintos de um dia pelo produtor até a entrega dos frangos vivos para a agroindústria. Nesses custos, há aqueles que são inerentes ao produtor parceiro da agroindústria, considerados, efetivamente, de sua responsabilidade; a exemplo do capital, energia, mão-de-obra e cama de frango, que representam aproximadamente 97% dos custos do produtor. Por força do contrato de parceria avícola, são de responsabilidade da agroindústria, por exemplo, os pintos de um dia, a ração, os medicamentos, a assistência técnica e outros, os quais, por sua vez, chegam a representar quase 2/3 do total do custo do produto final (GARCIA E FERREIRA FILHO, 2005).

A imposição de maior eficiência na produção consistiu em um fato gerador de constantes embates acerca da remuneração recebida pelo trabalho.

A COPASA, nesse sistema agroindustrial, além de coordenar, também financiava alguns insumos e equipamentos aos produtores associados, tendo, inclusive, o papel de intermediação do fluxo financeiro entre o associado e a agroindústria, uma vez que os pagamentos aos associados eram triangulados pela cooperativa. No ato do recebimento dos recursos, o valor das compras realizadas à cooperativa ficava retido – um percentual relativo à taxa de administração –, além de parte da parcela do empréstimo, para assegurar a adimplência perante o agente financeiro bancário.

Nesse sentido, a relação engendrada entre esses atores, associados e a agroindústria, implementou novas relações de trabalho, financiamento e produção, porém, nem sempre incrementou os rendimentos dos associados.

Isso porque, enquanto o preço no atacado do frango permaneceu quase no mesmo patamar, entre 1996 e 1999, o valor dos custos de produção apresentou um aumento expressivo, puxado pela alta do milho e da soja. Quando o preço do frango, em janeiro de 1996, era de R\$ 1,20 kg (peso vivo), no atacado, e o preço do milho era de R\$ 9,08 (saca 60kg), no atacado, em janeiro de 1999, o preço do frango manteve-se na média da década, com o valor de R\$ 1,28 kg (peso vivo), enquanto o milho ascendeu à marca de R\$ 16,65 (saca de 60Kg) (IPEA, 2007). Isso provocou uma oscilação na produção local, pois, entre 1997 e 1998, houve uma redução do efetivo de quase 50% no Pajeú. Já a quantidade de aves no principal centro de produção, São José do Egito, decresceu a um patamar de aproximadamente 600 mil aves.

Como Pernambuco apresentava, e ainda permanece com um déficit na produção de milho, buscou-se uma solução através da importação do referido insumo e também do farelo de soja, de outros estados do Brasil ou do exterior⁶². O frete veio a representar um custo adicional, afetando a competitividade local em relação aos sistemas agroalimentares instalados nas regiões produtoras de grãos, como o Centro-

⁶² Dentre as estratégias de importações de milho efetuadas pelos produtores locais, a mais polêmica ocorreu em 2003, na qual a Associação dos Avicultores de Pernambuco-AVIPE adquiriu 400 mil toneladas visando a abastecer o mercado local, inclusive os produtores da COPASA. A operação, após uma intensa disputa judicial, iniciada em 2003, foi homologada pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CNTBio, do Ministério da Ciência e Tecnologia, em 2005.

Oeste e o Sudeste. Assim, o preço do produto final do frango em Pernambuco tendeu, e tende, a ser influenciado pelos grandes conglomerados instalados fora do estado (HELFAND E REZENDE, 1998).

Dessa forma, o modelo local, com custo local e preço nacional, fez com que, pressionados pelo varejo e pela agroindústria, os produtores de frangos locais, como os associados da COPASA, tendessem a não ser remunerados completamente pelos custos de produção, fixo e variável, gerando uma tensão constante na relação nesse sistema agroindustrial.

Mesmo a melhoria contínua da genética, que permitiu um aumento progressivo na taxa de conversão alimentar em 1996⁶³, não foi suficiente para atenuar os efeitos do aumento dos custos de insumos, como o milho, sobre o setor avícola. Na microrregião do Pajeú, por exemplo, área distante daquelas produtoras de grãos, somava-se ainda custos adicionais, como o frete das rações.

Diante desse quadro, após a quitação das despesas com a integradora e a cooperativa, o que sobrava, literalmente, era o “esterco da galinha”⁶⁴. Durante o “vazio sanitário”, no qual, ao longo de 15 dias, o produtor tem de desinfetar as instalações, efetuando dispêndios, sem que houvesse financiamento de tal atividade, ficando o produtor descoberto nesse período.

Assim, embora a integração tenha proporcionado um fluxo contínuo de renda para os integrados da COPASA, estes nem sempre foram capazes de cobrir totalmente os custos de produção. Ainda havia dificuldades de acesso a novas linhas de crédito para custeio e investimento, mesmo diante de adimplência, uma vez que o Banco do Nordeste, principal agente financeiro regional, não se mostrava receptível a tal concessão. Esses fatores, aliados à pressão dos associados por melhoria no preço dos produtos junto à agroindústria, no final de 1999, levaram a uma discussão acerca de quais alternativas seriam possíveis para atenuar a referida crise.

Entra em ação, portanto, a força da cooperativa de crédito. Por movimentar uma quantia expressiva de recursos financeiros nas instituições bancárias locais, uma

⁶³ Em 1996 eram necessários aproximadamente 45 dias para a conversão de 1,95 kg de ração em 1,0 kg de frango vivo, e, no início de 2000, passou a ser de aproximadamente 1,90 kg de ração em 1,0 kg de frango (VIEIRA JÚNIOR, LIMA E BELIK 2006).

⁶⁴ A cama é usada como suplementação da ração de animais, de modo mais intenso, no verão. Ocorre que, no período de chuvas, inclusive, esse produto tem seu preço reduzido. Embora sua utilização seja proibida para consumo animal, essa prática é bastante utilizada por todos os produtores. Vale ressaltar que tal problema de tensionamento ocorre à medida que se altera esse fator de produção.

vez que São José do Egito possuía apenas duas agências bancárias – uma da Caixa Econômica e outra do Banco do Brasil –, sem que houvesse contrapartida de recursos para atender às necessidades dos produtores locais, a proposta de uma cooperativa de crédito ecoou como um “sonho”, uma alternativa, uma vez que permitiria abrir uma nova perspectiva para financiamento e crédito.

“Na época, um dirigente e um associado da COPASA foram chamados a participar de uma reunião com o SEBRAE, em Serra Talhada, e viu que a Associação Comercial de Petrolina que participou dessa reunião, estava querendo abrir uma cooperativa de crédito, que em Pernambuco não existia. Quando falou da idéia, o dirigente da COPASA comprou na hora e trouxe a idéia pro presidente. Ele comprou na hora. E começou a sonhar... e pensou logo em Evaldo, que estava se aposentando do Banco do Brasil, e começou a conversar sobre essa proposta. Mas ele disse logo: ‘Eu não quero participar, quero cuidar das minhas coisas’, mas, depois, o presidente foi, e convenceu, e ele mudou. Se apaixonou pela idéia de fomentar a economia local e de investir na própria comunidade” (Gerente CREDIPAJEÚ).

A proposta suscitada afirmava que uma cooperativa de crédito poderia gerir de modo mais eficiente os recursos financeiros da COPASA, suportados através de depósitos e da movimentação financeira de seus associados, ao mesmo tempo em que ampliaria o acesso a novas fontes de crédito, adequadas à realidade local. Esses serviços financeiros, segundo González-Vega (2001, p. 11), além de contribuir para a redução dos custos de transação, favorecem transações intertemporais, bem como o aumento da produtividade em diversos setores, promovendo uma integração entre mercados, gerando externalidades⁶⁵ positivas.

A estratégia utilizada para levar adiante a proposta consistiu na mobilização de pessoas locais com conhecimento no setor bancário. Dois ex-funcionários de bancos, recém-aposentados, foram impulsionados pelo presidente da COPASA – ex-prefeito –, alicerçando a base técnica da proposta; contou-se, ainda, com o apoio de um ex-funcionário da EMATER. Desse modo, formou-se a base dos articuladores, com respaldo técnico, associado a uma base de sustentação política e econômica.

O próximo passo foi buscar um apoio externo para a estruturação de um plano que possibilitasse a formação da cooperativa de crédito. Como no estado de Pernambuco não havia cooperativa de crédito do segundo grau – uma Central –,

⁶⁵ A externalidade consiste em uma situação, de acordo com González-Vega (2001, p.2), em que os custos e benefícios sociais diferem dos custos e benefícios privados. Logo, quando os benefícios sociais são maiores que os benefícios privados, tem-se uma externalidade positiva.

buscou-se o apoio da Central Nordeste de Cooperativas de Crédito, localizada em João Pessoa, na Paraíba. Através do suporte da Central e do apoio da OCEPE, deu-se procedimento à realização de um estudo sobre a área de atuação, sendo selecionados 28 municípios – 14 no estado de Pernambuco e 14 na Paraíba –, e, por conseguinte, à mobilização. O foco consistiu em um direcionamento das ações a partir de uma visão integral do território, no qual as características sociais, econômicas e culturais apresentavam similitudes.

“Visitamos todos os municípios a partir das autoridades constituídas do município. Prefeito, Câmaras de Vereadores, Judiciário foram visitados também. As Associações Comerciais, lógico, nas cidades que tinham essas entidades. E eram visitas que a gente visitava uma, duas, três, para conseguir pouco. Muitas vezes a gente esperava um público maior e encontrava menos da metade do que havíamos planejado e que gostaríamos que lá estivesse. Mas era um trabalho. E, então, ao término de aproximadamente cinco meses, nós estávamos com 101 associados, já capitalizados” (Diretor CREDIPAJÉU).

Embora concebida dessa forma, recorrendo-se ao apoio institucional de entidades representativas, houve uma forte resistência à iniciativa, denominada por alguns de “*Banco do Paraguai*”, “*Tamborete do Sistema Financeiro*”, dentre outros, tal era a descrença na proposta. A opção por colocar pessoas com conhecimento na área bancária representou um artifício para evitar problemas no processo de estruturação das cooperativas, pelo menos no que dizia respeito às práticas operacionais, em que as mesmas vieram a assumir os cargos no conselho de administração. Após cinco meses de fundação, a cooperativa entrou em funcionamento.

4.1. OS ASSOCIADOS: A PLURALIDADE

A filiação de associados, em uma área de abrangência atendida pela cooperativa, por ser esta classificada como de crédito rural, tem, como condição *sine qua non*, a necessidade de vínculo com a terra, quer através de escritura, termo de posse ou arrendamento. Conquanto a condição estabelecida de associação seja o vínculo formal com a terra, há uma diversidade de situações que se descortinam, é o caso de agricultores que vivem nos aglomerados urbanos; pequenos comerciantes que também são proprietários de terra e exercem atividade agrícola; filhos de

agricultores que executam uma atividade não-agrícola e residem nas áreas consideradas rurais, as quais retratam possibilidades, as mais diversas, no contexto dos pequenos municípios, todos integrantes de um território rural (WANDERLEY, 1999a; 2000).

Tal condição é evocada pela cooperativa para enquadrar uma heterogeneidade de atores sociais, como potenciais associados, ao longo de sua trajetória. Inicialmente, o vínculo de trabalho, no qual se estabeleciam transações financeiras vinculadas, representou o amálgama para a constituição da cooperativa. Contudo, a estratégia inicial, de colocar pessoas com competência técnica para incorporar indivíduos além desse círculo, não conseguiu fazer com que a proposta fosse acatada por outros sujeitos.

A proximidade, a amizade, as relações de parentesco, constituíram, e, ainda representam, o modo de aproximação, conhecimento e ingresso na cooperativa. O ‘agalinamento’, forma de trazer o sócio à cooperativa, simboliza a própria relação primacial da cooperativa com o quadro de sócios iniciais e da forma de ocupação dos espaços de proximidade, de modo que o processo de animação dos potenciais cooperados encontra-se ancorado nessas relações de conhecimento e proximidade, não apenas dos associados, mas também dos dirigentes e funcionários.

“Nós já tivemos três fases de adesão de associados. A primeira fase foi aquela em que fomos atrás. E, quer dizer, não significa que hoje os nossos colaboradores e a diretoria não estejam atrás de associados. Isso é um trabalho permanente. Uma busca constante, enquanto existir cooperativa, tem que ter esse trabalho. Mas, só vinham quando a gente ia atrás, e, muitas vezes, até por amizade, por conhecimento. Eu conheço Edmilson, é um rapaz de bem, é confiável, ele tá certo, ele é sério. Isso foi um trabalho. Para se conseguir isso, foi como eu falei. E esse trabalho não mudou de um dia para outro. Mesmo quando abriu as portas, continuamos a fazer isso. Mas, sempre dando duro para se conseguir. Depois vem aquela parte da informação. Porque no momento quando a gente diz, mostra e conscientiza o associado de que é bom, ele também já passa a ser agente multiplicador. Ele já diz ao vizinho, ao irmão, ao parente... E com pouco, através dessa informação, ou por influência desse associado, já vem um sócio ‘agalinado’, trabalhado, namorado, pelo outro associado. E, já no terceiro estágio, ele vem por conta própria. Ele sabe que Edmilson é o funcionário; que Evaldo é o presidente; ele sabe que Rosana é a gerente. E ele vê, ele presencia o tratamento. Se conversar, mesmo como curioso, com outro associado, ele vai ver o grau de satisfação de outro associado. Hoje, nós já nos surpreendemos bastante por pessoas que nós nem esperávamos, não tivemos a oportunidade de convidá-las, ou até falhamos nesse trabalho, mas eles chegam e querem se associar. Por isso que eu digo que nós tivemos três fases: aquela da busca, né?; aquela fulano conhece mais um, que é a segunda; e hoje ele vem por iniciativa própria”(Diretor CREDIPAJEÚ).

Essas fases apresentam um ritmo diferenciado, porém, constante, do

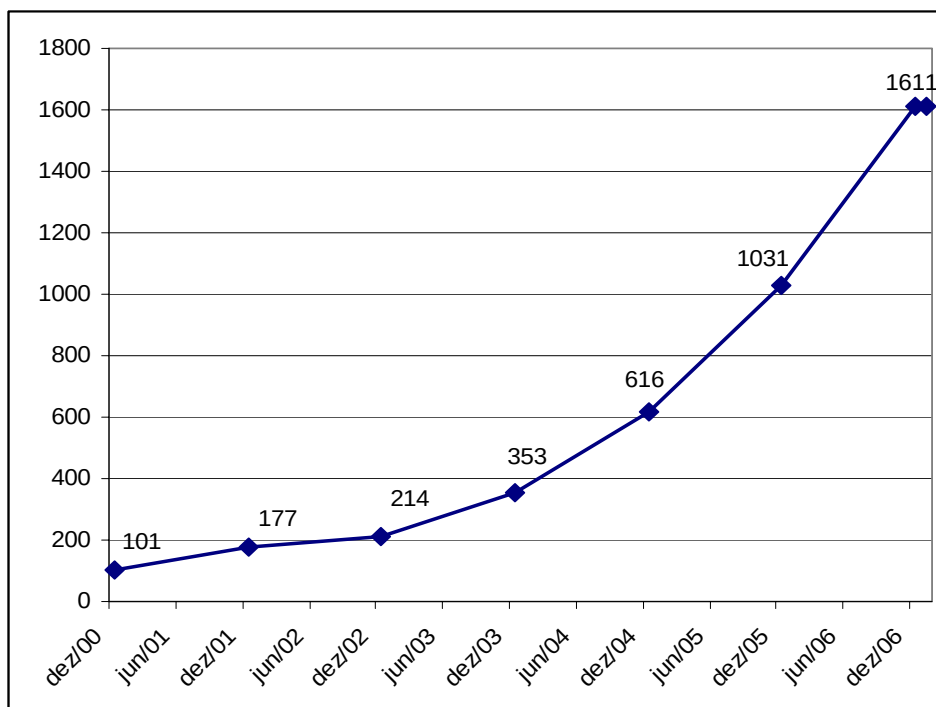
crescimento no quadro de associados. Entre o início de operações e o final do primeiro ano de atividade, em 2000, a cooperativa aumentou o número de sócios em 41%, subindo de 101 para 177 no final de 2001. Em 2002, o número de cooperados alcançou 214, enquanto em 2003 atingiu 353 sócios. A partir de 2004 há um forte crescimento do quadro de associados, que coincide com o período no qual se inicia a abertura de PACs em municípios da área de abrangência. Ao final de 2005, a cooperativa alcançava um total de 1.031 associados, número este que cresceu para 1.611 associados no início de 2007 (Gráfico 5).

A ampliação da base de sustentação da CREDIPAJEÚ para além do quadro de associados da COPASA, sem distinção de atividade, incorporou novos sócios, promovendo uma heterogeneidade do quadro social, e, portanto, das necessidades financeiras. Embora todos apresentassem os requisitos legais para a filiação a uma cooperativa de crédito, a partir do primeiro ano de atividade, passou-se a incorporar um conjunto heterogêneo de atores sociais locais – desde pequenos empreendedores locais, de vários segmentos, mas que também desenvolviam atividades agrícolas, até produtores rurais, que tinham na agricultura sua principal ocupação.

“Como a cooperativa é de crédito rural, na prática, a cooperativa deveria trabalhar somente com produtor rural. Era difícil sobreviver só com produtor rural. E a gente dá uma mesclada, para sobreviver com todo mundo. E, na nossa região, sempre todo mundo é um pequeno produtor. Nem que ele seja um comerciante, mas ele sempre tem uma ligação com a área rural” (Funcionária CREDIPAJEÚ).

O processo de admissão, fato que se tornou rotineiro na cooperativa, manteve-se inalterado, de modo que o ingresso na cooperativa permaneceu atrelado a mecanismos formais de verificação de restrição cadastral no sistema financeiro, associados a formas de controle social determinadas pelas relações de proximidade. O associado, ao se dirigir à cooperativa, preenche uma ficha de admissão contendo os seus dados pessoais, de trabalho e algumas referências, devendo a mesma ser abonada por um outro associado. No ato de preenchimento, são explicados, de forma sintética, os direitos e deveres do cooperado, abordando-se também os propósitos da cooperativa.

Gráfico 5– Evolução do quadro de associados da CREDIPAJEÚ entre 1999 e 2007



Fonte: CREDIPAJEÚ, 2007.

Não há cursos ou seminários acerca do que vem a ser cooperativa, nem antes ou após a filiação. A forma de acesso ao processo de funcionamento se dá por intermédio dos conhecimentos repassados pelos outros associados, embora tal fato, a princípio, pudesse ser mitigado devido ao conhecimento anterior em cooperativa de produção.

O preenchimento da ficha de admissão não implica em uma adesão imediata à cooperativa, uma vez que, somente após o decurso de 30 dias, o cooperado poderá efetuar qualquer movimentação. Isso se deve às deliberações de um colegiado que se reúne mensalmente, para tratar a respeito das novas filiações, baseando-se em critérios tradicionais bancários, a exemplo do Cadastro do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) e SERASA, e de mecanismos de controle social, através das referências pessoais.

Com o crescimento da cooperativa em uma área de abrangência extensa, novas filiações, em alguns casos, necessitam que a cooperativa recorra ao associado, que abona a ficha de admissão do proponente, como um controle para avaliar o ingresso do novo membro, embora haja um colegiado de dirigentes que, em última

instância, delibera acerca desse assunto. Posteriormente, o cooperado efetua a integralização das cotas-parte, fechando o processo de ingresso na cooperativa.

“Tem uma reunião mensal com todos os conselheiros e a diretoria. É onde vêm todas as fichas de admissão, pra ser aprovado ou não. E, nas fichas de admissão, a gente tem de fazer uma referência. No interior, sempre tem algum vínculo, veio por indicação, quem indicou, para a gente conhecer: Ô, esse aqui é compadre de alguém” (Gerente CREDIPAJEÚ).

No princípio, quando a cooperativa tinha sido constituída, havia uma maior rigidez em relação ao capital mínimo necessário para obter autorização para seu funcionamento através do Banco Central; estabeleceu-se uma cota inicial elevada (R\$ 250,00), a fim de se alcançar rapidamente o patamar mínimo exigido, que era de R\$ 44 mil reais. Esse valor, entretanto, foi revisto posteriormente, lançando-se um movimento no interior da cooperativa para se estabelecer um teto às cotas-parte que estivesse ao alcance de um maior contingente de potenciais associados.

“Veja bem, quando nós iniciamos, aprendemos também. As cotas para ingressar na cooperativa eram de R\$ 250,00. Depois, nós vimos que não poderia ser mais de 10% do salário mínimo. Mas, hoje, depois da última assembléia que mexeu no valor de cota, definiu-se que o valor da cota é R\$ 10,00. Agora, pelo critério até de custo e benefício, e pelo princípio do cooperativismo, que ele deve cooperar também, a gente tá exigindo, no momento, que ele integralize no mínimo R\$ 100,00 de cota. Isso também é um fator psicológico” (Diretor CREDIPAJEÚ).

Ainda que, com apenas R\$ 10,00, não seja possível efetuar o ingresso na cooperativa, visto ser necessário integralizar 10 cotas-parte, a revisão desse valor, para baixo, está relacionada a um movimento da cooperativa para elevar a sua base de sócios. Esse trabalho teve início a partir de 2003, quando se começou a ampliar o atendimento físico, através da instalação de Postos de Atendimento Cooperativo – PACs, em municípios de sua área de abrangência.

4.2. A INFRA-ESTRUTURA E O ATENDIMENTO: APROXIMAÇÃO COM O ASSOCIADO

O modelo de funcionamento e a sua própria infra-estrutura foram concebidos a partir de cooperativas de crédito rural, existentes em outros estados do Nordeste. Assim, apesar de os dirigentes eleitos possuírem experiências bancárias, a estrutura moldada pelas cooperativas do sistema ASCOOB, na Bahia, constituiu um modelo

referencial para a montagem da infra-estrutura das cooperativas, bem como às práticas trabalhadas pelos colaboradores. Isso associado a uma outra experiência de cooperativa de crédito rural, em curso no Rio Grande do Norte.

A CREDIPAJEÚ instalou a sua sede na principal avenida do município de São José do Egito, apresentando um perfil bastante próximo das agências bancárias, com fachada completa de vidro, letreiro verde e persiana horizontal, que abre no mesmo horário das demais agências bancárias. Com ar-condicionado, três guichês de atendimento e dois caixas – todos com computadores e impressoras –, sala da gerência, sala de controle e tesouraria, situados no mesmo ambiente, a sede da cooperativa assemelha-se, em sua estrutura, a um banco. A exceção fica por conta da ausência de caixas eletrônicos. Todo o processo é realizado diretamente por duas caixas e três atendentes, cujo expediente se inicia e encerra no mesmo horário bancário.

“Como não tem caixa eletrônico aqui, então todo o nosso associado a gente conhece. E chama, a gente conversa. E tem mais aquele trabalho de dar orientação financeira. A gente tem a preocupação de não ver o nosso produto e serviço, mas tá acompanhando. A gente tem aquela finalidade de atender ele e tem que ser melhor para os dois. E ter aquela parceria mesmo, pois, além de ser um sócio da cooperativa, ele é um dono. Ele não é só um cliente do sistema financeiro. Ele é um associado que ele é dono” (Gerente CREDIPAJEÚ).

Os caixas e os atendentes, juntamente com o gerente de atendimento – responsáveis pelo relacionamento com os associados –, apoiados por um gerente de controle – encarregado dos mecanismos de compensação e de liquidação das operações financeiras –, consistiram, desde o princípio, no ponto de contato da cooperativa com o associado. As conversas, tanto nos guichês de atendimento, como nos caixas, representam momentos de interação, de oferta de produtos e serviços, de referências sobre novos ou potenciais associados.

São os gestores contratados e os funcionários que ofertam produtos e serviços aos cooperados, sendo, ainda, incumbidos de fornecer orientações acerca da cooperativa, receber as propostas de adesão de novos cooperados e encaminhá-las para análise pela diretoria. Dos 07 membros do Conselho de Administração, aqueles que ocupam os cargos de diretor-presidente, diretor-financeiro e diretor-administrativo por um mandato remunerado de 04 anos, estão, cotidianamente, presentes na cooperativa.

Esse modelo passou a ser replicado nas unidades de atendimento, estruturadas

a partir de 2003, período posterior à resolução do Banco Central para as cooperativas contratarem correspondentes bancários. A abertura dos Postos de Atendimento ao Cooperado – PACS amplia as ações para ofertar a associados serviços de outras localidades, reproduzindo o mesmo modelo da sede, e incorporando a possibilidade de atendimento de não-associados para recebimento de títulos bancários de terceiros, que inclui, dentre outros serviços, por exemplo, o pagamento e recebimento de contribuições da previdência social e de concessionárias de serviços públicos.

Os PACs reproduzem o mesmo modelo da sede da CREDIPAJEÚ, com fachada e interior padronizados, divisão do trabalho e forma de atendimento similares. Situados em municípios que distam entre 20 e 40 km da sede, os PACs foram estruturados contendo um atendente, um caixa e um supervisor de operações.

A integração com a sede exigiu infra-estrutura de comunicação, de modo a proporcionar uma inclusão de ações para transmissão de dados e voz, e a formação de novos funcionários para a prestação de serviços nessas localidades. Esses funcionários, recrutados na própria localidade, consistiram na base sob a qual se assentou a estratégia de controle social da cooperativa, tanto para ingresso de novos associados como para a concessão de empréstimos.

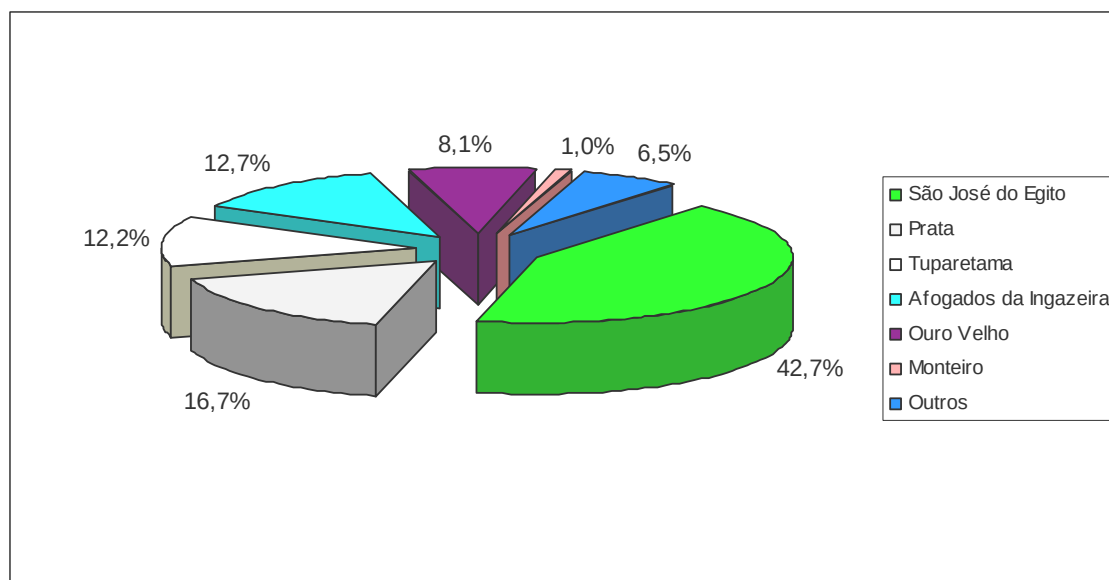
Mesmo com o auxílio de computadores, sistemas de informação e redes de comunicação, tal modelo ocasionou alguns problemas, a exemplo de concessão de empréstimos que veio a causar perdas para a cooperativa. A solução foi a ampliação dos mecanismos de controle das operações, por meio de instrumentos de acompanhamento diários, dotados de um menor autonomia para os PACs realizarem suas operações.

A implementação desses PACs, a princípio, teve o objetivo de facilitar o acesso aos associados, a fim de evitar o seu deslocamento até a sede. Realizou-se tanto em municípios com agências bancárias, a exemplo de Afogados da Ingazeira e Tuparetama, ambos em Pernambuco, como em municípios que não possuíam agência bancária, como Ouro Velho e Prata, na Paraíba. E são justamente os municípios que apresentam uma unidade de atendimento que concentra a maior quantidade de associados da cooperativa (Gráfico 6).

Os PACs constituíram-se em mecanismos de ampliação da clientela, aglutinados a partir desses núcleos de atendimento; uma vez que os PACs passaram

a funcionar como intermediários bancários, os mesmos começaram disponibilizar produtos e serviços para não-associados, incorporando uma clientela nova e fontes de receitas adicionais à cooperativa.

Gráfico 6 – Distribuição de associados segundo municípios na CREDIPAJEÚ em 2007



Fonte: CREDIPAJEÚ, 2007.

4.3. A BUSCA DE DIFERENCIAÇÃO

O desenho da engenharia financeira da cooperativa centralizou-se em captar recursos locais de longo prazo, através da integralização das cotas-parte, depósitos ou poupança, ao mesmo tempo em que optou por disponibilizar financiamentos que tivessem retorno no curto prazo.

A integralização das cotas-parte representou e ainda consiste em um mecanismo para que a cooperativa se capitalize, uma vez que as cotas somente são devolvidas quando da solicitação de exclusão do associado, seja pelo próprio, ou pela cooperativa. A capitalização por meio da incorporação das cotas-parte pode se dar mediante antigos ou novos associados. Essa estratégia fez com que o capital social da cooperativa saltasse de aproximadamente R\$ 72 mil em 2001 para R\$ 93 mil em 2002 obtendo um aumento de 29,2%. A partir do início da escalada de crescimento de associados, em 2003, o capital social da cooperativa teve uma elevação

ascendente, passando de, aproximadamente, R\$ 109 mil em 2003 para R\$ 395 mil em 2006 (Gráfico 7).

Mesmo sem recorrer ao auxílio de entidades governamentais ou não-governamentais para captação de recursos, a canalização de depósitos locais, através de alianças tecidas com os agentes do sistema agroindustrial, representou a primeira forma de ampliação das fontes de recursos próprios. Os vínculos tecidos no sistema agroindustrial com diversos fornecedores e compradores (vínculos verticais), bem como aqueles relacionados ao processo de comercialização conjunta de insumos (vínculos horizontais bilaterais), ou ainda chamados vínculos multilaterais horizontais, consistem em estratégias adotadas na estruturação de sistemas financeiros locais (NAGARAJAN E MEYER, 2005).

“A nossa parceria com a COPASA, aqui, que é a cooperativa que tem 100 integrados, cada um com galpão de 14 mil pintos, frangos, onde a cada 60 dias, 70 dias, estão comercializando, cada associado. Para eles também financiamos com retorno garantido. Porque, o pagamento, a COPASA paga a eles via CREDIPAJEÚ. Então, quando ele faz a retirada, faz o vazio sanitário de 15 dias, além, tem de botar a forra, a palha-arroz, que vai ser espalhada no galpão, tem só vezes que troca alguns equipamentos, então a cooperativa faz o financiamento. É de curto prazo, porque ele vai receber esse dinheiro. No máximo em 70 -75 dias, tá recebendo. E aí, no dia em que ele vem receber, ele recebe o líquido” (Presidente CREDIPAJEÚ).

A compressão do ciclo de produção desse sistema agroindustrial constituiu a base referencial para a determinação do tempo de retorno dos créditos concedidos, marcando o ritmo de rotação do capital na cooperativa. Ao acompanhar a dinâmica do processo de produção do sistema avícola, o desenho das linhas de financiamento, seja relativo ao custeio ou a investimentos, influenciou a formulação de outros produtos financeiros.

Não obstante a ampliação do volume de recursos disponíveis, através da paulatina utilização dos serviços de conta-corrente pelos associados, juntamente com as aplicações efetuadas através de poupança ou fundos de investimentos, essa política consolidou-se, de modo que os recursos voltaram-se essencialmente para as questões de curto prazo. Mesmo com a ampliação de sua carteira de crédito, mediante a captação de recursos junto ao mercado financeiro, através do SICOOB, mantém-se a mesma estratégia, priorizando as operações de curto prazo.

Em 2001 o volume de depósitos chegou a R\$ 199 mil, tendo os associados

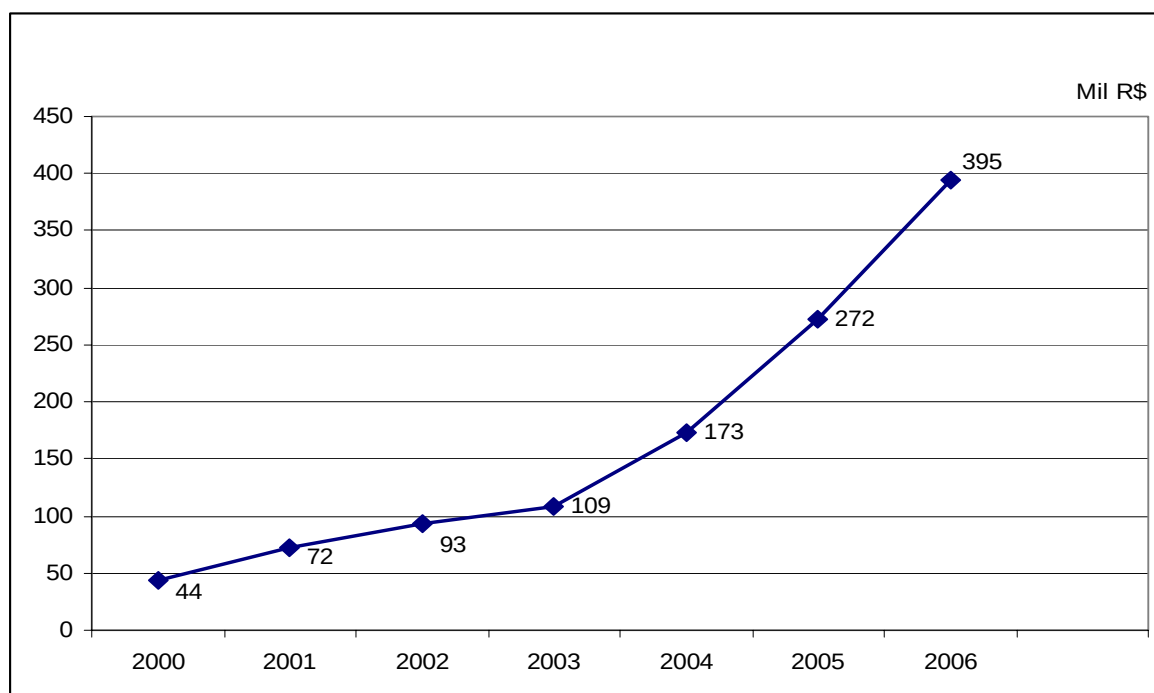
uma forte resistência em operarem com a cooperativa. Era comum o fato de pessoas, que efetuavam um depósito, retornarem depois de um mês para observar se o dinheiro permanecia na conta.

“Então tinha pessoas que faziam um depósito, passava um mês e voltava para ver se o depósito estava na conta. E daí começou aplicando. Aí foi vendo. E aí foi crescendo, foi acontecendo” (Gerente CREDIPAJEÚ).

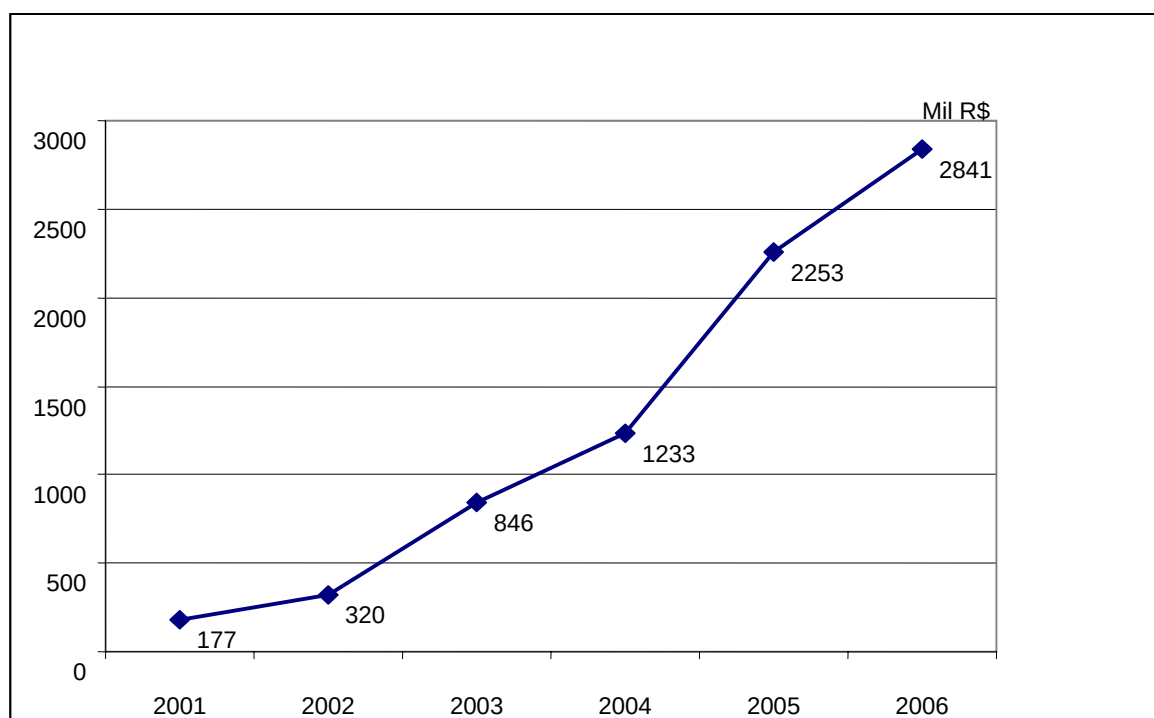
Essa resistência levou a cooperativa a fechar o exercício do primeiro ano com resultado negativo, embora tenha realizado um total de empréstimos de R\$ 177 mil. Em 2002 ocorreu um aumento dos depósitos, os quais atingiram a monta de quase R\$ 412 mil; houve um crescimento do volume de empréstimos no mesmo ritmo, somando quase R\$ 320 mil, em 2002. A partir de 2003, a cooperativa que passa a emprestar mais do que receber depósitos (Gráficos 8 e 9). Isso se deve ao fato de a cooperativa buscar recursos no BANCOOB e repassá-los aos cooperados, levando a resultados operacionais positivos. No período de 2003 a 2005, os depósitos saltaram de, aproximadamente, R\$ 593 mil, para R\$ 1.590 mil, ou seja, houve acréscimo de 268,1% . No ano de 2006, o total de depósitos alcançou a marca de R\$ 1.732 mil reais. Quanto aos empréstimos, a cooperativa também ampliou a sua carteira. No período de 2003 a 2005, os empréstimos foram ampliados de, aproximadamente, R\$ 846 mil para R\$ 2.253 mil, ou seja, um acréscimo de 260,7%. Em 2006, os empréstimos chegaram à marca de R\$ 2.841 mil reais (Gráficos 8 e 9).

A ampliação dos empréstimos não foi canalizada unicamente para uma única linha de crédito, mas pulverizada em várias linhas, agrícolas e não-agrícolas, nas modalidades crédito rural, empréstimo pessoal e cheque especial.

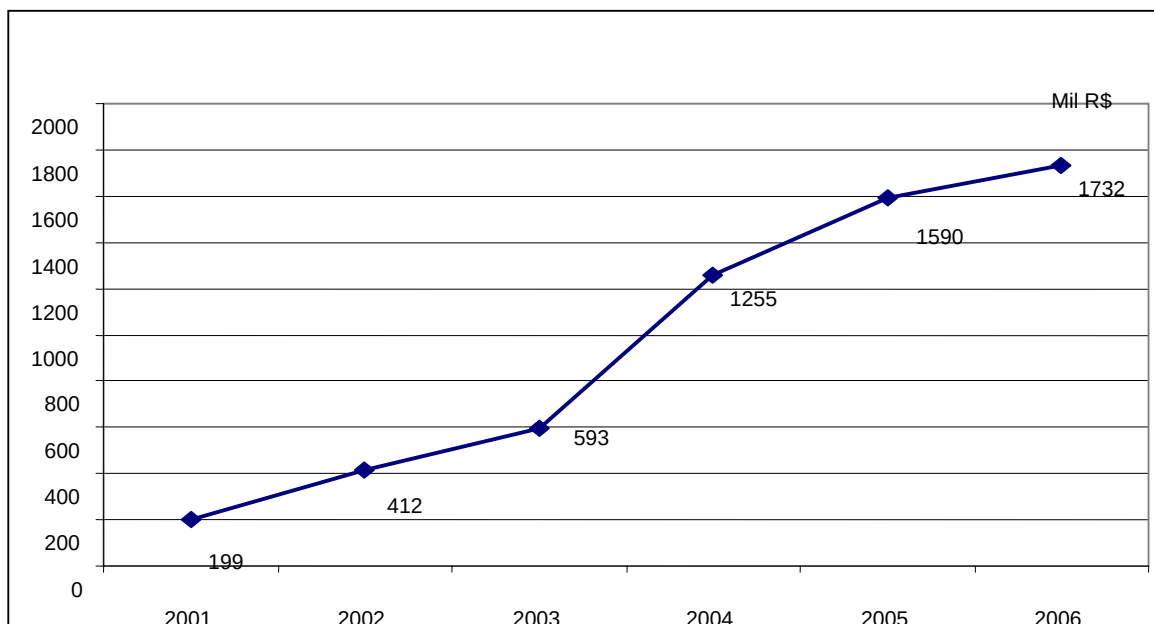
Na linha de crédito rural, o principal foco é o custeio pecuário, com um prazo de 90 dias e taxas de até 2,5% ao mês. No que concerne ao empréstimo pessoal, são dois os focos de atuação: o crédito pessoal com prazo de 30 a 180 dias e taxas de juros de até 4,5% ao mês; e o desconto de recebíveis (desconto de títulos, incluindo notas promissórias, duplicatas e cheques), com um prazo máximo de 90 dias e com uma taxa de juros de até 3,2% ao mês.

Gráfico 7 – Evolução no montante de capital social na CREDIPAJEÚ entre 2000 e 2006

Fonte: CREDIPAJEÚ, 2007.

Gráfico 8 – Evolução no montante de empréstimos na CREDIPAJEÚ entre 2001 e 2006

Fonte: CREDIPAJEÚ, 2007.

Gráfico 9 – Evolução no montante de depósitos na CREDIPAJEÚ entre 2001 e 2006

Fonte: CREDIPAJEÚ, 2007.

A linha de cheque especial para os associados com conta-corrente disponibiliza recursos por um prazo máximo de 90 dias, com uma taxa de juros de até 6,99% ao mês. Mesmo recorrendo aos recursos externos à cooperativa, captados junto ao SICOOB NE e BANCOOB para operações de crédito rural, a opção – apesar de possuir recursos direcionados para investimento, com prazo de até 96 meses – prioriza os de retorno no curto prazo.

“Os recursos são de alta rotatividade, porque, até porque estamos iniciando os recursos, ainda são pouco para a demanda. O empréstimo é de curto prazo. Na área de investimentos, somente para casos especiais, como associações, cooperativas. Mas sempre os recursos de curto prazo. Três milhões é quase o que circula no prazo de 30 dias. E grande parte disso são recursos de curto prazo. Nós trabalhamos também com desconto de cheques. E do jeito que o banco trabalha. Nós, inclusive, também trabalhamos com desconto de cheques, assim como os bancos trabalham. Claro que têm os investimentos: o crédito rural, o prazo é maior; aquisição de animais tem um prazo maior; uma reforma, um investimento na sua propriedade, um prazo maior” (Diretor CREDIPAJEÚ).

A opção por recebíveis é oriunda da necessidade comum de recursos para financiamento da produção ou das atividades não-agrícolas, reavendo o capital através de uma antecipação pelos agentes financeiros, mediante uma taxa de

descontos, de modo a colocá-lo novamente nas operações correntes. Contudo, o operador financeiro deve conseguir esses recursos para realizar tal adiantamento, tendo, ao mesmo tempo, a capacidade de cobrar uma taxa menor do que o banco cobraria para efetuar tal operação; além de oferecer ao investidor uma remuneração com uma taxa maior que as operações bancárias proporcionam, a fim de captar os recursos necessários à realização da operação (GRÜN, 2004, p.161-162).

Assim, a integração da CREDIPAJEÚ com a SICOOB NE e o BANCOOB, além de possibilitar acesso à Câmara de Compensação, à Reserva Bancária e ao Mercado Interbancário, permite a renegociação de recebíveis, com baixo comprometimento do nível de liquidez da cooperativa, bem como uma gama de serviços financeiros.

Dessa forma, o estabelecimento de produtos e serviços, incluindo as taxas e os custos, está inserido em uma lógica que tem por parâmetro os patamares estabelecidos pelo agente bancário, no caso, o BANCOOB, a partir do qual os dirigentes da cooperativa, juntamente com os gerentes de controle e atendimento, discutem e avaliam as alternativas e possibilidades em confronto com as nuances locais.

“Nós temos um leque de produtos e serviços que não fica muito aquém do mercado financeiro. Temos talonário de cheque, parceria com a Mastercard, com a MAPFRE Seguros, seguro de vida, de carro, de financiamento. O que a gente não pode atender com recursos próprios, a gente faz através de parceiros para atender o associado” (Gerente CREDIPAJEÚ).

Esse leque de produtos somente é possível via BANCOOB, o qual disponibiliza recursos inclusive para integralização de cotas-parte, além de acesso a todos os programas do Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES, para financiamento de máquinas e implementos, até aqueles destinados a apoiar área e setores específicos da agricultura. Embora o PRONAF esteja incluído nas possibilidades operacionais do BANCOOB, não há repasse para a CREDIPAJEÚ desse recurso, cabendo ao Banco do Brasil local, em conjunto com outros parceiros institucionais locais, operacionalizarem tais recursos, não obstante articulações tenham ocorrido no sentido de dotar a cooperativa de tais programas.

Tal forma de atuação, quer seja na captação de recursos ou na oferta de serviços financeiros com forte incremento dos associados, provoca uma tensão entre associados:

“Eu não concordo com a política atual da cooperativa. Ela tá mais para um banco de varejo, que um banco do agricultor. Ela tem que voltar a ser um banco do agricultor” (associado CREDIPAJEÚ).

Todavia, para os gestores a cooperativa apresenta uma diferenciação em relação aos bancos:

“Nós trabalhamos o seguinte: nós não nos diferenciamos do banco, embora não admitimos ser chamados de banco. Nós somos cooperativa. Nós introduzimos essa visão desde o momento que eles se tornam associados. Nós não somos banco. Embora estejamos prestando um serviço como se banco fôssemos” (Diretor CREDIPAJEÚ).

A racionalização utilizada pela cooperativa nas concepções dos seus produtos e serviços leva a uma semelhança em relação aos bancos, apesar de haver nuances que distanciam as duas organizações. A lógica da eficiência, a calculabilidade e a previsibilidade consistem em pilares de um sistema de racionalização, que cobram resultados e respostas mais rápidas (BONANNO, 2007). Esse método está presente no desenho dos produtos, gerando campos de tensão. E, ao ampliar os recursos captados no mercado financeiro para atendimento da clientela de associados, essa pressão torna-se maior, uma vez que as respostas exigidas pelos financiadores tornam os critérios de decisão bastante homogêneos.

4.4. OS INSTRUMENTOS DE CONTROLE

O direcionamento tomado pela cooperativa consistiu em reduzir riscos idiossincráticos e sistêmicos, através da ampliação de sua carteira em áreas de menor susceptibilidade aos efeitos edafoclimáticos, ao tempo em que adotou mecanismos que garantissem o crédito através de uma conjunção de aspectos morais e de colateralidade.

Consoante González-Vega (2001), homogeneidade do quadro social em relação a uma única atividade, tende a causar problemas de financiamento, uma vez que os ciclos de produção agrícolas são, usualmente, coincidentes, gerando uma forte pressão por crédito em alguns momentos, ou excedente de recursos, em outros. Nessa direção, esse autor aponta que a diversificação de clientela possibilita uma economia de escala, reduzindo custos e minimizando os problemas decorrentes da necessidade de disponibilidade de ativos, em curto ou em longo prazo. Tal política, de

equalização de prestação de serviços financeiros, permite o estiramento do atendimento a unidades menores.

A cooperativa procurou distribuir os ativos entre uma clientela diversificada, não se pautando apenas nas atividades agrícolas, mas, espalhando-se por várias outras atividades desenvolvidas pelos seus associados, inclusive de cunho comercial. Essa diversificação, por sua vez, consistiu em uma forma de viabilizar os PACs em municípios pequenos, atendendo a uma pluralidade de situações, com risco e custo baixos. O referido modelo seguiu os mesmos critérios adotados por outras cooperativas do sistema SICOOB, que serviram de arquétipo para a CREDIPAJEÚ.

A descentralização das organizações, como aponta González-Vega (2001), tende a elevar os custos de agência, decorrentes de custos marginais de coordenação, transmissão de informações, vigilância de funcionários e combate a fraudes. Embora a associação dessa estratégia a carteiras diversificadas induza a riscos sistêmicos menores, tem-se a elevação dos custos de agência, fato que pode resultar em problemas à organização. Inicialmente, ocorreram tais fatos na cooperativa, o que resultou em perdas nas operações realizadas pelos postos da mesma.

Diante dessa realidade, as operações de crédito passaram a ter um maior rigor, de modo particular no setor agrícola, ocasionando o redirecionamento da carteira de recursos da cooperativa em direção às atividades não-agrícolas. Verifica-se, em relação ao investimento agrícola, a necessidade de um projeto contendo os principais aspectos de produção, período de retorno e capacidade de pagamento, o qual deverá ser analisado por técnicos; devendo-se, inclusive, exigir a garantia de compra da produção, como forma de mitigação de risco da atividade, bem como para a comprovação de viabilidade do projeto.

Tais mecanismos são bastante similares aos exigidos pelos bancos para algumas linhas de financiamento. Mesmo quando o projeto agrícola é elaborado por um membro da própria cooperativa, a instalação de diversos mecanismos para atesto de viabilidade e várias instâncias de avaliação reforçam a predisposição para a construção de um conjunto de normas que garantam o retorno do valor concedido. Há também o limite cadastral do sócio que determina o valor máximo a ser operado.

“Na área rural, nós temos, no conselho de administração, um agrônomo, um médico veterinário, porque são pessoas de fundamental importância. Um camarada chega e quer um recurso para um segmento agrícola. Se nós temos um agrônomo,

não só ele elabora o próprio projeto, ou um técnico elabora lá fora e traz, e nós já passamos pelo crivo do agrônomo. Se envolver animais, nós temos um médico veterinário. Se é analisar o fluxo de caixa do camarada, nós temos pessoas na diretoria formadas na área de economia, com experiência de banco, de análise de balanço. Então, nós temos tudo isso. Agora, a proposta, ela é direcionada de acordo com a expectativa do proponente. Daí, nós temos que ver a viabilidade. A gente pega uma proposta para financiar animais, como 30 vacas de leite, mas nós fizemos a evolução do rebanho, a gente faz a produção de leite, nós estudamos e exigimos a garantia da compra da produção. E tem o limite cadastral do associado” (Diretor CREDIPAJEÚ).

Esse limite cadastral, válido não apenas para as operações de crédito agrícola, mas para todos os demais tipos de operações, consiste em uma conjunção de vários sistemas de garantia, de forma a reduzir os riscos de operações realizadas pela cooperativa ao mínimo. Embora haja um discurso que destaque a agilidade e desburocratização nas operações, a cooperativa lança mão de aspectos morais (caráter e capacidade), financeiros (capital e condições) e, ainda, uma colateralidade, para efetuar uma operação de crédito com seus associados, independentemente do valor e do propósito. O excesso de ‘zelo’ fomentou um mecanismo de proteção diferenciado, mas também adotado por outras cooperativas de crédito, no caso, o estabelecimento de limite de operações através de cotas.

“Um dos nossos diferenciais é a pouca burocracia na concessão de crédito. Tem que ter cuidado a quem se está emprestando. Tem que ver. Tem que ver a capacidade de pagamento. Cadastro, SPC, SERASA, assim. Aquelas coisas mais normais, as cotas também, né? Aquelas coisas mais corriqueiras que todo banco faz, que todo agente financeiro faz. Mas, a gente desburocratiza um pouco, facilita a vida deles” (Funcionário CREDIPAJEÚ).

O modelo em questão compreende uma modalidade que consiste em estabelecer um limite de recursos para crédito, baseado no total de cotas-parte integralizado na cooperativa. Essas cotas-parte funcionam como um provisionamento de lastro monetário para a garantia das operações. Destarte, os limites de crédito maiores estão condicionados a uma integralização superior das cotas-parte, ampliando, conseqüentemente, o capital da cooperativa. Utiliza-se tal prática mesmo para o atendimento de crédito rural, como o financiamento da vaca de leite, da cabra de leite, da ovelha e da avicultura.

No que concerne às linhas de crédito de empréstimo pessoal – tanto na linha de crédito pessoal, como de desconto de recebíveis –, essa é uma prática também utilizada. No caso dos avicultores, um recibo comprobatório de entrega de frangos à

agroindústria serve de lastro para as operações. Com relação a outros tipos de recebíveis, são os gerentes e os dirigentes que decidem acerca do processo.

Embora a concessão de crédito esteja atrelada a um critério moral, de boa conduta e reputação do tomador na comunidade, esses fatores são analisados juntamente à situação cadastral do tomador, em confronto com os valores solicitados para o empréstimo; configura-se em uma forma de fixação do nível de risco em patamares que garantem o fechamento da operação. Em alguns casos, dependendo do risco, exige-se ainda um aval ou uma garantia real que possa assegurar o retorno da operação. Porém, o lastro das cotas-parte representa um fator decisivo no estabelecimento do valor a ser concedido.

“Tem toda resolução interna que limita o valor. Tantas vezes o valor de seu capital limita você a trabalhar com o seu crédito pessoal. Tantas vezes o seu capital social pode fazer custódia de cheque. Tem toda uma resolução que todos os postos de atendimento trabalham com ela. Então tem um crédito rural, aí depende da capacidade de pagamento. Aí tem uma avaliação” (Gerente CREDIPAJEÚ).

O emprego desses mecanismos tem proporcionado um baixo nível de risco nas operações de crédito da CREDIPAJEÚ, de modo que 98,5% dos créditos são classificados como “A”⁶⁶, enquanto apenas 0,28% das operações de crédito estão pendentes há mais de 360 dias. Mensalmente, sob a supervisão do SICOOB Central NE, em consonância com o regime de competência, são realizadas operações de reconhecimento e apropriadas as receitas e despesas. Essa supervisão inclui diversos aspectos operacionais e legais, inclusive auditoria de análise de risco e as provisões para créditos de liquidação duvidosa. Tal análise de risco, entretanto, baseia-se em diversos fatores, como a percepção dos dirigentes, levando em consideração a conjuntura econômica e os riscos específicos e globais, além das normas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil⁶⁷.

Os membros do Conselho Fiscal, três titulares e três suplentes, conquanto tenham a incumbência de efetuar a análise dos resultados e avaliar o trabalho dos

⁶⁶ Há 09 níveis distintos de risco, que exigem diferentes níveis de provisionamento financeiro para não comprometer a cooperativa. O primeiro nível é o “AA”, que exige provisionamento zero. O segundo é o tipo “A”, que exige um provisionamento de 0,5% do total das operações, em virtude de apresentar possibilidade de atraso de até 15 dias. O terceiro nível é o nível “B”, que exige um nível de provisionamento de 1,0%, por apresentar risco de 16 até 30 dias de atraso. O pior nível de risco é o “H”, o qual exige um provisionamento de 100%, tendo possibilidade de atraso de mais de 180 dias.

⁶⁷ Segundo a resolução do BANCEN, de 01/03/2003, necessariamente, quando há uma concessão de crédito, há que se estabelecer essa provisão.

dirigentes – sendo remunerados quando participam de reuniões –, não representam os únicos agentes de controle. As auditorias realizadas pela Central SICOOB Nordeste, enquanto entidade centralizadora financeira responsabilizada pelo Banco Central na efetivação do controle e supervisão das operações da cooperativa, apresentam-se como agentes de monitoramento das ações levadas adiante pelos gestores eleitos e contratados.

4.5. A PARTICIPAÇÃO E AS DELIBERAÇÕES

O crescimento do quadro social, atrelado à ampliação da movimentação financeira da cooperativa, implicou mudanças na relação do jogo democrático da mesma. O quadro ascendente de associados não participava percentualmente das assembléias da cooperativa. Na assembléia do ano 2000, por exemplo, houve a presença de 82 associados, aproximadamente 80% do quadro social, diminuindo-se a participação relativa nos anos subseqüentes para 57%, em 2001, e 20%, em 2002. Em 2006, compareceram, aproximadamente, 10% do total de associados.

A trajetória da participação social, entretanto, coloca-se em um movimento inversamente proporcional à prosperidade econômica alcançada, graças ao crescimento das dimensões econômicas e do quadro social, e da maior complexidade de técnicas, constituindo-se em um problema de cooperativas, pontuado por Desroche (1977, p. 29-32).

A baixa participação dos associados nas assembléias é condicionada pelo processo empregado pela cooperativa, em que a assinatura do termo de adesão configura-se como uma tomada de “consciência”. O associado fica “certificado”, por meio do acesso aos regulamentos, de que é uma cooperativa, sendo habilitado à participação no jogo democrático.

Com efeito, a ausência de membros na assembléia poderia, a princípio, significar que o associado não confere importância ao jogo democrático, dada a magnitude e o número de associados. Contudo, a política de manter um relacionamento com a cooperativa, embora não participando de assembléias, conforme salienta Desroche (1997, p. 31), pode indicar uma forma de sinalizar a aprovação ou desaprovação em relação às deliberações dos gestores, num voto de

fidelidade e confiança.

Nesse jogo, a cooperativa vem constituindo normas e regras por meio de instrumentos clássicos, como o estatuto social e o regimento interno, os quais regulam as relações na organização. Todavia, a instituição de um regulamento eleitoral, estabelecendo critérios para a eleição de membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, designado, em 2006, através da Assembléia Geral – órgão maior da cooperativa – atrelou a condição para ocupação de cargos a experiência ou qualificação profissional.

A legislação eleitoral implementada passou a admitir aos cargos somente candidatos com experiência comprovada em gestão financeira, ou dotado de nível educacional compatível com a função. A justificativa para tal argumento é colocada como uma regra imposta pelo Banco Central⁶⁸, denotando uma situação estipulada por um agente externo, a autoridade monetária, com diminuta liberdade de contraposição.

“A gente tem o estatuto. Desde que ele obedeça o estatuto, é um estatuto próprio, que é aberto para todos os sócios. Tem um regulamento eleitoral. Não foi criado pela gente, foi criado pelo Banco Central. O regulamento eleitoral foi criado para permitir a todo associado que ele venha a participar. Tem o regulamento de assembléia. Tem tudo regulamentado, porque aquela pessoa que tem interesse. Ele vai ler, ele vai tomar conhecimento e ele pode ser candidato, se lançar candidato” (Diretor CREDIPAJEÚ).

Procurou-se, assim, resguardar a cooperativa, diante da heterogeneidade do quadro social e da diversidade de interesses, pois a eleição de dirigentes veio restringir o exercício do poder daqueles que não atendessem a determinadas regras. Já que os dirigentes, além de serem responsáveis pela condução da política de concessão de recursos financeiros, são os mediadores com agentes externos – a exemplo da Central SICOOB Nordeste –, tal medida visou a uma maior credibilidade

⁶⁸ A resolução nº 3.091, de 28 de novembro de 2002, estabelece, no art. 4º, que “É também condição para o exercício dos cargos de conselheiro de administração, de diretor ou de sócio-gerente das instituições referidas no art. 1º possuir capacitação técnica compatível com as atribuições do cargo para o qual foi eleito ou nomeado”. No Parágrafo 1º, dispõe que a “A capacitação técnica de que trata o caput deve ser comprovada com base na formação acadêmica, experiência profissional ou em outros quesitos julgados relevantes, por intermédio de declaração, justificada e firmada pelas instituições referidas no art. 1º, submetida à avaliação do Banco Central do Brasil, concomitantemente aos correspondentes atos de eleição ou nomeação.”

externa, favorecendo, conseqüentemente, a captação de recursos financeiros.

Ainda que, através das normas, qualquer associado possa ocupar cargos de direção, deve-se atentar para determinadas regras, institucionalizadas, nas quais alguns associados, como os produtores rurais, apresentam condições limitadas para dirigir um empreendimento financeiro, embora se reconheça que eles são partes essenciais do significado da cooperativa. No entanto, ventila-se a possibilidade de, no futuro, seus descendentes poderem integrar o grupo de dirigentes, contudo, apenas se possuírem atributos para tal.

“Qualquer um, desde que esteja com suas obrigações perante a cooperativa em dia. Agora, o que acontece é que, em alguns casos, a lei eleitoral dá algumas exigências. Você tem de ter experiência em tal e tal. Porque, você sabe, não é querendo... Mas, você lutar com uma vaca, com um boi, com um cabrito, requer um nível de conhecimento, e muito de uma condição física, lógico. Muito embora, hoje, o homem do campo já é um homem que tá evoluindo e ele é muito bem informado. Mas, você também não pode chegar e fazer a leitura, a análise de um balancete, desse que Edmilson chega aqui. Se for ler a informação que ele deu, sendo um semi-analfabeto.... Agora, a essa altura, nós temos o zelo e dever de preparar o filho dele para no momento que ele tiver chegando aqui, o técnico... eita, uma pessoa com curso de agronomia, e venha junto conosco.... Porque nós não somos diretoria, nós estamos na diretoria. Estamos aqui de passagem. Para o ano tem assembléia e a assembléia vai eleger quem eles quiserem. E, até por uma questão de bom senso e de defesa dos princípios do cooperativismo, é bom que a gente já vá preparando outras pessoas pra nos substituir. Nós demos a nossa colaboração e esperamos que nossos filhos passem por aqui, mas, acima de tudo, que haja o princípio básico, que é o da democracia, que está dentro dos sete princípios do cooperativismo” (Diretor CREDIPAJEÚ).

A baixa freqüência de presença, na Assembléia Geral, embora representando apenas uma parte do pensamento dos associados, é encarada pelos dirigentes como um momento de escuta do associado. Figurando na posição de dono, assiste ao associado o direito de opinar, cabendo ao gestor ouvir; ainda que, por exemplo, não tenha tido acesso aos resultados do exercício com antecedência. Tais momentos são encarados como espaços de troca nos quais o dirigente, ao coletar as necessidades do cooperado, põem-nas em prática, no cotidiano da cooperativa, das “agências”, baseando-se em sua experiência.

“Elas nos dão muitos subsídios para que a gente possa tomar decisões ouvindo a eles. Até porque o cooperativismo também é democracia, é a participação de todos. Nós dizemos que eles são donos. Então, quem é dono, tem o direito de opinar em todos os aspectos. E, acima de tudo, nós temos que saber o mínimo. Quando nós estamos na assembléia com eles, é preciso que a gente fale menos e ouça mais, não é? Porque a sabedoria tá justamente aí. Porque o ponto de decisão da agência, as decisões são orientadas pela nossa experiência, mas, acima de tudo, têm que vir a

satisfazer os anseios deles. Acima de tudo, tem de fazer as necessidades deles. Nós somos assim, empregados deles, para fazer realmente o que eles querem” (Gerente CREDIPAJEÚ).

O jogo nos espaços de decisão compreende uma combinação de estratégias presenciais e não-presenciais, nas quais os gestores eleitos e contratados, embora não consigam ampliar a participação dos associados em esferas representativas, captem as necessidades dos mesmos em diversos momentos e as materializem em produtos e serviços. Ao lado da experiência profissional bancária, esse processo tem-se constituído no mote para a condução da cooperativa.

Não obstante a participação dos associados nos cargos seja limitada, tendendo a cristalizar a direção da cooperativa, a mesma resolução do Banco Central que estabelece condições mínimas para ocupar cargos de gestão, enfatiza que a reeleição seja limitada a apenas 1/3 dos membros do conselho administrativo e fiscal. Isso exige a preparação de associados para atuar em duas gestões consecutivas, ou mesmo, numa linha de ação no sentido de promover a rotação planejada de assentos em cargos diferentes da cooperativa.

A tentativa da realização de planejamento participativo, em momentos posteriores à fundação, representa um mecanismo para captar as necessidades dos associados, não apenas nas atividades agrícolas, mas também em relação ao conjunto de outras atividades. Através desse exercício, foram sendo construídos os mecanismos para que os associados pudessem “votar com os pés”, ou seja, não abandonando, ou reduzindo as transações realizadas com a cooperativa. Tal processo tornou-se mais sofisticado e complexo, à medida que incorporou agentes externos a essa atividade, trabalhando com técnicas de planejamento estratégico.

“Fizemos uma pesquisa com os nossos associados, juntamos com um banco de dados, aí veio o pessoal técnico. Ficamos dois dias em João Pessoa, todo o conselho de administração, os colaboradores, e montamos esse planejamento. Mas, exatamente em cima das idéias dadas pelos associados. O que eles detectaram como ponto fraco foram, exatamente, aquelas ações que devem melhorar para as ações que vamos realizar. Para que os pontos fracos venham a se tornar pontos fortes” (Diretor CREDIPAJEÚ).

A adoção de tais mecanismos cria um campo de informação e conhecimento, estabelecendo com maior clareza, para os gestores, os papéis a serem assumidos na condução da cooperativa, a partir de um mapeamento de situações interna e externa,

de modo a atender as principais necessidades dos associados.

Proporcionar qualidade de atendimento e de serviços, desenhados a partir dos pontos fortes e fracos levantados por grupos de associados, passa, então, a configurar o instrumento de decisão da cooperativa, sinalizando para os dirigentes eleitos e contratados a concordância ou discordância dos processos estabelecidos. A qualidade no serviço, entendida como um ato, um desempenho, uma ação, cujo nível de excelência é capaz de atingir as expectativas dos associados, passa a ser um indicativo, uma resposta, um instrumento de manifestação da aquiescência ou não aos processos e práticas da cooperativa.

4.6. ESTRATÉGIAS DE FIDELIZAÇÃO

A inserção da cooperativa no espaço financeiro local consistiu em um processo através do qual se buscou estabelecer diferenciais sociais em relação aos agentes bancários atuantes localmente, não apenas realçando aspectos de natureza econômica, mas também calcados na territorialidade e nas relações interpessoais. Para isso, evocaram-se vários atributos das cooperativas no intuito de denotar a singularidade de pertencer às mesmas, como a possibilidade de integrar um grupo diferencial, realizar operações de depósito e poupança e adquirir serviços e produtos das cooperativas.

O primeiro aspecto consiste em estabelecer a imagem da cooperativa enquanto instituição financeira com custos diferenciais, enaltecendo as vantagens decorrentes da utilização de seus produtos e serviços, com baixo custo e taxas menores. Porém, para obter tais benefícios deve-se fazer parte dessa organização, integrando o seu quadro social.

A cooperativa, nessa perspectiva, associa a imagem do cooperado ao dono, ao proprietário de uma instituição financeira. O status de pertencer a um grupo distinto, que detém o controle sobre o movimento financeiro do município, do território, representa uma concepção fortemente arraigada e difundida na organização, de modo que, na condição de dono, subentende-se o seu direito à participação nos resultados ao final do exercício.

Há um esforço para distinguir o associado de um cliente, no sentido de

colocar o cooperado não apenas na posição de associado, mas, elevando-o à condição de co-proprietário, forma através da qual se estabelece, concomitantemente, um diferencial e uma posição de superioridade, tanto interna como externa. No âmbito interno, definem-se os campos em que se situam os funcionários e gestores em relação aos associados, de modo que os esforços empreendidos devem ser os maiores, a fim de prover um atendimento que satisfaça as necessidades tangíveis e intangíveis do serviço financeiro, proporcionando retorno ao final do exercício.

Outro aspecto realçado pela organização, quanto à distinção em relação à concorrência, é que os dirigentes e associados pertencem à mesma comunidade, compartilhando os seus espaços locais. A feira, a missa e o futebol, por exemplo, são pontos de encontro, de convivência entre associados e dirigentes, cujos espaços servem para ampliar o conhecimento e a inserção da cooperativa, simbolizados na figura dos dirigentes.

“O produtor, o homem mais simples da cidade do interior, quer o contato, quer o calor humano, a conversa, né? Aquele que você encontra e diz: ‘ô, rapaz, como vai, que dia vai lá na cooperativa?’ Ele gosta disso! Você encontra ele na feira. Você encontra ele na missa no domingo. Você encontra ele no campo de futebol. Encontra num barzinho, na sexta-feira à noite, não é? Comemorando a vitória do Sport e a derrota do Náutico” (Diretor CREDIPAJEÚ).

Como a cooperativa está presente em vários municípios, tal tarefa é delegada aos dirigentes contratados e funcionários, recrutados dentre as pessoas desses espaços. Contudo, essa estratégia se assemelha àquelas levadas adiante pelos agentes financeiros, quando atuam diretamente, através de uma agência bancária, ou através dos correspondentes bancários.

O apelo à canalização de depósitos locais, na própria comunidade, representa um outro atributo, evocado pelos dirigentes da cooperativa para captação de recursos locais. O discurso de que os recursos aplicados na cooperativa, investindo nas necessidades locais, em detrimento das organizações bancárias tradicionais, as quais efetuam transferências de recursos de retorno mais acentuado para localidades de maior dinamismo, representa uma bandeira sob a qual se assenta o terceiro atributo da cooperativa.

“Por exemplo, nós temos os depósitos, hoje, que estão em dois milhões e qualquer coisa. Todos os recursos são aplicados para eles. Então, esse é o diferencial. E o associado é consciente disso. Então, hoje ele quer o bem da região, o

desenvolvimento da sua cidade, da sua terra, ele pensa duas vezes quando vai fazer uma poupança, se vai, embora tenha uma segurança da Caixa econômica ou do Banco do Brasil. Mas, a Caixa capta recursos na comunidade e pela facilidade e articulação de aplicar em outras regiões mais desenvolvidas. Por exemplo, na área imobiliária, ele vai construir casas populares para financiar em São José do Egito, embora não deixe de fazer como exigência do governo, mas, comercialmente, ele vai fazer um edifício em Boa Viagem, onde vende com maior margem de lucro às pessoas que têm de alta renda, têm mais condições de pagar com mais tranquilidade para retornar o dinheiro” (Diretor CREDIPAJEÚ).

Porém, deve-se considerar o fato de, em virtude de a cooperativa atuar captando recursos em vários municípios através dos PACs, haver uma dificuldade para equalizar o total captado com o emprestado, segundo as localidades em que estão inseridas. Busca-se atrelar, vincular a imagem da cooperativa a um contexto local, e sua capacidade de colocar-se diante de um interesse difuso dos agentes bancários, os quais têm um olhar múltiplo voltado para outros espaços que não o local.

4.7. O TRABALHO NA COOPERATIVA

Atualmente, a cooperativa conta com 18 funcionários associados, distribuídos em 05 unidades de atendimento, dentre os quais, os 05 primeiros, que iniciaram as atividades da cooperativa, ainda permanecem ocupando seus postos, nas mesmas posições.

Como a função básica dos funcionários é a prestação de serviços, vislumbrando-se a ação e os resultados, houve uma preocupação constante em dotá-los de habilidades e competências para realizar as tarefas de atendimento e controle, desde o início da cooperativa. Em face da necessidade de conhecimento específico acerca das tarefas operacionais, esse processo ocorreu por meio de uma troca, de um intercâmbio com outras cooperativas.

“Então a gente pegou como referência a cooperativa do Rio Grande do Norte (como referência) até para fazer o treinamento dos funcionários em Currais Novos. Já existia uma cooperativa lá, que vinha dando certo. Na época, era 11 anos que ela existia, então, todos os funcionários foram para lá. A princípio, foram 05 funcionários contratados: um gerente, um auxiliar contábil, dois caixas e um atendente. Passamos duas semanas pegando informação. Era um mundo muito novo. A gente tinha noção assim: trabalhava em uma empresa, débito e crédito, mas muito vago” (Gerente CREDIPAJEÚ).

Para a prestação desse serviço, embora continue a não se exigir experiência anterior na atividade, o ingresso é condicionado a uma escolaridade mínima – nível médio –, ofertando-se uma faixa salarial equivalente a dos bancos da iniciativa privada, a qual é superior ao patamar dos estabelecimentos de outras atividades locais.

A política da cooperativa para os seus funcionários compreende ações de qualificação técnica formal, através do financiamento de cursos de graduação para os mesmos, à semelhança da política que ocorre em algumas grandes corporações do sistema financeiro. A intenção é proporcionar condições para que esses funcionários desenvolvam habilidades e competências para prestação dos serviços com qualidade, favorecendo a obtenção de melhores resultados pela cooperativa.

‘Nós estamos constantemente, também, investindo nos recursos humanos, que é um dos maiores patrimônios que uma empresa que pensa no futuro tem: o quadro de colaboradores. Aqueles que não tinham, ainda estão fazendo curso superior. Para isso, foi aprovada no conselho uma bolsa de estudo. A cooperativa paga a metade dos custos com o curso, desses estudos. E os colaboradores custeiam a outra parte’
(Diretor CREDIPAJEÚ).

Tal prática, provida com recursos próprios, somente tornou-se possível na proporção em que ocorreram sobras, destinando um percentual destas ao FATES – Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social. Como a cooperativa apresenta um contingente muito grande de associados, o financiamento a determinados grupos acabaria por criar campos de tensão. Assim, o direcionamento de tais recursos aos funcionários, na condição de associados, em tese, proporcionaria um retorno a todo o conjunto de associados. A construção do conhecimento dos associados representou um grande investimento, de modo que a retenção desse quadro e a sua motivação podem ser reforçadas pela possibilidade de participação como associado na cooperativa, embora com direitos limitados.

4.8. CONTRIBUIÇÕES AO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Dentre os dirigentes e funcionários há uma ênfase às contribuições da cooperativa em relação à questão da sua movimentação financeira, enquanto agente

que pode dinamizar as atividades locais.

O apoio às iniciativas produtivas de caráter coletivo, como as associações de produtores rurais, ou individuais, representa um aspecto ressaltado pelos dirigentes. E a presença da cooperativa, através de um ponto de atendimento, em municípios onde não havia agência bancária, representa outra contribuição, segundo os gestores.

Atuando não apenas no contexto de produtores isolados, mas a partir de uma combinação com organizações de produtores, a cooperativa assumiu uma posição de destaque enquanto agente financeiro local, através de recursos próprios ou captando recursos de agentes bancários privados, para investimento local. Ao arrecadar, em 2006, quase R\$ 900 mil do BANCOOB para empréstimos locais, destinando cerca de 20% para o crédito agrícola, a cooperativa assume uma posição complementar de financiamento aos recursos do crédito agrícola de agentes financeiros tradicionais.

“O impacto é bastante grande. Poderíamos citar lá, em Ouro Velho, que tem a Associação de Leite. Foi praticamente nós que financiamos tudo, a aquisição de vacas, e o sucesso foi total. O pessoal está lucrando e nós também. Mas o principal é que os associados, os donos da cooperativa, estão se beneficiando” (Presidente CREDIPAJEÚ).

Todavia, é no montante negociado e nos resultados operacionais alcançados que se assenta o principal impacto da cooperativa. Isso porque, considerando a movimentação bancária na maioria dos municípios do Pajeú e do Cariri, o montante transacionado pela cooperativa, mensalmente, supera todo o somatório das movimentações municipais. Ao considerar o município de Tuparetama, por exemplo, a movimentação de operações de crédito, em 2006, alcançou pouco mais de R\$ 2 milhões, ao passo que a movimentação da cooperativa é bastante superior.

“Nós temos, na região, na área de atuação da cooperativa, cerca de três milhões e cinqüenta mil investidos aqui. Quer dizer, todo o dinheiro que os associados depositam aqui, é revertido aqui. Não sai nada daqui. Três milhões investidos aqui. Dinheiro dos sócios” (Funcionário CREDIPAJEÚ).

Não obstante a movimentação de a cooperativa consistir num agregado dos vários postos de atendimento, constata-se que o volume transacionado pela cooperativa representa uma importância significativa ante a dinâmica financeira da região. Os resultados dessas operações vêm contribuindo para ampliar o patrimônio líquido da cooperativa. Quando tomados os recursos depositados e transacionados

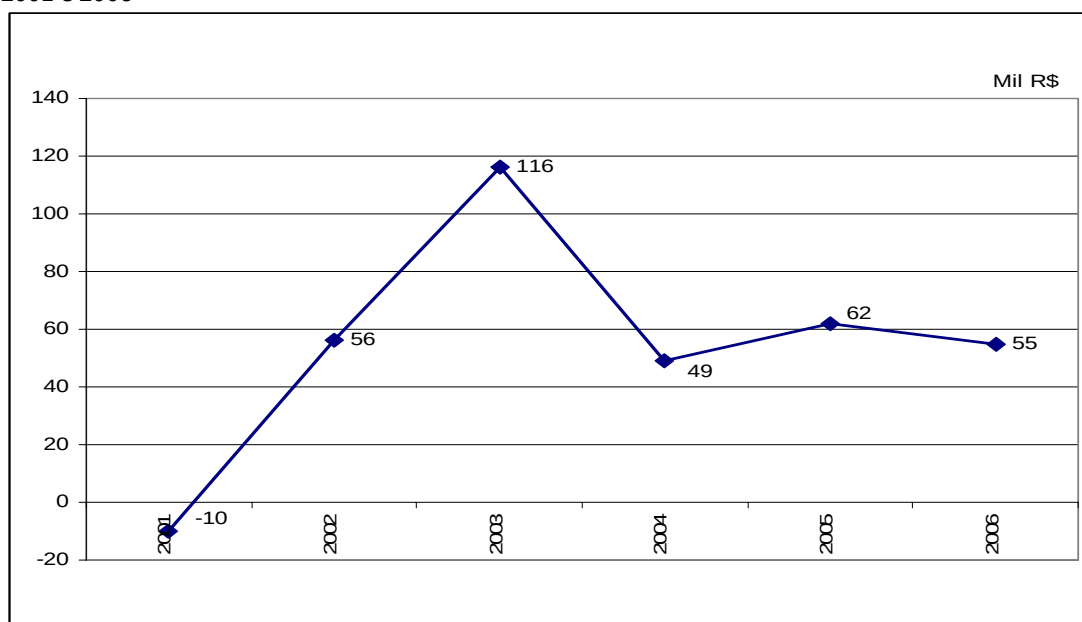
em cidades como São José do Egito, constata-se que a cooperativa realiza quase 10% do total de empréstimos realizados no sistema financeiro local. Também é na cooperativa que estão depositados quase 10% do total da poupança efetuada nesse município (Apêndice C – Quadros 3 e 4).

Na mesma direção, a cooperativa apresenta um diferencial de distribuição de sobras líquidas entre os associados, contrastando com a introdução de novas práticas, em relação às instituições financeiras tradicionais que atuam localmente. Concomitantemente, tais resultados apresentam um diferencial no que diz respeito à imagem das cooperativas, até então, sinônimo de insucesso e de engodo. As sobras alcançadas, em 2003, de quase R\$ 116 mil, e as dos anos subseqüentes – R\$ 49 mil, em 2004; R\$ 62 mil, em 2005; e R\$ 55 mil, em 2006 –, além de serem rateadas entre os associados, contribuíram para que fundos de reserva e o FATES tivessem fluxo contínuo, iniciando um processo endógeno de financiamento de ações locais (Gráfico 10).

O processo de crescimento permitiu ainda a cooperativa ampliar o patrimônio. Em 2000 e 2001, o patrimônio líquido teve um acréscimo de 67%, passando de R\$ 62 mil para R\$ 104 mil. No período de maior crescimento de associados, entre 2003 e 2005, o patrimônio líquido teve um acréscimo de 189,7%, indo de, aproximadamente, R\$ 109 mil para R\$ 272 mil. Em 2006, o patrimônio líquido da cooperativa era de R\$ 794 mil, ultrapassando, em 2007, a marca de R\$ 1.053 mil.

A geração de empregos locais, a formação de quadro profissional consiste em uma outra contribuição. Dentro de uma perspectiva social e comunitária, destaca-se o apoio as atividades esportiva e cultural, aspecto ressaltado pelos dirigentes da cooperativa, a exemplo de criação da escola de teatro, voltada para grupos de não-associados e eventos esportivos. Tais atividades apoiadas pela cooperativa imprimem uma nova dinâmica municipal, com o diferencial de serem custeados a partir de recursos próprios. Essas ações representam um esforço para consolidação da imagem da cooperativa no contexto local. Ao mesmo tempo representa um fato novo, visto que a comunidade local encontra formas de autofinanciamento também para outras atividades.

Gráfico 10 – Evolução dos resultados financeiros (sobras/prejuízos) na CREDIPAJEÚ entre 2001 e 2006



Fonte: CREDIPAJEÚ, 2007.

As parcerias empreendidas com entidades representativas do cooperativismo, como OCB/SESCOOP, para capacitar professores das escolas públicas municipais, além da promoção de eventos e seminários envolvendo alunos de escolas públicas, sinalizam um esforço no sentido de constituir uma nova dinâmica no contexto local.

4.9. OS DESAFIOS COOPERATIVOS

Com o intuito de abrir novos postos de atendimento cooperativo em municípios da área de abrangência, a cooperativa avança para um modelo de ampliação do quadro social, no qual a prestação de serviços financeiros torna-se mais abrangente. Mesmo que, ao incorporar uma diversidade de público, favoreça a engenharia para a viabilização e sustentabilidade dos postos de atendimento, essa estratégia carrega o desafio de equacionar a questão da informação, dos controles, e da participação dos associados. Em maior proporção, e mais dispersas, as assembléias com uma presença expressiva de associados tornam-se cada vez menos prováveis.

Disponibilizar serviços financeiros, inclusive a não-associados, consiste em

uma realidade, de modo que esse processo, também disponibilizado pelos correspondentes bancários, representa uma prática empregada pela cooperativa a fim de alcançar resultados positivos. Como tais operações não são realizadas por associados, a contabilização dos resultados positivos servirá para dar lastro à cooperativa, ampliando o fundo de reserva e o seu patrimônio, ao mesmo tempo em que permite maior capacidade de captar recursos no mercado financeiro, para o financiamento das atividades locais. Esse movimento resulta na necessidade de maior profissionalização do quadro de dirigentes eleitos e contratados, bem como dos funcionários, de modo que a incorporação de mecanismos e práticas bancárias configure referenciais utilizados com maior intensidade.

A utilização de garantias reais na cessão de empréstimos, embora seja um limite à ampliação de operações para um contingente da população local, favorece a manutenção de risco e de taxas consideradas atraentes, o que garante a permanência do cooperado na cooperativa. Tal prática permite a realimentação de um ciclo virtuoso, de depósitos e de resultados positivos, revertidos no próprio território, embora contemple, preferencialmente, aqueles que dispõem de condições mínimas para operar com a cooperativa.

Muito embora a cooperativa tenha proporcionado ampliação do acesso aos serviços financeiros em alguns municípios, um outro projeto cooperativo é constituído na região, voltado para atender aqueles que ainda se encontram distantes do crédito do sistema financeiro formal. De que maneira ela se aproxima ou se diferencia nos seus aportes ao desenvolvimento local? Este é o desafio enfrentado no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 5

5. A ECOSOL PAJEÚ: UMA NOVA PROPOSTA

A Cooperativa de Crédito Rural de Economia Solidária do Pajeú – ECOSOL, constituída no município de Tabira em 07 de janeiro de 2002, representa a segunda iniciativa desse tipo na região. A primeira ocorreu no município vizinho, São José do Egito, dois anos antes. Gerada no seio do movimento sindical rural, a ECOSOL-Pajeú desponta como uma alternativa de apoio aos agricultores de base familiar, servindo de influência e estímulo a novas iniciativas do gênero em Pernambuco.

A imbricação entre sindicalismo rural e cooperativismo no Pajeú remonta a década de 1960, sob os auspícios da Igreja e de entidades internacionais, dentro do programa do Governo americano “Aliança para o Progresso”. O cooperativismo e a economia social consistiam em propostas colocadas em evidência para proporcionar melhores condições de vida aos trabalhadores rurais, tendo apoio do Estado. Nessa direção, as ações levadas adiante pelos sindicatos resultaram na criação de 17 cooperativas em vários pontos do estado de Pernambuco.

Com relação à região do Pajeú, as cooperativas surgiram logo após a fundação dos sindicatos de trabalhadores rurais nos municípios de Tabira, Afogados da Ingazeira e São José do Egito⁶⁹. Direcionadas à atuação da comercialização de alimentos e insumos agrícolas, em 1965, as cooperativas chegaram a aglutinar um grande contingente de associados⁷⁰.

Essas cooperativas receberam o aporte de recursos financeiros de órgãos internacionais visando tanto sua estruturação, como o custeio de despesas correntes nos anos iniciais⁷¹. No caso da cooperativa de Afogados da Ingazeira, essa

⁶⁹ O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Afogados da Ingazeira foi o primeiro a ser constituído, em 26 de junho de 1963. No mês seguinte, em 07 de julho de 1963, foi fundado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José do Egito, e no dia 29 do mesmo mês, o Sindicato dos Trabalhadores de Tabira.

⁷⁰ Relatos dos dirigentes sindicais ligados à Federação dos Trabalhadores do Estado de Pernambuco-FETAPE dão conta que a cooperativa de Tabira chegou a contar com quase 500 associados, enquanto que a de Afogados da Ingazeira tinha aproximadamente 1.000 sócios.

⁷¹ O financiamento dessas ações, segundo os dirigentes sindicais entrevistados, era proveniente da “Credit Union National Association - C.U.N.A.”. A princípio, a C.U.N.A. - entidade central das cooperativas de crédito dos Estados Unidos, constituída em 1934 - tinha o propósito de formar

experiência evoluiu e adquiriu um lugar de destaque na coordenação de atividades relacionadas a sistemas agroindustriais regionais. A direção da mesma, a cargo de dirigentes do movimento sindical, empreendeu um processo de aperfeiçoamento do quadro de funcionários através de intercâmbios com entidades governamentais e não-governamentais. Ao atuar como integrada à agroindústria do algodão e do tomate, essa cooperativa ocupou uma posição relevante na comercialização e financiamento da produção local.

No entanto, a transferência da disputa político-partidária local para dentro da cooperativa, associada à crise de produções tradicionais – como algodão e sisal – e agroindustriais – tomate –, ao longo da década de 1980, provocou uma profunda crise. Assim, o cooperativismo cede espaço para uma nova forma de organização social, as associações. Impulsionado por programas especiais do governo de “luta contra a seca”⁷², pela Igreja, através das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, e entidades não-governamentais, esse novo tipo de organização proliferou, a partir da década de 1980, nos sítios, distritos e comunidades, sobrepondo, ou justapondo, outras espécies de organização social - formais ou não – existentes anteriormente.

As associações, fomentadas por atores externos, surgiram no intuito de facilitar ao pequeno produtor rural o acesso aos financiamentos e gerir investimentos

profissionais para gerenciarem as cooperativas, bem como assegurar serviços de proteção aos empréstimos efetuados pelos associados. Posteriormente, em 1954, a C.U.N.A. desenvolveu um departamento de extensão mundial, o qual tinha o propósito de promover a organização de cooperativas de crédito em diversas partes do mundo. Esta proposta se inseriu no esteio de ações da “Aliança para o Progresso”, do Presidente John F. Kennedy que, através de ajuda financeira e técnica, buscava se contrapor à vertente socialista revolucionária que se propagava na América Latina, na década de 1960, através de um modelo de transformação social desenvolvimentista, como estratégia para incrementar o bem estar social dos países subdesenvolvidos. A C.U.N.A. tanto financiou cooperativas, como apoiou a formação e o intercâmbio de lideranças locais, inclusive clérigos da Igreja Católica, em congressos e visitas a entidades cooperativas de crédito na América, onde a experiência canadense de cooperativismo serviu de referencial neste processo. Com isto ocorreu um estreitamento de relações para aproximação e desenvolvimento do cooperativismo de crédito em áreas pobres, como na Colômbia (FISCHER, 2000; PARRA, 2002; BUCHELI, 2006) e no Brasil (SCHNEIDER E LAUSCHNER, 1989). A luta ideológica travada na década de 1960 resvalou, dessa forma, também para as cooperativas de crédito, de tal forma que em 1967 foi constituída a C.U.N.A. International para estreitar relações entre as federações de cooperativas de crédito dos Estados Unidos, Canadá e outros países. Com a expansão do modelo americano de crédito em diversos países, ocorreu a transformação da C.U.N.A. em 1970, na World Council of Credit Union – WOCCU, de forma que foram estruturadas várias confederações de cooperativas de crédito para a África, Ásia, Caribe, Estados Unidos e América Latina, como a Confederação Latino-Americana das Cooperativas de Economia e Crédito – COLAC.

⁷² Há um conjunto de programas levados adiante pela SUDENE, a partir da década de 1980, apoiados pelo Banco Mundial, como o Polonordeste, Projeto São Vicente, Projeto Sertanejo e Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (SABOURIN, 2002).

e equipamentos coletivos (SABOURIN, 2002). Todavia, mesmo com essa sistemática, não foram suficientes para atenuar as sucessivas crises na economia regional – nos anos de 1993 e 1998. Nos períodos referidos, devido às estiagens, houve uma significativa redução de ativos dos agricultores do Pajeú, em particular dos pequenos⁷³, e, conseqüentemente, a diminuição de transações comerciais relevantes para alguns municípios, como a Feira de Gado do município de Tabira, a segunda maior do estado.

Tais fenômenos reforçaram iniciativas relacionadas ao semi-árido, levadas adiante por entidades governamentais junto às associações locais, com o apoio da Cáritas Brasileira e da Fundação Luterana de Diaconia. A utilização de tecnologias alternativas, consorciadas a mecanismos de financiamento baseados em crédito rotativo e propostas de comercialização direta da produção nos mercados locais e regionais, sucederam-se em diversas comunidades rurais e suas associações.

O movimento sindical rural⁷⁴ dos municípios do Pajeú abraçou tal iniciativa no decurso da década de 1990, e, paralelamente ao processo de descentralização e municipalização de serviços de extensão, empreendeu ações que transcendem a esfera política.

O Programa Parceiros da Terra⁷⁵, voltado para favorecer a inserção produtiva de agricultores em municípios do Pajeú, como Afogados da Ingazeira, Flores, Triunfo, São José do Egito e Tabira, consistiu em uma ação direcionada à construção

⁷³ O rebanho bovino regional que, em 1990, era de quase 162 mil cabeças, foi reduzido em 76%, em 1993. Embora tenha alcançado, em 1996, os mesmos níveis de 1990, em 1998 voltou a sofrer uma nova redução de 46%, somente alcançando os mesmos níveis de 1990 no ano de 2006. Fenômeno similar ocorreu com os rebanhos caprinos (IBGE, 2007).

⁷⁴ Decerto que a própria revisão do papel dos sindicatos, no sentido de solucionar a questão do trabalho e do emprego na sociedade brasileira, após a crise de 1970, tem sua influência nesse contexto. As experiências alternativas levadas adiante pelo movimento sindical do ABC paulista, que suscitaram a transformação de empresas em estágio falimentar ou em crise, na década de 1980, em empresas de produção coletiva – cujo exemplo de Mandragón, na Espanha, consistia no modelo inspirador –, associadas às propostas dos assentamentos do sudeste do país pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - MST, de construção de cooperativas de produção, comercialização e de crédito constituem-se em marcos desse processo, de imbricação do ideário cooperativista ao sindicalista (SINGER, 2002; PARRA, 2003).

⁷⁵ O Programa Parceiros da Terra constitui uma iniciativa para fornecimento de serviços da Assistência Técnica e Extensão Rural-ATER desenvolvida pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco-FETAPE. Para tanto, a FETAPE, com o apoio financeiro do MDA e o IICA, desenvolveu um arranjo institucional para prestação de serviço de ATER em 10 municípios de Pernambuco, envolvendo os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, além das ONGs Centro Sabiá, Assocene, Diaconia, Serta, Cedor, Amatur e AMA; as cooperativas de trabalho Copagel e Recat; a Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE (MUCHAGATA, 2003).

de uma rede de serviços para os agricultores familiares locais, a partir da capacitação de membros das localidades, centrando-se em métodos de convivência com o semi-árido (MUCHAGATA, 2003, p. 28). Contudo, tal iniciativa ainda carecia de crédito, de modo a permitir ao produtor acesso a recursos para investimento e custeio de atividades.

O crédito rural, inclusive os recursos do Programa Nacional da Agricultura Familiar-PRONAF, permaneceu restrito e extremamente moroso, reduzindo-se o montante disponibilizado para os municípios do Pajeú, entre 1999 e 2001. Considerando-se que nos 17 municípios da microrregião há um total de aproximadamente 25 mil estabelecimentos com tamanho abaixo de 20 hectares, segundo o INCRA (2007), foram efetuados, em 1999, apenas 2.379 contratos de crédito rural; ou seja, menos de 10% do total de estabelecimentos, tendo sido disponibilizado um montante de R\$ 9.710.261,46, de acordo com o Banco Central (2007b).

No ano seguinte, o total de operações diminuiu em torno de 16%, baixando para 2.000 contratos, com uma redução do valor para R\$ 7.105.310,67, quase 27%. Em 2001, verificou-se uma diminuição ainda maior. Em relação a 1999, houve um decréscimo de 48,5% nas operações, sendo celebrados apenas 1.225 contratos, enquanto o valor liberado foi reduzido em 58,7%, equivalente a R\$ 4.008.361,48. Conforme os dados do Banco Central, tem-se uma diminuição do número de contratos e de valores liberados para investimento ou custeio do crédito rural, com uma grande intensidade em alguns municípios, como Tabira, cujos contratos de crédito rural, entre 1990 e 2001, tiveram uma redução de 84% (Apêndice C – Quadro 5).

Não obstante tenham ocorrido alguns avanços com a introdução de fundos rotativos solidários em diversas associações locais, estes não eram suficientes para atender a todos os membros de uma associação. Ademais, os problemas de gestão em alguns desses fundos, relatados por dirigentes sindicais, faziam com que parte dessas iniciativas não fosse levada adiante.

Nesse contexto, a proposta de criação de uma cooperativa de crédito tornou-se uma bandeira de campanha sindical, em Tabira, no início da década de 2000, influenciando o direcionamento da Agência de Desenvolvimento Solidário – ADS,

vinculada à Central Única dos Trabalhadores - CUT, para incluir a região no processo de instalação de complexos cooperativos⁷⁶, a partir de 2001.

O Pajeú era tido como a região de menor potencialidade, ante os dois espaços selecionados no estado de Pernambuco: um no pólo sindical do São Francisco, na área de fruticultura irrigada, e outro na zona da mata pernambucana, em função da existência de uma empresa autogestionária sulcroatcooleira, a Usina Catende / Harmonia.

Porém, foi no Pajeú que a iniciativa da ADS foi além do Plano de Negócio dos Empreendimentos Econômicos Solidários⁷⁷, etapa preliminar do complexo cooperativo. As discussões levadas adiante, em Tabira, envolveram integrantes do movimento sindical de Afogados da Ingazeira, Tabira e São José do Egito, além das diversas associações rurais existentes⁷⁸ no município e membros de entidades governamentais e não-governamentais.

Sob o enfoque dos membros mais antigos, que participaram da criação dos sindicatos rurais, na década de 1960, essa iniciativa representa a retomada de um projeto interrompido no passado, agora aperfeiçoado. Para os mais jovens, egressos do Programa Parceiros da Terra, focados no ideário da economia solidária, essa proposta significa um projeto alternativo, através do qual torna-se possível viabilizar a agricultura familiar regional e ações engendradas nos serviços de ATER, em alguns dos municípios do semi-árido.

Contudo, o alinhamento de tendências políticas sindicais com as propostas do projeto, segundo os dirigentes, consistiu em um ponto fundamental para a criação de bases favoráveis ao andamento dessa ação no Pajeú. Mesmo com a deliberação de

⁷⁶ A definição de complexos cooperativos é a de “concentrações locais de empreendimentos econômicos solidários, com especialização setorial, que atuam em estreita cooperação entre si, segundo princípios da economia solidária e articulados ao desenvolvimento local, que garantem a sua sustentabilidade, autonomia e capacidade de inovação endógenas”. (AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO, 2006a, p.3). A concepção desse complexo previa o desenvolvido em três etapas, onde a segunda etapa seria o fomento às atividades produtivas e a terceira envolveria o crédito.

⁷⁷ Esse plano consistia em uma proposta que visava estabelecer um mapeamento da organização social local, respaldando a elaboração e discussão de projetos de desenvolvimento local, articuladas com sindicatos, igrejas, movimentos sociais, Ongs, universidades, associações, de modo que a proposta deveria ser “construída e administrada coletivamente, com avaliações periódicas e prestação de contas para a comunidade” (AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO, 2006a, p. 3).

⁷⁸ De acordo com Jesus, Soares e Silva (2001), em Tabira, no ano 2000, dentre outras organizações de caráter econômico e de apoio às iniciativas populares, havia ainda 36 associações rurais, 2 associações urbanas, 4 pastorais católicas, 1 associação de poetas e prosadores, 1 associação de estudantes universitários e 2 grêmios estudantis.

que tal complexo deveria promover sistemas agroalimentares, como a caprino-ovinocultura e a apicultura, ante a organização da atividade financeira através das cooperativas de crédito⁷⁹, procedeu-se o contrário. As justificativas apontadas foram o baixo volume de produção, a dispersão espacial das atividades, as experiências anteriores de cooperativas agropecuárias, aliadas à necessidade de se materializar uma ação concreta em face das proximidades das eleições para o Poder Executivo, em 2002.

Destarte, articularam-se reuniões e oficinas de capacitação envolvendo lideranças sindicais, priorizando-se aquelas que tivessem capacidade de leitura e escrita, as quais assumiriam a função de multiplicador. Articulou-se, ainda, um intercâmbio com essas lideranças através de visita a cooperativas do sistema Cresol. Findo esse processo, as lideranças envolvidas firmaram uma aliança entre os diversos movimentos associativos comunitários rurais dos municípios, dos quais também faziam parte, e nos quais muitos operavam fundos de crédito rotativo.

A estratégia utilizada pelos técnicos da ADS para sensibilizar as lideranças foi a visitação às comunidades dos três municípios - Afogados da Ingazeira, Tabira e São José do Egito - de modo particular, aquelas que possuíam maior relação com as instituições sindicais ou associativas representadas pelas lideranças nos grupos iniciais.

A meta, inicialmente traçada, a ser atingida em cada município, era sensibilizar 800 pessoas em reuniões nas comunidades, tendo São José do Egito alcançado 1.200 pessoas. Inicialmente, procurava-se enaltecer e esclarecer acerca do cooperativismo de crédito, entretanto, ao final de cada visita, submetia-se à avaliação a proposta da cooperativa de crédito, a qual, usualmente, era convalidada pelos presentes. Então, perguntava-se ao grupo se havia algum interesse em “fundar uma cooperativa de crédito”. Desse modo, vislumbrava-se preparar uma base de potenciais cooperados para aderirem à cooperativa de crédito, apresentando-se a proposta.

⁷⁹ Para a ADS, essas cooperativas de crédito possibilitavam “a organização de um consistente sistema de economia e crédito cooperativo que redesenhe o sistema financeiro em prol das necessidades dos trabalhadores e de seus empreendimentos. A constituição de cooperativas de crédito deve estar orientada pelo projeto de desenvolvimento local e, quando possível, também articulada a um projeto de complexo cooperativo, de forma a compor parte no quadro organizacional promotor do desenvolvimento.” (ADS, 2006a, p.3-4).

O pré-lançamento da cooperativa de crédito, em 03 de setembro de 2001, marcado pela visita do então candidato, Luis Inácio “Lula” da Silva, à Presidência da República⁸⁰, consistiu em um evento que veio a reforçar esse projeto no seio do movimento sindical.

“Em 2001, nós tivemos o lançamento da cooperativa de crédito aqui, no Pajeú, se não me engano foi 2001. E o Presidente Lula (então candidato), inclusive, na época da caravana, das caravanas da cidadania, teve aqui fazendo o lançamento da proposta da cooperativa de crédito. Inclusive prometeu de voltar. E a gente tá cobrando para ver se acontece. Mas a gente sabe que é muito difícil acontecer. Uma coisa foi naquele tempo...” (Diretor ECOSOL).

Mesmo com o envolvimento de um grande número de pessoas, demonstrando simpatia à proposta, nessa etapa de sensibilização e mobilização, na constituição da cooperativa, apenas um número restrito de associados foi engajado, basicamente lideranças envolvidas no processo. Os motivos apontados são vários.

Uma parte dos dirigentes ressalta a falta de experiência em práticas do cooperativismo de crédito, fato que prescindia cautela nas ações iniciais. As exigências do Banco Central em relação ao cadastro dos associados, os quais deveriam possuir uma ficha cadastral sem restrições, influenciaram significativamente o baixo número inicial de associados. Outros dirigentes acentuam que a pequena credibilidade das cooperativas em função dos problemas evidenciados por outras iniciativas na região, comprometeu a adesão.

Confiar a uma cooperativa a tarefa de “mexer com o dinheiro” representava o maior desafio, opinião compartilhada por todos os dirigentes, suscitando ceticismo dentro do próprio movimento sindical local. Isso se dava em virtude da falta de experiência dos principais envolvidos com a proposta, jovens oriundos do Programa Parceiros da Terra. A descrença era compartilhada por lideranças municipais, como o prefeito que, segundo um dirigente da cooperativa, classificava a iniciativa como sendo “*um monte de doido querendo pegar o dinheiro dos trabalhadores e emprestar*”.

A abertura da cooperativa de crédito só ocorreu após quase nove meses da sua

⁸⁰ Tal evento consistia em uma ação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em uma caravana denominada de ‘O Nordeste quer dignidade’, dentro dos mesmos moldes da Caravana da Cidadania. Iniciada em 02 de setembro de 2001, ocorreram visitas aos municípios de Petrolina-PE, Juazeiro-BA, Afogados da Ingazeira-PE e Tabira-PE (JORNAL DO BRASIL, 2001).

constituição, em 28 de setembro de 2002. “Uma gestação”, na opinião da presidente da cooperativa, que somente veio a termo devido ao suporte de entidades como o Projeto Dom Hélder Câmara, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, a ADS e os sindicatos rurais.

Decerto, a revisão do regulamento, que disciplina a constituição e o funcionamento das cooperativas de crédito pelo Banco Central (Resolução 2.771 de 30 de agosto de 2000), permitiu que o empreendimento pudesse ser formalizado dentro de ambos os contextos apresentados (PINHEIRO, 2006). A diminuição da exigência do capital integralizado, no momento da sua constituição, para as cooperativas singulares, de R\$ 50.000,00 para R\$ 4.500,00⁸¹, possibilitou a superação de óbices iniciais decorrentes do pequeno número de associados. Assim, com 35 associados que subscreveram esse montante mínimo, a cooperativa iniciou suas atividades.

5.1. O FOCO NA AGRICULTURA FAMILIAR

A ECOSOL-Pajeú foi concebida como uma cooperativa rural, voltada para os agricultores familiares. No entanto, esta categoria, agricultura familiar, expressa uma generalização e, como destaca Wanderley (1999, p.25), retrata uma diversidade de formas sociais resultantes da combinação entre “*propriedade e trabalho*” no contexto espaço-temporal. Assim, como há uma diversidade de associados agricultores familiares no movimento sindical rural, berço dessa proposta, uma situação semelhante apresenta-se na cooperativa. Em virtude de estarem inseridos nessa categoria, de cooperativa rural, todos os potenciais associados devem apresentar vínculo formal com a terra, de posse ou propriedade, consistindo-se numa condição *sine qua non* para integrar o quadro de associados.

A composição do quadro social foi moldada dentro dessa diversidade, não havendo distinção em relação à localização de residência do associado – “no campo ou na cidade” –, uma vez que, segundo os dirigentes, há “muita gente morando na

⁸¹ Para cooperativas vinculadas à Central, o valor é de R\$ 3.000,00. Todavia, há uma necessidade de apresentar, após três anos de funcionamento, um Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) no montante de R\$30.000,00 e de R\$60.000,00, após cinco anos da data de fundação. Para cooperativas não-vinculadas à Central, esse valor é de R\$ 43.000,00 no terceiro ano e de R\$ 86.000,00, após 5 anos.

cidade” que também é agricultor familiar. Assim, a imagem da cooperativa apresenta ‘pixels’ que retratam uma gama de associados enquadrados como agricultores familiares, não distinguindo os associados quanto ao uso de tecnologias ou métodos de cultivo alternativos ou tradicionais. Também não se faz distinção entre ocupações que desenvolvam atividades não-agrícolas, a exemplo do trabalho assalariado, o qual amplia a matiz dessa diversidade.

Embora dentre os agricultores possa existir uma diferenciação em função do nível tecnológico, não se admite como associado na cooperativa aquele que, simplesmente, tenha a posse da terra, em tamanho inferior ao máximo admitido pela cooperativa.

“Para ser sócio da cooperativa Ecosol Pajeú e das outras cooperativas que é a base, não basta ter um jarrinho de terra na janela ou terra nas unha, tem de ser de fato. Porque nós acreditamos que raposa e galinha no mesmo quintal não dá certo. Então, nós primamos por ter uma cooperativa de agricultores familiares e, dos técnicos que podem atuar, aqueles que são aceitos no estatuto. Mas, nada de grandes latifúndios na cooperativa. Até porque, na região, não têm grandes latifúndios, mas têm alguns que saem dos critérios que colocamos. Tem donos de postos de gasolina que têm terra. Tem até 10 – 15 hectares de terra e desenvolve atividade rural. Mas pra gente não é interessante” (Diretor ECOSOL).

No processo de filiação de associados, a cooperativa experimentou duas fases. Durante os dois anos iniciais, a principal meta consistiu em ampliar o número de associados de duas formas: uma constituiu-se em visitar os grupos e comunidades, onde haviam ocorrido as reuniões de sensibilização; a outra compôs-se de esforços no sentido de captar associados dentro da própria estrutura sindical. Tais esforços fizeram com que a cooperativa saltasse de 35 associados, na data de fundação, para 60, ao final do primeiro ano de funcionamento, em dezembro de 2002.

Com a finalidade de potencializar a entrada de associados, ocorreu a diminuição, em 2003, do valor total das cotas-parte a ser integralizado pelo associado em quase 50%, de R\$ 75,00 (menos de meio salário mínimo) para R\$ 35,00. Tal fato, associado à entrada da cooperativa em operação, com disponibilização de empréstimos, trouxe um significativo incremento na quantidade de associados, atingindo a marca de 360 associados, em 2003 – um aumento de quase 600% em relação ao ano anterior (Gráfico 11).

O período de crescimento e expansão da cooperativa continuou em 2004, quando se associaram mais 140 membros, uma ampliação de 38% em relação ao ano

anterior, atingindo 500 sócios. A partir de 2005, entretanto, a cooperativa reduz o seu número de filiação, de modo que a admissão passa a ocorrer em virtude do processo de indicação de novos sócios por membros da cooperativa, ou através da procura espontânea de pretensos associados. Dessa forma, há uma redução no crescimento do número de associados, que, em 2005, alcança um total de 590, com um crescimento de 18% em relação ao ano anterior, e, em 2006, um total de 650 associados (Gráfico 11).

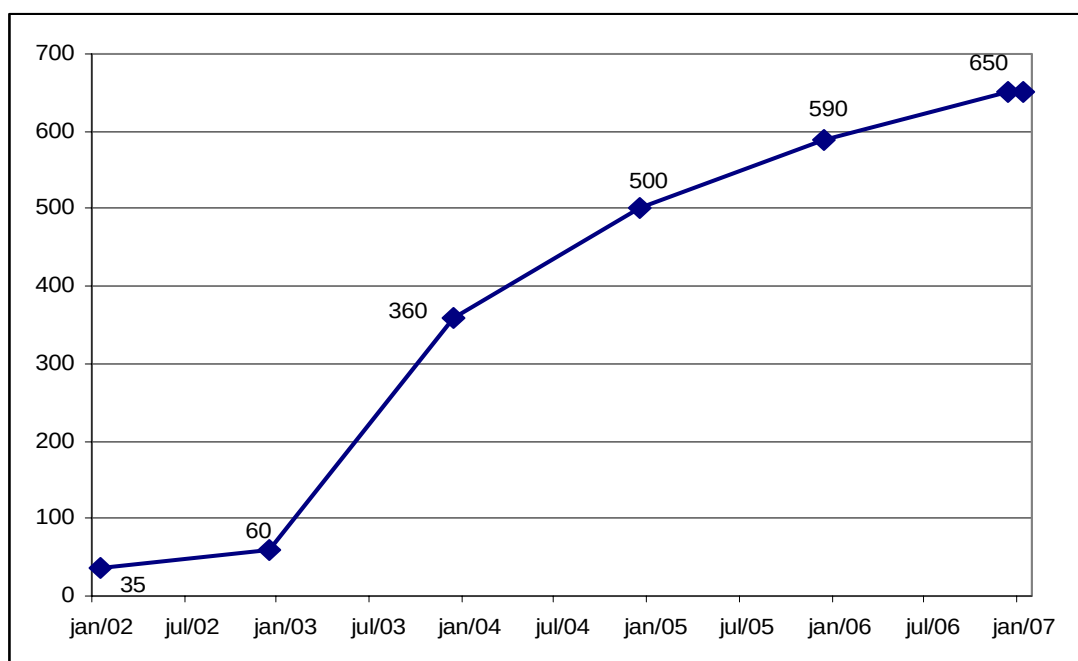
“Agora, como a gente tem que estar equilibrando qualidade, quantidade, social e financeiro, a gente, durante dois anos, a prioridade foi ampliar bem o número de associados, até porque, inicialmente, a gente só tinha 34. Então, aumentou bastante, então, não considerei tanto a questão financeira. Tava com uma cota média per capita muito baixa, então, nossa prioridade depois desses dois anos foi de dar uma equilibrada na pessoa e no financeiro. Pois não adianta uma demanda muito grande que eu não possa atender. Ai, nesses dois outros anos, a gente priorizou equilibrar, deu uma equilibrada e a gente continua a trabalhar a entrada de novos associados, também buscando atender às demandas que vêm surgindo, né?” (Presidente ECOSOL).

Assim, a cooperativa aumentou o valor das cotas-parte; a soma necessária à formalização do ingresso na cooperativa saltou de R\$ 30,00 para R\$ 100,00, sendo integralizado 50% no ato da matrícula e 50% dividido em 6 vezes. Caso o cooperado não efetuasse a integralização em até 60 dias, sua proposta ficaria automaticamente cancelada, de modo que, em 2007, não houve uma evolução no número de associados.

Tal estratégia trouxe resultados de filiação nos 04 (quatro) municípios de abrangência. A distribuição do quadro de associados, em 2007, após a execução dessas ações de filiação de novos membros, resultou no seguinte quadro: Tabira (44,8%) e São José do Egito (33,6%); em Afogados da Ingazeira (19,7%) e Solidão (1,9%) (Gráfico 12).

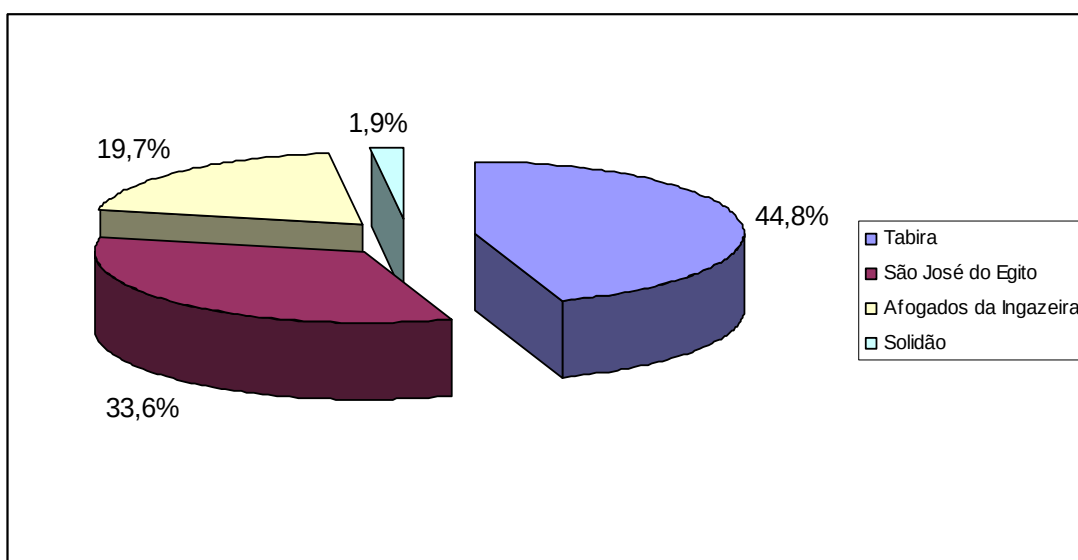
Desse modo, há uma maior quantidade de associados no município sede da cooperativa, único local onde é possível o associado realizar todo o conjunto de operações e serviços financeiros.

Gráfico 11– Evolução do quadro de associados da ECOSOL-Pajeú entre 2002 e 2007



Fonte: ECOSOL, 2007

Gráfico 12 – Distribuição de associados segundo municípios na ECOSOL-Pajeú em 2007



Fonte: ECOSOL-Pajeú, 2007

5.2. UMA CASA PARA O AGRICULTOR: A PROPOSTA DE INFRA-ESTRUTURA E ATENDIMENTO

Na construção do espaço de atendimento e de trabalho da cooperativa, uma preocupação era distanciar-se da imagem de uma instituição financeira bancária. Ao mesmo tempo, buscava-se um espaço que apresentasse um significado “familiar” aos associados, e que não exigisse investimentos expressivos iniciais, visto que a cooperativa não dispunha de recursos para tal.

As sedes dos sindicatos dos trabalhadores rurais, edificadas na década de 1960, encravadas no meio das cidades, nas ruas principais, com grande área construída, amplos salões, continham todos esses atributos. Ademais, como, nem em dia de feira (período de maior movimento), chegava-se a ocupar totalmente as instalações do sindicato, surgiu a possibilidade de haver o compartilhamento de instalações com as cooperativas. Como as lideranças sindicais mostravam-se abertas à iniciativa, teceu-se uma aliança para a utilização das sedes dos sindicatos, tanto como sedes das cooperativas, como pontos de atendimento.

O compartilhamento do espaço da sede da cooperativa de crédito com a sede dos sindicatos dos trabalhadores rurais, assim, carregava uma dupla perspectiva, que favorecia a ambos os projetos.

Do lado social e político, marcava uma nova fronteira de atuação sindical na área financeira, ao mesmo tempo em que evocava os laços históricos do sindicalismo rural com os agricultores familiares, como mecanismo de aproximação e de estabelecimento de novas relações, dessa vez no âmbito financeiro. Consistia em uma forma de ampliação de relações com a base de associados aos sindicatos, fazendo-se mais próximo destes, criando vínculos através do compartilhamento de um espaço comum, consolidado na vida social e de trabalho dos associados e nos municípios. Concomitantemente, distanciar-se da imagem impessoal de um banco consistiu em um ponto importante na concepção das instalações, no sentido de construir a imagem de uma proposta alternativa, que retratasse o ambiente já conhecido pelo potencial associado.

Já do lado econômico, representava a redução de custos operacionais, tanto ao evitar a imobilização de capital, que, a princípio, não havia, como na obtenção de informações, uma vez que o próprio movimento sindical possuía conhecimentos acerca dos potenciais associados. Consoante González-Vega (2001), a adoção de infra-estrutura adequada impacta nas taxas de juros e administração cobradas pela instituição, e, portanto, exerce influência na própria cessão do crédito a uma maior quantidade de atores sociais, representando um importante fator para a inserção e consolidação de instituições financeiras em espaços rurais. De outro modo, o compartilhamento de instalações com os sindicatos facilita a troca de informações, atenuando a possibilidade de risco das operações.

Nesse sentido, a sede da cooperativa foi definida a partir da conjunção dos fatores geopolítico e institucional, uma vez que três sindicatos rurais estavam envolvidos na proposta, escolhendo-se o de Tabira. Isso ocorreu porque o sindicato representava um ponto equidistante em relação aos outros municípios, Afogados da Ingazeira e São José do Egito. Ademais, foi a partir do sindicato de Tabira que a proposta foi, inicialmente, ventilada, e também onde ocorreu o lançamento do empreendimento pelo então candidato à Presidência da República, Luís Inácio “Lula” da Silva.

A sede da cooperativa, aproveitando ambientes pré-existentes do sindicato, retrata a imagem deste: fachada simples, na qual sobressai apenas um letreiro, um salão de entrada, sem ar-condicionado, por onde se tem acesso ao caixa, uma sala da gerência e outra sala de administração. As instalações contam ainda com equipamentos, como computadores, fax e mobiliário. Ao mesmo tempo em que se está em um espaço conhecido, o sindical, está-se também em um espaço diferenciado, em relação aos agentes financeiros e bancários.

“Entrar em um banco com uma porta giratória ele fica até constrangido. E a gente tem essa filosofia de construir uma cooperativa que fosse a cara dos trabalhadores. Você vê, aqui não tem nenhuma porta giratória, volante. Então, ele se sente em casa. Eles chegam aqui e ficam bem à vontade. Fomos quebrando isso e estamos com um quadro bem avançado da cooperativa” (Diretor ECOSOL).

Por certo, devido ao raio de abrangência da cooperativa ser extenso, o deslocamento dos associados até a sede poderia implicar em custo temporal e financeiro que viesse a inviabilizar a proposta, principalmente para aqueles que

residissem em outros municípios. Dessa forma, levar o atendimento até o associado exigiu que a cooperativa, desde a sua concepção, apresentasse algumas soluções. A capilaridade de atendimento foi moldada a partir de uma união de duas modalidades descentralizadas e itinerantes.

A primeira consistiu na adaptação de um modelo de atendimento comunitário existente em instituições que trabalham com microcrédito, a exemplo do Banco do Nordeste – através dos Agentes de Desenvolvimento –, e das cooperativas do sistema CRESOL – os Agentes de Crédito. Ambos têm uma proposta de atendimento em domicílio dos potenciais clientes, em que os agentes realizam não apenas a contratação de operações, mas também dão apoio na construção de propostas que viabilizam o crédito. Ao mesmo tempo, tais agentes contribuem para reduzir os riscos das operações, uma vez que passam a conhecer e avaliar *in loco* a situação de cada proponente ao crédito. Como essa modalidade de atendimento exige um deslocamento, a cooperativa, na sua fundação, efetuou a aquisição de uma motocicleta, de modo a permitir a operacionalização com baixo custo e agilidade.

A segunda modalidade consistiu em realizar o atendimento “diferencial” aos cooperados nas sedes dos sindicatos dos outros dois municípios de abrangência, em um dia da semana, por intermédio de um dirigente. Nesse dia, os cooperados podiam efetuar depósitos, pagamentos, contratação de operações, além da obtenção de informações, dentre outros. Desse modo, o representante da cooperativa poderia efetuar contato com potenciais candidatos a sócios, bem como encaminhar as fichas de adesão para homologação.

“Toda sexta-feira tem atendimento no sindicato, coisa que o banco nacional não faz, né? Que a cooperativa vai buscar o cliente, vai até onde o cliente está, pelo menos se não for até a casa dele, mas pelo menos facilita né? Coisa que o banco tradicional não tem, ainda não tem. Nessa questão de juros, de atendimento, de diálogo entre cliente e cooperativa... É bem melhor que um banco tradicional” (Diretor ECOSOL).

Nas duas modalidades houve necessidade de adequação. Com relação aos agentes, como a cooperativa, na sua fase inicial de expansão, não estabeleceu o critério de filiação por comunidades, a exemplo do que ocorria no sistema CRESOL, mas sim por município, houve uma dispersão territorial. Com isso, o agente percorria longas distâncias para atender a apenas um associado.

No que concerne ao atendimento nos sindicatos rurais de municípios da área de abrangência, houve um desencontro nos dias de maior movimento na cidade, como o dia da feira, fato que não acontece no município sede da cooperativa. Em Tabira, os dias de maior movimento na cidade são as segundas-feiras, quando acontece a Feira do Gado, e as quartas-feiras, em que ocorre a feira livre. Contudo, em São José do Egito, por exemplo, o dia de atendimento estabelecido foi a segunda-feira, que não era o dia da feira, pois ela acontece no sábado. Fato similar se deu em outro município, Afogados da Ingazeira, cuja feira é aos sábados⁸², e não coincide com o dia de atendimento no sindicato.

Para contornar a questão do atendimento pelos agentes, foi concebido um modelo de aglutinação de associados em núcleos, os quais consistiam em pequenos pontos de atendimento distribuídos na área de abrangência. Isso veio a facilitar a cobertura do atendimento, uma vez que não havia a necessidade de o agente de crédito ou representantes da cooperativa realizarem visitas individuais. Os custos operacionais, resultantes do deslocamento, também se tornaram menores, contribuindo para a viabilização desse trabalho. Contudo, em relação ao atendimento nas sedes dos sindicatos, não houve modificação no dia de atendimento⁸³, embora os dirigentes alertem para a existência de pessoas responsáveis na estrutura sindical para a prestação de tais serviços.

A adoção dessas modalidades de atendimento almeja estabelecer uma nova relação espaço-temporal com as bases, especialmente com os indivíduos que residem mais distantes da sede da cooperativa. Mesmo conseguindo levar alguns serviços aos associados, ainda havia uma limitação em relação àqueles prestados diretamente na sede da cooperativa, como saques e negociações. É verdade que o mecanismo de atendimento, apoiado na estrutura sindical, ao mesmo tempo em que permitiu à cooperativa ampliar suas ações, sem incremento de custos fixos, favoreceu a construção de uma aliança entre as instituições, a partir de uma trama de relações econômica, social e política.

⁸² Nos municípios de Afogados da Ingazeira e São José do Egito, a feira livre ocorre dia de sábado; em Solidão, aos domingos; e, em Tabira, a feira livre é realizada nas quartas-feiras.

⁸³ Em outras iniciativas de cooperativas do sistema Ecosol, entretanto, foram observados os dias de feira para atendimento nos sindicatos. Na Ecosol Araripe, que atende em Bodocó e Ipubi, não há problemas de atendimentos. Como, em ambos, a feira ocorre às segundas, há atendimento tanto na sede da cooperativa como no sindicato. Na Ecosol Triunfo-Flores, na região do Pajeú, a cooperativa faz o atendimento no município de Triunfo aos sábados, dia da feira.

5.3. OS NÚCLEOS: A BASE DA COOPERATIVA

O crescimento no quadro de associados da cooperativa representou um desafio ao controle de ingresso de novos membros e da concessão de empréstimos, os quais, conjugados a problemas no atendimento, levaram à revisão de práticas e à construção de mecanismos alternativos de controle social.

A filiação de associados, considerando-se apenas a divisão territorial, mostrou-se insatisfatória sob a ótica de apenas uma pessoa da cooperativa, em relação à avaliação do risco idiossincrático. Em cada município possuindo um representante no conselho de administração, em tese, haveria um controle do ingresso de novos associados e, por consequência, das liquidações de operações realizadas com a cooperativa. Esse modelo revelou-se não exeqüível devido à necessidade de recursos monetários para realização de deslocamentos, pois nem todos residem perto, e não-monetários, em função do tempo exigido para a realização dessas atividades.

Ancorada nas discussões e experiências que realçavam as redes sociais como mecanismos para construção da confiança e do controle social, a ECOSOL-Pajeú instituiu os núcleos de cooperados. Tais núcleos foram constituídos de forma a moldaram-se à dinâmica local e concebidos dentro de um contexto de rede de relações sociais, as quais terminam por influenciar as relações dos indivíduos e das organizações. Isso porque, como ressalta a presidente da cooperativa, *“muitas vezes eu moro muito distante de uma comunidade, mas a minha afinidade é com aquela comunidade”*. Fazer parte de um núcleo, portanto, não significa apenas residir em um mesmo sítio, mas representa um espaço social, no qual se descortinam relações, inclusive econômicas e financeiras.

Os núcleos da ECOSOL-Pajeú apresentam, assim, similaridade com o mecanismo adotado pelas cooperativas do sistema CRESOL na construção de redes sociais de confiança. No caso da CRESOL, essas redes foram construídas a partir de grupos comunitários ou das próprias associações rurais, de forma a não se justapor a formas de organização pré-existentes. Nesses espaços, os agentes de crédito discutem os projetos e realizam atendimentos. Paralelamente, tais grupos e associações

representam uma forma de pressão social para que ocorra o reembolso dos financiamentos, diminuindo a probabilidade de riscos. Nessa direção, tanto a filiação de novos associados como as operações de empréstimo privilegiam a adesão aos grupos comunitários e associações (Schröder, 2005).

A proposta dos núcleos, além do controle social, era a de assegurar maior agilidade às operações e solicitações de crédito pelos cooperados. A estruturação da cooperativa em núcleos, na ECOSOL-Pajeú, atualmente, em número de 32, distribuídos nos 04 municípios, caminhou na mesma direção da CRESOL.

Todavia, na ECOSOL-Pajeú os núcleos são tratados como “pequenas cooperativas”, nas quais se busca estruturar uma hierarquia e um conjunto de tarefas que reproduzam, em nível local, a dinâmica da própria cooperativa. Na visão dos dirigentes, esse modelo facilita que os associados “compreendam o núcleo”, o que também possibilita a “compreensão do todo”, sendo encarado como uma forma de aproximação da organização com a base de associados.

“Depois, 4 municípios são dinâmicas, embora estejam na mesma região, embora estejam próximos uns dos outros, mas têm dinâmica política bastante diferenciada, têm dinâmica formativa bem diferenciada, foi preciso estar equilibrando para poder fazer uma boa gestão” (Presidente ECOSOL).

Cada núcleo, composto por, no mínimo 5 e no máximo 25 pessoas, assumiu o papel de co-gestor da cooperativa. O processo de admissão passou a ser determinado pelos núcleos, os quais são responsáveis pela análise da idoneidade do associado e também pelo abono da ficha de filiação, avaliada por 05 integrantes desse núcleo. Esse candidato é encaminhado ao representante da cooperativa no município, que o conduz ao conselho de administração, o qual, reunido mensalmente, ratifica ou não a entrada desse potencial associado na sociedade. No caso de não haver núcleo na comunidade do associado e o mesmo não apresentar afinidade com outros centros, o processo de filiação é realizado de uma maneira similar: consulta a núcleos de associados do município. Cabe ao representante do município no conselho de administração, realizar tal tarefa para ver se o “cabra” pode ser associado.

“Quando vem pro conselho de administração já tá dizendo que conhece aquela pessoa, da índole dela, da capacidade dela, da participação dela e também da questão da inadimplência. Se uma pessoa gosta de pagar, se não é mau pagadora, isso também é levado em consideração, porque, se a gente coloca muita gente que não paga, a gente quebra, e quebra mais rápido que o banco, que tem seguro de

tudo, e a gente não tem nada. Então, esse é o primeiro passo de controle”(Diretor ECOSOL).

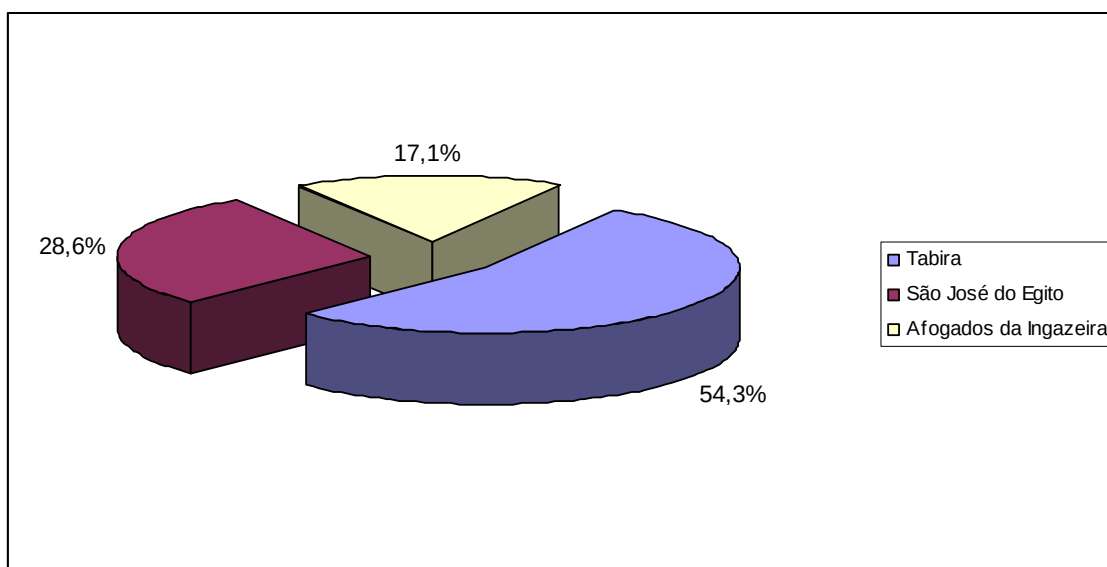
Como a estruturação em núcleos somente veio a ocorrer após a fundação da cooperativa, alguns procedimentos foram adotados para induzir a filiação do associado a um núcleo. Estabeleceram-se regras nas quais o associado “solto” apresenta maiores dificuldades na obtenção de crédito, como a exigência de um avalista a mais em relação àqueles que estão nos núcleos.

Além dessa atividade, de controle de filiação, cada núcleo tem a incumbência de efetuar um planejamento, estabelecer metas, demandas, em relação ao crédito, que servem de suporte para o planejamento da cooperativa. Cabe ao coordenador efetuar comunicação, ser elo e mediador de relações entre a cooperativa e a base, sendo-lhe, ainda, incumbida a responsabilidade pela condução das reuniões periódicas dos núcleos. Desse modo, os coordenadores assumiram o papel de co-agentes de atendimento da cooperativa, visto que também é cobrada a sua responsabilidade pela articulação do núcleo em caso de problemas de pagamento de algum membro associado pertencente ao seu grupo.

Dessa forma, cada núcleo apresenta uma dinâmica singular, ocorrendo casos em que o mesmo torna-se um apêndice da associação rural, em que os coordenadores e os líderes das associações assumem os iguais papéis, bem como os eventos e atividades. E assim, como a distribuição dos associados, há uma maior concentração dos núcleos em Tabira (54,3%), seguido de São José do Egito (28,6%) e Afogados da Ingazeira (17,5%), de modo que não há núcleo em Solidão (Gráfico 13).

Com a adoção dos núcleos, a cooperativa instituiu uma nova forma de organização na base, tendo em vista um maior controle social e participação dos associados. Assim, os núcleos vão se estruturando no interior de uma realidade em que há um conjunto de organizações pré-existentes, que vão, desde as informais, cujo funcionamento está pautado por um conjunto de regras e normas herdadas, nas quais os líderes são os chefes de família, até as formais, com status jurídico. Embora os núcleos consistam em uma forma de aglutinação de associados para as práticas democráticas, o acesso aos serviços financeiros, como poupança e operações de crédito, são efetivados unicamente na sede da cooperativa.

Gráfico 13– Distribuição dos núcelos de associados segundo municípios na ECOSOL



Fonte: ECOSOL-Pajeú, 2007

5.4. OS RECURSOS E OS PRODUTOS

A consolidação de um sistema de financiamento alternativo local, através da ECOSOL-Pajeú, guarda algumas semelhanças com os demais sistemas de cooperativas de crédito alternativo, tanto em relação aos recursos iniciais para desenvolvimento, como nos produtos disponíveis.

A prática do Fundo Rotativo foi empregada em grande parte das associações rurais, precedendo algumas experiências do sistema ASCOOP e CRESOL, no Paraná, onde as associações de produtores rurais gerenciavam tais fundos. O apoio do governo também foi de vital importância para a estruturação desses sistemas (SCHRÖDER, 2005). Situação análoga pode ser observada no processo de construção do projeto da ECOSOL-Pajeú, onde havia associações que receberam recursos de entidades não-governamentais para constituição de fundos rotativos. Porém, os problemas de gestão desses fundos pelas associações resultaram no fracasso de tais experiências. A ECOSOL-Pajeú veio a dar continuidade à prática dos fundos rotativos, entretanto, gerenciados com maior controle.

A parceria com o Projeto Dom Hélder Câmara, do MDA, proporcionou um

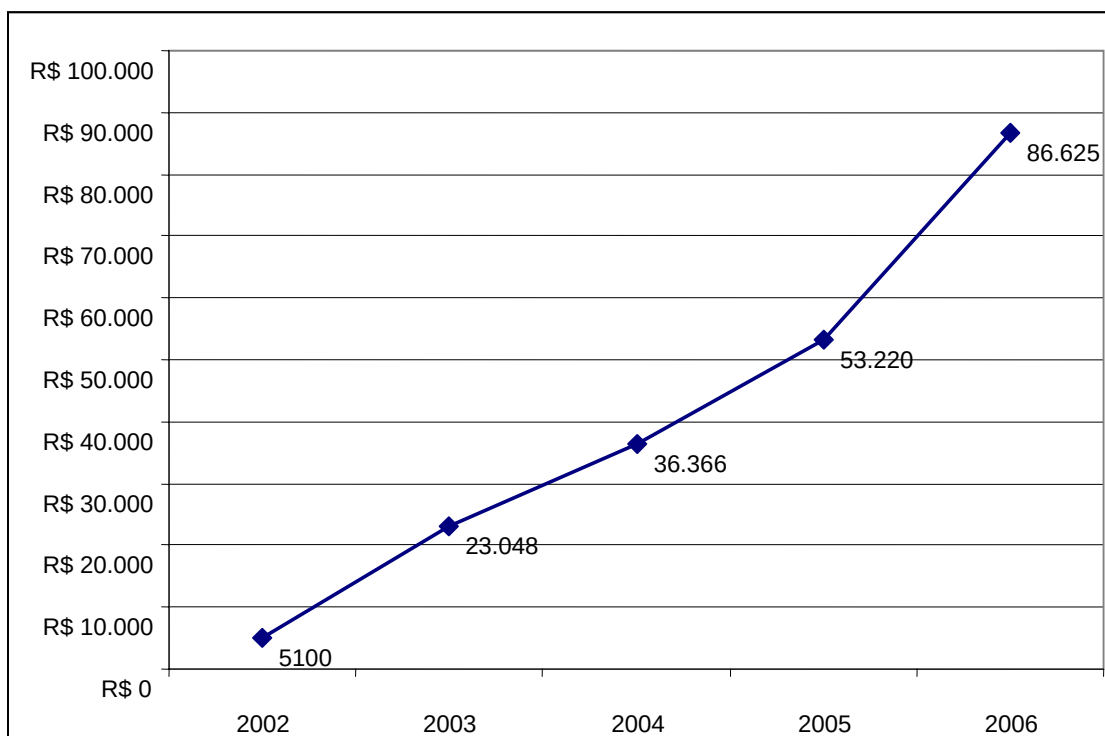
aporte de recursos iniciais, no montante de R\$ 50 mil, com uma contrapartida da cooperativa no valor de R\$ 5 mil para a criação do Fundo Rotativo Solidário-FRS. Concebido para apresentar uma taxa de juros baixa (12% ao ano), acrescida de taxas operacionais, de modo a custear as operações administrativas, o FRS foi desenhado a partir de uma concepção de crédito produtivo e orientado. Voltando-se apenas para atividades produtivas que estejam em sintonia com as potencialidades regionais e apresentem viabilidade econômica, o FRS consiste em um dos principais serviços financeiros disponibilizados pela cooperativa.

Contudo, em virtude do ciclo de operação não ser de curto prazo, de até 18 meses, o retorno à cooperativa ocorre de forma lenta, de modo que, para elevar o número de atendimentos, estabeleceu-se um novo contrato, desta vez com o Banco do Nordeste. Para a ampliação dos recursos do Fundo Rotativo, foram aportados R\$ 90 mil do Banco, em 2004/2005, o que exigiu a contrapartida da cooperativa no montante de R\$ 10 mil.

Essa estratégia de apoio governamental possibilitou que fosse possível um maior número de operações da cooperativa, voltado para as atividades agrícolas e não-agrícolas dos agricultores familiares, gerando receita com as operações, mas também ampliando o capital social. Isso porque o associado se obriga a subscrever, no ato de sua filiação, 300 cotas-parte no período de 05 anos, ampliando os recursos próprios para operações de crédito. Esse fato, mais que a entrada de novos associados, permitiu o crescimento do capital social da cooperativa de cerca de R\$ 5 mil em 2002 para quase R\$ 53 mil em 2005. Porém é em 2006 onde há um maior crescimento do capital social, o qual alcança quase R\$ 86 mil, fruto das estratégias de capitalização junto aos associados (Gráfico 14).

Como os recursos do Fundo Rotativo eram limitados à ampliação dos serviços de crédito, mais especificamente, o rural, vieram a partir de acordos estabelecidos com o Banco do Brasil para operar o PRONAF.

A ECOSOL–Pajeú, em conjunto com a Cooperativa dos Profissionais em Atividades Gerais – COOPAGEL, passou a disponibilizar aos seus associados recursos do PRONAF B, C, D, além do PRONAF Mulher, por exemplo.

Gráfico 14 – Evolução no montante de capital social na ECOSOL entre 2003 e 2006

Fonte: ECOSOL-Pajeú, 2007

A sistematática de operação com o PRONAF ocorre da seguinte forma: a COOPAGEL elabora os projetos em conjunto com o sindicato dos trabalhadores rurais, que é a entidade responsável pela emissão da Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP, e enquadra as famílias, segundo a renda, nos diversos grupos do PRONAF. A seguir, a ECOSOL-Pajeú encaminha os projetos dos seus associados para o agente financeiro, no caso, o Banco do Brasil, recebendo os valores de elaboração do projeto e dividindo-os com a COOPAGEL.

A ECOSOL-Pajeú ainda fica com uma margem do *spread* bancário resultante dessa operação. Por outro lado, é sua responsabilidade acompanhar e se responsabilizar pelas operações realizadas. Como há um conjunto de associados dos sindicatos de trabalhadores que não são associados da cooperativa, a COOPAGEL adota uma sistemática semelhante para o caso, na qual os sindicatos encaminham as propostas diretamente ao Banco do Brasil.

O crédito rural agroecológico, por exemplo, representa uma modalidade voltada para atividades agrícolas ou pecuárias, como bovinocultura, caprinocultura, apicultura e avicultura – somente na modalidade “galinha caipira” –, desde que seja

efetuado manejo alternativo e de conservação ambiental.

O crédito rural para suplementação alimentar do rebanho compreende um outro produto que se propõe a dar condições ao associado de não se desfazer de seus ativos em período de estiagem. E, para que houvesse uma maior quantidade de associados dispondo do crédito, foi estabelecido um teto máximo de financiamento, atualmente de R\$ 1 mil.

Como tais recursos não são destinados às necessidades de investimento em atividades não produtivas ou, até mesmo, de consumo dos associados, a cooperativa, desde a fase inicial, desenvolveu uma linha de crédito pessoal ou para capital de giro, oriunda dos recursos das cotas-parte ou da poupança. A finalidade principal é *“pegar um crédito para pagar um compromisso que atrasou, sair do sufoco”*.

Saldar o valor da feira em atraso, comprar um animal, são os exemplos mais citados da finalidade dos recursos. Isso se deve ao fato de as taxas de juros serem de 3,95%, acrescidas de taxas de administração de 2%, descontadas no ato da liberação do empréstimo, representando uma vantagem em relação aos agiotas. Todavia, a sistemática desses recursos diferencia-se da estabelecida nas operações de Fundo Rotativo: as operações com recursos próprios são de curto prazo, no máximo 7 meses, com 30 dias de carência, visando a proporcionar uma liquidez à cooperativa e, dessa forma, não incorrer em problemas de fluxo de caixa que venham a comprometer a confiança no sistema e a própria viabilidade.

“Porque não dá ainda para a cooperativa se dar ao luxo de pegar o dinheiro das cotas-parte, da poupança e emprestar ao crédito longo prazo. Temos que estar olhando do lado da cooperativa, senão ela fica sem fluxo de caixa. Temos que fazer com que ela rode” (Diretor ECOSOL).

A canalização da poupança dos associados para a cooperativa representou um óbice ao incremento do capital disponível para os mesmos, haja vista a principal forma de poupança realizada por grande parte dos associados, preferencialmente, ser do tipo não-monetária (porco, galinha, bezerro, cabra). Segundo a lógica de reprodução de parte dos agricultores familiares locais, tais ativos apresentam custo, rentabilidade e liquidez mais vantajosos, demandando dos intermediários financeiros formais, como bancos ou cooperativas, benefícios adicionais para a realização de poupança monetária.

A distância física entre os agentes financeiros e a clientela, a indisponibilidade de funcionamento – os dias de feira em parte dos municípios ocorrem aos sábados e domingos, quando os pontos de atendimento nos sindicatos estão fechados – representam empecilhos para operação da cooperativa.

De modo a ampliar o conjunto de serviços disponíveis para os associados, a cooperativa passou a atuar, em abril de 2007, como o primeiro correspondente comunitário do Banco Popular do Brasil, desenvolvendo ações do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado (PNMPO). Surgia um novo conceito de atendimento financeiro, baseado em um tripé voltado à implementação de tecnologia de acesso eletrônico para microempreendedores, amplo portfólio de produtos e serviços para o segmento de menor renda, e a sustentabilidade do ponto de atendimento.

O resultado dessas estratégias de captação de recursos externos e ampliação do capital social proporcionam um salto no quantitativo de empréstimos realizados. Em 2003, os empréstimos no final do exercício compreendiam cerca de R\$ 12 mil. No ano de 2004 esse valor passou para R\$ 30 mil e em 2005 saltou para quase R\$ 93 mil. Porém, em 2006 se constata o maior aumento, alcançando a marca de aproximadamente R\$ 218 mil (Gráfico 15).

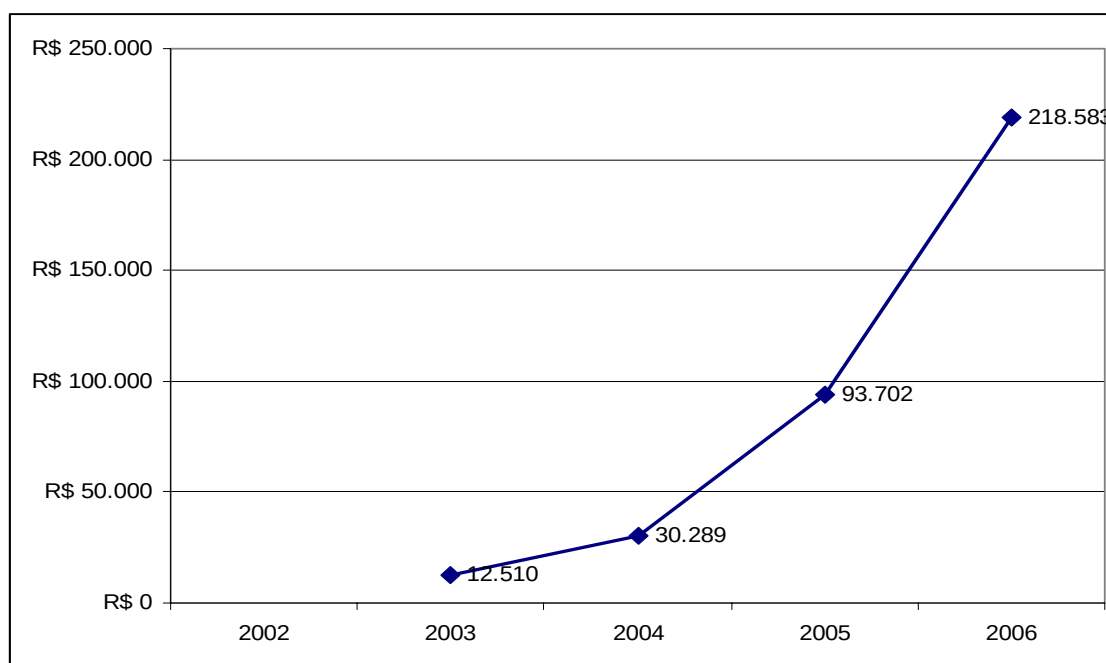
Essa nova fase marca a ampliação de serviços financeiros para além dos associados e atendimento a microempreendedores, facilitando, também, a aproximação com potenciais associados e o fortalecimento de aliança com o sindicalismo rural. No papel de correspondente não-bancário, a cooperativa ocupou vários espaços dentro do sistema financeiro local. Por meio desse convênio, além do microcrédito produtivo orientado, a cooperativa passou a receber contas diversas, pagamentos de benefícios da previdência social, como o do INSS, oferecendo, inclusive, outros serviços, como o cadastramento de CPF, conta-corrente e cartão de débito.

Ao tempo em que a cooperativa se constitui em um novo espaço para que os aposentados e pensionistas, membros dos sindicatos rurais e da comunidade, pudessem receber seus benefícios, ações de aproximação foram realizadas com uma parcela de potenciais associados. Ademais, por operar com o Banco Popular, a cooperativa passou a agenciar uma linha de crédito para aposentados. Como esse

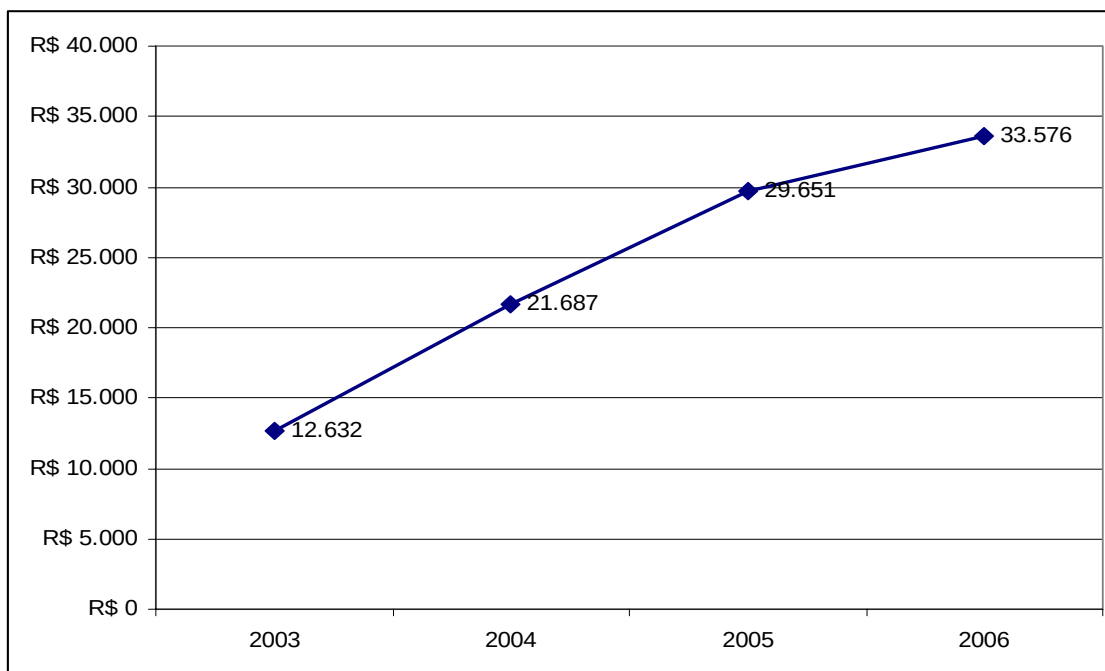
segmento, dos aposentados e pensionistas, contribui com o sindicato, a cooperativa efetua o desconto no momento do recebimento do benefício, estabelecendo-se um circuito de relações sócio-econômicas entre os dois movimentos. Tais operações abriram o flanco para incorporar atendimento a uma nova clientela – microempreendedores e aposentados –, embora não tenha ainda canalizado recursos locais para serem depositados. Os depósitos não crescessem na mesma proporção dos empréstimos. Em 2003, no final do exercício havia cerca de R\$ 12 mil depositados. Em 2004 o valor salta para quase R\$ 21 mil, indo para quase R\$ 29 mil em 2005. No ano de 2006 os depósitos, entretanto, aumentaram em um ritmo menor, alcançando um valor aproximado de R\$ 33 mil (Gráfico 16).

Um diferencial da cooperativa é que todos os produtos, sejam FRS, operações do PRONAF, ou ainda aqueles do Banco Popular, são constituídos mediante uma perspectiva de microfinanças e de microcrédito, em que os limites de cada operação são determinados pelos valores das cotas-parte de cada associado.

Gráfico 15 – Evolução no montante de empréstimos na ECOSOL entre 2003 e 2006



Fonte: ECOSOL-Pajeú, 2007.

Gráfico 16 – Evolução no montante de depósitos na ECOSOL entre 2003 e 2006

Fonte: ECOSOL-Pajeú, 2007.

Embora tais produtos tenham como foco, a princípio, uma clientela de filiados dos sindicatos rurais e de agricultores familiares não-filiados a essas entidades de classe, a ampliação de serviços financeiros através da ação de correspondentes bancários, representa um alargamento do foco do associado para a comunidade em geral.

5.5. OS INSTRUMENTOS DE CONTROLE

O direcionamento da ECOSOL-Pajeú em relação às operações de avaliação de riscos e mecanismos de domínio das operações, fortemente associados a um controle social, representa uma linha de atuação semelhante às cooperativas de crédito solidário, como a CRESOL. Partindo-se de critérios morais, de boa conduta e reputação concernentes ao tomador na comunidade, essas iniciativas se propõem a reduzir a assimetria de informações e de custo, de modo a consolidar mecanismos alternativos que viabilizem sua atuação em espaços marginais do sistema financeiro.

O processo de construção de tais mecanismos, conforme acentuam os

gestores, ocorreu paulatinamente, e não sem tensão. A criação de um conjunto de normas e regras, a partir de 2004, para as operações de crédito, institucionalizou algumas condutas para a liberação de crédito que, anteriormente, não tinham sido levadas em consideração, assinalando-se alçadas e limites para as operações.

No caso dos Fundos Rotativos Solidários, em que o crédito produtivo e orientado apresenta a maior força, as avaliações das operações eram, e ainda continuam sendo, realizadas através de uma racionalidade, na qual o “fluxo de caixa” de cada operação possibilita não apenas esse tipo, mas todo o conjunto de operações de empréstimo realizado pela cooperativa.

“Ele tem que ter viabilidade econômica. Se o associado chega até aqui e pede um empréstimo para bovinocultura, nós vamos até a comunidade com um técnico agrícola, que temos, contratado na cooperativa, para fazer o estudo de viabilidade desse projeto. Às vezes, ele tá interessado em comprar a bovinocultura, mas a propriedade dele não comporta os investimentos dessa natureza. Então, a gente acaba discutindo com ele uma alternativa de crédito que ele possa ter retorno, que possa ser rentável e que tenha viabilidade. Então, é um crédito orientado. Não libera somente porque ele é sócio. Tem de ter as condições de fazer o pagamento e dar certo para ele. Porque, senão vai estar prejudicando a cooperativa, porque no momento em que o associado tem um insucesso no crédito, a cooperativa também vai ter um insucesso. Ele não vai ter condições de dar o retorno no tempo necessário” (Diretor ECOSOL).

O trabalho consiste em uma análise, para aderência da proposta, aos perfis social, técnico e econômico do associado, realizada por um agente de crédito; visita à propriedade; elaboração de um estudo de viabilidade que indique a capacidade de retorno do investimento no prazo aportado, tanto para a cooperativa, quanto para o associado; elaboração de contrato ajustado às condições e especificidades do tomador, assegurando o retorno dos recursos. Foi justamente nessa última fase que ocorreu uma maior adaptação ou modificação nas operações, ao longo de sua trajetória, tendo em vista a fragilidade inicial dos mecanismos de controle.

Embora a proposta de operação da cooperativa fosse pautada por princípios de confiança mútua, de modo a abolir as exigências de colateralidade real, como a penhora ou a alienação de algum bem, a dispersão dos associados dificultava a obtenção do aval solidário e, por consequência, o controle social.

Como havia apenas um avalista, não necessariamente da mesma comunidade, o controle social das operações apresentava-se frágil, especialmente porque esses associados poderiam não fazer parte dos mesmos círculos, residindo em áreas

dísparos. O controle social da cooperativa, destacando-se como uma inovação das cooperativas solidárias, além de sofrer uma reconfiguração, ganhou o suporte de mecanismos adicionais.

A estruturação da cooperativa, em núcleos de associados, implementou uma lógica diferenciada na cessão de crédito, fazendo com que as operações tivessem que ocorrer de forma cruzada dentro de um mesmo núcleo. O reforço do controle social através dos vínculos de proximidade ou parentesco, bastante fortes nesse meio, representou um mecanismo para promover condições de funcionamento de modo alternativo, ou seja, sem a exigência de colateralidade real, mas assentado em critérios morais.

O risco da operação passou a ser compartilhado por todo o núcleo, não sendo atribuído apenas ao avalista, como antigamente. Não havendo o pagamento, todos são responsabilizados pela quitação da operação, sob pena de nenhum de seus integrantes acessar qualquer linha de recursos da cooperativa. Tal prática serviu de base para todas as outras operações de linhas de crédito realizadas pela cooperativa.

“Para tomar o crédito, a mesma coisa, tem de ter a assinatura do avalista de crédito do núcleo. Porque, senão, aquele empréstimo não vai ser concedido. Então, a gente distribui a responsabilidade. Dá problema no pagamento, atrasou, então, a gente chama o núcleo para conversar. E cada núcleo desse tem um coordenador que faz parte do núcleo de multiplicadores. Então, cada coordenador desse passa a ser multiplicador da cooperativa. Passa na cooperativa, pega suas informações e leva para a base e distribui lá. É uma forma da cooperativa se fazer presente nas bases” (Gerente ECOSOL).

Não obstante o mecanismo de controle social destacar-se como um elemento diferencial da cooperativa, no sentido do estabelecimento de critérios alternativos para redução de custos e riscos, deve-se atentar para o fato de todas as operações de crédito, inclusive PRONAF e FRS, serem efetuadas com base em um lastro financeiro, como elemento delimitador de crédito.

Tal procedimento representa uma norma institucionalizada pela cooperativa para minimização dos riscos da mesma, fixando operações através do total de cotas-parte subscritas e integralizadas, bem como um limite de endividamento máximo. Ademais, essa regra impõe um esforço ao cooperado para integralizar novas cotas-parte, de modo a ampliar esse valor até o teto máximo estabelecido pela cooperativa para as diversas linhas de crédito.

Essa pressão é mais veemente em linhas de recursos com diferencial em relação à taxa de juros, como é o caso do FRS, no qual o teto da liberação de recursos por associado é de 3 vezes o total de cotas-parte integralizadas, não podendo exceder R\$ 1.000,00.

No que concerne às linhas de crédito pelo PRONAF, cujo recurso é oriundo do Banco do Brasil, o teto para as operações sobe para 10 vezes o total das cotas-parte integralizadas, até o limite estabelecido para cada operação. Para o crédito pessoal, o associado poderá efetuar as operações em até 4 vezes o total das cotas-parte, não podendo exceder o máximo de R\$ 800,00. Tanto no crédito agroecológico, como no crédito de custeio, o valor da operação está condicionado ao máximo de 5 vezes o total de cotas-parte, com o teto máximo de R\$ 500,00.

As cotas-parte também representaram o alicerce a partir do qual a cooperativa estabeleceu alçadas para a liberação dos recursos, de modo que um diretor, isoladamente, não pode ultrapassar o limite de R\$ 300,00. Acima desses valores há instâncias de deliberação que envolvem os diversos diretores, denominadas comitês de crédito, os quais, reunidos quinzenalmente, liberam até 03 vezes o total de cotas-parte, não ultrapassando o valor máximo de R\$ 450,00. Para valores superiores a esse item, cujo teto é de R\$ 1.000,00 ou 6 vezes o total do valor das cotas-parte, existe o Conselho de Administração, que consiste no órgão deliberatório dessas operações. A exceção se dá em relação ao PRONAF.

O controle de risco, em sistema compartilhado com a comunidade de associados, torna o nível de inadimplência da cooperativa baixo, de 6,15%, dos quais somente 0,28% estão vencidas há 360 dias ou mais. Já o controle social se apresenta como um elemento capaz de atenuar riscos idiossincráticos e sistêmicos que, associado com a vinculação às cotas-parte das operações, criou mecanismos para estabelecer tetos ao crédito, mantendo-os em um patamar de pequenas operações e trazendo uma maior segurança. Ao mesmo tempo, o controle induziu os cooperados a também atingir um limite para que pudessem alcançar uma maior quantidade de recursos nas operações.

5.6. A PARTICIPAÇÃO E A DECISÃO

O crescimento do número de associados na cooperativa, bem como de sua área de abrangência, que passou de 03 para 04 municípios, veio acompanhado da criação de instâncias de participação e decisões para além das assembleias ordinárias e extraordinárias. Ou seja, as relações engendradas entre o movimento sindical, as associações de produtores e as formas de organização dos associados, segundo a divisão geográfica municipal e os núcleos, resultaram na criação de espaços e mecanismos de participação singular.

Os núcleos de associados representam a essência da organização social da cooperativa, consistindo em ambiente consultivo e deliberativo enclavado nos espaços de residência, de trabalho e de representação dos associados. Tal fato permite que haja uma movimentação constante desses espaços, através de um calendário freqüente de reuniões, nas quais se discutem problemas, efetuam-se planejamentos e, segundo um membro do conselho de administração “*colocam-se os assuntos em dia*”.

Embora não haja um calendário fixo de reuniões, subsiste uma obrigatoriedade de visitas dos dirigentes da cooperativa, a cada três meses, de modo a possibilitar o esclarecimento de diversos pontos acerca da cooperativa. A quantidade de núcleos espalhados por vários municípios faz com que o trabalho de visita e articulação pelos dirigentes nem sempre ocorra dentro do prazo previsto.

Nesse processo, os agentes de crédito desempenham um papel complementar aos dirigentes, à medida que, nas visitas aos núcleos, também assumem a tarefa de arregimentação e discussão com seus membros. Contudo, são os coordenadores, representantes desses núcleos, os principais articuladores entre as comunidades, os grupos de associados e a cooperativa.

Destarte, criou-se um outro nível de participação, integrado por representantes dos núcleos, dirigentes da cooperativa e agentes de crédito. Denominado reunião de multiplicadores, tal espaço representa uma forma regular de discussão a fim de traçar diretrizes para a cooperativa, permitindo que a comunicação desta com os associados tenha um canal regular e de grande penetração junto aos mesmos.

O deslocamento desses associados multiplicadores, entretanto, apresenta custos monetário e temporal, constituindo um entrave à participação de todos os representantes dos núcleos. Embora tais representantes tenham o papel de ‘delegados’ dos núcleos, que os permitiria assumir tal posição nas assembléias ordinárias e extraordinárias, a cooperativa desenvolveu uma outra forma de participação para essas instâncias de discussão e deliberação.

Em virtude da extensão territorial e possíveis dificuldades de deslocamento, a cooperativa adotou uma sistemática de reuniões preliminares, as pré-assembléias, no sentido de envolver os associados de cada um dos municípios, antes da realização de tais assembléias. Ainda que não possuam caráter deliberativo, a determinação é fornecer subsídios e poder de intervenção aos associados, possibilitando “uma maior reflexão e amadurecimento de suas propostas”, como ressalta o dirigente. Assim, o associado chega à assembléia geral “conhecendo o que vai debater lá”.

Por sua vez, nas deliberações e decisões das assembléias gerais, em virtude de a cooperativa abranger vários municípios, o processo tende a adquirir uma dimensão municipal, fato que pode ser evidenciado tanto na distribuição dos cargos do conselho de administração, como nas tendências internas. A divisão dos assentos no conselho de administração, em número de 07, é proporcional aos municípios, contudo, acaba por contemplar algumas localidades, em detrimento de outras.

As referências ao município, “*Nós somos de Tabira*” ou “*Nós somos de Afogados*”, são identidades expressas que retratam a heterogeneidade do grupo, o que se observa quando da opinião de um associado acerca do desempenho nos núcleos, atribuindo ao membro do conselho de administração do município a responsabilidade sobre o seu desempenho, ao afirmar que “*cada município deveria ter sua própria cooperativa*”.

Ainda que haja esses espaços de decisão coletiva, nos quais se oferece suporte à participação dos membros da cooperativa, as reuniões efetuadas com regularidade pelos membros do conselho de administração (mensais) e as realizadas pelo comitê de crédito (quinzenais) representam outros espaços de decisão acerca de assuntos administrativos da cooperativa. Porém, nesses ambientes de representação, buscou-se, na sua composição, uma representatividade equitativa entre os municípios da área de abrangência. Dessa forma, cada município tem um ou mais representantes no

conselho de administração e no conselho fiscal.

O conselho fiscal, através das reuniões mensais, representa outro espaço, no qual agricultores familiares efetuam trabalho de auditoria e controle interno. A idéia de autonomia do conselho fiscal fez com que se investisse em capacitação para os conselheiros. Para que as reuniões pudessem ocorrer de forma independente do conselho de administração, obedeceu-se a uma lógica na qual não se estabelece dia exato para análise da documentação.

5.7. UMA FORMA DE DIFERENCIAÇÃO

A concepção da ECOSOL se propunha a criar uma estrutura que facilitasse o atendimento às necessidades de agricultores de base familiar, mediante a prestação de serviços financeiros mais adequados. A cooperativa empreendeu ações no sentido de se diferenciar dos agentes financeiros locais, mais especificamente dos bancos, embora, paradoxalmente, a articulação com os mesmos represente um processo fundamental para a sua constituição e funcionamento. O movimento da cooperativa, então, consistiu e ainda consiste em se distanciar da imagem de um banco tradicional, para um banco do agricultor, no qual o acesso ao crédito representa o elemento de diferenciação.

“A intenção nossa como, há muito, nós vinha trabalhando através dos movimentos é que tínhamos uma cooperativa de agricultores, um Banco do agricultor. Essa é a nossa idéia, a idéia era mais facilitar o crédito” (Diretor ECOSOL).

Na construção dessa diferenciação, toma-se a cooperativa como a instituição na qual o associado é “dono”, dispondo de controle sobre a mesma, fato que não ocorre em relação aos agentes financeiros bancários, mesmo os oficiais. A disponibilização de recursos para crédito com taxas de juros baixas, atrelada a um processo de formação do associado, representa, para os dirigentes, elementos fundamentais na formação de uma relação com os seus membros que possibilite a construção de uma estratégia de fidelização.

Ao passo em que buscam se diferenciar dos bancos oficiais, os dirigentes reconhecem que o relacionamento com essas instituições é fundamental para que produtos e serviços diferenciais venham a ser ofertados pela cooperativa. Assim,

busca-se estreitar o relacionamento com os bancos, especialmente os oficiais, no caso, o Banco do Brasil, única instituição financeira existente no município onde a cooperativa está instalada, e o Banco do Nordeste.

“Tinham medo que a cooperativa pegasse e fosse um forte concorrente, fosse um concorrente do banco, quando, na realidade, não é! Depois perceberam que, na realidade, a cooperativa é um parceiro, ia ser mais um cliente do banco”(Diretor ECOSOL).

Desse modo, por meio da cooperativa, os agricultores familiares tornam-se clientes dos bancos, passando a ter, através de uma economia de escala, maior capacidade de negociação com os agentes financeiros, e, assim, acesso a serviços e produtos financeiros que anteriormente poderiam obter com maior dificuldade. De outro lado, essa relação permite que o banco amplie a sua carteira de clientes a um menor custo, e, conseqüentemente, obtenham um maior rendimento sobre as operações locais.

5.8. O TRABALHO NA COOPERATIVA

Com uma leitura delineada acerca das dificuldades de viabilizar e dar sustentabilidade à proposta, dirigentes e lideranças planejaram uma estrutura funcional enxuta, inicialmente, não contando com funcionários. Os próprios dirigentes, os quais não seriam remunerados, exceto quando em deslocamento para atividades fora do município de origem, exerceriam as rotinas administrativas e operacionais. Essa idéia está inserta na perspectiva de que, no cooperativismo, o trabalho voluntário e o altruísmo representam aspectos presentes nas relações entre as pessoas. Essa perspectiva, contudo, reconhece a necessidade de sobrevivência das pessoas através de um ganho, conforme o relato de um dirigente.

“Ninguém pode trabalhar de graça, que você não pode sobreviver, né? Mas você tem que ter uma atuação, porque tudo que você for fazer, só se for por dinheiro, por dinheiro, por dinheiro... Você torna-se uma pessoa que, no dia que não tiver dinheiro, você não faz. Eu acredito muito no trabalho voluntário, e o cooperativismo, pra mim, é trabalho voluntário. Claro que tem pessoas que têm que ganhar. As pessoas são boas, agora eles têm que sobreviver, agora eles têm que sobreviver”(Conselheiro fiscal ECOSOL).

Com isso, os dirigentes eleitos na primeira assembléia, de fundação da cooperativa, tiveram que assumir múltiplos papéis: trabalhar para si, nas suas propriedades; para os outros, no movimento sindical local ou estadual; e na

cooperativa. Porém, o trabalho para os outros requeria um conhecimento ainda inexistente no cooperado potencial, conforme o relato de um associado, implicando em um gradativo processo de aprendizagem.

“ A gente tem pouca experiência, temos que avaliar melhor para poder dar o passo seguro, então, a gente começou trabalhando devagar. Um dos grandes desafios nossos é que a nossa experiência a gente começou aqui, tá vendo? Mesmo na prática, então, por isso, a gente talvez, se tivesse mais experiência, a cooperativa tivesse mais adiante. Quando ia dar o passo, a gente tinha uma responsabilidade muito grande” (Presidente ECOSOL).

Nesse sentido, a estratégia inicial de um reduzido número de associados fundadores, advindos de três municípios, suscitada pela ADS, facilitou a aprovação do projeto junto ao Banco Central, mas, adiante, apresentou-se como um elemento de entrave para a operacionalização da proposta, em virtude da exigüidade dos recursos capitalizados pela cooperativa, gerando dificuldades para a entrada em funcionamento da organização, conforme destaca um dirigente ⁸⁴.

Por se tratar de uma cooperativa de crédito, cujo processo de funcionamento está condicionado à introdução de rotinas de trabalho, houve a necessidade de desenvolvimento de uma infra-estrutura, instalação e operacionalização de sistemas de informação computadorizados, forçando uma especialização no ambiente operacional, com contratação de mão-de-obra e investimentos em tecnologia da informação. A especialização do quadro de dirigentes e funcionários permitiu que esses associados assumissem funções, atividades e rotinas inerentes ao sistema financeiro e à gestão da cooperativa que, por sua vez, serviu de base para as demais experiências de cooperativas de crédito no estado de Pernambuco e no Nordeste. Todavia, com o crescimento do número de associados da cooperativa, houve contratações formais de funcionários, os quais também são associados da cooperativa.

A divisão do trabalho entre dirigentes eleitos e contratados, além de funcionários, foi uma forma adotada para a estruturação das atividades da cooperativa. Com o crescimento da mesma, concomitantemente ocorreu um aumento das atividades operacionais, as quais passaram a exigir pessoas especializadas em

⁸⁴ Na implantação de outras cooperativas ECOSOL pela ADS, no estado de Pernambuco, essa estratégia foi revista, sendo o número de sócios-fundadores superior a 100 pessoas.

determinadas funções. Um contador, um gerente de atendimento e um caixa foram, então, contratados, de modo que as relações de trabalho entre a cooperativa e esses profissionais trouxeram uma nova dinâmica para a cooperativa, baseada em critérios da moderna administração.

“Ela (a gerente) é uma pessoa de inteira confiança nossa, mas, na relação institucional, não existe amizade, não existe nada, existe o profissionalismo. Ela trabalha aqui como um profissional, e, como profissional, nós temos que monitorar 24 horas, porque assim se constitui uma organização séria. Não tem o que relaxar” (Diretor ECOSOL).

A adoção dessa estrutura organizacional, inclusive com a incorporação de cargos de gerência, traz à tona alguns conflitos em relação à proposta inicial, de não contratação de funcionários ou empregados pela cooperativa.

“Nós inclusive temos preconceito com relação a esse nome de “gerente”. Nós estamos trabalhando para ver qual o nome que nós vamos dar a ela. Mas ela é a pessoa responsável para fazer o atendimento aos associados, a parte interna da cooperativa, a gestão. O processamento de contrato, recebimento das contas, empréstimos, é feito por ela” (Diretor ECOSOL).

Esse fato se justifica pela necessidade que os dirigentes eleitos têm de “estar mais soltos” para realizarem atividades de natureza estratégica ao sucesso da cooperativa, tais como a visita para captação de novos associados, trabalhos a fim de angariar mais recursos, realizados tanto por parte dos associados, como de outras instituições, governamentais ou não-governamentais, além de ações em outras alçadas do cooperativismo de crédito regional e nacional.

5.9. CONTRIBUIÇÕES AO DESENVOLVIMENTO LOCAL

A principal proposta da cooperativa era realizar uma descentralização do crédito, permitindo que o associado tivesse acesso a recursos financeiros de forma mais ágil e desburocratizada. A ampliação dos espaços de participação dos agricultores familiares para além da esfera sindical, considerada exitosa para uma economia produtiva, representa o principal resultado da experiência cooperativa. A função da cooperativa, nesse sentido, é de promover o desenvolvimento local.

A cooperativa vem atuando no fortalecimento das potencialidades individuais e coletivas, através da ampliação do acesso ao crédito, a fim de que os associados, no caso, agricultores familiares, possam obter recursos financeiros, aumentando as

oportunidades para a realização de investimentos, como através da constituição de novos espaços de decisão e inserção, em entidades representativas regionais e nacionais.

A discussão do crédito, sob o enfoque da família, e não apenas de um indivíduo, representa a tentativa de uma discussão no ambiente familiar acerca do destino do crédito. Isso porque, como se trata de um empreendimento em que a mulher e os filhos também trabalham e do qual fazem parte, os esforços da cooperativa direcionam-se para que todos esses atores integrem uma polêmica para decidir o destino dos recursos.

“Em regime de agricultura familiar também incentivamos que a família participe. Na hora de fazer o crédito, ele não é discutido apenas com o marido. É discutido com a mulher que vai tocar o crédito, com o filho que vai tocar o crédito. Coloca para eles a necessidade deles fazerem essa discussão. Fazer desse crédito, o crédito familiar ” (Presidente ECOSOL).

A concessão de crédito para atividades produtivas que viabilizem uma maior gama de oportunidades à agricultura familiar, a exemplo da apicultura e da caprinocultura, consiste em um outro ponto da ação da cooperativa. Através da integração com entidades representativas dos agricultores familiares, como a Associação dos Apicultores de Afogados da Ingazeira - APAI, o financiamento permite a formação de bases para a construção de um arranjo produtivo⁸⁵.

Dentro da perspectiva de construção de um sistema de crédito específico da agricultura familiar, uma ação articulada criou uma base de apoio comum a vários sistemas de cooperativas de crédito solidário, com sede na ECOSOL-Pajeú. A proposta compõe-se de uma base de serviços coletivos, que inclui desde a contabilidade até a assessoria técnica, bem como as cooperativas do ECOSOL, do CREDITAG e do INTEGRAR, marcando uma fase de cooperação entre sistemas alternativos que trabalham com a agricultura de base familiar.

Essa ação promove uma coordenação técnica e políticas regionais, moldando uma rede local de cooperativas de crédito, na qual se obtém vantagens econômicas em virtude da redução de custos operacionais. Além disso, possibilita o fundamento

⁸⁵ Foram liberados recursos para 14 dos 27 associados da APAI, de modo que a comercialização da produção é feita em espaços alternativos locais – as feiras agroecológicas – e realizada por meio de ações integradas às ONGs Sabiá e Diaconia, nos municípios de Afogados da Ingazeira e Tabira.

para a criação de uma estrutura articulada, de forma a não haver sobreposições de ações e áreas de abrangência entre as diversas iniciativas em curso.

No momento em que a ECOSOL-Pajeú desenha uma nova configuração do cooperativismo de crédito local, também ganha espaço no âmbito do próprio sistema ECOSOL, por meio de uma posição no quadro de dirigentes executivos. A presidente da cooperativa é, ao mesmo tempo, a secretária nacional do sistema ECOSOL, de modo que, ao assumir um duplo papel, favorece a introdução da própria cooperativa em diversos ambientes institucionais.

Na esfera municipal, a inclusão da cooperativa em vários espaços de decisão, tanto de políticas públicas como de representação de classe, representa um outro ponto impactante desse projeto. Como instituição representante dos agricultores familiares, a cooperativa figura como um novo ator no cenário local, vindo a integrar o Conselho de Desenvolvimento Rural, ao lado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, e outras associações municipais. Ainda no campo de representação das políticas públicas, a cooperativa também passa a compor o Conselho Municipal de Saúde.

Porém, é em um novo espaço, o empresarial, que o papel de representação da cooperativa adquire uma destacada importância. Por ser uma instituição de prestação de serviço, a cooperativa pôde se filiar à Câmara dos Dirigentes Lojistas – CDL municipal, destacando-se o fato de os agricultores familiares, através de sua representação, estarem inclusos em mais essa esfera, restrita, anteriormente, aos empresários locais. Tal inserção deu-se pelo fato de figurarem como os principais contribuintes do imposto municipal sobre serviço – ISS, cuja monta de valores repassados à localidade denota o diferencial de suas atividades em relação aos demais agentes econômicos. Essa ação, enaltecida junto aos agentes públicos, destaca um comportamento institucional diferenciado.

“Inclusive, em todas as ações nossas, a gente faz questão de convidar os poderes públicos municipais e estaduais para passar para eles. Mostrando a eles toda vez, que nós somos o principal contribuinte, até porque não temos a filosofia e o costume de sonegar imposto. Até porque todos os impostos da cooperativa são recolhidos” (Diretor ECOSOL).

O envolvimento da cooperativa em programas de educação, levados adiante por parceiros institucionais, governamentais e não-governamentais, sobressai-se

como uma ação diferencial irrestrita ao quadro de associados. Embora não participe da execução das ações, os dirigentes da cooperativa ressaltam que os programas complementam a formação dos quadros de associados e das comunidades, bem como dos núcleos onde se encontram inseridos.

O primeiro programa é voltado para educação de jovens e adultos, levado adiante através do programa Todas as Letras⁸⁶, executado pela CUT e Escola Nordeste, em cooperação com os sindicatos dos trabalhadores rurais da área de abrangência da cooperativa. Esse programa, segundo os dirigentes, além de favorecer a entrada de potenciais associados, uma vez que não são admitidos no quadro de sócios aqueles que não saibam “assinar o nome”, também realiza um trabalho de formação associativa e sindical, sinalizando em direção às ações do movimento cooperativo de crédito.

O segundo programa relevante é o Arca das Letras⁸⁷, voltado à formação de bibliotecas rurais em várias temáticas, para que jovens e crianças tenham acesso à leitura. O papel da cooperativa consiste, portanto, em inserir os núcleos no rol dos beneficiários.

5.10. OS DESAFIOS COOPERATIVOS

A ação dos sindicatos dos trabalhadores rurais e da ECOSOL-Pajeú apresenta linhas congruentes, em que o movimento de um tende a complementar o outro e, em alguns casos, os dois tendem a se justapor. De um lado, há um direcionamento da cooperativa para agregar o maior número possível de associados dos sindicatos ou não, empreendendo esforços para desenvolver produtos e serviços que atendam a essa diversidade de interesses e necessidades. Com vistas ao fortalecimento mútuo,

⁸⁶ O projeto Todas as Letras, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), tem abrangência nacional e foi lançado em 2005, dentro do Programa Brasil Alfabetizado, do Ministério da Educação – MEC – em parceria com a Petrobrás e apoio da Unesco. A coordenação do projeto “Todas as Letras”, em Pernambuco, é feita pela CUT-PE e Escola Nordeste – Marise Paiva de Moraes.

⁸⁷ O programa Arca das Letras do Ministério do Desenvolvimento Agrário, a partir de 2005, consiste em bibliotecas com cerca de 230 livros de literatura, didáticos, e de pesquisa, nas áreas de educação, meio-ambiente, saúde, agricultura e cidadania, em acervos formados, especialmente, para as comunidades rurais. Esse programa possui agentes de leitura, os quais consistem em voluntários que atuam no empréstimo desses livros e no incentivo à leitura em suas comunidades. No caso do Pajeú, além dos sindicatos dos trabalhadores rurais, a capacitação desses agentes, em 2005, realizou-se com o apoio das ONGs Sabiá, Cecor, Diaconia e Coopagel.

um desafio para a cooperativa é manter esse arranjo, de forma que se distinga o papel de cada uma das entidades. A formação representa um caminho para esse fato.

“Inclusive o nosso planejamento, nós temos uma meta, que é o de elaborar um plano de formação conjunta com os sindicatos. Então, a gente dá formação à cooperativa e aos associados do sindicato nessa parceria, haja vista que o nosso principal parceiro é o movimento dos trabalhadores e trabalhadoras rurais” (Diretor ECOSOL).

Quando se tratam de operações, como as realizadas pelo PRONAF – destacadas como importante ponto na estabilização das cooperativas de crédito do sistema CRESOL (KUMAR, 2004) – há uma fonte de tensão com os sindicatos dos trabalhadores rurais. Isso se deve ao fato de essas instituições terem assumido o papel de agentes de crédito, ampliando a fonte de receita, e realizando, em conjunto com uma cooperativa de prestação de serviços agropecuários, transações do PRONAF operacional.

Nesse sentido, a ampliação e o compartilhamento do mesmo quadro social representam um elemento que poderá resultar em campos de conflito entre ambos. Todavia, ao assumir o papel de intermediário financeiro e atuar como agente de cobrança de taxas de contribuição sindical, a cooperativa estabelece a direção de um novo contexto para dirimir tais questões. Já a captação de recursos, através de poupança ou aplicação pré-fixada – outro ângulo deste processo –, essencial para a sustentabilidade das ações de crédito, ainda está aquém do estabelecido no plano de viabilidade da entidade.

As práticas do pequeno produtor, de investimento das sobras em animais de baixa estatura, associadas à própria questão da compensação bancária e às limitações de saques em contas nos pontos de atendimento sindicais, configuram fatores de restrição. Como os recursos da cooperativa são depositados em conta única do Banco do Brasil, esse representa um aspecto dificultador de movimentação por parte da cooperativa. Daí, a proposta para expandir as ações e alcançar os cooperados localizados em municípios da área de abrangência, a partir da instalação de pontos de atendimento em São José do Egito e em Afogados da Ingazeira, constituir um tema recorrente das estratégias de ampliação de acesso aos serviços da ECOSOL nos municípios em que atua.

A distância geográfica entre os associados, por sua vez, é apontada como um

elemento de entrave para que sejam utilizados os serviços de poupança na cooperativa, mesmo que sejam adotados os serviços itinerantes de atendimento, durante um dia por semana, nas sedes dos sindicatos fora do município-sede da cooperativa. Ainda que seja uma solução para contornar esse problema, não tem sido suficiente para aproximar o poupador associado. O capítulo seguinte põe em relevo os resultados das análises procedidas.

CAPÍTULO 6

6. COOPERATIVISMO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: DA PROXIMIDADE À SUSTENTABILIDADE

As cooperativas de crédito analisadas representam uma proposta de intermediação financeira que, ao ocupar nichos nos contextos locais, guardam particularidades decorrentes dos aspectos socioeconômicos dos sujeitos que fazem parte de seu quadro social.

As cooperativas ganham expressão na medida em que atores da região se propõem a constituir e levar adiante uma instituição financeira cujo projeto está voltado para as necessidades do território em que estão inseridas. Porém, as mesmas desenvolvem um conjunto de estratégias complexas, com articulações e inserção em redes que vão além desse espaço. São resultantes de processos locais, de relações estabelecidas entre indivíduos, com propósitos e interesses que buscam ampliar o acesso ao crédito.

As relações de proximidade apresentam um elemento importante para entender as tramas em torno de propostas de desenvolvimento de sistemas financeiros locais alternativos. Numa sociedade onde os membros se conhecem, de interconhecimento, o relacionamento com uma organização de intermediação financeira tende a não se pautar por uma perspectiva utilitarista e impessoal. Esse tipo de relacionamento está “enraizado”, na expressão de Granovetter (1999), em uma rede de relações, historicamente constituídas, que envolvem uma diversidade de aspectos produtivos, técnicos e culturais.

A atualidade do projeto das cooperativas de crédito e sua expansão em diversos espaços, inclusive em áreas onde não havia experiências dessa natureza, está justamente em possibilitar um projeto diferencial e, ao mesmo tempo, flexível a ajustes e singularidades da localidade. Essa flexibilidade, entendida não no sentido de frouxidão, mas de adequação aos interesses e condições do meio, é tida como

fundamental para a estruturação de sistemas financeiros locais, como bem destacam Nagarajan e Meyer (2005).

Adequar a sustentabilidade financeira às necessidades dos associados denota um desafio cotidiano para as cooperativas; equacionar crescimento econômico com o conhecimento dos seus associados representa um desses dilemas. Portanto, nas duas experiências aqui analisadas, encontram-se similitudes e diferenças que possibilitam compreender a participação do cooperativismo de crédito nos sistemas financeiros locais.

6.1. A PROPOSTA DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA: PROXIMIDADE, ADEQUABILIDADE E SUSTENTABILIDADE.

A CREDIPAJEÚ, portadora de uma história com mais de sete anos de atividade, consolidou-se como um agente de intermediação local, especialmente nos municípios em que possui uma unidade física de atendimento ao cooperado. A parceria com uma cooperativa agrícola consistiu em um fato de grande relevância para que a CREDIPAJEÚ pudesse ampliar rapidamente a sua movimentação financeira. O crescimento gradual e constante do quadro de associados e a expansão da base de serviços vêm proporcionando resultados positivos na medida em que têm ampliado o volume de recursos movimentados.

A ECOSOL-Pajeú, com uma trajetória mais recente, também vem demonstrando capacidade de resposta ao conjunto de necessidades dos atores locais, moldando-se à realidade existente no seu espaço de atuação territorial. Embora em um ritmo mais lento, e voltada a uma clientela mais específica, essa cooperativa de crédito demonstra uma capacidade de articulação e de construção de redes que tem proporcionado recursos a fim de desenvolver e experimentar métodos e produtos adequados às necessidades dos associados.

As cooperativas de crédito analisadas aduzem a dificuldade de financiamento como o principal motivo para sua constituição. Zeller (2003) destaca que esse processo de estrangimento de crédito é comum em áreas rurais, haja vista a agricultura apresentar maiores riscos de retorno das operações que outras atividades econômicas. O autor destaca que tal situação atinge tanto aqueles abaixo da linha da

pobreza, que sequer têm acesso ao sistema financeiro, como os situados acima da linha de pobreza, mas com dificuldades de acesso aos serviços bancários, considerando o alto custo de transação.

Os dois casos investigados, CREDIPAJEÚ e ECOSOL-Pajeú, estão vinculados a formas de produção agrícola distintas, que apresentam situações de constrangimento de acesso ao crédito ou a serviços financeiros.

Os produtores de frango, os quais já estavam integrados em uma outra cooperativa, ressentiam-se da falta de recursos para financiar o giro de suas atividades e do baixo nível de rendimento. Embora tenham se vinculado a uma proposta que descortinava novos horizontes para a ampliação da renda, esse processo, aparentemente, não veio a alcançar os propósitos, resultando em uma situação de subordinação à agroindústria.

Em virtude de possuírem um único comprador, os preços obedecem a critérios estabelecidos pelo mesmo, de modo que os produtores são submetidos a uma relação de subordinação, com baixa remuneração. Como ressalta um produtor que é sócio da COPASA e da CREDIPAJEÚ, *“sobrar não sobra não. Esse negócio de sobrar, a gente tá feliz quando dá”*, demonstrando que mesmo desenvolvendo uma atividade pecuária de ciclo curto, o custo de produção é elevado. Dessa forma, a realização de investimentos e a reposição de equipamentos, por exemplo, representam elementos que vêm a se constituir em novos desafios para os produtores. O financiamento indireto colocado à disposição pela cooperativa agropecuária local, através da venda, a prazo, de insumos, não consegue atender ao conjunto de necessidades dos produtores locais. É a partir das necessidades desse grupo de interesse que se constrói a cooperativa, como destaca o presidente da CREDIPAJEÚ: *“só tem a CREDIPAJEÚ porque os associados da COPASA resolveram criar a cooperativa”*.

Os agricultores familiares locais que não se inseriram nesse processo anterior, historicamente, encontram-se longe do acesso ao crédito rural. Esse fenômeno se revelou de forma mais intensa a partir de 1999, quando o crédito rural oficial para a região (nos anos seguintes) foi reduzido a níveis mínimos. Para enfrentar a situação de vulnerabilidade desses atores, iniciativas de acesso ao crédito, com o apoio de doadores externos junto a diversas associações de produtores, deram origem aos

fundos rotativos. Tais iniciativas, levadas adiante pelas associações de produtores, apresentaram problemas de retorno de pagamento. “*A maioria faliu*” (associado da ECOSOL-Pajeú). Essas falhas concernentes a um instrumento de crédito alternativo, mesmo quando dispostas em um contexto de proximidade, são atribuídas a vários fatores, dentre os quais a interferência da política partidária nas associações gestoras desses recursos.

Desse modo, no discurso dos dirigentes – a proposta de construção das cooperativas de crédito – representa uma forma de solucionar tais questões. “*Surgiu mediante uma necessidade de resolver um grande problema que era o crédito*” (integrante do conselho de administração da ECOSOL-Pajeú). Atores externos informam e despertam os atores locais para a proposta das cooperativas de crédito, levando-os, segundo membro do conselho de administração CREDIPAJEÚ a “*sonhar com a idéia*”.

A oferta, na qual estava embutido o projeto das cooperativas de crédito, além de propor a construção e viabilização de um intermediário financeiro local, reforçava o desenvolvimento regional: “*a proposta consistia em apoiar a economia local, de investir na própria comunidade*” (associado CREDIPAJEÚ); “[...] *falava como é o papel da cooperativa enquanto instrumento de desenvolvimento, o papel da cooperativa com sua capacidade de poupança e dinamização da economia*” (dirigente sindical).

Desse modo, a possibilidade de um novo desenvolvimento para os associados e toda a região, através da concessão de crédito e captação de poupança, é enaltecida nas duas propostas. Esse processo, entretanto, conforme analisado, implica a construção de relações de confiança entre os seus participantes.

6.2. AS RELAÇÕES DE PROXIMIDADE E CONFIANÇA

Os discursos dos entrevistados situam a confiança como um importante elemento para estabelecer ligação com a cooperativa, tanto em relação aos associados como às demais instituições. Esse é um ponto comum nos discursos dos integrantes da cooperativa: “*As pessoas têm que ter confiança*” (associado da ECOSOL). Como bem argumenta Granovetter (1999), as relações econômicas, para

serem estabelecidas, implicam um nível mínimo de confiança entre as pessoas.

Com efeito, a construção das propostas das cooperativas implica edificação de laços de confiança, de modo que nas duas experiências as relações pessoais e de proximidade possibilitaram tanto ampliação do quadro de associados como de recursos transacionados. Nos casos analisados, os elos de proximidade, os vínculos comunitários e de vizinhança, são de grande importância para a expansão e consolidação das cooperativas. Desse modo, as cooperativas engendram um conjunto de relações que viabiliza a construção desse projeto no contexto local.

As cooperativas trabalham essa proximidade a partir de relações engendradas em círculos sociais, onde os atores vivem, convivem e trabalham. Essa proximidade é construída a partir das relações pré-estabelecidas em outros grupos, formais ou informais, proporcionando uma maior transparência e previsibilidade da ação entre os atores, permitindo, por consequência, a constituição de mecanismos de análises acerca da moral dos candidatos a associados, e daqueles que pleiteiam empréstimos. Nesse sentido, as cooperativas constroem suas propostas a partir de grupos pré-existent, de modo que a propagação da proposta se dá a partir de círculos de proximidade que incluem parentes e vizinhos, por exemplo, dos primeiros membros das cooperativas.

No caso da CREDIPAJEÚ, o conhecimento e a transparência entre os associados foram gerados pela proximidade espacial e profissional, uma vez que os atores se conheciam por atividades comuns, desenvolvidas em uma mesma organização, a COPASA. As relações de proximidade, tanto de vizinhança quanto profissionais, representam a maneira pela qual a cooperativa é conhecida, bem como os seus associados. Essa simetria de informações possibilita a avaliação de aspectos morais relativos a compromissos e de confiança do indivíduo. Tal afinidade, do mesmo modo, favorece que *“também os cooperados tenham maior informação acerca da situação da cooperativa”*, destaca um integrante do conselho de administração CREDIPAJEÚ. Isso pode ser observado quando se toma a distribuição do quadro social da cooperativa, o qual está concentrado no município da sede e naqueles em que a cooperativa possui postos de atendimento. Percebe-se que a proximidade física dos funcionários e dos seus dirigentes propicia uma relação mais estreita entre a cooperativa, e induz a um processo de filiação.

No que concerne à ECOSOL, o vínculo com o movimento sindical e a proximidade de vizinhança representam a maneira através da qual a proposta da cooperativa vai se inserindo no contexto local. Nesse sentido, é por meio das relações dos dirigentes sindicais, especialmente nas suas bases comunitárias, onde possuem vínculos de proximidade, que a proposta ganha novos associados, conforme destaca um dirigente sindical, associada da ECOSOL: “ [...] *tava fazendo todo movimento nesse núcleo aqui, reunindo, induzindo o povo*”.

Desse modo, há que destacar o fato de as cooperativas de crédito serem construídas e se expandirem a partir de um processo de adesão de atores que se encontram inseridos em outras formas de organização formal e informal no território de abrangência da organização. É essa proximidade, compartilhada por esses atores sociais nesses espaços, que favorece o projeto base das cooperativas. Assim, à medida que as cooperativas vão funcionando e os resultados são observados, se reforça uma confiabilidade anteriormente compartilhada, permitindo-se a ampliação da proposta através de uma rede social local. Através dessas redes, como destaca Granovetter (1999), efetua-se uma mobilização de recursos que possibilitam a constituição de organizações econômicas.

O estreitamento das relações sociais entre os associados, ao lado da operacionalização das cooperativas, dá margem à expansão dos projetos cooperativos. Nesse sentido, nas experiências analisadas, as propostas encontram-se imbricadas em uma trama social, em que os círculos de proximidade apresentam uma grande importância para a consolidação e expansão das propostas. Ao mesmo tempo, a transparência resultante das relações de proximidade consiste em um elemento para a seleção de novos associados para as cooperativas de crédito, favorecendo, ainda, a construção de mecanismos alternativos de crédito.

6.3. DINÂMICAS TERRITORIAIS: PROCESSOS DE FILIAÇÃO E RISCOS

Na análise das cooperativas de crédito, os círculos de proximidade representam uma importante fonte para que sejam selecionados os potenciais associados e avaliados também de riscos das operações. O uso de mecanismos de

monitoramento, por meio das relações sociais, contribuiu para desenvolver uma nova sistemática de crédito, de baixo custo de transação.

De acordo com González-Veiga (2001), as operações nas instituições que trabalham com crédito no meio rural, apresentam dois tipos de riscos: um risco idiossincrático, relativo às características individuais dos credores ou depositantes, e um risco sistêmico, que afeta todo um conjunto de pessoas na área de abrangência da organização.

As cooperativas, a fim de evitar o primeiro tipo de risco, lançam mão de dados cadastrais obtidos em fontes como SERASA e SPC. Todavia, essas fontes não conseguem transmitir o conjunto de informações que possibilitem um maior conhecimento acerca do indivíduo e seus laços sociais. Desse modo, as cooperativas utilizam um processo de indicação de filiação, haja vista haver necessidade de abono da ficha de inscrição. Existe ainda uma instância em ambas as cooperativas, o conselho de administração, o qual, por meio de reuniões periódicas, delibera acerca da admissão do associado. Contudo, na ECOSOL, esse processo ocorre de forma mais minuciosa do que no processo tradicional das cooperativas, uma vez que são os núcleos de associados que dão o aval para a entrada de associados. Ao mesmo tempo, tal mecanismo constitui uma forma de obtenção de maior número de informações com custo reduzido.

Outro ponto comum às duas cooperativas é o fato de os funcionários contratados também integrarem o circuito de coleta, análise e seleção de informações acerca dos associados. Contudo, há diferenças na condução e utilização desse mecanismo como substituto de garantia nas cooperativas.

Na CREDIPAJEÚ, como existem várias unidades de atendimento distribuídas em municípios circunvizinhos, os funcionários assumiram a responsabilidade da obtenção de informação e de avaliação dos potenciais associados. Esse procedimento é destacado por um membro do conselho de administração da CREDIPAJEÚ, no “[...] *cuidado de que em cada cidade tenha funcionários nascidos e criados na comunidade que trabalham na cooperativa. Sabem dos problemas da comunidade*”.

González-Veiga (2001) esclarece que, mesmo as organizações que apresentam uma extensa área de abrangência, um amplo conjunto de serviços e produtos, necessitam estabelecer relações de proximidade para avaliar e superar os

riscos idiossincráticos. Desse modo, embora a CREDIPAJEÚ amplie a sua área de atuação e o quadro de seus associados, segue utilizando a rede de relações dos seus funcionários a fim de obter informações adicionais acerca dos potenciais associados.

Na ECOSOL, o controle de entrada de associados se dá através de um processo mais rigoroso, uma vez que depende não somente de uma indicação, mas também de uma análise efetuada por todo um grupo de cooperados, que incorporam o mesmo círculo de relações de vizinhança ou proximidade.

“Quando uma pessoa vai pedir filiação na cooperativa, aqueles que já são sócios, o grupo, têm de dar o aval. ‘Ó, essa pessoa quer de fato participar, construir o cooperativismo?’ Porque, você sabe, têm pessoas que só querem resolver uma situação dele, bem pontual. Também tem mau pagador. Também tem disso.” (Presidente ECOSOL).

Como destaca Granovetter (1999), os problemas de fraude e desvios podem ocorrer com mais facilidade quando envolvem uma relação apenas entre dois indivíduos. Na ECOSOL-Pajeú, há um reforço no processo de análise do candidato, uma vez que os grupos com os quais os indivíduos se relacionam, vivem ou trabalham, deliberam acerca da entrada do associado, antes do conselho de administração. Com esses grupos, concordam os dirigentes, há uma menor probabilidade de erro na seleção dos candidatos a associados, conseqüentemente, reduz-se o risco das operações nas cooperativas.

De acordo com Simtowe e Zeller (2006), a seleção dos associados consiste na primeira fase para o processo de concessão de crédito em organizações coletivas. Decerto que, em círculos de proximidade, há uma maior transparência e uma melhor condição de monitoramento das ações dos outros; isso se apresenta de forma mais intensa se o processo ocorre por meio do controle de várias pessoas.

Não obstante o processo de monitoramento em razão das relações de proximidade possa ocorrer em ambas as cooperativas, é na ECOSOL-Pajeú que o mesmo acontece de forma mais intensa, permitindo o desenvolvimento de mecanismos que venham a substituir a garantia real ou caução das operações de empréstimos. Tal fato se deve ao trabalho dos associados, indicados como novos integrantes da cooperativa, os quais obtêm mais transparência e um maior monitoramento das ações, em virtude de viverem e conviverem em comunidades rurais.

Na ECOSOL, a figura do agente de crédito também promove um contato mais estreito com o associado e com o grupo do qual ele participa, possibilitando o monitoramento do crédito dos mesmos. Tem-se, assim, uma maneira alternativa ou inovação para concessão do crédito, o que Zeller (2003) descreve como inovação institucional.

Esse processo de monitoramento, no que concerne à CREDIPAJEÚ, é baseado nas redes de relações sociais. Porém, a extensão geográfica de sua área de atuação e o tamanho do seu quadro social dificultam a eficiência desse processo, que ocorre de forma menos intensa do que na ECOSOL.

Uma premissa do presente trabalho ressalta que, em decorrência da proximidade, os vínculos de sociabilidade representam um fator de relevância na constituição das cooperativas de crédito, bem como de aproximação entre associados, sendo considerados um importante elemento de monitoramento social, no sentido de garantir o retorno das operações de crédito realizadas pelas cooperativas. Tal fato foi observado nas duas cooperativas analisadas e, ainda que se mostrassem como um projeto alternativo, a proposta se expandiu nos respectivos territórios de abrangência através desses círculos de proximidade.

Em relação a análises de riscos idiossincráticos e sistêmicos nas operações de crédito das cooperativas, deve-se destacar o fato de que a agricultura apresenta um nível de risco e incerteza superior ao de outras atividades econômicas. A forma encontrada, então, de a cooperativa se proteger desses riscos consistiu no uso de inúmeras estratégias. Assim, cabe a cada experiência lançar mão de práticas que sejam exequíveis e apropriadas para atender as necessidades de seus associados e da comunidade em que estão inseridas, revelando a importância da flexibilidade visível nas operações das cooperativas consideradas.

6.4. PRÁTICAS DE GESTÃO E DILEMAS DO CRESCIMENTO

Tem-se observado, nas cooperativas de crédito analisadas, um esforço constante de ajuste para o desenvolvimento de produtos e serviços que estejam em consonância com as necessidades do associado. Tanto a CREDIPAJEÚ como a ECOSOL apresentam propósitos para a ampliação dos recursos disponíveis aos

associados, além da captação de poupança local e externa, de forma a ampliar o montante de crédito disponível. Essas cooperativas, contudo, apresentam diferenças em relação à diversificação de produtos ou serviços, bem como especificidades na flexibilidade do atendimento e na definição das estratégias de crescimento. Isso representa uma tentativa de adaptação à realidade local.

Esse processo de adaptação é essencial para a estruturação de sistemas financeiros locais, como argumentam Nagarajan e Meyer (2005), não apenas em relação à poupança e ao crédito, como também nos processos de gestão que permitam um maior alcance e cobertura dos serviços financeiros locais, inclusive em direção àqueles de maior vulnerabilidade. Todavia, como destaca González-Veiga (2001), as instituições financeiras locais em áreas rurais, devem diversificar os seus riscos sistêmicos por meio da ampliação de operações em carteiras de crédito diversificadas, ou através de operações descentralizadas. Isso porque a deterioração da confiança no sistema financeiro é consequência do risco sistêmico, trazendo problemas de liquidez e solvência, bem como insegurança institucional.

As cooperativas buscam eliminar a questão da insegurança cumprindo as normas bancárias nacionais, com relação a atividades cotidianas nelas existentes: atas de assembléias, balanços, além de diversos processos de ordem administrativa e financeira, que são sistematizados e suas cópias eletrônicas enviadas ao Banco Central, sob pena de suspensão das atividades.

Concomitantemente, as cooperativas têm desenvolvido uma ampliação na carteira de atendimento, tanto com a diversificação de produtos e serviços, quanto envolvendo um gradiente de produtores rurais, micro e pequenos empreendedores locais, que também desenvolvem alguma atividade na agricultura. A diversificação consiste em uma alternativa, apontada por González-Veiga (2001), para minimizar os riscos sistêmicos, favorecendo também o crescimento das instituições financeiras locais. O autor afirma que essa diversificação implica em desafios econômicos, e sugere que tal procedimento possa levar ao distanciamento entre a organização e os seus clientes.

A CREDIPAJEÚ apresenta práticas agressivas de ampliação da rede de atendimento para municípios próximos, com investimentos em infra-estrutura e tecnologia, que tornam os processos de gestão mais complexos e com custos

maiores. Ao mesmo tempo, adota uma prática de admissão de associados que têm a agricultura como sua principal base de atividade, e daqueles que a combinam com atividades comerciais.

Esse processo pode ser compreendido como uma *“corrida pelo crescimento”*, conforme destaca um membro do conselho de administração da CREDIPAJEÚ. A opção é aumentar o quadro de associados através da instalação de unidades de atendimento em uma extensa área territorial, composta por 28 municípios.

A ECOSOL – Pajeú, por sua vez, apresenta o crescimento como um fator importante, alcançado através de práticas de gestão com nuances próprias e estratégias concebidas e operacionalizadas em um território menor. A opção é por uma estrutura mais flexível, que implique menores custos de transação. Como ressalta um membro do conselho de administração da ECOSOL: *“O nosso grande desafio é fazer com que a cooperativa possa alcançar o seu ponto de equilíbrio”*. E, para isso, a ampliação do quadro social é deveras relevante. A estratégia visa alargar a base de associados em uma área territorial composta de apenas 04 municípios circunvizinhos.

Assim, o processo de adequação das cooperativas de crédito ao contexto em que se inserem, com aponta Tormo (2002), não ocorre de uma única maneira. As questões da sustentabilidade e viabilidade representa, um ponto central não apenas da ECOSOL, mas também da CREDIPAJEÚ; essas cooperativas lançam mão de práticas que apresentam especificidades para cada caso, contribuindo para as mudanças na dinâmica territorial.

6.5. REDE FINANCEIRA E TECNOLÓGICA

As cooperativas de crédito, enquanto intermediários financeiros, representam um elo de integração entre poupadores e credores locais, permitindo igualmente a conexão destes com outras organizações financeiras e não financeiras. Segundo Meyer (2003), o sistema financeiro possibilita a conexão de vários agentes econômicos, movidos por interesses diversos.

A CREDIPAJEÚ desenvolveu uma rede financeira composta por vários postos de atendimento, integrando, além de vários municípios, um sistema

agroalimentar e uma estrutura de pequenos empreendedores locais. Imprimiu uma nova dinâmica pela capilaridade e canalização de recursos no território de sua área de abrangência.

A estratégia da CREDIPAJEÚ, de formar uma rede local, está centrada na utilização de novas tecnologias da informação, com utilização de hardware, software e sistema de transmissão de dados, que possibilitam o compartilhamento de informações e de transações no território de sua abrangência, gerenciando recursos locais. A tecnologia é um elemento considerado importante para a cooperativa, como destaca o assessor da *assessor da CREDIPAJEÚ*: *“Ela tem que ter tecnologia, uma área de tecnologia que controle bem, tudo isso passa por informática, passa por informação”*. Ao mesmo tempo, esse processo permite que ocorra uma uniformização da linguagem nessa rede, como ressalta o funcionário da CREDIPAJEÚ: *“o sistema é um só, fala a mesma língua, usa o mesmo programa de informática”*.

A CREDIPAJEÚ integra-se a uma rede de cooperativas de crédito, através de uma central cooperativa, para operações no sistema financeiro interbancário. Desse modo, a cooperativa de crédito central possui o controle sobre as operações das suas filiadas, sendo o ponto de conexão da CREDIPAJEÚ com outras cooperativas de crédito e o próprio sistema financeiro nacional.

Através dessa rede, conta-se com apoio técnico e suporte, havendo a disponibilização de um conjunto de produtos e serviços financeiros tão abrangentes quanto aqueles oferecidos pelos bancos aos seus associados. O fato de a cooperativa central estar integrada ao BANCOOB representou um elemento para que a rede financeira local, construída pela CREDIPAJEÚ, fosse estruturada de forma mais rápida. É através dessa integração bancária que a cooperativa adquire condições de atender aos diversos públicos locais, viabilizando várias transações bancárias.

A integração a essa rede requer uniformização de padrões e procedimentos, bem como outras estratégias de ação. O assessor da CREDIPAJEÚ, ligado ao SICOOB, destaca que todos estão sob o mesmo *“guarda-chuva ou sombrinha do sistema SICOOB Brasil, que está em Brasília”*, de modo que as diretrizes traçadas refletem em todas as cooperativas integrantes do sistema. A utilização da marca do sistema por todas as cooperativas consiste em uma das mudanças recentes.

“As cooperativas têm nome próprio Credipajeú, Crediseridó, elas vão passar todas a ser SICOOB, SICOOB Pajeú, SICOOB Seridó, porque, pra criar uma identidade nacional que existe em Minas, já existe no Espírito Santo” (Assessor da CREDIPAJEÚ).

Com isso, a cooperativa passa a seguir a mesma estratégia adotada pela ECOSOL e outros sistemas, adotando a mesma marca institucional.

Assim, tem-se uma extensa rede, conectada através da tecnologia da informação, com os mesmos códigos de comunicação (CASTELLS, 1999). Nessa rede os atores têm flexibilidade para operar em seus espaços, inclusive criando novos pontos de conexão, com algumas conseqüências. O racionalismo e a homogeneização de uma cultura do sistema financeiro similar à dos bancos privados representam um dos efeitos desse fenômeno, um isomorfismo cooperativo, para empregar o termo utilizado por Guadaño (2006), ao simbolizar o processo de perdas de algumas características da cooperativa.

A ECOSOL-Pajeú também estruturou uma rede financeira local, com uma perspectiva diferencial, por não dispor de recursos para investimento em infraestrutura, optando por um modelo mais flexível. Uma prática desenvolvida para atender as comunidades rurais.

O modelo adotado pela ECOSOL tem como inspiração as experiências das cooperativas de crédito do sul do país. Nestas há uma base volante – os agentes de crédito – que representam os conectores entre a cooperativa e os inúmeros nós – os núcleos de associados (SCHRÖDER, 2005). Esse processo permitiria operar com baixos custos e apresentaria um modelo alternativo de atendimento. O modelo adotado para a construção da rede local complementa o atendimento através da base física dos sindicatos, como mecanismos diferenciais de atendimento em um dia da semana.

Porém, tanto os agentes de crédito, como as bases de atendimento, apresentam limitações de operações, como saques, depósitos e transações. Esse processo veio a sofrer uma alteração: *“Pra nós, tudo era novidade, então, hoje, eu diria se eu fosse no CRESOL, tem um bocado de coisinha que eu tenho pra perguntar a eles para saber como eles fazem”* (associado ECOSOL-Pajeú).

O modelo desenvolvido pela ECOSOL, em função dos sistemas de

informação utilizados e mecanismos de supervisão e controle, favorece a estruturação de uma relação com associações de produtores rurais, entidades governamentais e não-governamentais, vinculados à gestão de fundos de crédito rotativo.

Nesse processo, a ECOSOL-Pajeú incorpora uma nova dinâmica, na medida em que está construindo uma rede de atendimento local, passando a atuar também como correspondente não bancário. Isso marca a conexão da cooperativa com o sistema financeiro, representando a porta de abertura de serviços para a comunidade e a formação de uma base local de atendimento integrado. Além do mais, permite que se estabeleça uma melhor condição para ampliar o quadro de associados. O projeto de instalação de unidades concentradas em rede representa uma proposta em execução da cooperativa:

“Tem um projeto que, à medida que a cooperativa tá crescendo, lógico, temos metas de movimentação, de crescimento de associados, de capital, de movimentação, como um todo para os outros municípios, e temos o projeto de formar PACs – Postos de Atendimento” (Presidente ECOSOL).

Em função de sua experiência, a ECOSOL-Pajeú articulou e estruturou, em 2007, uma rede de cooperativas regionais, juntamente com outros sistemas do cooperativismo de crédito, CREDITAR e INTEGRAR. Essa iniciativa almeja a solução de problemas que podem vir a afetar o crescimento de tais organizações.

As conexões estabelecidas pelas cooperativas vêm alargando o conjunto de produtos e serviços colocados à disposição dos associados, ao tempo em que também vêm buscando ampliar a quantidade de associados.

6.6. O CRÉDITO E A CONCORRÊNCIA

O conjunto de serviços financeiros colocados à disposição dos associados está diretamente relacionado ao nível de integração das cooperativas com os agentes bancários, de modo que as duas cooperativas não possuem apenas serviços de poupança e crédito. Esse processo de integração entre as cooperativas propicia uma melhoria na competitividade, conforme argumentam Desroches e Fichers (2005), de forma que possibilita maior eficiência organizacional e melhoria de seus resultados.

A CREDIPAJEÚ, devido a essa integração, oferece um conjunto de produtos e serviços que envolvem seguros e cartões de crédito, além do recebimento de pagamentos bancários. Por ser um correspondente bancário, mantém convênio com órgãos públicos e prefeituras dos municípios. Onde há unidades de atendimento – postos de atendimento ao cooperado – efetuam-se operações de recebimento de impostos e taxas, inclusive a realização de pagamento da folha de funcionários públicos das prefeituras. Desse modo, a cooperativa passa a admitir operações com não-associados, nas quais eles podem até efetuar depósito em poupança.

Com relação à ECOSOL, observa-se esse mesmo processo. À medida que ela passa a estar integrada com agentes bancários, há uma ampliação de serviços e produtos financeiros, permitindo que transações com não-associados sejam possíveis. A cooperativa se abre para um conjunto de atores locais, como trabalhadores aposentados e pensionistas, os quais podem realizar operações por meio das cooperativas sem, necessariamente, pertencer ao seu quadro: *“Inclusive temos com um projeto novo, como correspondente bancário, inclusive pagando a aposentado”* (membro do conselho de administração ECOSOL). É justamente esse avanço que faz com que a cooperativa adote estratégias similares às da CREDIPAJEÚ, em direção à captação de novos clientes, não-associados, para viabilizar seus projetos: *“Estamos negociando com a prefeitura que uma parte da folha de pagamento seja feita por lá. Só aí já temos a viabilidade do PAC de lá”* (membro conselho de administração ECOSOL).

As transações de crédito realizadas pela CREDIPAJEÚ possuem um limite de, aproximadamente, R\$ 2 mil por operação, superior aos valores da ECOSOL, que giram em torno de metade daquele valor. Embora o valor da CREDIPAJEÚ seja considerado de pequeno porte, caracteriza uma operação de microfinanças, mas não de microcrédito:

“A gente não tem um produto de microcrédito orientado. O que temos é um trabalho de empréstimo, de crédito direcionado para os negócios pequenos, para a geração de emprego e renda. Não para criar endividamento no pessoal, mas criar solução” (Presidente CREDIPAJEÚ).

A cooperativa realiza um trabalho de orientação, ao escolher as melhores alternativas de produtos ou serviços, desenvolvido por atendentes ou gerentes. Ao mesmo tempo, impõe um limite para o endividamento do associado - o quantitativo

de cotas-parte integralizado pelo cooperado – o que determina os valores máximos das operações realizadas.

No caso da ECOSOL, as operações são todas caracterizadas como microfinanças, havendo linhas específicas, como a dos fundos rotativos, nas quais se realiza um trabalho de microcrédito orientado:

“Então, a gente já consegue fazer essa movimentação nas diversas modalidades de microfinanças que a gente trabalha hoje, mesmo com crédito pequeno, e, porque a gente trabalha com microcrédito mesmo” (Presidente da ECOSOL).

Também está presente a preocupação com o endividamento do cooperado, estabelecendo-se um teto para as operações entre os associados, determinado pelo quantitativo de cotas-parte integralizado.

As operações de pequena monta realizadas nos empréstimos consistem em uma nova forma de atuação das cooperativas, que focalizam os “pequenos” como categoria preferencial, alvos das ações dessas organizações.

“As cooperativas entenderam que eram os pequenos empreendimentos o nicho delas. Pequenos mesmo. Que só tinha o dono e o filho dele lá, pequenos mesmo. O pequeno agricultor, a dona de casa que faz os doces, a confecção da sacoleira. Então, esse público passou a ser o público da cooperativa de crédito e é o público que a gente trabalha” (Assessor CREDIPAJEU).

Há uma preocupação, através das operações de crédito, em livrar o pequeno dos atravessadores:

“E também financiar outras atividades, como comercialização, capital de giro, pois, muitos pequenos empreendimentos, a maioria deles tem dificuldade em fazer girar, fazer render o seu negócio. Acaba ainda ficando na mão do atravessador.” (Presidente ECOSOL).

Apesar de atuarem com o foco em um mesmo segmento, há um consenso entre os dirigentes: que as cooperativas, mesmo atuando em uma área comum, não concorrem entre si, pois trabalham com públicos distintos, que buscam o crédito alternativo. Essa opinião é compartilhada também por dirigentes sindicais e lideranças locais:

“Eu acho que elas se complementam, porque, na minha compreensão, elas atingem públicos diferenciados. As pessoas que acessam, as famílias que acessam a ECOSOL não são as mesmas que acessam a CREDIPAJEU” (Representante de entidade parceira ECOSOL).

Contudo, são os bancos, os correspondentes bancários, que figuram como os principais concorrentes nos sistemas financeiros formais. Os produtos e serviços desses bancos podem ser acessados com facilidade e rapidez.

“A política do Bradesco, de uns 15 anos pra cá, são as pequenas contas, não mais as grandes empresas. E quais são os bancos que estão dando mais lucro nesse país? Itaú, Bradesco, Banco do Brasil. Agora, Banco do Brasil criou o crédito popular, que nada mais é que um crédito cooperativista, que eu vou na farmácia, tenho um crédito de 200, 300 reais” (Assessor CREDIPAJEÚ).

As estratégias dos bancos no contexto local também são bastante agressivas e em muitos casos há falta de clareza nas operações.

“Tem minibancos por aí, muitas vezes eles vão na casa dos aposentados. Outros nem sabem que fizeram o empréstimo, mas quem pegou foi o genro, a nora, enfim, a própria família” (membro conselho de administração ECOSOL).

A capacidade de resposta da cooperativa a clientes constitui um desafio, de modo que possa dar conta de múltiplos interesses e necessidades, tanto de associados como de não-associados. Todavia, os sócios da cooperativa assumem uma condição diferente da dos não-associados.

No discurso dos dirigentes e funcionários da CREDIPAJEÚ, são eles os “donos” da cooperativa, de acordo com um membro conselho de administração: “Nós dizemos que eles são donos, então, quem é dono tem o direito de opinar em todos os aspectos”.

Na ECOSOL ocorre o mesmo fenômeno, destacado por um funcionário: “[...] na cooperativa, eles se sentem donos, eles sabem que são donos. São os donos dessa entidade, porque os donos são os próprios associados”.

O fato de serem destacados como “donos” da cooperativa tem um sentido simbólico para construção de uma diferenciação em relação à concorrência. Aliás, esse argumento encontra-se no discurso das cooperativas para a construção de um diferencial de atendimento. A construção desse atributo apresenta uma variação nos casos analisados.

No caso da CREDIPAJEÚ, se busca sensibilizar os funcionários através de capacitações formais acerca desse atributo, de modo que os mesmos possam reforçar essa característica no contato cotidiano com os associados. Como o processo de

capacitação do associado ocorre de maneira informal, tem-se o reforço desse atributo (dono) a cada contato com o funcionário da cooperativa.

No caso da ECOSOL, a construção desse atributo se dá através de um processo de capacitação formal, quando o associado entra na cooperativa, sendo reforçado pelos funcionários, que também passam por capacitações para atentar para essa questão - associado enquanto dono do empreendimento.

Ainda que sejam “donos”, os associados não podem definir taxas e estão subordinados a um conjunto de regras para efetuar operações com a cooperativa. Tal atributo figura no relacionamento pessoal com o associado como um importante fator para a diferenciação do atendimento bancário tradicional, uma vez que, enquanto dono, não se relaciona com uma máquina, mas com seus próprios “funcionários”, os quais estão à disposição para a prestação de serviços de qualidade.

Assim, os caixas eletrônicos são vistos como pontos negativos dos bancos tradicionais, de modo que o contato pessoal entre atendentes e associados, além de evidenciar um diferencial, constitui um reforço à noção de “dono” da cooperativa.

No entanto, deve-se destacar que as cooperativas também caminham no sentido de estabelecer pontos de atendimento eletrônico, através de caixas automáticos integrados, para que seus associados possam efetuar operações bancárias em diversas localidades, o que implica num novo desafio para essa diferenciação de atendimento. As estratégias que viabilizem, simultaneamente, o tratamento diferenciado e agilidade nas respostas para esses públicos, ocorrem de várias maneiras nas cooperativas.

6.7. A QUALIDADE NOS SERVIÇOS

O processo de filiação nas cooperativas leva, aproximadamente, 30 dias, considerado como período médio nas duas experiências analisadas. Essa demora se dá em virtude da submissão da ficha de inscrição a instâncias de avaliação na cooperativa; um fato comum nas duas cooperativas analisadas.

A qualidade do serviço na cooperativa, como argumentam Nguyen et al. (2004), compreende desde as instalações físicas, inclusive equipamento, até o próprio processo de relacionamento com os associados. Nesse relacionamento, incluem-se o

atendimento às necessidades e a velocidade e eficiência das respostas dadas, por exemplo, em relação à solicitação de crédito.

Como as cooperativas tendem a estabelecer normas e procedimentos internos, a qualidade desses serviços e, por conseguinte, a agilidade nas respostas, passam a estar condicionadas por um conjunto de mecanismos definidos internamente.

A CREDIPAJEÚ apresenta agilidade no seu processo de liberação de recursos, conforme ressalta um funcionário: *“Um dos nossos diferenciais é a pouca burocracia na concessão de crédito”*. Mas, isso ocorre porque a modalidade de empréstimo mais acessada se baseia em operações com títulos recebíveis, correspondentes a *“mais de 60% das movimentações”*, de acordo com gestores.

Tais operações apresentam uma grande agilidade, uma vez que são lastreadas por esses títulos, os quais são oriundos de transações realizadas por cooperados: *“É um animal que ele vende, por exemplo, e recebe um cheque para 30 dias”* (funcionário da CREDIPAJEÚ).

Desse modo, a cooperativa adianta o recurso, ficando na posse do título, liberando imediatamente o crédito ao cooperado. Todavia, no que tange aos empréstimos para investimento ou custeio, há necessidade de um projeto, que segue um trâmite na cooperativa. Esses projetos são submetidos à análise e aprovação, cujo prazo não é inferior a 30 dias, estando a sua liberação condicionada à disponibilidade de recursos da cooperativa. A opção preferencial da cooperativa é a de liberar as operações de investimento para os produtores agrupados, e não ao produtor isolado.

Na ECOSOL, o crédito pessoal também é a modalidade mais acessada, embora a liberação de empréstimos se verifica em um ritmo mais lento, uma vez que necessita da anuência de algum diretor da cooperativa. Isso implica vários deslocamentos do associado para a realização de uma operação de crédito. Mesmo nos casos emergenciais, esse procedimento segue o trâmite usual, embora, como relatado, a questão de créditos emergenciais seja analisada caso a caso.

Com relação ao microcrédito produtivo e orientado, a espera é similar ao que ocorre com os recursos para investimento e custeio na CREDIPAJEÚ. Além da necessidade de um projeto, também há um trâmite que envolve a análise do conselho e do pessoal técnico.

Há também a possibilidade de efetuar transferências eletrônicas e saques em

espécie. Estes podem ser realizados na sede da cooperativa e nos pontos de atendimento ao cooperado. Para operacionalização desses processos há necessidade de profissionais qualificados.

6.8. TRABALHADORES E DIRIGENTES: A ESPECIALIZAÇÃO E A POLIVALÊNCIA

Nas cooperativas analisadas verificou-se uma diferença em relação ao quantitativo de funcionários: há apenas 03 funcionários na ECOSOL, contra 18 funcionários distribuídos em várias unidades de atendimento da CREDIPAJEÚ. Em ambas as cooperativas há preocupação com a implementação de um modelo de gestão profissionalizado e mais eficiente:

“Quantas cooperativas já contrataram pessoas que tiveram problemas, inclusive com desvios? Então a história não permite repetir o errado [...] Não dá mais para contratar um contador da esquina” (membro conselho de administração CREDIPAJEÚ).

As cooperativas passam a requerer dos candidatos a funcionários uma especialização em processos bancários e financeiros, exigindo-se, além do conhecimento técnico, o conhecimento em cooperativismo de crédito, de modo que os profissionais devem ser *“formados, especializados em cooperativas de crédito”* (membro do conselho de administração CREDIPAJEÚ).

A especialização do trabalho e dos serviços nas cooperativas de crédito está relacionada à necessidade de observação dos aspectos técnicos dos sistemas financeiros formais e dos controles e instrumentos de supervisão (AMBRUSTER e ARZBACH, 2003). Esse processo, de especialização e controle, está sinalizado nas primeiras experiências, a fim de se obter maior eficiência (GUINNANE, 2001). Nas pequenas cooperativas, observa-se a divisão do trabalho, com a contratação de especialistas, haja vista tal procedimento propiciar maior êxito e rentabilidade nas operações (NAGARAJAN E MEYER, 2005, p. 56).

Na CREDIPAJEÚ, a especialização das atividades está presente na cooperativa desde a sua constituição, de modo que funções de caixa, controle e atendimento são atividades distintas, com rotinas e procedimentos que requerem um

maior conhecimento técnico. Verifica-se a contratação de funcionários desde o início da cooperativa.

Não obstante, por não haver pessoas com o perfil exigido no local, as cooperativas empreendem esforços para a capacitação e formação do quadro de empregados, que acompanhem evoluções, o que passa a ser exigência contínua de aperfeiçoamento dos funcionários, para melhor domínio dos processos e alcance de resultados operacionais. “*Os treinamentos são bem constantes*”, reconhece um funcionário da CREDIPAJEÚ. Já aos dirigentes cabe desenvolver tanto a supervisão e acompanhamento das atividades desempenhadas pelos funcionários, como a articulação institucional local e nacional.

Com relação à ECOSOL, os dirigentes se empenharam em adquirir conhecimento sobre os processos e transações bancárias, assumindo funções que iam do atendimento dos cooperados à realização de operações financeiras. Todavia, o crescimento da cooperativa fez com que essa prática fosse revista.

A cooperativa efetua uma divisão do trabalho, resultando na contratação de novos funcionários: “*Quem recebe é a caixa junto com a nossa gerente [...] O processamento de contrato, recebimento das contas, empréstimos, é feito por ela*” (membro conselho de administração ECOSOL). Desse modo, os dirigentes ficaram “mais livres” para desempenhar funções que possam favorecer o crescimento da cooperativa.

Nos casos analisados, a especialização e o conhecimento técnico representaram uma preocupação para que essas organizações se consolidassem e se adequassem com relação à obediência às normas e à prática bancária. Porém, esse processo resultou no ingresso de uma nova categoria de associados, os funcionários, que passaram a ter o poder de controlar e influenciar decisões cotidianas, provocando uma nova conformação da organização, com reflexos nos processos de decisão.

Por outro lado, os funcionários, mesmo associados, são colocados em um patamar diferenciado, não sendo considerados donos da cooperativa. Essa diferenciação tem reflexo nos processos democráticos e participativos, levando as cooperativas a diferentes formatos e contornos.

6.9. A DEMOCRACIA COOPERATIVA E A PARTICIPAÇÃO

Conforme já comentado, nas cooperativas de crédito, os funcionários, por imposição legal, também devem ser associados da organização. Assim, é possível observar nas mesmas uma conformação de sócios, contratados, eleitos ou apenas clientes.

O desafio da democracia cooperativa é possibilitar uma convergência de interesses, de modo que o eixo de tomada de decisões beneficie, de forma igual, todos os grupos e não só um determinado grupo (DESCROCHE, 2006, p. 137-38).

Porém, esse desafio torna-se maior na medida em que encontra-se uma diversidade de grupos de interesses que incluem, inclusive, os clientes não-associados e a própria comunidade. Conforme ressaltam Coderre et al. (2005), tais grupos devem ser conciliados. Depreende-se, assim, que o processo democrático nas cooperativas apresenta peculiaridades em relação à participação desses atores e às ligações estabelecidas entre esses grupos.

Na CREDIPAJEÚ, por exemplo, há um patamar fixo de associados participando das assembléias gerais – próximo a 100 associados – desde sua fundação. Esse número não apresentou crescimento, apesar de a quantidade de associados ter sido ampliada para mais de 1.700.

O mecanismo de comunicação de reuniões e assembléias não tem conseguido atrair um grande número de membros: “*Tem assembléia que vem mais, outra vem menos gente*” (presidente CREDIPAJEÚ). Mesmo com a ampliação do quadro social em outros municípios, a cooperativa não trabalhou para desdobrar as assembléias em seções ou por localidades. As assembléias ocorrem unicamente na sede da cooperativa.

Embora no município sede da cooperativa haja um expressivo contingente de associados – mais de 1/3 do quadro estão localizados no município de São José do Egito – estes não comparecem às assembléias: “*Não, nunca fui à reunião*” (associado CREDIPAJEÚ). Por outro lado, a participação dos funcionários, que também são associados, é vista com reserva: “*Como funcionário, eu não posso participar*” (funcionário CREDIPAJEÚ).

Deve-se destacar, entretanto, que a cooperativa adota uma prática de

transparência, mediante a emissão de relatórios simplificados, colocados à disposição nas assembleias. O crescimento da CREDIPAJEÚ trouxe algumas mudanças em relação à possibilidade de concorrer a cargos de gestão, instituindo-se um regulamento eleitoral a fim de resguardar a gestão de pessoas sem experiência ou conhecimento, “*os semi-analfabetos*”, conforme ressalta um membro do conselho de administração.

Toma-se como justificativa as determinações estipuladas pelas normas do Banco Central, de modo que à cooperativa não resta alternativa, senão obedecer. Destarte, somente podem assumir esses cargos quem possuir as competências requeridas para tal atribuição. No entanto, a cooperativa não proporciona, diretamente, um meio para a transformação dessa situação, permitindo somente aos filhos daqueles que se encontram inaptos, condições de virem a assumir essas funções.

Na ECOSOL subsiste a preocupação em levar adiante propostas que ampliem a participação dos associados: “*O equilíbrio é a gestão que é feita de uma forma bastante democrática e participativa*” (vice-presidente ECOSOL). Essa democracia e participação são atreladas às práticas do movimento sindical, que são aperfeiçoadas com a introdução dos núcleos comunitários, onde os dirigentes se reúnem periodicamente com o grupo local: “*A gente discute todo e qualquer problema, toda e qualquer ação da cooperativa com esse grupo*” (presidente ECOSOL). O fato de os dirigentes procurarem estabelecer um novo movimento, regular, de ir até o associado, agrupados em núcleos, invertendo o processo anterior - onde o associado é quem necessitava se deslocar até os dirigentes - é ressaltado como uma nova prática democrática e participativa.

Destaca-se também a possibilidade de reuniões preparatórias para a assembleia geral em cada município da área de abrangência, de modo a fomentar uma maior discussão dos resultados: “*Eles vão chegar na assembleia geral conhecendo o que vai debater lá*” (membro conselho de administração ECOSOL). O processo de decisão consegue alcançar a quase totalidade dos associados, nas diversas instâncias criadas pela cooperativa, inclusive nos espaços locais de residência. Com isso, aperfeiçoa a construção de um projeto participativo em espaços de maior proximidade dos associados.

O crescimento da cooperativa trouxe também um aumento no número de núcleos. Isso dificultou a presença de dirigentes, de forma regular, nas reuniões de base: “[...] não veio, nem se reuniu com o povo” (associado ECOSOL).

Houve, ainda, a necessidade de estabelecer regras para a participação em cargos de gestão. Por determinação do Banco Central, há limitações na celebração de contrato com pessoas que não sabem ler e escrever: “A gente falou para ele que não podia celebrar o contrato se ele não soubesse assinar o nome” (membro conselho de administração ECOSOL).

Contudo, a cooperativa está atenta a tal fato e empreende ações para contornar essa situação. Os programas de educação voltados para adultos, desenvolvidos em vários núcleos, sinalizam nessa direção. Verifica-se uma limitação de associados para concorrer a cargos de gestão, embora a cooperativa ressalte que lança mão de um processo de capacitação para que todos estejam aptos a se candidatar aos diversos cargos.

Como bem destaca Descroche (2006, p. 134; 1977, p. 32-33), o exercício democrático na cooperativa não compreende apenas a participação nas assembléias ou nas freqüentes reuniões, mas deve ser observado também à luz da interação, da intensidade de transações realizadas com a cooperativa.

Nesse aspecto, o aumento das transações entre os associados e a CREDIPAJEÚ, seja através dos depósitos, acréscimo de capital social e operações de crédito, sugere um voto de confiança nas decisões levadas adiante pelos gestores. Deve-se considerar o fato de a relação com a cooperativa de produtores de frango ter uma grande importância nesse processo, na canalização de recursos locais da principal atividade econômica da região: “Ela sempre dá um cheque para a gente receber o dinheiro lá” (associado da CREDIPAJEÚ/COPASA).

Concernente à ECOSOL, as transações com a cooperativa apresentam sinais de crescimento, devido ao incremento de transações, sejam depósitos ou empréstimos. Os associados reconhecem que é vantajoso poupar na cooperativa: “Na ECOSOL, é mais vantagem poupar. Você coloca o dinheiro na ECOSOL e ele rende mais que no banco” (associado da ECOSOL). Todavia, esse processo não se dá de forma espontânea, mas através de uma política induzida, na qual o associado, ao se filiar ou solicitar novos empréstimos, como dos fundos rotativos, obriga-se a

integralizar cotas-parte, além das que já possui, no decurso de um ano.

Assim, a construção da proposta cooperativa implica um processo de ajustes às normas do sistema financeiro, as quais, inclusive, chegam a ter influência na livre admissão de associados. Conforme ressaltado, há necessidade de comprovação de vínculo com a terra, através de prova documental, bem como uma limitação de participação e de celebração de transações com aqueles mais vulneráveis, que sequer têm condições de “assinar o nome”, de acordo com um dirigente da ECOSOL.

Nesse contexto, como enfatizada em uma premissa deste trabalho, a necessidade de adaptação e harmonização do projeto das cooperativas de crédito às exigências impostas pelas normas do sistema financeiro, representa um desafio à aplicação, no cotidiano, dos princípios cooperativos. O processo de conciliação entre viabilidade financeira e democracia configura-se como um desafio permanente no interior da cooperativa. Isso porque os próprios princípios básicos do cooperativismo são colocados em xeque diante de um arsenal de resoluções normativas, desenvolvidas para estabelecer a ordem no sistema financeiro. A livre adesão e a participação democrática, por exemplo, encontram-se limitadas nas cooperativas analisadas.

Ao mesmo tempo, conforme destacado, as cooperativas de crédito buscam se posicionar enquanto propostas alternativas em relação às instituições de intermediação bancária, evocando a capacidade de estabelecimento de uma relação diferenciada com o local, na qual o papel de associado, enquanto proprietário, assume uma posição de destaque. Desse modo, os atores locais são colocados em foco, sendo atribuída aos mesmos uma relevância no processo de desenvolvimento do território de abrangência da cooperativa.

6.10. AS CONTRIBUIÇÕES DA COOPERATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO

O apoio das cooperativas analisadas às atividades produtivas locais representa a principal contribuição para o desenvolvimento local, de acordo com o discurso dos entrevistados. Além dessa, as cooperativas apresentam contribuições sociais, político-institucionais e ambientais. Assim, como destaca a literatura, as

cooperativas de crédito são potencializadoras de um processo de desenvolvimento local. As experiências analisadas sinalizam nessa direção.

As cooperativas analisadas desenvolvem ações econômicas estratégicas beneficiando as pessoas das localidades em que se encontram inseridas, através do apoio a projetos que estejam em sintonia com a realidade local. Nesse sentido, a ECOSOL apóia, por exemplo, projetos de criação de pequenos animais, como a caprinocultura. A CREDIPAJEÚ, de outro lado, apóia a avicultura e a bovinocultura, atividades tradicionais locais.

Os casos objetos desse trabalho contribuem economicamente para o desenvolvimento local, ao favorecer o acesso ao crédito e ao microcrédito produtivo e orientado, este último mais associado à ECOSOL. Observou-se em ambos os casos o financiamento a associações comunitárias, como a de produtores de mel, no caso da ECOSOL, e produtores de frango e de leite, no caso da CREDIPAJEÚ, consideradas, nas falas dos entrevistados, importantes contribuições para fomentar a economia local. Nessa direção, as cooperativas ainda possibilitam acesso ao crédito para micro e pequenos empreendedores locais, permitindo aos mesmos uma melhor estrutura de produção e comercialização. Também possibilitam que municípios sem agência bancária passem a contar com uma unidade de atendimento, alargando os serviços financeiros locais. Ainda dentro das contribuições econômicas pode-se observar que as mesmas geram empregos diretos. No discurso, é ressaltado ainda o fato de que as cooperativas de crédito estão inseridas nos maiores contribuintes de impostos municipais.

Em relação às ações sociais e políticas, constatou-se, em ambas as cooperativas, programas de formação e capacitação para o quadro de associados como de gestores. Nas duas propostas há mobilização da comunidade, desde agricultores familiares à juventude local. No caso da ECOSOL, há uma forte tendência a apoiar processos de participação social, inclusive integrando diversos conselhos locais. Em relação à CREDIPAJEÚ, há uma tendência a priorizar propostas que beneficiam grupos que não fazem parte do quadro de associados da cooperativa, através de apoio a atividades culturais e esportivas. Há que se destacar o fato de que as cooperativas optaram por contratar pessoas locais, sem experiência, capacitando-as para o exercício de diversas funções técnico-administrativas.

Nos casos analisados, as contribuições sociais e políticas para o desenvolvimento local estão relacionadas à constituição de redes locais, de criação de novos espaços de decisão acerca do capital. Também as contribuições estão associadas ao desenvolvimento de um sentimento de pertencimento local e institucional. Isso porque, como os agentes bancários tradicionais estão presentes em diversos espaços, a prioridade de investimento e aplicação de recursos é em locais de maior rentabilidade e menor risco, segundo os relatos. Já as cooperativas de crédito, por estarem vinculadas ao território, têm os interesses e o foco de suas ações voltadas para interesses e necessidades locais. Ainda em relação às contribuições sociais pode-se destacar a formação de lideranças locais, além do aperfeiçoamento de espaços de decisão na cooperativa, como é o caso dos núcleos de cooperados existentes na ECOSOL.

As ações ambientais representam uma tônica presente nas cooperativas, de modo que se observou nas experiências analisadas uma contribuição para o contexto local. Os fundos de recursos destinados a apoiar as práticas de produção agroecológica na ECOSOL sinalizam nessa direção. O condicionamento de cessão do crédito pela cooperativa traz uma nova perspectiva de produção, por exigir procedimentos sem queimadas ou utilização de agrotóxico. Desse modo, as contribuições ambientais das cooperativas para o meio em que estão inseridas ocorrem através da conscientização acerca da necessidade de práticas de preservação ambiental.

Diante dos referenciais apresentados, sinaliza-se para as cooperativas de crédito como atores importantes para o desenvolvimento territorial, de modo que as contribuições vão além do aspecto econômico. Através da atuação das cooperativas de crédito, pode-se também visualizar uma dinâmica local favorecendo não apenas os associados, mas todo o território de sua área de abrangência. Assim, o movimento do cooperativismo de crédito, ao mesmo tempo em que traz expectativas em relação à criação de novas oportunidades de crédito, também suscita perspectivas de mudança e estruturação de espaços.

As experiências analisadas, mesmo pertencentes a sistemas cooperativos diferentes, carregam consigo uma proposta de desenvolvimento que apresenta possibilidades e limites, se moldando à realidade local. Em um movimento de

contínua adaptação, as cooperativas de crédito tecem seus projetos voltados para o contexto local, inspirando atores locais a agir e permanecer juntos, sem, entretanto, perder de vista sua proposta inicial, de melhoria de condições para trabalhar e viver.

7. CONCLUSÃO

Esta tese buscou observar o movimento de inserção do cooperativismo de crédito em espaços financeiros de pequenos municípios do semi-árido do Nordeste do Brasil. Observar as manifestações desse processo, sua intensidade e potencialidade em cada um dos casos, implicou uma minuciosa pesquisa sobre o movimento de contínua adaptação das cooperativas – dos seus produtos e serviços – às realidades territoriais.

Conforme destacado, o projeto das cooperativas de crédito, enquanto agentes de intermediação financeira, consiste em uma proposta necessária à captação de recursos, sem os quais não se podem realizar operações de crédito, nem tão pouco levar adiante sua oferta de desenvolvimento local.

As relações de proximidade foram apontadas como um fator relevante ao crescimento e ampliação dos resultados das cooperativas, de modo particular na filiação de novos associados. Consoante as observações realizadas e os colóquios dos informantes, é através dessa rede de proximidade que se obtém informações acerca dos que desejam se associar e dos que pleiteiam acesso ao crédito.

A atuação em pequena área de abrangência territorial representa uma opção para a estruturação da cooperativa de crédito. Nessa perspectiva, as relações de proximidade possibilitam o desenvolvimento de estratégias que aglutinam os associados em comunidades de vizinhança, favorecendo a supervisão e o monitoramento social do crédito.

Assim, práticas estudadas nas primeiras experiências cooperativas de crédito rural são resgatadas e colocadas em evidência, permitindo a construção de propostas diferenciadas de intermediação financeira. O exemplo da ECOSOL ilustra essa questão. As relações entre os agentes de crédito e os núcleos de associados viabilizam a construção de um projeto diferenciado de acesso ao crédito.

O dilema enfrentado pelas cooperativas, entretanto, é justamente alcançar um ponto de equilíbrio entre as demandas do sistema financeiro e os princípios cooperativos. Desse modo, as estratégias das cooperativas tendem a ser construídas a partir das possibilidades impostas pelo sistema financeiro e das necessidades locais.

Como bem destaca Desroche (2006, p.152), o projeto cooperativo movimenta-se não como *“uma realidade sobre a qual se pode fantasiar, mas no realizável a ser cumprido”*.

Nos casos analisados, o aumento do quadro de associados figurou como um estratagema, a fim de alcançar uma escala de operações que proporcionassem estabilidade às cooperativas. Tal estratégia é complementada pela abertura de postos de atendimento em municípios que não dispõem de agências bancárias. Esse recurso vem sendo adotado pela CREDIPAJEÚ com bastante intensidade, ressaltando-se que essa ação contribui para a democratização do acesso aos serviços financeiros.

Visando à garantia de melhores resultados operacionais, os casos esquadrihados têm assumido uma estratégia agressiva de abertura de serviços aos não-associados. Esse fato, ao tempo em que amplia a prestação de serviços à comunidade, também consiste em uma forma de estabelecer uma relação de aproximação com potenciais associados. No entanto, sugerem novos desafios políticos, sociais e econômicos, como observados nessas cooperativas de crédito.

As experiências em análise apresentaram, ainda, a capacidade de tecerem articulações que favoreceram a superação de vários tipos de dificuldades, envolvendo tanto os aspectos técnicos como os financeiros.

Os limites para operar com crédito rural oficial, a cargo dos bancos governamentais, ilustram um dos obstáculos à estruturação do projeto cooperativo. Porém, a habilidade das experiências, no sentido de canalizar capital, inclusive fora do território de abrangência, para financiar atividades locais, coloca em destaque as relações desenvolvidas para contornar os entraves e promover o desenvolvimento local. Isso está bem presente na ECOSOL-Pajeú.

As evidências de crescimento no número de depósitos, operações e empréstimos, sugerem que as cooperativas se encontram atentas aos problemas do desenvolvimento para a sua consolidação nos espaços locais, apoiando uma proposta de dinamização das atividades produtivas.

As cooperativas demonstraram habilidade para formar seus próprios quadros, através das redes. Nestas, os seus gestores ocuparam posição de destaque no movimento do cooperativismo regional e nacional e, embora compartilhem um mesmo território de atuação, por terem surgido em período temporal relativamente

próximo, as cooperativas estruturam alternativas para a sua viabilização e sustentabilidade que apresentam algumas distinções:

- a) processo de gestão e de relação com associados;
- b) formatos dos produtos disponibilizados para os associados;
- c) procedimentos para concessão de crédito e sistemas de garantia das operações;
- d) intensidade de participação dos associados;
- e) nível de dependência de recursos oriundos de entidades governamentais e não-governamentais.

Tais diferenças refletem as nuances existentes entre os diversos movimentos do cooperativismo brasileiro, um mosaico de experiências, que empreendem esforços locais para a sua consolidação enquanto agentes do setor financeiro. Os casos analisados retratam, ainda, algumas das características gerais apontadas pela literatura em relação ao cooperativismo, na atualidade, e a cada rede de cooperativa aos quais se filiam.

No que concerne à CREDIPAJEÚ - SICOOB, a cooperativa apresenta uma heterogeneidade no quadro social e maior abertura para a incorporação de práticas que se baseiam em técnicas bancárias tradicionais. Já na ECOSOL sobressaem-se práticas voltadas para grupos mais específicos, como os agricultores familiares. Assim, percebe-se que o cooperativismo de crédito se apresenta de várias maneiras, de modo que em cada experiência há limites e possibilidades. Por certo, as cooperativas de crédito, no contexto em que estão inseridas, guardam estreita relação com os problemas de desenvolvimento dos territórios onde estão situadas.

As discussões contidas neste trabalho devem levar em consideração que os casos analisados são constituídos a partir de um conjunto de instituições locais, que apresentaram ligação com as experiências cooperativas, dotadas de forte motivação política e econômica. A ligação do movimento sindical ao cooperativismo de crédito representa um novo campo de atuação das lideranças sindicais, voltados tanto ao reforço de um projeto político, como à promoção da ampliação das oportunidades de trabalho.

Nesse sentido, essas experiências exerceram importante papel nos rumos do movimento sindical rural, influenciando nas disputas internas existentes em tais

movimentos. Também interferiram na ampliação das fissuras e rupturas do projeto cooperativo, como em relação às cooperativas de crédito no Sul do país.

Por outro lado, a adoção de uma cultura bancária, na qual a cooperativa orbita em torno de si, e não dos cooperados, tende a revelar apenas o lado econômico da mesma. Fusões e a máxima da racionalidade administrativa podem resultar em pequenos bancos locais, cujos proprietários são os gestores.

A literatura aponta que a tensão existente no cooperativismo de crédito ocorre justamente por viabilizar a prestação de um serviço financeiro, com todos os produtos e serviços bancários, mas sem ser, efetivamente, um banco. Em certa medida, tal esforço se relaciona com a capacidade de desenvolver práticas de inovação sem distanciar-se dos princípios cooperativos.

Isso requer a valorização de laços de confiança, ao mesmo tempo em que reforça a responsabilidade técnica e o desenvolvimento territorial. Algumas experiências do cooperativismo de crédito, conforme discussão nos capítulos desta tese, revelaram que tais práticas constituíram um processo singular que contribuiu para dar credibilidade ao movimento.

Essa perspectiva é extremamente importante para o atual momento do cooperativismo brasileiro, em que as novas cooperativas de crédito, além de estarem comprometidas com o desenvolvimento territorial, trilham passos rumo à consolidação e integração nos sistemas financeiros locais e nacionais.

Concomitantemente, o cooperativismo de crédito posto como uma das possibilidades admitidas para ocupar espaços deixados de lado pelos agentes bancários tradicionais, assume uma grande responsabilidade ao favorecer as mudanças nas dinâmicas locais, através da ampliação de oportunidades e de novas práticas de desenvolvimento territorial.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Finanças de proximidade e desenvolvimento territorial no semi-árido brasileiro. In: COSSÍO, M. B.(Org.). **Estrutura agrária, mercado de trabalho e pobreza rural no Brasil**. São Paulo: USP, 2003. cap. 12. Disponível em: <http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos_cientificos.htm>. Acesso em: 4 jul. 2006.

_____. A densa vida financeira das famílias pobres. In: ABRAMOVAY, R. (Org.). **Laços financeiros de luta contra a pobreza**. São Paulo: Annablume/FAPESP/ ADS-CUT/SEBRAE, 2004. p.21-70.

ABREU, M.A.B. de A. Principais características do cooperativismo brasileiro: o cooperativismo de crédito – avanços e desafios do modelo brasileiro. In: SEMINÁRIO BANCO CENTRAL SOBRE MICROFINANÇAS, 4., 2005, Salvador. **Seminário...** Salvador, 2005. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?MICROFIN>>. Acesso em: 20 out. 2006.

ABREU, M.A.B.de A. Busca da economia de escala: em busca de modelos verticalizados. In: SEMINÁRIO BANCO CENTRAL SOBRE MICROFINANÇAS, 5. , 2006, Recife. **Seminário...** Recife: 2006. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?MICROFIN>> Acesso em: 3 de mar.2007.

ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL - ACI. **Cooperative principles for the 21st century**. Manchester, 1995. 57p. Disponível em: <<http://ica.coop.org./issues/index.htm>> Acesso em: 9 ago. 1999.

ADAMS, D.W. **Using credit unions as conduits for micro-enterprise lending: Latin-american insights**. Geneva: International Labour Office, 1995. 23p. (International Labour Office. Working Paper, 12).

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO-ADS. Objetivos da ADS. Disponível em: < <http://www.ads.org.br/downloads.asp>>. Acesso em: 18 nov.2006.

_____. **Complexos cooperativos**. Disponível em:<<http://www.ads.org.br/complexos.asp>>. Acesso em: 18 nov.2006.

ALEXANDER, J. C. A Importância dos clássicos. In Giddens, A; TURNER, J (org.) **Teoria social hoje**.São Paulo: Editora UNESP, 1999. p.23-90

ALVES, S.D. da S.; SOARES, M.M. **Democratização do crédito no Brasil: atuação do Banco Central**. Brasília: Banco Central, 2004. 59p.

ALVES, S.D. da S.; SOARES, M.M. **Microfinanças: democratização do crédito no Brasil: atuação do Banco Central**. 3.ed. Brasília: Banco Central, 2006. 91p.

AMBRUSTER, P.; ARZBACH, M. **El sector financiero cooperativo de Alemania**.5.ed. San José: Confederación Alemana de Cooperativas, 2004. 58p.

ANCOSOL. **História**. Disponível em: <<http://www.ancosol.org.br/historia.htm>>. Acesso em: 4 abr. 2007.

APARÍCIO, P. G.. Las sociedades cooperativas como agentes de desarrollo territorial en el contexto del paradigma cooperativo. In: HERRERA, J.R.J. **El paradigma cooperativo en la encrucijada del siglo XXI**. Sherbrooke, Québec: Université de Sherbrooke, 2007. p.198-213.

ARZBACH, M.; DURÁN, Á. **Regulamentação e supervisão de cooperativas de poupança e crédito na América Latina**. São Paulo: Confederação Alemana de Cooperativas, 2002. 65p.

ARZBACH, M.. Visão do cooperativismo de crédito no mundo – lições para o Brasil. In. SEMINÁRIO BANCO CENTRAL SOBRE MICROFINANÇAS, 1., 2003, Curitiba. **Seminário...** Curitiba: 2003. Disponível em: <[http:// http://www.bcb.gov.br/?MICROFIN](http://http://www.bcb.gov.br/?MICROFIN)>. Acesso em: 10 set. 2005.

ASCOOB. **Gestão**. Disponível em <<http://www.ascoob.org.br/>>. Acesso em: 15 out. 2005.

_____. **Ascoob central: um novo horizonte para a inclusão social e desenvolvimento econômico e solidário**. Disponível em: <<http://www.ascoob.org.br/qgs/q05.htm>>. Acesso em: 15 jan. 2006.

ASSESSOAR. **As origens da CRESOL**. Paraná, 2005 6p. Mimeografados.

AZÄIS, C. L’insertion sur le marché du travail en France et au Brésil : une approche par la territorialité. In. **Économie des territoires et territoires de l’économie. Paris : Espaces et sociétés**, 2006. p.131-153.

BANCHES DI CREDITO COOPERATIVO - BCC. **Banche differenti**. Disponível em: <http://www.creditocooperativo.it/template/default.asp?i_menuID=10466> Acesso em: 10 de jun. 2007.

BANCHES DI CREDITO COOPERATIVO - BCC. **La Carta dei Valori del Credito Cooperativo**. Disponível em <http://www.creditocooperativo.it/template/default.asp?i_menuID=10466> Acesso em: 10 jun. 2007.

BANCO CENTRAL. **Evolução do Sistema Financeiro**. Disponível em: <www.bancocentral.gov.br/?QEVSFN200612> Acesso em: 30 jun. 2007.

_____. **50 maiores bancos e o consolidado do sistema financeiro nacional 2006**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/fis/TOP50/port/Top502006120P.asp>> Acesso em: 04 de abr. 2007

_____. **Projeto Governança Corporativa**. Brasília: 2007. 2p.

_____. **Sistema brasileiro de pagamentos**. Brasília:2004.

_____. **Anuário Estatístico do Crédito Rural 1999**. Brasília. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?RELRURAL1999>> Acesso em 06 de abr. 2007.

_____. **Anuário Estatístico do Crédito Rural 2000**. Brasília. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?RELRURAL2000>> Acesso em 06 de abr. 2007.

_____. **Anuário Estatístico do Crédito Rural 2001**. Brasília. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?RELRURAL2001>> Acesso em 06 de abr. 2007.

_____. **Anuário Estatístico do Crédito Rural 2002**. Brasília. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?RELRURAL2002>> Acesso em 06 de abr. 2007.

_____. **Anuário Estatístico do Crédito Rural 2003**. Brasília. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?RELRURAL2003>> Acesso em 06 de abr. 2007.

_____. **Anuário Estatístico do Crédito Rural 2004**. Brasília. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?RELRURAL2004>> Acesso em 06 de abr. 2007.

_____. **Anuário Estatístico do Crédito Rural 2005**. Brasília. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?RELRURAL2005>> Acesso em 06 de abr. 2007.

BANCOOB. **Institucional:** Histórico. Disponível em: <<http://www.bancoob.com.br/index.php?rea=institucional&show=historico>>. Acesso em: 06 jan. 2007.

BARONI, F. M.; LIMA, P. F.; DANTAS, V.; REZENDE, V.. **Introdução ao Microcrédito**. Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, 2002. 60p.

BARROS, F. A. de C.. Experiência da Caixa Econômica Federal - Convênios com lotéricas, cartórios e outras entidades: Resultados – Perspectivas. In: SEMINÁRIO BANCO CENTRAL SOBRE MICROFINANÇAS, 1., 2003, Curitiba. **Seminário...** Curitiba: 2003. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?MICROFIN>> Acesso em: 10 set. 2005.

BERTULLO, J.; SILVEIRA, M.; CASTRO, D. ISOLA, G.. El cooperativismo en el Uruguay. **Revista Unircoop**, Canadá, v. 1, n. 1, p.52-74. 2003.

BITTENCOURT, G.A. **Cooperativas de crédito solidário:** constituição e funcionamento. Brasília: NEAD, 2001. 143p.

BITTENCOURT, G. A.; ABRAMOVAY, R. Inovações institucionais no financiamento à agricultura familiar: o Sistema Cresol. **Revista Economia Ensaios**, v.16, n.1, 2003. *No prelo*.

BONANNO, A. Las características y perspectivas futuras de la globalización: el caso del sector agroalimentario. In. CAVALCANTI, J.S.B. (Org). **Globalização, trabalho e meio ambiente:** mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação. Recife: UFPE, 1999 p. 25-48

_____. Las características y perspectivas futuras de la globalización: el caso del

sector agroalimentario. **Estudos de Sociologia**. Recife: UFPE, vol. 9(1) p.31-53, 2003

_____. **Capital mobility and the reorganization of the time/space relation in the global era**. Sam Huston University, 2007. 27p. No prelo.

BONAPARTE, H. Proceso y significado del cooperativismo argentino. In: COMISION ECONOMICA PARA AMERICA LATINA Y EL CARIBE – CEPAL. **Cooperativismo Latino Americano: Antecedentes y Perspectivas**. Santiago de Chile, 1989. p.41-94

BOYER, R. **A teoria da regulação: uma análise crítica**. São Paulo: Nobel, 1990.

BUCELLI, M. El proceso de crecimiento y permanencia de una cooperativa rural en Colombia: el caso de la cooperativa de ahorro y crédito para el desarrollo solidario de Colombia-COOMULDESA. In: SILVA, J.M.; D'ÁVILA, R L. de G. **Gestión y desarrollo: la experiência de las cooperativas en Colômbia**. Bogotá, Colombia: Pontificia Universidad Javeriana, 2002. p. 261-296.

_____. **Curas, campesinos e laicos como gerentes del desarrollo**: la construcción de un modelo de desarrollo emergente en Colombia. San Gil, Colombia: EDISOCIAL, 2006. 280p

BÚRIGO, F.L. **Finanças e solidariedade**: uma análise do cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil. 2006. 375p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

BÚRIGO, F.L.; MICHELON, A.; MAGALHÃES, R.S. PARENTE, S. **O processo de constituição de cooperativas de crédito rural solidárias no Brasil**. Brasília, MDA/SDT, 2006.

BURT, R. **Structural Holes**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1992

CABAL. **Nuestra empresa**: historia. Disponível em: <<http://www.cabal.com.ar/paginas.asp?id=4101>> Acesso em: 08 jan. 2006.

CAILLÈ, A. Dádiva e associação. In. MARTINS, P. H. (Org). **A dádiva entre os modernos**: discussão sobre os fundamentos e as regras do social. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. p.191-205.

CARELLA, Á.; HERNÁNDEZ, A.; LEÓN, J. P. **Investigación en el Sector Cooperativo de Ahorro y Crédito en el Sur de América Latina**. São Paulo: Confederación Alemana de Cooperativas, 2003, 111p.

CARTER, M.; WATERS, M.; BRANCH, B.; ITO, L.; FORD, C. Rethinking rural finance: a syntethesis of the paving the way forward for rural finance conference. **Paving the way forward for rural finance: an International Conference for Best Practices**. Washington: USAID/World Credit Union/University of Wisconsin-Madison, 2004. **21p**. Disponível em <<http://www.basis.wisc.edu/rfc/index.html>> Acesso em: 06 set. 2006

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CAVALCANTI, J.S.B. Globalização e processos sociais na fruticultura de exportação do Vale do São Francisco. In: CAVALCANTI, J.S.B. (Org). **Globalização, trabalho e meio ambiente**: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação. Recife: UFPE, 1999 p. 125-159.

_____. Globalização e ruralidade. In: WANDERLEY, M. de N.B. **Globalização e desenvolvimento sustentável**: dinâmicas sociais no Nordeste brasileiro. São Paulo: Polis, 2004. p.17-32.

CENTRAL CRESOL BASER. **História**. Disponível em: <<http://www.cresol.com.br/site/?pagina=31&modulo=Sistema%20Cresol>>. Acesso em: 18 fev. 2007.

_____. **Nossos números**. Disponível em: <<http://www.cresol.com.br/site/?pagina=39&modulo=Central%20Baser>> Acesso em: 18 fev. 2007.

_____. **Nossos produtos**. Disponível em: <<http://www.cresol.com.br/site/?pagina=45&modulo=Produtos%20e%20Serviços>>. Acesso em: 18 fev. 2007.

CODERRE, F.; MOYA, L.G.C.; HERNÁNDEZ, J. C. ; MEJORADA, A.M. Imagen de las cooperativas de ahorro y préstamo: desarrollo de un instrumento de medida internacional. **Revista Unircoop**, Canadá, v. 3, n. 1, p.106-132, 2005.

COELHO, F. D. Finanças solidárias. In CATTANI, A. D. (Org). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p.153-163.

COLLIER, P. **Social capital and poverty**. World Bank, 1998. (Social Capital Initiative Series. Working Paper N°4).Disponível em: <<http://www.iris.umd.edu/adass/proj/soccappubs.asp>>. Acesso em: 12 out 2004.

COLLINS, R. Weber's last theory of capitalism: a systematization. In GRANOVETTER, M; SWEDBERG, R. **The sociology of economic life**. Oxford: Westview Press, 1992. p.85-110

COMISION ECONOMICA PARA AMERICA LATINA Y EL CARIBE - CEPAL. **Anuario estadístico da América Latina y Caribe 2006**. Chile, 2006.

_____. Antecedentes y perspectivas. In: **Cooperativismo latinoamericano**. Santiago de Chile, 1989. p.23-40

CONFEDERAÇÃO ALEMÃ DAS COOPERATIVAS – DGRV. **Perfil da confederação**. Disponível em: <http://www.dgrv.org/main.php?action=&artid=211&catid=18&template=cat_sobredgrv.html>. Acesso em: 12 jan.2007.

_____. **Cifras cooperativas de ahoyo e credito na América Latina.** São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.dgrv.org/main.php?action=&artid=266&catid=88&template=art_list.tpl>. Acesso em: 28 jul.2007.

_____. **Projeto regional para América Latina e o Caribe.** São Paulo, 2007. 6p. Disponível em:<http://www.dgrv.org/main.php?action=&artid=223&catid=48&template=art_list.tpl> Acesso em: 28 jul.2007.

CREDIT UNION CENTRAL OF CANADA. **Values in action:** 2006/2007. Annual Report. Toronto, 2007. 28p. Disponível em: <http://www.cucentral.ca/AR_2006_may07>. Acesso em: 16 jun. 2007.

CREHNOR. **Nossa história.** Disponível em: <<http://www.crehnor.com.br/historico.htm>>. Acesso em: 29 mar. 2007.

_____. **Serviços prestados aos associados.** Disponível em: <<http://www.crehnor.com.br/produtoseservicos.htm>>. Acesso em: 29 mar. 2007.

CRESOL CENTRAL. **Nossos números.** Disponível em: <http://www.cresolcentral.com.br/sitio/pages/index.php?id=5>. Acesso em: 29 mar. 2007.

_____. **Nossos produtos.** Disponível em: <<http://www.cresolcentral.com.br/sitio/pages/produtos.php>>. Acesso em: 29 mar. 2007.

DELFINER, M.; PERÓN, S.; PAILHÉ, C. Credit cooperatives: overview of international experiences. Buenos Aires: Central Bank of Argentina, 2006. Disponível em: <<http://mpira.ub.uni-muenchen.de/1167/> 54p>. Acesso em: 18 fev.2007 .

DESCHÊNES, G. Desjardins dan l’histoire, l’histoire chez desjardins. In: LÉVESQUE, B. (Coord). **Desjardin:** um entreprise et um moviment. Québec : Université du Québec, 1997. 49-57

DESJARDINS – **About desjardin history.** Disponível em: <http://www.desjardins.com/en/a_propos/profil/histoire>. Acesso em: 05 Jan. 2006.

_____. **Millions of good reasons:** 2006 Social responsibility report. Québec, 2007. 28p. Disponível em < www.desjardins.com/socialreport >. Acesso em: 9 abr. 2007.

DESJARDINS INTERNACIONAL DÉVELOPPMENT. **Nuestros proyectos.** Disponível em : <<http://www.did.qc.ca/es/projets/default.html>>. Acesso em: 9 abr. 2007.

DESROCHE, H. **El desarrollo intercooperativo:** sus modelos y sus combinaciones. Buenos Aires: Intercoop Editora Cooperativa, 1977. 192p.

_____. Sobre o projeto cooperativo: democracia, animação e ética. In: THIOLLENT, M. **Pesquisa-ação e projeto cooperativo na perspectiva de Henri**

Desroche. São Carlos: EDUFUSCA, 2006, p. 131-154.

DESROCHERS, M.; FISCHER, K. P. The power of networks: Integration and financial cooperative performance. **Annals of Public and Cooperative Economics**. v. 76, n. 3, p.307-354, set, 2005.

DIEESE. **Admissões e demissões no setor bancário.** In: São Paulo: 2006. (Nota Técnica, 38).

DIEESE. **Fusões no setor bancário:** emprego e concorrência.. São Paulo: 2007 (NotaTécnica nº 55)

DRIMER, A. K. de; DRIMER, B. **Las cooperativas:** fundamentos- historias-doctrina. Buenos Aires: Intercoop Editora Cooperativa, 1981. 626p.

DURKHEIM, E. **A divisão do trabalho social.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **As regras do método sociológico.** São Paulo: Martin Claret, 2002.

_____. **Lições de sociologia.** São Paulo, Martin Claret, 2002.

DURSTON, J. Construyendo capital social comunitario. Revista de la CEPAL, n.69. p.103-117. dez, 1999.

ECOSOL. **Quais os objetivos do sistema ECOSOL.** Disponível em: <<http://www.ecosol.com.br/>>. Acesso em: 30 mar. 2007

FAIRBAIRN, B. History of cooperatives. In MERRETT, C.D.; WALZER, N. **Cooperative and local development:** theory and applications for the 21st century. New York, Meret, 2003. p.23-51.

FAJARDO ROJAS, M A. Presencia del cooperativismo en Colômbia. **Revista Unircoop**, Canadá, v. 1, n. 2, p.121-138. 2003.

FARIA, J. A. de; PAULA, L. F. de; MARINHO, A. **Fusões e aquisições bancárias no Brasil:** uma avaliação da eficiência técnica e de escala. Rio de Janeiro: Ipea, 2006. 37p.(Ipea. Texto para discussão, 1233).

FAVILLA, C. **Cooperativismo de Crédito.** Brasília : Sebrae, 2006.

FERREIRA, A. B. de H. **Dicionário Aurélio Eletrônico– Séc. XXI.** vers. 3.0. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, nov. 1999. Produzido por Lexikon Informática Ltda.

FISCHER, K P. Réglie, réglementation et performance des coopératives financières. **Annals of Public and Cooperative Economics**. v. 71, n. 4, p. 607-636, 2000.

FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL DO INTERIOR DE PERNAMBUCO (Recife-PE). SIM – Sistema de Informações Municipais; Software. Acesso em 08 mar. 2006.

GARCIA, L. A. F.; FERREIRA FILHO, J. B. de S. Economias de escala na produção de frangos de corte no Brasil. **Revista Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 43, n. 3, 2005.

GIDDENS, A. **Política, sociologia e teoria social**. São Paulo: Editora UNESP, 1998. 336p.

GODOI, M. E. P. de. O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí. Campinas: UNICAMP, 1999.

GODBOUT, J. T. **O espírito da dádiva**. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

GOMES, R.M. **Velhas secas em novos sertões**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

GONZÁLEZ-VEGA, C. **Estrategia para la profundizacion de los mercados financieros rurales en los países andinos y del caribe**. Washington: Banco Interamericano de Desarrollo, 2001. 61p.

_____. El papel del estado en la promoción de servicios financieros rurales. **Economics and Sociology Occasional Paper** N° 2529. Columbus, Ohio: Ohio State University, 1998

GRANOVETTER, M. Economic action and social structure: the problem of embeddeness. In: GRANOVETTER, M; SWEDBERG, R. **The sociology of economic life**. Oxford: Westview Press, 1992. p.53-84

GRÜN, R. A sociologia de finanças e a nova geografia do poder no Brasil. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, v. 16, n. 2, p. 151-176, nov. 2004

GRUPO CONSULTIVO DE ASSISTÊNCIA AOS POBRES - CGAP. Os **princípios chave das microfinanças**. Washington, D.C. 2p. Disponível em: <<http://www.cgap.org/portal/site/CGAP/menuitem.64c03ec40a6d295067808010591010a>>. Acesso em: 22 set. 2006.

GUADAÑO, J.F. Structural changes in the development of European cooperative Societies. **Annals of Public and Cooperative Economics** v. 77, n. 1, p.107-127, mar. 2006.

GUÉRIN, I.; VALLAT, D. **Les finances solidaires**. Paris : CRIDA/Institut Karl Polanyi, 1999. 40p. Disponível em: <http://www.karlpolanyi.org/02_les%20notes/pdf/04finances.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2006.

GUIMARÃES, M. K.; ARAÚJO, A. T. de. **Cooperativismo de crédito**. Mod. 5 - 3. Brasília: CONFEBRAS, 2001. 24p.

GUINNANE, T. W. **A “friend and advisor”**: management, auditors, and confidence in germany’s credit cooperatives, 1889-1914. Yale: Yale University, 2001. 42p. (Center discussion paper, 824) Disponível em: <<http://ideas.repec.org/p/egc/wpaper/824.html>> Acesso em: 19 mar. 2007

HELFAND, S. M.; REZENDE, G. C. de. **Mudanças na distribuição espacial da produção de grãos, aves e suínos no Brasil: o papel do Centro-Oeste**. Rio de Janeiro: Ipea, 1998. 43p. (Ipea. Texto para Discussão, 611).

HOBSBAWN, E. J. **Mundos do Trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

HOLLIS, A. SWEETMAN, A. Microcredit: what can we learn from the past? **World Development**, v. 26, n. 10, pp. 1875-1891, 1998

HOLTON, R. Talcott Parsons. In: STONES, R. **Key sociological thinkers**, New York, New York University Press, 1998.

INCRA. **Estatísticas do número de imóveis e área total, segundo a categoria do imóvel rural**. Brasília, 2007.

IBGE. **Censo Demográfico 2000**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2000ru.asp?o=4&i=P>> Acesso em: 15 abr. 2007.

_____. **Contagem da População 2007**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/default.asp?o=17&i=P>> Acesso em 21 de nov.2007

_____. **Produção Agrícola Municipal**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo2.asp?e=v&p=PA&z=t&o=11>>. Acesso em: 12 jun. 2007.

_____. **Produção Pecuária Municipal**. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo2.asp?e=v&p=PP&z=t&o=21>>. Acesso em: 12 jun.2007.

_____. **Cidades**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>> acesso em: 11 jun. 2007.

IPEA. **Preços CONAB: série frango resfriado e milho em grãos**. In: Data. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?276779281>>. Acesso em: 12 fev. 2007.

ISOLA, G. ; GONZÁLEZ, L.; OREGGIONI, W.; PASTORINI, M.; YORN, C.; FORTIN, M.; BEAUREGARD, G.; MCINTYRE, J.P; DE SÁ, R.F, ARIZA, L.; DOSZA, D. Les fonctions, actions et contributions des coopératives en milieu rural sur le développement local durable. **Revista Unircoop**, Canadá; v. 3, n. 1, p. 81-105. out. 2005.

JESUS, P.; SOARES, G.; SILVA, E.S. **Complexos cooperativos: diagnóstico sertão do pajeú**. Recife: ADS, 2001. Mimeo 84p.

JOLIS, A.; YUNNUS, M. **O banqueiro dos pobres**. São Paulo: Editora Ática, 2000.

JORNAL DO BRASIL. **Lula inicia hoje a caravana do Nordeste promovida pela**

CUT. Disponível em: <<http://jbonline.terra.com.br/extra/2001/09/02/e0209023.html>>. Publicado em 02/09/2001>. Acesso em: 21 jun. 2007.

KNORR-CETINA, K. How are global markets global? The Architecture of a Flow World. In. KNORR-CETINA, K.; PREDA, A.(Eds.). **The Sociology of financial markets**. Oxford: Oxford University Press, 2004 p.103-126.

KNACK, S. **Social capital, growth and poverty**: a survey of crosscountry evidence. World Bank, 1998. (Social Capital Initiative Series. Working Paper N°7) Disponível em: <<http://www.iris.umd.edu/adass/proj/soccappubs.asp>> Acesso em: 12 out 2004.

KLIKSBERG, B. Capital social y cultura, claves esenciales del desarrollo. **Revista de la CEPAL** n.69. p.85-102, dez. 1999

KUMAR, A. (Coord). **Brasil**: acesso a serviços financeiros. Rio de Janeiro: Ipea, 2004.

LAMBERT, P. **La doctrina cooperativa**. Buenos Aires: INTERCOOP, 1961. 354p.

LAROCQUE, P. ; KALALA, J-P. ; GABOURY, A. **L'impact des coopératives d'épargne et de crédit au Burkina Faso**. Ottawa: Desjardins, 2002. 130p

LECHASSEUR, J. L'engagement du mouvement des caisses desjardins dans le développement des collectivités. **Revista Unircoop**, Canadá, v.2 n.1, p.207-217, out. 2004.

LECLERC, A.; FORTIN, M. Rationalisation, mebership et emploi dans les caisses populaires acadiennes. **Revista Unircoop**, Canadá: Université de Shrebrooke, v.1 n.1, 2003. p. 154-163.

LEDGERWOOD, J. **Handbook of microfinance**: sustainable banking to the poor. Washington: The World Bank, 1998.

LELART, M.. L' évolution de la finance informelle et ses conséquences sur l'évolution des systemes financiers : pratiques financieres decentralisees et recomposition des systemes financiers africains. **Mondes en développement**, v. 3, p.9-20, 2002.

LELART, M. La diversité au cœur de la finance : la finance informelle In. GRANIER, R. ; ROBERT, M. (Coord). **Culture et structures économiques, Paris, Economica**, , 2002 151-165

LEVASSEUR, R. ; ROUSSEAL, Y. Social movement and development in Quebec: the experience of desjardins movement. **Annals of Public & Cooperative Economics**, v. 72, n. 4, p.549-579,dez. 2001.

LINCOLN, Y.S; GUBA, E.G. Controvérsias paradigmáticas, contradições e confluências emergentes. In: DENZIN, N.K; LINCOLN, Y.S. **O planejamento da**

pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006. p.169-192.

MARTÍNEZ, I. B.; TREMBLAY, B. El cooperativismo financiero en América Latina: un análisis de viabilidad. In: **JORNADAS DE INVESTIGADORES EN ECONOMIA SOCIAL Y COOPERATIVA**, 8., 2002, Santa Cruz de Tenerife. Jornadas de Investigadores en Economía Social y Cooperativa, Santa Cruz de Tenerife, 2002.

MARTÍNEZ, J. C. Las cooperativas en América Latina: visión histórica general y comentario de algunos países tipo. **Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa**, España, n. 43, p. 145-172. nov.2002.

MARX, K.; ENGELS, F... **Manifesto comunista.** Tradução e revisão: Maria Arsenio da Silva. 7. ed. São Paulo: Nova Stella,1987.

MAUSS, M. **Ensaio de sociologia.** Tradução: Luis João Gaio e J. Guinsburg. São Paulo, Editora Perspectiva, 2002.

_____. **Sociologia e antropologia.** Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MARTIN, I.; HULME, D.; RUTHERFORD, S. **Financial services to the poor and poorest: deepening understanding to improve provision.** Manchester: University of Manchester, oct. 1999 (Working Paper Series N°9).

MCKILLOP, D. G. Financial cooperatives: structure, conduct and performance. **Annals of Public and Cooperative Economics.**, v. 76, n. 3, set. 2005, pp. 301-305(5)

MENDRAS, H. **Sociedades camponesas.**Rio de Janeiro: Zahar, 1978

MONDRAGÓN. **Informe anual 2006.** Guipúzcoa, Espana, 2007. 75p. Disponível em: <<http://www.mcc.es/esp/magnitudes/memoria.html>>. Acesso em: 3 ago. 2007.

MONTEAGUDO, I.C. Cooperativas de crédito, desarrollo y creación de empleo. **Revista de Economía Publica, Social y Cooperativa CIRIEC — Espanha**, n. 32, ago., p. 189-207, 1999.

MONZÓN, J. L. El cooperativismo en la historia de literatura econômica. **Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa**, n. 44, p.9-32, abr. 2003.

MUCHAGATA, M. (coord.). **Perfil das instituições de assistência técnica e extensão rural para agricultores familiares e assentados no Brasil.** Brasília: MDA/INCRA/FAO, 2003.

MÜNCH, R. A teoria parsoniana hoje: a busca de uma nova síntese. GIDDENS, A; TURNER, J (org), Teoria social hoje. São Paulo, Editora UNESP, 1999. p. 175-228.

NAGARAJAN, G. ; MEYER, R. L. **Finanzas rurales:** avances recientes y lecciones

emergentes, debates y oportunidades. Columbus, Ohio: The Ohio State University, 2005. 90p. (Rural Documento de Trabajo AEDE-WP-0041-5).

NGUYEN, N.; LEBLANC, G.; HERRERA, M.E.R.; PIEXOTO, P de A. Éléments contribuant à la formation de l'image des caisses populaires : une étude empirique au Canada, au Mexique et au Brésil. **Revista Unircoop**, Canadá, v. 2, n. 1, p.9-33. out. 2004

NEAD. **CONTAG lança cooperativa de crédito**. Brasília, 2004. (NEAD. Boletim,226). Disponível em: <<http://www.nead.org.br/boletim/boletim.php?boletim=226¬icia=1045>>

OCB. **Estatística**. Disponível em: <http://www.brasilcooperativo.coop.br/site/ramos/estatisticas_resultados.asp>. Acesso em 07 de jun. 2007

OIT. **Recomendação 193**: Recomendação sobre a promoção de cooperativas. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO TRABALHO, 90., 2002. Genebra. Disponível em: <<http://www.ilo.org/images/empent/static/coop/pdf/Portuguese-Brazilian%20version.pdf>>. Acesso em: 8 set. 2005.

ONU. **Population Division (2007)**: world population prospects; the 2006 revision,. New York: Department of Economic and Social Affairs, 2007. (Working Paper No. ESA/P/WP.202)

PARENTEAU, R. Le mouvement desjardins dan le système financier québécois : une institution différente ? In : LÉVESQUE, B(org.). **Desjardins: une entreprise et un mouvement?**. Québec: Université de Québec, 1997. p.15-24

PARRA, H.Z.M. Sindicalismo e cooperativismo: entre a criação e a destruição. In: SOUZA, A.R. de; CUNHA, G.C.; DAKUZAKU, R.Y. (Org). **Uma outra economia é possível**: Paul Singer e a economia solidária. São Paulo: Editora Contexto, 2003. p. 73-98.

PARRA, R.G. [Entrevista com el padre Ramón González Parra]. In. SILVA, MANUEL, J.; DÁVILA, R. L.de G. **Gestión y Desarrollo: la experiencia de las cooperativas en Colômbia**. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 2002. p.185-214. [Entrevista concedida a Jean Paul Gravel].

PARSONS, T. **Sociedades**: perspectivas evolutivas e comparativas. S. Paulo: Livraria Pioneira Editora., 1969

PINHEIRO, M. A. H.. **Cooperativas de crédito**: história da evolução normativa no Brasil. Brasília: Banco Central do Brasil, 2007. 54p

PINHO, D.B. **A doutrina cooperativa nos regimes capitalistas e socialistas**. São Paulo: Pioneira Editora, 1966. 161p.

_____. **Evolución del pensamiento cooperativista**. Buenos Aires, Argentina: INTERCOOP, 1987. 157p.

PIRES, M. L. L. e S. **O cooperativismo agrícola em questão: A trama das relações entre projeto e prática em cooperativas do Nordeste do Brasil e do Leste (Quebec) do Canadá.** Recife: Massangana, 2004. 316p.

_____. O cooperativismo para além do mercado e do Estado: a solidariedade em debate. In: SANTOS, M. S. T.; CALLOU, A.B.F. **Associativismo e cooperativismo.** Recife: Bagaço, 2006. p. 11-32.

PIRES, M. L. L. e S.; SILVA, E.S.; SALOMÃO, I.L.; McITYRE, J.P.; GUERREIRO,J.; ALBUQUERQUE, P.P.; BERGONSI, S.S.S.; VAZ, S.da C. **Cenários e tendências do cooperativismo brasileiro.** Recife: Bagaço, 2004.

POLANYI, K. **A grande transformação:** as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

POULIN, P. Le projet d'alphonse desjardins. In: LEVESQUE,B (Coord). **Desjardin:** un entreprise et um moviment. Québec : Université du Québec, 1997. p. 43-48

PRÈVOST, P. La formulation de stratégies coopératives et le développement du milieu. **Revista Unircoop**, Canadá, v. 1, n. 1, p.112-127, 2003.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil.** PNUD/IPEA/Fundação João Pinheiro. Software, 2003. Disponível em: <www.pnud.org.br>. Acesso em: 18 fev.2006.

PROJETO DOM HELDER CÂMARA. **O projeto Dom Hélder Câmara.** Disponível em:< <http://www.projetodomhelder.gov.br>> .Acesso em: 4 fev. 2007

PUTNAM, R.D. **Comunidade e Democracia e Experiência da Itália Moderna.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

QUEIROZ, M.I.P. de. **Cultura, sociedade rural, sociedade urbana:** ensaios. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978. 314p.

RIM, J.Y; ROUSE, J. **Manual de consulta sobre el ahorro de grupo.** Roma: FAO, 2003. 87p

RIOS, G.S.L. **Cooperativas agrícolas no nordeste brasileiro:** mudança social. 1976. 187p. Dissertação (Mestrado). Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba, 1976.

RIOS, G.S.L. Pre-cooperativismo: etapa queimada. In: UTUMI, A.; PINHO, C.M.; PINHO, D.B.; RIOS, G.S.L. **A problemática cooperativista no desenvolvimento econômico.** São Paulo: Fundação Friedrivh Naumannn, 1973. p.315-347.

RIVAROLA, D. El cooperativismo en el Paraguay. In. COMISION ECONOMICA PARA AMERICA LATINA Y EL CARIBE - CEPAL. **Cooperativismo Latino Americano:** antecedentes y perspectivas. Santiago de Chile, 1989. p.239-286.

ROS, G. da. El Crédito rural y las cooperativas financieras en el Ecuador. **Revista Unircoop**, Canadá; v. 1, n. 1, p.126-139, 2003.

RUDIN, R. **Whose Interest?** quebec's casses populaires – 1990-1945. Toronto: McGill-Queen's Press, 1990. 189p.

SABURIN, E. P . Desenvolvimento territorial e abordagem territorial: conceitos, estratégias e atores. In: SABURIN, E.P. ; TEIXEIRA, O.A. **Planejamento e desenvolvimento de territórios rurais: conceitos, controvérsias e experiências**. Brasília: Embrapa, 2002. p.21-38.

SANTOS, B. de S.; RODRÍGUEZ, C. Introdução: para ampliar o cânone da produção In: B. de S. SANTOS. (Org). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SAQUET, M.A. **Abordagens e concepções do território**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007. 200p.

SCHNEIDER, J. O.; LAUSCHNER, R.. El cooperativismo en Brasil. In: COMISION ECONOMICA PARA AMERICA LATINA Y EL CARIBE - CEPAL. **Cooperativismo Latino Americano: Antecedentes y Perspectivas**. Santiago de Chile: 1989. p.95-136.

SCHNEIDER, J. E. O cooperativismo agrícola na dinâmica do social do desenvolvimento periférico dependente: o caso brasileiro. In LOUREIRO, M.R. G (Org). **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1981. p. 133-155

SCHRICHEL, W. K. **Análise de crédito: concessão e gerência de empréstimos**. São Paulo: Atlas, 1997.

SCHRÖDER, M. As demandas financeiras dos agricultores do sertão do Pajeú. In: ABRAMOVAY, R (Org) **Laços financeiros de luta contra a pobreza**. São Paulo: Annablume/ FAPESP/ ADS-CUT/ SEBRAE, 2004 p. 71-120.

_____. **Finanças, comunidades e inovações: organizações financeiras da agricultura familiar – o sistema cresol (1995-2003)**. 215p. Tese (Doutorado) – Universidade de Campinas, Campinas.

SEGNINI, L. R. P. Reestruturação nos bancos no Brasil: desemprego, subcontratação e intensificação do trabalho. **Educação e Sociedade**, vol.20, n.67, p.183-209, ago. 1999.

SEIBEL, H D. From cheap credit to easy money: how to undermine rural finance and development In. BOUMAN, F.J.A.; HOSPES, O. (Eds.). **Financial landscapes reconstructed: The fine art of mapping development**. Boulder: Westview Press, 1994, p. 19-33.

_____. Does history matter? The old and the new world of microfinance in Europe and Asia. In: **From moneylenders to microfinance: Southeast Asia's credit**

revolution in institutional, economic and cultural perspective: Interdisciplinary workshop Asia Research Institute, Department of Economics, and Department of Sociology. National University of Singapore, 7-8 October 2005. Disponível em: <<http://www.uni-koeln.de/ew-fak/aef/10-2005/2005-10%20The%20Old%20and%20the%20New%20World%20in%20Europe%20and%20Asia.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2006.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SICREDI. **Conheça a SICREDI: nossa história**. Disponível em <<http://www.sicredi.com.br/>>. Acesso em: 6 fev. 2007.

_____. **Demonstrativo anual 2005**. Disponível em <<http://www.sicredi.com.br/>>. Acesso em: 6. fev. 2007.

_____. **Demonstrativo anual 2006**. Disponível em <<http://www.sicredi.com.br/>>. Acesso em: 26 mai. 2007.

SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B.S. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 81-130.

SILVA, E. S. **O Agronegócio cooperativo e o Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Nordeste – FNE: análise das cooperativas financiadas ligadas ao setor pecuários em Pernambuco entre 1990 e 1998**. Recife: UFRPE, 2000. 201p. Dissertação de Mestrado.

SILVA, E. S.; PIRES, M. L. L. e S. Descentralização financeira e ação das cooperativas de crédito: análise e reflexão sobre o modelo brasileiro. **Revista Unircoop**, Canadá, v.2, n.1, p.136-153, out. 2004.

SIMTOWE, F.; ZELLER, M. **Determinants of moral hazard in microfinance: empirical evidence from joint liability lending programs in Malawi**. 2006. Disponível em <http://mpira.ub.uni-muenchen.de/461/1/MPRA_paper_461.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2007.

SINDICATO E ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS NO ESTADO DE PERNAMBUCO – OCB/PE. As 30 maiores cooperativas de Pernambuco. **Informativo Ação Cooperativista**. Recife, set, 2007. p.4-8.

SOARES, M.M.; SOBRINHO, A.D. de;. **O papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito**. Brasília: BCB, 2007.

STEIMBREGER, N.; RADONICH, M.; BENDINI, M. Expansiones de frontera agrícola y transformaciones territoriales: procesos sociales diferenciales. In: BENDINI, M.; STEIMBREGER, N. **Territorios y organización social de la agricultura**. Buenos Aires: Universidad Nacional del Comuahué/GESA, 2003. p. 17-40. (Cueadeno Gesa,4)

STIGLITZ, J. Banking disintermediation and its implication to monetary policy: theoretical views and countries' experiences. JOSEPH, C. (Ed.). **Proceedings of an international seminar sponsored by the Bank Indonesia and Asian Development Bank**. Denpasar, Bali, 2004, p.1-11. Disponível em: <http://www2.gsb.columbia.edu/faculty/jstiglitz/download/Stiglitz_CV.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2007.

SWEDBERG, R; GRANOVETTER, M. **INTRODUCTION**, GRANOVETTER, M; SWEDBERG, M (ORG). **The sociology of economic life**. Summertown, Oxford: Westview Press, 1992.

TERRA, J. P. Processo y significado del cooperativismo en el Uruguay. In: COMISION ECONOMICA PARA AMERICA LATINA Y EL CARIBE - CEPAL. **Cooperativismo Latino Americano: antecedentes y perspectivas**. Santiago de Chile, 1989. p.287-348.

THIOLLENT, M. A presença de Henri Desroche no Brasil e nas Américas. In: THIOLLENT, M (org). **Pesquisa-ação e projeto cooperativo na perspectiva de Henri Desroche**. São Carlos: EDUFUSCAR, 2006. p.165-182.

TORMO, F. V. S. La identidad cooperativa como garantía de futuro: las cooperativas de crédito ante la trivialización de sus principios. **Revista de Economía Publica, Social y Cooperativa**, Espanha, n. 40, p.215-242, abr. 2002.

TOTTI, P.. Cooperativas e Pronaf: a parceria que deu certo. In. **Valor econômico**. 13 de abril de 2007.

UNICRED. **A Unicred**. Disponível em: <<http://www.unicred.com.br/unicred>>. Acesso em 06 fev. 2007.

WANDERLEY, M. de N. B. O Camponês: um trabalhador para o capital. **Cadernos de Difusão em Tecnologia**, Brasília, v.2, n.1, p.13-78, 1985 .

_____. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (org). **Agricultura familiar: realidade e perspectivas** 2. ed.. Passo Fundo: UPF, 1999. p. 23-56.

_____. **Olhares sobre o “rural” brasileiro**. [s.l.: s.n., 1999] mimeografado.

_____. A valorização da agricultura familiar e a reinvidicação da ruralidade no Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n.2, p.29-37, jul/dez.2000.

_____. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o rural como espaço singular e ator coletivo. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 53-86, out. 2000.

_____. A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA, N. (comp.) **¿Una nueva ruralidad en América Latina?** Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2001. p. 31-44.

WEBER, M. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: UnB, 2000.

WENNER, M. **Rural finance strategy** Washington, D.C.: Inter-American Development Bank/Sustainable Development Department Sector Strategy., 2001 (Papers series RUR-104) 54p.

WOLF, E. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970

WORLD COUNCIL OF CREDIT UNION - WOCCU. **2005 Statistical Report**. Madison, 2006. 4p. Disponível em: <<http://www.woccu.org/publications/statreport>>. Acesso em: 18 fev. 2007.

YIN, R.K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. São Paulo: Bookman, 2005.

ZELLER, M. **Models of rural financial institutions**. Paving the way forward for rural finance: an International Conference for Best Practices. Washington: USAID/World Credit Union/University of Wisconsin-Madison, 2003. 45p. Disponível em:<<http://www.basis.wisc.edu/rfc/index.html>>. Acesso em: 06 set. 2006

APÊNDICE

Apêndice A - Guia de entrevistas

BLOCO I

1. Como foi constituída a cooperativa e quais as formas de ingresso e filiação a ela?

Apoio/condução:

- a) mecanismos de filiação (econômico, social, político, etc, descrever)
- b) formas de ingresso (foi induzido, foi indicado, vontade própria, através de alguma campanha, procurou quem, assinou fichas)
- c) mecanismos e formas de informações (de que forma ocorre, como obtém, através de fontes informais, grupos ou comitês locais, históricos, banco de dados)
- d) engajamento na cooperativa (há algum mecanismo para que haja maior engajamento? Como avalia o engajamento?)

2. Como é a participação do associado na cooperativa e como ele pode participar das decisões?

Apoio/ condução:

- a) instâncias de participação (assembléias gerais, reuniões de diretoria, comitês regionais, etc / Como ocorre cada uma? As pessoas participam? De que forma?)
- b) elegibilidade (todos os cooperados podem concorrer a cargos de direção e conselho fiscal? Como se dá esse processo? Há algum critério específico para participar do conselho de gestão? Quais os requisitos? Os funcionários podem ser associados? Como foram selecionados? Participam das decisões? Em quais instâncias? De que forma? A comunidade participa ou interfere no processo de decisão da cooperativa? De que forma?)
- c) equidade na propriedade (Como se decide a respeito da concessão de crédito? Como ocorre a abertura de linhas de crédito específico? De que forma ocorre? Quem são os donos da cooperativa? Como concilia interesses de poupadores e credores?)

3. Quais as formas de comunicação utilizadas para mobilizar a comunidade e novos associados, mantendo-os na cooperativa?

Apoio/ condução:

- a) ações de marketing
- b) como a cooperativa comunica/divulga seus produtos para os associados

BLOCO II

1. Quais os produtos oferecidos pela cooperativa aos associados?

Apoio/condução:

- a) produtos e serviços para associados
- b) E para não associados?

- c) Cartões de crédito, cheques
- d) Utiliza poupança?
- e) Com que frequência?

2. Como se dá a decisão de conceder ou não o empréstimo e o que determina o seu tamanho, o valor dele?

Apoio/condução:

- a) rapidez da operação
- b) preferência por alguma clientela
- c) exige garantias reais? Mecanismos de pressão de riscos? Inadimplência?
- d) Segmentação / serviços para categorias de associados como jovens, mulheres, pequenos comerciantes, pequenos agricultores

4. Além dos serviços financeiros oferecidos, quais outros serviços são disponibilizados para a comunidade?

Apoio/condução:

- a) assistência técnica
- b) orientação
- c) planos de negócios
- d) outros

5. Como você avalia a concorrência com o sistema financeiro tradicional e os resultados obtidos pela cooperativa?

Apoio/condução:

- a) quais áreas de alcance
- b) formas de capitalização
- c) atividades de planejamento
- d) estratégias mercadológicas
- e) diferenciais (bancos e agiotas) – infra-estrutura, atendimento, produtos, serviços, capacidade de influência nas decisões

BLOCO III

1. Como é realizado o atendimento na cooperativa?

Apoio/condução:

- a) quem recebe o associado em potencial
- b) quem resolve e como se resolvem as questões financeiras
- c) quem recebe e como se recebe os pagamentos
- d) quem recebe e como se recebe os pedidos de empréstimos

2. Dirigentes e funcionários tinham experiência em gestão financeira e gestão de cooperativas?

Apoio/condução:

- a) em caso positivo, citar
- b) em caso negativo, como aconteceu a formação?
- c) há treinamento para gestores e funcionários?
- d) há treinamentos para cooperados em potencial?

- e) como a cooperativa contribui para a educação da comunidade?
- f) como a cooperativa gerencia o conhecimento?

BLOCO IV

1. Em quais áreas locais a cooperativa se insere?

Apoio/condução:

- a) como ocorreu isso
- b) se insere em outras instâncias além da financeira?

2. Como acontece a captação de recursos disponíveis?

Apoio/condução:

- a) oriundos dos associados, governo, ONGs
- b) cobra taxas e tarifas
- c) técnicas utilizadas (internas e externas para captação e cessão de crédito)
- d) como a cooperativa lida com os riscos e os custos
- e) como equilibra a demanda / oferta de crédito
- f) tecnologias utilizadas na tomada de decisões, riscos e gerenciamento

3. A cooperativa de crédito apóia de que forma o trabalho dos associados e as suas necessidades emergenciais de crédito? De que forma apóia ou tem contribuído para o desenvolvimento?

Apoio/condução:

- a) crédito para atividades agrícolas
- b) quanto, quando ocorre
- c) crédito para outras atividades, não produtivas?
- d) Como?
- e) Rateio de sobra no final do ano? Como?

4. Quem são os principais atores sociais e sua relação com a cooperativa?

Apoio/condução:

- a) direta ou indiretamente / relação entre eles
- b) nível de cooperação entre eles / contrato, apoio, assessoria
- c) relação da cooperativa com o sistema formal de cooperativas da qual ela faz parte (SICOOB ou ECOSOL) / há transações financeiras entre elas? Auxílio técnico?
- d) como se dá a comunicação da cooperativa com esses atores?

5. Desde sua fundação, quais as principais falhas na cooperativa que a impediram de apresentar um melhor resultado?

Apoio/condução:

- a) o que ocasionou essas falhas
- b) havia algum responsável?
- c) Trouxe prejuízo para quem?

6. Analise os principais avanços da cooperativa desde sua fundação.

Apoio/condução:

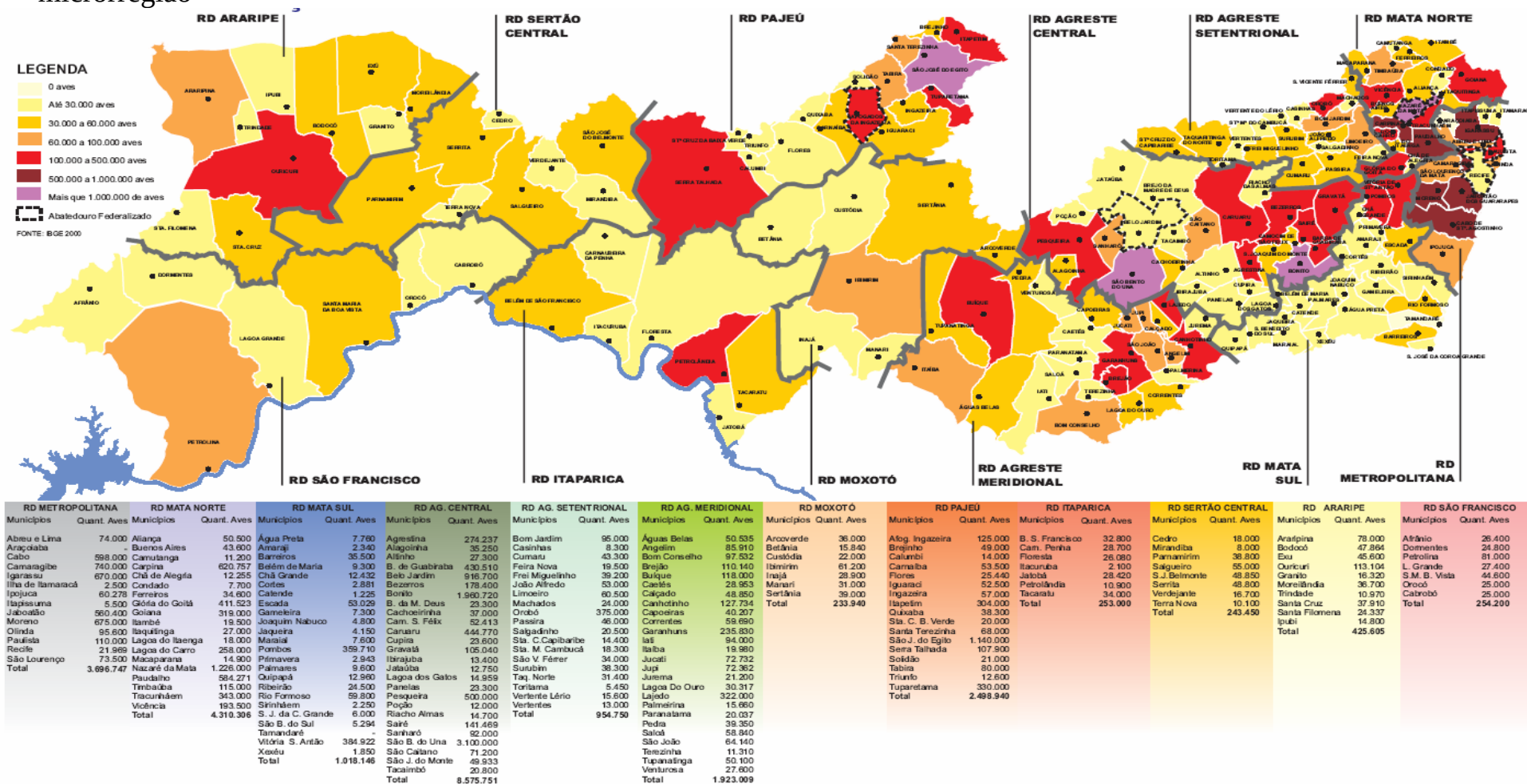
- a) avanços ocasionados por quais fatores?
- b) Havia algum responsável?
- c) Trouxe lucros/ para quem?

7. Descreva quais elementos caracterizam a sustentabilidade da cooperativa

Apoio/condução:

- a) de que forma eles foram estruturados

Apêndice B – Distribuição do efetivo do rebanho de aves e abatedouros em Pernambuco, segundo municípios e microrregião



Elaboração: Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco- CONDEPE/FIDEM, 2004

Apêndice C – Quadros

Quadro 1 – População residente nos municípios de abrangência das cooperativas CREDIPAJEÚ e ECOSOL, em 2000 e 2007	264
Quadro 2 - Cooperativas brasileiras integrantes da OCB, por ramo de atividade, número de cooperados, associados e empregados, em 2006.	265
Quadro 3 - Instituições e movimentação financeira segundo os municípios da microregião do Pajeú, Estado de Pernambuco, ano 2006.....	266
Quadro 4 - Instituições e movimentação financeira segundo os municípios da microrregião do Cariri Ocidental, Estado da Paraíba, ano 2006	267
Quadro 5 - Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas por região geográfica, Estado de Pernambuco e municípios da microrregião do Pajeú entre 1999 e 2005.....	268

Quadro 1 – População residente nos municípios de abrangência das cooperativas CREDIPAJEÚ e ECOSOL, em 2000 e 2007

Ano / Município	2007	Variação pop. 2007 / 2000	2000				
	Pop. Total		Pop. Total	Pop. Urbana	% Pop Urbana	Pop. Rural	% Pop Rural
Afogados da Ingazeira – PE**	34.047	1.125	32.922	23.149	70,3%	9.773	29,7%
Brejinho – PE*	7.158	-120	7.278	2.389	32,8%	4.889	67,2%
Calumbi – PE*	7.577	498	7.079	1.914	27,0%	5.165	73,0%
Carnaíba – PE*	18.345	649	17.696	6.560	37,1%	11.136	62,9%
Flores – PE*	21.962	1.139	20.823	8.139	39,1%	12.684	60,9%
Iguaraci – PE*	11.880	394	11.486	5.308	46,2%	6.178	53,8%
Ingazeira – PE*	4.444	-123	4.567	2.128	46,6%	2.439	53,4%
Itapetim – PE*	13.849	-917	14.766	7.591	51,4%	7.175	48,6%
Quixaba – PE*	6.875	20	6.855	2.038	29,7%	4.817	70,3%
Santa Terezinha – PE*	9.934	-317	10.251	5.868	57,2%	4.383	42,8%
São José do Egito - PE **	30.469	1.001	29.468	17.695	60,0%	11.773	40,0%
Solidão - PE **	5.837	305	5.532	1.303	23,6%	4.229	76,4%
Tabira - PE **	25.836	1.771	24.065	15.944	66,3%	8.121	33,7%
Tuparetama - PE *	8.257	491	7.766	5.806	74,8%	1.960	25,2%
Água Branca – PB*	9.224	847	8.377	3.170	37,8%	5.207	62,2%
Amparo – PB*	2.007	121	1.886	619	32,8%	1.267	67,2%
Camalaú – PB*	5.761	245	5.516	2.357	42,7%	3.159	57,3%
Desterro – PB*	7.929	228	7.701	4.154	53,9%	3.547	46,1%
Imaculada – PB*	11.451	-126	11.577	4.190	36,2%	7.387	63,8%
Livramento – PB*	7.105	-500	7.605	3.261	42,9%	4.344	57,1%
Maturéia – PB*	5.785	753	5.032	2.460	48,89%	2.572	51,11%
Monteiro – PB*	29.980	2.293	27.687	16.684	60,3%	11.003	39,7%
Ouro Velho – PB*	2.974	151	2.823	1.905	67,5%	918	32,5%
Prata – PB*	3.896	471	3.425	2.218	64,8%	1.207	35,2%
Sumé – PB*	16.456	1.421	15.035	10.877	72,3%	4.158	27,7%
Teixeira – PB*	13.685	1.732	11.953	7.948	66,49%	4.005	33,51%
Taperoá – PB*	14.715	1.416	13.299	7.934	59,7%	5.365	40,3%
Zabelê – PB*	2.024	171	1.853	1.186	64,0%	667	36,0%

Fonte: IBGE / Censo Demográfico, 2007; Contagem da População, 2007.

* Municípios de abrangência somente da CREDIPAJEÚ

** Municípios de abrangência da ECOSOL e da CREDIPAJEÚ

Quadro 2 - Cooperativas brasileiras integrantes da OCB, por ramo de atividade, número de cooperados, associados e empregados, em 2006.

Ramo de Atividade	Nº Cooperativas	Nº Associados	Nº Empregados
Agropecuário	1.549	886.076	123.890
Consumo	156	2.384.926	8.359
Crédito	1.102	2.462.875	30.396
Educacional	327	69.786	2.808
Especial	12	972	6
Habitacional	371	83.633	1.153
Infra-estrutura	161	624.812	5.462
Mineral	45	17.628	83
Produção	200	20.631	463
Saúde	888	349.474	34.738
Trabalho	1.874	413.777	5.595
Transporte	896	74.976	5.431
Turismo e Lazer	22	3.509	31
TOTAL	7.603	7.393.075	218.415

Fonte: OCB, 2007.

Quadro 3 - Instituições e movimentação financeira nos municípios de abrangência das cooperativas no Estado de Pernambuco, ano 2006

Municípios	AGÊNCIAS BANCÁRIAS (EXETO COOPERATIVA)		OPERAÇÕES DE CRÉDITO (R\$)	DEPÓSITOS À VISTA (R\$)		POUPANÇA (R\$)	DEPÓSITOS À PRAZO (R\$)	OBRIGAÇÕES P/RECEBIMENTO (R\$)
	Nº			GOVERNO	PRIVADO			
	1999	2006						
Afogados da Ingazeira	4	4	25.974.082,11	1.492.442,53	4.863.998,31	21.723.148,44	3.652.570,14	5.782,93
Brejinho	...	...	...	...	...	...	...	...
Calumbi	...	...	...	...	...	...	...	...
Carnaíba	...	1	1.715.398,27	153.097,42	918.777,55	3.013.355,60	36.925,19	943,95
Flores	...	1	2.494.647,72	49.338,65	623.620,25	2.825.000,43	137.613,42	1.842,54
Igaraci	...	1	1.542.435,47	3.610,01	647.466,55	1.405.749,94	168.520,73	6.233,33
Ingazeira	...	...	...	...	...	...	...	...
Itapetim	...	1	2.523.907,55	160.187,84	665.985,30	2.595.855,61	187.135,32	1.534,70
Quixaba	1	...	...	...	...	...	...	...
Santa Terezinha	...	...	...	...	...	...	...	...
São José do Egito	2	3	23.182.601,45	1.667.506,53	3.297.309,54	17.660.652,98	511.682,93	5.903,60
Solidão	...	...	...	...	...	...	...	...
Tabira	1	1	2.757.260,48	682.535,48	1.692.848,37	4.931.384,02	81.895,18	1.713,39
Triunfo	1	1	2.795.234,90	363.775,94	1.652.857,93	7.574.027,31	146.531,18	4.692,88
Tuparetama	1	1	2.068.315,23	208.162,30	668.666,46	890.010,96	212.629,01	769,04
T O T A L	10	14	65.053.883,18	4.780.656,70	15.031.530,26	62.619.185,29	5.135.503,10	29.416,36

FONTES: IBGE / Cidades, 2007; FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL DO INTERIOR DE PERNAMBUCO, 2006.

NOTA: (...) Dado não informado.

Quadro 4 - Instituições e movimentação financeira nos municípios da abrangência da cooperativa no Estado da Paraíba, ano 2006

municípios	AGÊNCIAS BANCÁRIAS (EXETO COOPERATIVA) Nº	OPERAÇÕES DE CRÉDITO (R\$)	DEPÓSITOS À VISTA (R\$)		POUPANÇA (R\$)	DEPÓSITOS À PRAZO (R\$)	OBRIGAÇÕES P/RECEBIMENTO (R\$)
			GOVERNO	PRIVADO			
Água Branca	...	...	...	...	...	...	...
Amparo	...	...	...	...	...	...	...
Camalaú	...	...	...	...	...	...	...
Desterro	...	...	...	...	...	...	...
Imaculada	...	...	...	...	...	...	...
Livramento	...	...	...	...	...	...	...
Maturéia	...	...	...	...	...	...	...
Monteiro	1	7.887.907,71	1.263.204,44	3.954.108,92	8.485.027,37	798.511,87	3.949,20
Ouro Velho	...	...	...	...	...	...	...
Prata	...	...	...	...	...	...	...
Sumé	2	8.608.414,94	352.326,06	1.467.542,65	4.850.052,14	286.327,98	1.567,04
Teixeira	1	6.061.985,99	1.271.691,75	2.310.049,29	4.491.146,89	86.579,91	2.129,56
Taperoá	1	3.450.075,56	746.044,78	920.619,53	2.996.495,58	294.644,92	1.052,19
Zabelê	...	...	...	...	...	...	...
T O T A L	5	26.008.384,20	3.633.267,03	8.652.320,39	20.822.721,98	1.466.064,68	8.697,99

FONTE: IBGE / Cidades, 2007.

NOTA: (...) Dado não informado.

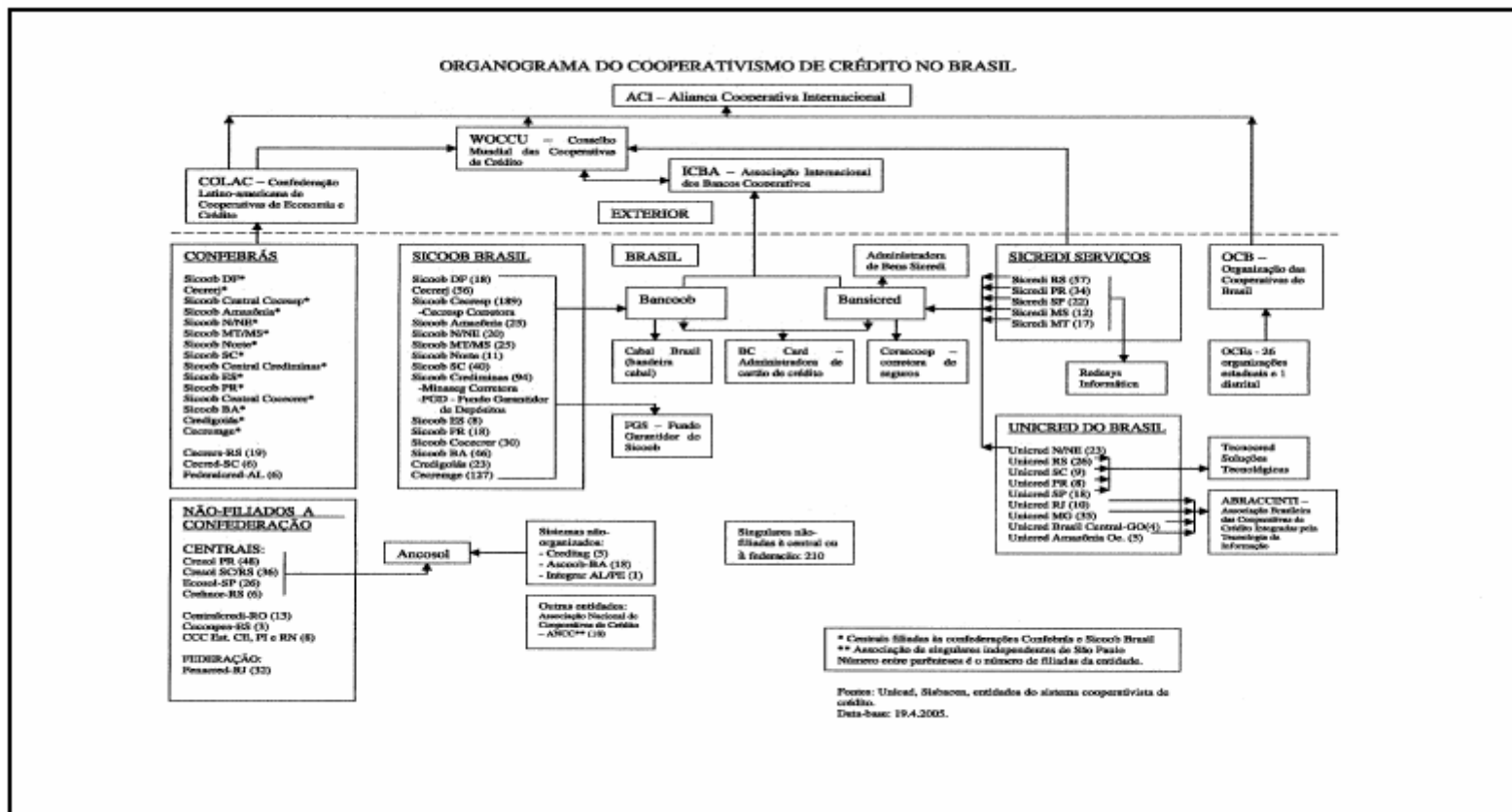
* sem alteração entre 1999 e 2006

Quadro 5 - Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas entre 1999 e 2005, segundo região e municípios

REGIÃO GEOGRÁFICA/ ESTADO DE PERNAMBUCO MICRORREGIÃO DO PAJEÚ	ANOS													
	1999		2000		2001		2002		2003		2004		2005	
	CONTRATO	VALOR (R\$)	CONTRATO	VALOR (R\$)	CONTRATO	VALOR (R\$)	CONTRATO	VALOR (R\$)	CONTRATO	VALOR (R\$)	CONTRATO	VALOR (R\$)	CONTRATO	VALOR (R\$)
BRASIL	1.395.621	11.786.166.115,64	1.349.234	13.779.503.344,32	1.468.912	17.942.118.196,93	1.718.761	22.443.322.771,48	2.100.340	31.102.681.808,80	2.745.587	40.446.483.894,59	3.243.315	41.975.598.412,17
NORTE	88.664	470.222.339,64	125.403	720.796.850,53	56.990	653.918.363,39	60.869	632.557.050,96	126.922	1.287.607.148,93	180.635	1.740.346.160,49	127.503	1.725.638.655,27
NORDESTE	374.415	1.093.009.853,40	216.029	826.404.760,41	283.808	1.072.830.060,55	394.170	1.272.974.598,18	511.904	1.920.214.788,61	913.142	2.967.277.324,60	1.368.289	3.910.308.910,75
SUDESTE	211.926	3.523.478.794,32	224.222	4.216.727.440,22	250.615	5.374.991.854,49	264.760	6.562.754.828,19	328.356	8.190.059.519,81	372.108	10.243.067.031,64	435.767	11.722.096.169,59
SUL	640.717	4.749.420.778,43	704.119	5.585.815.403,26	783.765	7.334.498.698,16	898.533	9.434.965.584,27	1.002.101	13.173.557.495,50	1.130.755	16.551.221.722,71	1.151.439	15.857.348.900,82
CENTRO-OESTE	79.899	1.950.034.349,85	79.461	2.429.758.889,90	93.734	3.505.879.220,34	100.429	4.540.070.709,88	131.057	6.531.242.855,95	148.947	8.944.571.655,15	160.317	8.760.205.775,74
ESTADO DE PERNAMBUCO	43.509	118.073.314,16	21.786	61.594.185,86	14.932	55.186.626,42	18.222	46.862.743,69	37.402	117.380.491,76	88.535	238.697.437,55	155.877	292.666.017,67
MICRORREGIÃO DO PAJEÚ	2.379	9.710.261,46	2.000	7.105.310,67	1.225	4.008.361,48	1.216	3.296.002,23	2.818	4.261.721,15	9.289	10.897.569,71	13.487	13.413.528,25
Afogados da Ingazeira	41	226.151,71	50	74.654,88	33	41.896,00	11	12.115,94	206	125.331,48	430	336.642,32	1.169	737.066,87
Brejinho	89	313.163,06	89	82.568,62	47	44.820,00	40	20.000,00	95	49.063,20	297	170.000,46	288	154.592,35
Calumbi	12	44.609,32	97	356.101,46	15	33.755,79	50	25.000,00	487	165.831,30	150	81.705,14	257	181.078,79
Carnaíba	145	423.508,41	128	192.100,35	13	20.160,00	41	38.076,86	58	52.995,50	270	202.619,94	2.130	1.179.320,10
Flores	45	461.758,31	238	457.265,87	195	258.026,77	278	152.795,46	364	280.197,90	1.225	674.487,09	2.169	1.486.408,64
Iguaraci	84	528.097,07	243	375.453,20	92	285.675,13	39	67.235,46	157	154.832,55	1.053	914.155,30	376	353.854,09
Ingazeira	85	204.795,07	59	106.750,37	114	97.124,37	15	18.825,18	119	82.150,60	587	435.909,28	546	498.096,75
Itapetim	206	840.646,28	25	29.803,57	25	17.634,00	32	30.082,00	149	62.699,70	661	369.076,42	948	861.767,82
Quixaba	109	439.427,92	111	210.545,71	109	54.500,00	116	67.731,88	235	224.000,00	428	435.978,62	531	558.502,45
Santa Cruz da Baixa Verde	2	21.632,44	15	59.256,99	8	9.999,20	12	22.414,88	-	-	76	39.968,20	407	263.410,08
Santa Teresina	49	96.967,11	5	9.270,96	33	47.262,49	85	53.884,56	232	104.390,45	410	219.057,21	338	1.412.977,21
São José do Egito	227	1.313.140,53	168	1.813.671,60	193	2.451.840,52	187	1.931.536,58	142	2.473.103,76	542	4.631.804,18	561	2.352.188,58
Serra Talhada	863	3.019.985,19	339	2.040.713,50	259	440.692,95	217	409.356,10	229	270.350,08	1.573	1.450.315,78	1.902	1.886.233,22
Solidão	56	136.517,98	52	63.731,13	18	9.000,00	8	8.341,56	20	9.991,00	30	17.683,92	293	168.064,28
Tabita	208	915.095,21	263	459.287,49	34	85.384,27	29	36.885,60	82	53.060,00	403	239.700,91	837	556.446,19
Triunfo	108	440.250,33	84	324.850,89	14	20.970,73	36	163.035,59	218	101.223,63	924	469.226,20	624	509.477,03
Tuparetama	50	284.515,52	34	449.284,08	23	89.619,26	20	238.684,58	25	52.500,00	230	209.238,74	111	254.043,80

FONTE: Banco Central do Brasil/ Anuário Crédito Rural de 1999 até 2005

Apêndice D – Ilustração dos arranjos do cooperativismo de crédito no Brasil



Fonte: Pinheiro, 2006